

Evandro dos Santos

Organizador

# HISTÓRIA DOS SERTÕES: BRASIL PROFUNDO



COLEÇÃO  
SERTÕES,  
CAMINHOS E  
FRONTEIRAS



PPGHC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA DO CERES



Criação Editora

# COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS



## COMISSÃO CIENTÍFICA

Abimael Esdras C. Lira (Doutorando – UFRN)	Juciene Batista Félix Andrade (UFRN)
Abrahão Sanderson N. F. da Silva (UFRN)	Kamillo Karol Ribeiro e Silva (FVJ)
Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF)	Kleiton Souza de Moraes (UFC)
André Ricardo Heráclio do Rêgo (MRE)	Laila Pedrosa da Silva (Doutoranda – FIOCRUZ)
Antonio José de Oliveira (UFRN)	Layra de Sousa C. Sarmento (Doutoranda – UnB)
Antônio Zilmar da Silva (UECE)	Leda Agnes Simões (Doutora – UERJ)
Artur Vítor Santana (Doutorando – UNICAMP)	Lucas Gomes de Medeiros (Doutorando – UFRPE)
Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)	Mairton Celestino da Silva (UFPI)
Bruno Kawai Souto Maior de Melo (UFPE)	Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)
Cassio Expedito Galdino Pereira (URCA)	Márcio dos S. Rodrigues (Doutorando – UFPA)
Darlan de Oliveira Reis Júnior (URCA)	Marcos Antonio de Menezes (UFJ)
Débora Strieder Kreuz (UESPI)	Marcos Luã Almeida de Freitas (Doutor – UFSC)
Elson de Assis Rabelo (UNIVASF)	Marina Monteiro Machado (UERJ)
Eurípedes Antônio Funes (UFC)	Michelle F. Maia (Centro Universitário UNINTA)
Fabiola Cristina Alves (UFRN)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE)
Fernando Bagiotto Botton (UESPI)	Pedro Abelardo de Santana (UFAL)
Francisco Ramon de Matos Maciel (UFC)	Rafael Ricarte da Silva (UFPI)
Francisco Ruy G. Pereira (SEEC – CE)	Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Gabriel Pereira de Oliveira (IFRN)	Raimundo Nonato Rodrigues de Souza (UVA)
Gabriela Berthou de Almeida (UESPI)	Renata Felipe Monteiro (SME – Fortaleza)
Israel da Silva Aquino (Doutorando – UFRGS)	Roberto Viana de O. Filho (Doutorando – UFC)
Janaína Freire dos Santos (IAUPE)	Robson William Potier (SEEC-RN)
Janille Campos Maia (Doutoranda – FIOCRUZ)	Sônia Maria de Magalhães (UFG)
João Fernando Barreto de Brito (UERN)	Tatiana Gonçalves de Oliveira (UESPI)
João Paulo Peixoto Costa (IFPI)	Thiago Reisdorfer (UESPI)
Joaquim dos Santos (URCA)	Tiago Bonato (UNILA)
Johnnys Jorge G. Alencar (Doutorando – UFBA)	Tyrone Apollo Pontes Cândido (UECE)
José Ferreira Júnior (FAFOPST)	Valério Rosa de Negreiros (UESPI)
José Leonardo do Nascimento (UNESP)	Valter Gomes Santos de Oliveira (UNEB)
José Vieira da Cruz (UFS)	Wania Alexandrino Viana (UFOPA)



# HISTÓRIA DOS SERTÕES: BRASIL PROFUNDO

**Evandro dos Santos**

Organizador



**Criação Editora**

Aracaju (SE) | 2023



## COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS

Organizadores da Coleção  
Ane Luíse Silva Mecnas Santos  
Helder Alexandre Medeiros de Macedo  
Juciene Batista Félix Andrade

### História dos Sertões: Brasil Profundo (n. 5)

#### Organizador

Evandro dos Santos

#### ISBN

978-85-8413-394-9

#### Projeto Gráfico

Adilma Menezes

#### EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes  
Christina Bielinski Ramalho  
Fábio Alves dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

S237h

Santos, Evandro dos (org.).

História dos Sertões: Brasil profundo / Organizador: Evandro dos Santos. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.

343 p. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, **n.5**).

E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8413-394-9.

1. História do Brasil. 2. Nordeste – Brasil. 3. Sertão. 4. UFRN.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.

CDD 981.3

CDU 94(81)

## Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras

Os livros que compõem a coleção **Sertões, caminhos e fronteiras** materializam o esforço de pessoas que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2021, durante o II Seminário Nacional de História Social dos Sertões/IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e sertões: territórios e culturas, evento que teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O II SEHIS apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade que deu prosseguimento ao I Seminário Nacional de História Social dos Sertões – O papel da História na compreensão do “Brasil profundo” realizado na Universidade Regional do Cariri (URCA – Crato-CE) em 2018, bem como, ao I Colóquio de História Social dos Sertões, realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE – Quixadá-CE) em 2016.

A edição de 2021 foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e co-promovida pelo Mestrado em Geografia do CERES (GEOCERES-UFRN), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN-Caicó. Contou com apoio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PPG) e de Extensão Universitária (PROEx) da UFRN, bem como, do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e dos Departamentos de História (DHC-CERES-UFRN) e de Geografia (DGC-CERES-UFRN).

O evento deveria ter se realizado em Caicó (RN), no Campus do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o afluxo da pandemia de



Covid-2019 impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (<https://www.youtube.com/ppghcufrn>), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma *Google Meet*.

Os caminhos, como insinua o título da coleção, são entendidos a partir de um duplo significado: nos referimos tanto aos percursos vividos por homens e mulheres, na construção de suas vivências empíricas nos espaços, quanto àqueles de natureza intelectual, responsáveis pela constituição de um saber sobre os sertões. O ponto de partida para se pensar em caminhos é a enunciação da palavra sertão – e seu plural, sertões – no processo histórico da ocidentalização, no contexto das navegações marítimas e suas conquistas em terras afastadas da Península Ibérica, empreendidas a partir do século XV por portugueses.

Antes desse período, a palavra sertão era utilizada, no âmbito de Portugal, para designar lugares afastados da costa. Viajando junto com os exploradores portugueses, ela foi utilizada em diferentes partes das Índias Orientais (Península Arábica, Índia, China) e Ocidentais (Ceuta, Angola, Brasil) para designar espacialidades com os sentidos de mata, vegetação contínua, floresta, oposto ao mar, interior, afastado, coração da terra, travessia, verde, árido, vazio. Diferentes caminhos, assim, foram sendo traçados pelos homens e mulheres que se lançaram ao mar e depararam-se, inclusive, com uma nova natureza, proporcionada pelo impacto com o desconhecido.

A transformação da natureza, pelo homem, culminou em processos de territorialização que geraram formas institucionais e não institucionais de controle do espaço, como as feitorias, fortalezas e, a partir da colonização, sítios, fazendas, ribeiras, currais, povoados, vilas, cidades, termos e freguesias. Os sertões foram sendo construídos, dessa maneira, a partir da confluência de muitos caminhos, em múltiplas fronteiras, que podemos enxergar na experiência histórica de pessoas saídas da Ibéria e que, ao cruzarem os oceanos, construíram novos modos de vida em espaços afastados de seu lugar de origem, vivências essas intercruzadas com os nativos encontrados nas novas terras e com as populações que vieram da Costa da África.

Ao longo do tempo, no âmbito da história traçada no que hoje chamamos de Brasil, sertão, enquanto conceito, foi apropriado de diferentes maneiras, pelas pessoas que dominaram o saber burocrático (padres, escritvães, tabeliães)



e/ou geográfico (cosmógrafos, pilotos, agrimensores), por cronistas e viajantes – nativos ou não da América –, mas, também, por homens e mulheres sem conhecimento técnico e que tiveram a experiência do viver nos sertões. Esse conceito foi retomado e reapropriado, a partir do século XIX, pelos saberes acadêmicos em construção no Brasil, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro, e, posteriormente, no pensamento social brasileiro e nas universidades, constituindo, pouco a pouco, um domínio temático, a História dos Sertões, campo de estudos sem o qual é praticamente impossível compreender a História do Brasil.

Os capítulos que compõem os livros da coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*, assim, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstram o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento científico, numa época em que, no Brasil, fazer ciência é tão dificultoso. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

### **Ane Luíse Silva Mecenas Santos**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)  
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

### **Helder Alexandre Medeiros de Macedo**

Professor do Departamento de História (CERES-UFRN), do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA (PPGH-UFRN)  
Organizador da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

### **Juciene Batista Félix Andrade**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)  
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*







## APRESENTAÇÃO

Os capítulos que constituem esta obra trazem estudos que encontraram espaço de discussão nos simpósios temáticos intitulados “Representações, espaço e região no ‘Brasil profundo’”, “Percorrendo a trilha dos conceitos: pensar o sertão como categoria social” e “História, sertões e narrativas: diálogos e distanciamentos”. Suas sessões ocorreram no âmbito do evento II Seminário Nacional de História Social dos Sertões/IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e sertões: territórios e culturas, ocorrido no ano de 2021. Os capítulos que se seguem são demonstrações da constituição não apenas de uma área de concentração em História dos Sertões, foco do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), unidade promotora do evento, mas de uma agenda de pesquisas pertinente e atualizada sobre o assunto, como se pode observar na análise de cada um dos textos.

No que diz respeito aos estudos de trajetórias políticas, intelectuais e de obras artísticas, Artur Vitor de Araújo Santana dedica-se à narrativa de si produzida por Eurico Alves Boaventura, trazendo reflexão de grande importância aos estudos sobre os sertões. Por caminhos próximos, Larisse Santos Bernardo examina a vida de Dinarte Mariz, importante político potiguar, a partir de seus discursos e pronunciamentos. Nesse mesmo sentido, todavia, sob o ponto de vista da obra literária, Matheus Felipe Araujo Souza e Ane Luíse Silva Mecnas Santos, propõem uma análise discursiva da obra O Quinze, de Rachel de Queiroz, na busca pelo sertão e pelos sertanejos nela representados. No mesmo horizonte, Pedro Borges Pimenta Júnior investe na incontornável obra Os Sertões, de Euclides da Cunha, com o intuito de mapear a cartografia



literária ali composta para o evento de Canudos. Da literatura ao rádio, Paulo Hígor Duarte de Souza investiga as representações do sertão no programa “No mundo do baião”, produzido na Rio de Janeiro da década de 1950, à época, capital da República.

A construção histórica e historiográfica dos espaços sertanejos é um tema que foi contemplado por diversos trabalhos que compõem a presente publicação. É o caso do estudo produzido por Eduarda Oliveira Silva, Ana Laura de Souto Lira e Helder Alexandre Medeiros de Macedo, que se volta aos processos de territorialização do município sertanejo de Frei Martinho, na Paraíba. O exame da espacialização do medo em torno do cangaço, recorte produzido por jornais cearenses, no ano de 1927, é o escopo de Francisco Wilton Moreira dos Santos. Já no caso de Helena Ragusa Granado, é a espacialização da identidade judaica em terras sertanejas que interessa, inserindo os sertões do Rio Grande do Norte em uma perspectiva transnacional. A representatividade mestiça no território nacional é analisada por Alyne Karollayne Melquiades Souza e Silva e Hugo Arruda de Moraes no texto em que partem da obra de Euclides da Cunha para tratar do problema, assim como Matheus Barbosa Santos se volta para o silenciamento sobre pessoas não-brancas e mestiças na historiografia de Currais Novos/RN. Ainda sobre territórios e fronteiras, com Vitória Mascarenhas de Jesus e Wania Alexandrino Viana vamos ao Baixo Amazonas para conhecer a atuação de militares e particulares na segunda metade do século XVIII. Ainda nessa mirada espacial, João Gilberto Neves Saraiva pesquisa como o interior do nordeste brasileiro foi representado no jornal *The New York Times*, no contexto da Guerra Fria. Da mesma forma, vai interessar à Ana Maria Bezerra do Nascimento os sertões do Piauí e seus (re)corres históricos, bem como, à Maria Vitória Ribeiro de Sousa e à Jane D. Semeão e Silva, é a regionalização dos sertões do Cariri cearense, na segunda metade do século XIX que vai importar.

A história política e social não fica de fora. Douglas André Gonçalves Cavalheiro nos brinda com um trabalho dedicado à análise do



itinerário das caravanas políticas durante as eleições estaduais no Rio Grande do Norte dos anos 1913 a 1934. Dante Souza Nascimento, por sua vez, oferece uma crítica do problema da violência nos sertões a partir do estudo das facções criminosas que atuaram na cidade mineira de Montes Claros entre 1970 e 2008.

Outra seara contemplada pelos trabalhos que enriquecem essa coletânea é a subárea da Teoria da História e Historiografia Brasileira. Assim, em “Sertão, memória e saber histórico na dialética passado-presente”, Ana Paula da Cruz convoca conceitos importantes para a chamada problemática dos sertões, em termos teóricos e historiográficos, enquanto Sarah Karolina Sucar Ferreira e Eduardo K. de Medeiros trazem relevantes análises historiográficas sobre a tradição intelectual do Rio Grande do Norte dos séculos XX e XXI.

Confirmando a atualidade da agenda historiográfica aqui exposta, algo mencionado na abertura desta apresentação, Francisca Rafaela Mirlys da Silva, Ingrid Damásio Ribeiro Tófani e Marina Cardoso de Melo trazem ao nosso debate estudos que examinam a presença e a posição social de mulheres em espacialidades sertanejas, sejam estas historiográficas (obra de Manoel Ferreira Nobre), literárias (obra de Guimarães Rosa) ou concretas (o sertão norte mineiro).

Brevemente apresentada, esta rica seleção de estudos é, por sua qualidade e diversidade, material de leitura obrigatória a todas e todos que se interessam pelos mundos dos sertões!

### **Evandro dos Santos**

Professor do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)







## Sumário

- 17 **O Sertão Como Espaço da Intelectualidade: Eurico Alves Boaventura E sua Narrativa de Si**  
Artur Vitor de Araújo Santana 17
- 31 **O Sertão do Quinturaré: Um Estudo Inicial Sobre os Processos de Territorialização do Atual Município de Frei Martinho no Seridó Paraibano**  
Eduarda Oliveira Silva; Ana Laura de S. Lira; Helder Alexandre de Medeiros Macedo
- 41 **“Breves Notícias Sobre Sertanejas”: As Mulheres na Historiografia de Manoel Ferreira Nobre (1877)**  
Francisca Rafaela Mirlys da Silva
- 55 **Prostituição: Experiências no Sertão Norte Mineiro**  
Ingryd Damásio Ribeiro Tófani
- 70 **Vida, Política, Discursos e Pronunciamentos de Dinarte Mariz**  
Larisse Santos Bernardo
- 88 **Mulheres Transgressoras no Sertão Rosiano: A Vivência Social e Erótica Feminina em duas Novelas de Corpo de Baile**  
Marina Cardoso de Melo

- 105**     **Onde é o Sertão e Quem é o Sertanejo? Uma Análise Discursiva em “O Quinze”, de Rachel de Queiroz**  
Matheus Felipe Araujo Souza; Ane Luise Silva Mecenas Santos
- 121**     **Historiografia Norte-Rio-Grandense: O Sertão na Escrita de Vicente de Lemos (1907-1912)**  
Sarah Karolina Sucar Ferreira
- 135**     **O Sertão Impenetrável: Uma Análise do Itinerário das Caravanas Políticas Durante Eleições Estaduais no Rio Grande do Norte de 1913 e de 1934**  
Douglas André Gonçalves Cavalheiro
- 150**     **Experiências Historiográficas: Indisciplina e Disciplina na Escrita dos Sertões do Seridó (1941 - 2013)**  
Eduardo K. de Medeiros
- 167**     **A Espacialização do Medo nos Jornais do Ceará: Os Caminhos dos Cangaceiros após o Ataque à Cidade de Mossoró (1927)**  
Francisco Wilton Moreira dos Santos
- 183**     **Sinagoga Sem Fronteiras e a Causa B'nei Anussim No Rio Grande Do Norte: Dispersão, Conversão E Retorno**  
Helena Ragusa Granado
- 197**     **O Discurso Geográfico em Os Sertões: A Contribuição de Euclides da Cunha à Representatividade de uma Nacionalidade Mestiça e em Construção**  
Alyne Karolayne Melquiades Souza da Silva; Hugo Arruda de Moraes
- 209**     **A Defesa da Fronteira no Baixo Amazonas: Atuação de Militares e Particulares nas Fortalezas do Tapajós e Pauxis (Primeira Metade Do Século XVIII)**  
Vitória Mascarenhas de Jesus; Wania Alexandrino Viana
- 225**     **Seca, Fome e Revolução: O Interior do Nordeste Brasileiro nas Páginas do The New York Times em Tempos de Guerra Fria**  
João Gilberto Neves Saraiva

- 237**    **Chão, Corpos e Histórias Monocromáticas: Silenciamentos Sobre Indivíduos Não-Branco na Historiografia de Currais Novos/RN**  
Matheus Barbosa Santos
- 254**    **“O Embaixador da Música Sertanejana Capital da República”: Luiz Gonzaga, o Rádio e as Representações do Sertão no Programa “No Mundo do Baião” (1950-1951)**  
Paulo Hígor Duarte de Souza
- 267**    **Ainda Os Sertões, de Euclidesda Cunha: Uma Cartografia Literária para Canudos**  
Pedro Borges Pimenta Júnior
- 287**    **Sertão, Sertões do Piauí: Territórios Retraçados, Questões Redefinidas?**  
Ana Maria Bezerra do Nascimento
- 300**    **Sertão, Memória e Saber Histórico a Dialética Passado-Presente**  
Ana Paula da Cruz
- 314**    **Violência e Sertão: Uma Análise das Facções Criminosas em Montes Claros Entre os Anos De 1970 E 2008**  
Dante Souza Nascimento
- 329**    **Natureza e Paisagem: Regionalização do Cariri Cearense na Segunda Metade do Século XIX**  
Maria Vitória Ribeiro de Sousa; Jane D. Semeão e Silva
- 339**    **Índice Remissivo**





# O SERTÃO COMO ESPAÇO DA INTELLECTUALIDADE: EURICO ALVES BOAVENTURA E SUA NARRATIVA DE SI

 Artur Vitor de Araújo Santana<sup>1</sup>

## EURICO ALVES, O FIDALGO BAIANO

**E**urico Alves Boaventura foi um sujeito plural, como afirmo em diálogo com Stuart Hall (2015), que pensa a multiplicidade de identidades na construção de um sujeito. O escritor teve sua fase de euforia, sua fase de incertezas, a fase melancólica. Foi poeta, ensaísta, cronista, memorialista, advogado, juiz, criador de gado holandês (raça bovina leiteira), leitor de história, sociologia, psicanálise e geografia. Interessado em arqueologia (e escritor de textos sobre a temática). Foi boêmio, modernista, “interiorizado”, tradicionalista, apaixonado por Feira de Santana e saudoso da Salvador. Foi um sujeito em constante conflito como qualquer um vivente, que se contradiz, muda de opinião, (re)pen- sa afirmações, discorda de si mesmo.

Para melhor entender os posicionamentos do magistrado baiano, apresentados em sua obra de maior fôlego, *Fidalgos e vaqueiros*, é necessário tomar seu lugar de enunciação como um ponto de partida para adentrar sua narrativa. No interior da Bahia, na cidade de Feira de Santana, em uma casa nas proximidades do largo da Igreja dos Remédios, nasceu o primeiro filho de Gonçalo Alves Boaventura com D. Maria Amélia Boa-

<sup>1</sup> Doutorando do Programa em Teoria e História Literária (UNICAMP); Mestre em História (UFRPE) e Graduado em Licenciatura em História (UEFS).



ventura, em 27 de junho de 1909, que foi chamado de Eurico. O garoto que passou os primeiros anos de sua infância entre a fazenda da família, situada na região de São José das Itapororocas, atual distrito de Maria Quitéria<sup>2</sup>, e a Princesa do Sertão (nome atribuído à cidade de Feira de Santana), cresce no seio de uma “aristocracia rural” que se moderniza, proprietária de fazendas de criar gado, com um passado escravista, como afirma o próprio autor no ensaio analisado, ao mencionar a angústia que sentia, ao se deparar diariamente, com o tronco onde eram presos os escravos no fundo da casa da fazenda (BOAVENTURA, 1989).

Apesar do constante apelo de Boaventura à grandiosidade da civilização do pastoreio, seus pais tinham como residência fixa a casa no centro da cidade de Feira de Santana, pelo fato de Gonçalves Boaventura também ser um importante comerciante da urbe. Oliveira (2016), em sua tese, afirma que Eurico Alves nasce no berço de uma família que exercia o poder político na Princesa do Sertão, ao averiguar a participação do seu pai no conselho municipal e do seu avô, Barbarino Boaventura, como vereador da câmara legislativa da mesma cidade.

Membro da família aristocrata dos Alves Boaventura, Eurico se muda para Salvador em 1923, aos 12 anos, para dar continuidade aos seus estudos, costume comum de sujeitos afortunados no interior da Bahia, como afirma Soares (2011), com o objetivo de ter um estudo de melhor qualidade e também para frequentar as aulas preparatórias para faculdade. Inicialmente, Boaventura estuda no Ginásio da Vitória, mas posteriormente é transferido para o Ginásio da Bahia, em 1927, a pedido do jovem aos seus pais, como demonstra Dórea (2012), ao analisar o acervo das cartas enviadas pelo escritor, entre as décadas de 1920 e 1960<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Distrito pertencente à área “rural” de Feira de Santana, que recebeu o mesmo nome da heroína da independência baiana, em 02 de julho de 1823, mas que nunca foi utilizado por Eurico Alves em seus textos, preferindo a nomenclatura anterior, São José das Itapororocas.

<sup>3</sup> O acervo epistolar de Eurico Alves está sob o domínio da família, que não disponibiliza o acesso. Esse fator dificultou a possibilidade de analisar o material, que foi disponibilizado a Juraci Dórea, por ser próximo aos familiares do poeta.



No ano de 1926, o jovem feirense já escreveu seus primeiros poemas, mas é apenas no ano de 1927 que se dedicou a escrever uma série de contos reunidos sob o título de “Cipós Verdes”<sup>4</sup>, mesmo título atribuído ao último livro publicado com seu nome em 2009, organizado por sua filha, com poemas escritos no período que ainda morava em Salvador.

Na capital baiana, entrou em contato com a poesia modernista, principalmente através de Emile Verhaeren, Walt Whiltman, Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Ronald de Carvalho e Manuel Bandeira (OLIVIERI-GODET, 1987; OLIVEIRA, 2016), grandemente influenciado pela Semana de Arte Moderna de 1922. Eurico Alves começa a chamar atenção no cenário literário soteropolitano pela sua pouca idade, por volta dos dezoito anos, e pelo caráter marcadamente modernista, que rompia com a predominância das poesias parnasianas na capital baiana. O jovem poeta ganha mais holofotes ao contribuir com textos para o jornal *A Luva* (1925-1932), um periódico baiano<sup>5</sup>.

A tênue linha de divisão entre os ideais modernistas e as concepções do “tradicionalismo” literário baiano também está presente nas obras euriquianas. Eu divido a escrita de Boaventura em duas fases: 1) *fase da efervescência moderna* (quando ainda morava em Salvador, onde entrou em contato com o modernismo, lendo a modernização de forma positivada, pois iria colocar a Bahia no *hall* da produção intelectual brasileira); 2) *fase arquivista* (após perceber a via dupla que a modernidade atuava, implantando novos costumes sociais e, consecutivamente, apagando a cultura sertaneja da infância de Eurico Alves (SANTANA, 2020). O poeta decide falar de si e dos seus, adotando uma preocupação em arquivar a cultura sertaneja ameaçada pela luz do progresso, postura que desenvolve principalmente a partir da sua mudança para cidade de Tucano, em 1935).

<sup>4</sup> Juraci Dória encontra a afirmação do poeta, referente ao ano de 1927, “Para mim, havia maior preocupação em corrigir Cipós Verdes” (DÓREA, 1978, p. 26).

<sup>5</sup> Para mais informações sobre a atuação de Eurico Alves na revista *A Luva*, consultar Monalisa Ferreira (2008).



Em seus trabalhos, Valter Soares (2009) e Clóvis Oliveira (2016) também observam uma narrativa em trânsito na produção escrituraria de Eurico Alves, referente às mudanças no percurso narrativo de Eurico Alves no decorrer do tempo, a partir de novas leituras e concepções de mundo que vai tendo contato. O primeiro, no livro *Cartografia da Saudade*, afirma que Boaventura ao entrar em contato com o modernismo soteropolitano, tem uma espécie de “deslumbramento”, como denomina o autor, escrevendo vários poemas com teor eufórico, diante das mudanças que presencia na cidade. Ao se deparar com as mudanças nos hábitos feirenses, ocasionados pela a modernidade anteriormente idolatrada, o poeta baiano torna-se um “cantor idílico daquela paisagem” (SOARES, 2009, p. 21) que rapidamente se vê alterada.

Da mesma forma, Oliveira (2016) observa que o estranhamento de Eurico com sua urbe natal, não se dava apenas por uma questão física/estrutural da cidade, “a questão [...] apontavam na direção de transformações que atingiram a cidade, memórias e formas de memorizar que eram produzidas no bojo das singelas mudanças toponímicas” (OLIVEIRA, 2016, p. 345). Nesse sentido, a própria cultura sertaneja estaria sendo reconstruída através das palavras, que tendem a aterrorizar uma cidade que se construiu a partir do rastro do gado, o que explicaria o fascínio e a constante retomada às narrativas orais do interior baiano, pelo magistrado, como uma forma de reconstruir, o que possível, diante do eminente desaparecimento do cotidiano rural da infância do poeta.

Apesar de sua renomada produção literária na década de 1920, principalmente com a participação da revista *Arco e Flexa: Mensário de cultura moderna* (1928-1929), convidado por Carlos Chiacchio, ao lado de personalidades como Godofredo Filho e Hélio Simões, com quem trocou correspondência durante toda a sua vida (DÓREA, 2012), darei enfoque nesse artigo a sua fase arquivista, por ser o momento da vida do escritor que acredito que fica mais evidente a preocupação de Boaventura com a escrita da história do sertão, do Brasil e de si (SANTANA, 2021).



No livro ensaístico *Eurico Alves, poeta baiano* (1978), Juraci Dórea<sup>6</sup> traça um perfil do escritor feirense ao lado de José Maria Nunes Marques, que escreve a introdução do ensaio, posteriormente publicado conjuntamente pelo Museu Casa do Sertão e Lions Clube de Feira de Santana (instituição que Eurico Alves era membro e prestou uma conferência em 1955). Marques define no texto introdutório que Eurico era um “homem discreto e recolhido” (DÓREA, 1978, p. 13), que em um primeiro momento “poderia, ao mais desavisado, parecer vaidoso, mas era humilde” (DÓREA, 1978, p. 13), sintetizando se tratar de um “homem singular” (DÓREA, 1978, p. 14), que possuía “temperamento difícil” (DÓREA, 1978, p. 14). Dando continuidade à descrição euriquiana, José Marques afirma que o poeta era extremamente preocupado com a literatura nacional e local, com as artes, as coisas da terra e as tradições sertanejas.

No período que morava em Salvador, enquanto estudando do curso de Direito, a revista *Etc.*<sup>7</sup>, em 1932, na edição nº 200, publica um breve texto sobre Eurico Alves, afirmando que apesar da pouca idade, apresenta “alegre agilidade colorida de seus poemas”, algo muito raro no contexto artístico baiano, com certa tristeza como “fundo psicológico”, mas que seria “eminentemente brasileiro”, talvez por escrever sobre temas do interior do Bahia. A leitura de sua poesia, segundo o redator da matéria (que assina como P.A), evoca “uma emoção de nostálgico suave, como um rastro de luz pela noite a dentro” (*ETC.*, Salvador, Ano VI, nº 200, p. 17, em 15/11/1932).

<sup>6</sup> No decorrer do capítulo fica perceptível a constante citação de Juraci Dórea no trabalho, mas isso ocorre pela escassez de informações organizadas sobre Eurico Alves, sendo os dois livros de Dórea, a bibliografia que mais se aproxima de uma biografia ou uma tentativa de sintetizar a vida do escritor baiano, dentro das possibilidades da época, o que não se tornou mais fácil com o tempo.

<sup>7</sup> Revista produzida em Salvador, com seu primeiro número datado em 1927, inicialmente eram debatidos temas políticos e econômicos, mudando sua política editorial para publicar textos sobre cultura e “mundanidades” (OLIVEIRA, 1999, p. 15).



O retorno de Eurico Alves para Feira de Santana, após sua formatura, marca uma nova fase da vida do poeta, que morava há mais de uma década na capital baiana. A mudança de Boaventura para o interior do estado, principalmente a partir de 1935, quando trabalha em Capivari, distante da Feira e da Salvador, faz com que se sinta isolado, inicialmente, diante da quietude da caatinga que o envolve, sentindo uma imensa saudade da movimentação dos grandes centros, aos quais já estava acostumado, o que fica claro nas cartas que envia para os amigos em Salvador (DÓREA, 2012).

Apesar do “isolamento”, da saudade da vida boêmia, a estada na pequena cidade de Capivari é bastante produtiva na escrita literária do autor, que escreveu onze poemas<sup>8</sup> (que foram preservados e é de conhecimento da família)<sup>9</sup>. “Os olhos inquietos do poeta” (DÓREA, 1978, p. 39) ficam atentos às pequenas mudanças na melancólica cidadezinha, que estranhamente, observa o jovem juiz, todos estão sempre felizes. Em 17 de agosto de 1935, o jornal *O Imparcial* anuncia a visita de Boaventura a Salvador, destacando sua importância na geração modernista da Bahia:

Vindo de Capivary, onde é acreditado juiz preparador, encontra-se, nesta capital, o dr. Eurico Alves, figura de relevo da moderna geração intelectual bahiana, e que conta com vasto círculo de amizades em nossa sociedade (*O IMPARCIAL*, Salvador, Ano XIII, nº 1424, p. 2, em 17/08/1935).

Além do seu papel nas letras baianas, na década de 1920, a matéria destaca o “vasto círculo de amizades” que o poeta possuía na capital,

<sup>8</sup> São eles: “Vila Adormecida”, “Manhã”, “Noite Vilarenga”, “Canção Melancólica”, “Écloga”, “Noite de inverno”, “Missa”, “Canção da Ansiedade”, “Noturno de Capivari” e “Canção de Felicidade” (DÓREA, 1978).

<sup>9</sup> Eurico afirma em carta direcionada a seus amigos, que uma vez queimou uma caixa com várias poesias da sua juventude, na década de 1950, se arrependendo amargamente, posteriormente, do ato impulsivo (DÓREA, 2012).



além de demonstrar que mantinha boas relações com os periódicos que possuía uma ligação profissional, por atuar como colaborador, onde publicava seus escritos. Essa situação vai se alterar com o passar do tempo, ao ponto de afirmar em carta a Lycurgo Santos Filho, que havia sido esquecido da história literária de Salvador, em 1963, aos 52 anos: “Isolei-me de todo o meio cultural de Salvador. Hoje, só os da minha geração ainda se lembram de mim. Não culpo a ninguém. Apenas a mim mesmo.” (Carta a Lycurgo Santos Filho, 1963 apud DÓREA, 2012, p. 181)<sup>10</sup>.

Esse isolamento, da *fase arquivista*, é o que possivelmente dificultou Boaventura de publicar seus ensaios e sua obra mais extensa, *Fidalgos e vaqueiros*. Diferente da festa que foi recebido na capital baiana, em 1935, se sentia distante da efervescência intelectual soteropolitana, apesar de se manter com as leituras sempre atualizadas, como pode ser percebido com o estudo da biblioteca do autor<sup>11</sup>, novos problemas são tecidos por Eurico Alves, que observa o apagamento da cultura sertaneja que a modernidade ocasiona.

Nessa nova fase de seus escritos, o ensaísta deixa de lado suas poesias e se dedica a crônicas e ensaios, que buscam acentuar e resgatar um passado de glória para seu sertão. Torna-se, como o adjetiva seu amigo Juraci Dórea (2012), um *arquivador* compulsivo, no desejo de preservar uma cultura material e imaterial da região do interior da Bahia. Esse período de sua vida, que se acentua principalmente após a década de 1950, Eurico Alves já havia se mudado de Poções para Canavieiras, em 1956, e posteriormente para Alagoinhas, em 1958.

Destacam-se nesta fase, o volumoso ensaio sobre a civilização do couro, *Fidalgos e vaqueiros* (1989), o texto “Respeitosas ruínas do

<sup>10</sup> As cartas trabalhadas por Juraci Dórea, assim como o extenso acervo epistolar do ensaísta baiano, estão no acervo privado do autor, sobre domínio da família, por esse motivo, os fragmentos que serão trabalhados na minha dissertação, serão apud do livro de Dórea, que por ser amigo dos Alves Boaventura, conseguiu a permissão para realizar seu trabalho, com o pressuposto de não publicá-las na íntegra.

<sup>11</sup> Para maiores esclarecimentos, consultar Farias e Duarte (2008); Santana (2020).



passado pastoril”<sup>12</sup>, a crônica “Sob o ditame de rude Amagesto”<sup>13</sup> e escreveu ainda alguns ensaios sobre os sítios arqueológicos que ele encontrou no sertão, principalmente na região de Tucano, como: “A pedra de Imbuíra”, “Monumentos de Pedra” e “Biblioteca de granito”. Ainda entre as décadas de 1950-1960, Boaventura reúne, em treze cadernos, as suas anotações do seu Diário<sup>14</sup>. Nesse período, as poesias euriquianas dão espaço para a narrativa ensaística sobre o sertão, estabelecendo um diálogo, principalmente, com a Antropologia, a História e a Sociologia.

Compreendo a escolha do escritor de migrar do gênero literário que constrói seus textos, da poesia para o ensaio, como uma tentativa de atribuir um caráter mais cientificista aos trabalhos que escreve, que assumem um papel político de atestar uma historicidade de uma cultura sertaneja, que o poeta compartilha, que estava sendo apagada pelos barulhos frenéticos da modernidade, na ótica do magistrado. É também nessa fase que Eurico começa a intervir diante do poder público da cidade de Feira de Santana, para tentar frear o apagamento da cidade de suas memórias, diante de um ideal civilizatório, a partir de um padrão europeu, de como deveria ser uma cidade moderna.

Por isso, no decorrer da década de 1960, Eurico Alves escreve quatro cartas<sup>15</sup>, com o pseudônimo de Zé Fernandes, que são intituladas de

---

<sup>12</sup> Publicada em 1957, mas foi apresentado o texto em palestra homônima, em 29 de março de 1955, no Lions Rotary Clube. Também foi integrado ao livro *A paisagem urbana e o homem: Memórias de Feira de Santana*, de autoria do próprio Eurico Alves, organizado por sua filha, Maria Eugenia Boaventura, publicado em 2006.

<sup>13</sup> Crônica publicada nos periódicos *Sertão* (1961) e *Situação* (1967), posteriormente inspira Olney São Paulo de realizar um documentário com o mesmo título, em 1976, sendo ainda publicado, ao lado de outras crônicas do autor, no livro *A paisagem urbana e o homem: Memórias de Feira de Santana*, em 2006.

<sup>14</sup> Os treze cadernos que compõe o Diário de Eurico Alves Boaventura, estão sobre o domínio da família e compõe o arquivo pessoal privado do autor, ao lado de suas cartas e outros objetos. O Diário foi escrito entre 08/01/1953 a 08/06/1963, com um texto esporádico datado em 22/11/1964, como apresenta Juraci Dórea (2012).

<sup>15</sup> Carta I (1960); Carta II (1960); Carta III (1961) e Carta IV (1963).





“Cartas da Serra”<sup>16</sup>, que são endereçadas ao prefeito Arnould Silva, no início de seu mandato, aos vereadores e a toda comunidade leitora do jornal *Folha do Norte*<sup>17</sup>, onde são publicados os textos, que abordam questões urbanísticas, um passado pastoril e a necessidade de construir museus, como o do vaqueiro e do motorista, para arquivar o passado da cidade.

Na sua peregrinação pelo o sertão baiano<sup>18</sup>, atuando como juiz concursado, Dórea afirma que a principal conexão de Boaventura com Salvador se dava através do correio, que era a maneira de “se manter em sintonia com os acontecimentos do ‘mundo civilizado’ e em contato com os amigos, trazendo-lhe, além da correspondência pessoal, jornais e livros” (DÓREA, 2012, p. 110). Na biblioteca do autor, que está sob o domínio do Museu Casa do Sertão (onde pude ter acesso aos livros do cronista baiano), o que chamou minha atenção foi fato dos livros serem adquiridos pelo escritor, com pouco tempo após o lançamento, sendo leitor de obras em inglês, espanhol e francês, principalmente se tratando de livros de poesia (era inegável o gosto pela poesia estrangeira modernista).

Pela proximidade entre Alagoinhas e Feira de Santana, Boaventura fica mais atuante na defesa de sua cidade vaqueira (identidade que ele considerava inerente a Princesa do Sertão), nos grandes casarões que estão sendo destruídos e das famílias fidalgas que vão sendo esquecidas, com o surgimento dos novos ricos, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial<sup>19</sup>, que para o poeta ataca ferozmente o co-

<sup>16</sup> Grazyelle Santos (2009), publica um artigo direcionado apenas a análise das cartas em uma edição da Revista *Léguas e Meia*, que tinha como tema a vida e obra do poeta feirense. As cartas são abordadas com mais profundidade no livro *Cartas de Eurico Alves: Fragmentos da cena modernista*, de autoria de Juraci Dórea (2012).

<sup>17</sup> Periódico que já havia sido dirigido pelo prefeito da época e era favorável a seu governo.

<sup>18</sup> Para compreender historicamente a constituição do sertão da Bahia é necessário consultar o artigo “Região, Sertão, Nação”, de Janaína Amado (1995) e o livro *Cartografia da Saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*, de Valter Soares (2009), que faz uma análise da representação do espaço na literatura euriquiana.

<sup>19</sup> De acordo com Oliveira (2016), que afirma: “Mas que um massacre, a ‘guerra de catorze’ na opinião de Eurico, colocou o interior baiano, principalmente Feira de Santana, na rota da produção de mercadorias e conduziu um pequeno universo de práticas e saberes ao esquecimento.” (OLIVEIRA, 2016, p. 379).



tidiano interiorano, os modos de fazer e o arquivamento das memórias, impondo um novo ritmo na produção no campo, com as grandes máquinas que invadem as terras (OLIVEIRA, 2016), o desconhecimento do gado que cria, sem identidade ou relação afetiva com o dono, como prefere o ensaísta. A Feira não é a mesma das segundas-feiras aos pés da Sant'Anna.

Em 1969, Boaventura envia uma carta a Ignacio de Castro, relatando seu cotidiano, entre a urbe feirense e sua fazenda, na zona rural da cidade:

Aposentado, só faço é criar os meus bois holandeses, vendendo o leite das vacas e a engordar outros bois para o corte. Todavia, não me bestializei entre bestas. Vou vivendo. E segredo: envelhecendo como as árvores fortes envelhecem (Bilac). (Carta a Amilton [Ignacio de Castro], 1969 apud DÓREA, 2012, p. 33).

Aos 58 anos, o fazendeiro relata sua atuação campesina, no seu trabalho diário de administrar a ordenha das vacas, a venda do leite e dos bezerros holandeses, raça de predominância leiteira, assim como o comércio de gado de corte<sup>20</sup>. Apesar de viver entre “bestas”, ele afirma não ter se “bestializado”, isto é, continua lúcido, insinuando estar envelhecendo bem e forte.

Aparentemente, o bom estado de saúde de Eurico Alves não durou muito tempo, já que Dória (2012) afirma que a doença que lhe acomete até o fim da vida se agrava logo no começo da década de 1970, que impossibilitou a sua escrita, deixando bilhetes com uma caligrafia “nervosa e pouco legível” (DÓREA, 2012, p. 50). Em nenhum texto consultado sobre o autor, incluindo os textos jornalísticos, deixa claro qual a doença crônica que o autor enfrenta em seus últimos dias de vida.

Em 4 de julho de 1974 faleceu em Salvador, no Hospital Português, sendo sepultado em Feira de Santana, no Cemitério Piedade (DÓREA,

---

<sup>20</sup> Muito provavelmente zebuínos, como a raça Nelore, e que não deveriam ser animais de cria da fazenda, isto é, bovinos comprados após o desmame apenas para a engorda.



2012). Apenas um texto curto foi publicado no jornal *Folha do Norte*, periódico que o poeta colaborou entre os anos de 1930 e 1940, datado de 06 de julho de 1974, dois dias após o falecimento do autor, devido ao fato de ser um periódico semanal, mas não mencionou o autor em nenhuma das semanas seguintes.

Eurico Alves Boaventura

Vítima de longos padecimentos faleceu, em Salvador, quinta-feira, última, o Dr. Eurico Alves Boaventura, juiz de direito aposentado e homem de letras, tendo colaborado durante muitos anos nesta *Folha*.

Foi sepultado, ontem, no Cemitério Piedade, aonde o foram levar parentes e amigos.

Poeta, escritor e sociólogo, deixa valorosa obra publicada e um livro, inédito, em que vinha trabalhando ultimamente sobre a influência da civilização pastoril na história brasileira. (*Folha do Norte*, Feira de Santana, Ano LXIV, nº 3401, p. 1, em 06/07/1974).

Na notícia, há apenas informações simples sobre a morte e sepultamento de Boaventura, afirmando se tratar de um “juiz de direito aposentado e homem de letras”, destacando ainda o fato de se “poeta, escritor e sociólogo”, diante da escrita de seus ensaios no campo da arqueologia e da Sociologia, sendo uma referência à obra *Fidalgos e vaqueiros*, ainda na versão datilografada.

Eurico Alves morre deixando vários de seus trabalhos engavetados, a desgosto do poeta e ensaísta, que são publicados em meados de 1990 e na década de 2000, após o aniversário de oitenta anos do poeta, organizados por Maria Eugenia Boaventura, sua filha. Tanto Dórea (1978) como Rita Olivieri-Godet (1987), escrevem seus textos pontuando a necessidade de estudar o autor e sua obra, até então inédita<sup>21</sup>. Ape-

<sup>21</sup> Além dos ensaios, uma grande parte dos poemas do autor, que já haviam sido publicados em periódicos, havia se perdido. Sendo necessário um trabalho de pesquisa e organização de sua filha, Maria Eugenia Boaventura, para publicação de suas três



sar da publicação de uma parte da produção intelectual de Boaventura, uma grande quantidade de documentos está sobre o domínio da família, que não são disponibilizados para pesquisa, o que possibilitaria um estudo mais aprofundado sobre sua vida. Mesmo após mais de quatro décadas do apelo dos pesquisadores, poucos trabalhos científicos se debruçam sobre o trabalho do magistrado baiano.

Esforços para reverter esse cenário foram feitos, como a organização dos livros *A poesia de Eurico Alves Boaventura: Imagens da cidade e do sertão* (1999), realizado por Rita Olivieri-Godet, *História, Poesia, Sertão: Diálogos com Eurico Alves Boaventura* (2010), organizado por Aldo Silva, após o evento em comemoração ao centenário do poeta. Além dos já mencionados livros de Juraci Dórea (1978; 2012), a dissertação, publicada posteriormente no formato de livro, de Valter Soares (2009), a tese, recentemente publicada em livro, de Clóvis Oliveira (2016), que tem um capítulo que busca analisar a relação de Boaventura com a cidade de Feira de Santana, diante do seu processo de modernização, e minha dissertação (2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades de acesso a documentos do arquivo pessoal do escritor, almejo que meu trabalho possa contribuir para divulgação do ensaísta feirense, em particular para pensar o sertão como um espaço de intelectualidade. Dessa forma, tomo obra *Fidalgos e vaqueiros* como um enorme arquivo da sociedade do pastoreio, assim como um arquivamento de si.

---

obras poético-ensaísticas. Seu trabalho poético é então organizado da seguinte forma: Poemas metálicos (1926-1932); Poemas dinâmicos (década de 1930); Poemas do sertão; Canções feirenses e Poemas sentimentais. Sendo levadas em consideração as denominações atribuídas pelo próprio escritor no período contemporâneo a escrita.



## FONTES

*Arco e Flexa*. Salvador. 1928.

*ETC*. Salvador. 1932-1934.

*Folha do Norte*. Feira de Santana. 1934-1974.

## REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

\_\_\_\_\_. **A paisagem urbana e o homem**: Memórias de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2006.

DÓREA, Juraci. **Eurico Alves, poeta baiano**. Feira de Santana: Casa do Sertão/Lions Clube de Feira de Santana, 1978.

\_\_\_\_\_. **Cartas de Eurico Alves**: Fragmentos da cena modernista. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

FARIAS, Lúcio; DUARTE, Leny. O arquivo pessoal de Eurico Alves Boaventura: primeiras escavações. **Légua & meia**: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana, UEFS, v. 7, no 5, 104-110, 2009.

FERREIRA, Monalisa Valente. Os dedos de Eurico Alves vestem A Luva (A revista, o modernismo baiano e o poeta dissonante). **Légua & meia**: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana, UEFS, v. 6, no 4, 87-103, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução de Tomaz Tadeu e Guacira Lopes Louro, 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

OLIVEIRA, Clóvis F. R.. **Canções da cidade amanhecendo**: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016.

OLIVIERI, Rita. Para ler Eurico Alves Boaventura. **Sitientibus**, Feira de Santana, 4 (7), 35-47, 1987.

OLIVIERI-GODET, Rita. O sertão e a urbe: Imagens do arcaico e do moderno na poesia de Eurico Alves. In: OLIVIERI-GODET, Rita. **A poesia de Eurico Alves**: Imagens da cidade e do sertão. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Fundação Cultural, EGBA, 1999.

SANTANA, Artur Vitor de Araújo. **Homens verticais ao sol**: A construção do vaqueiro em Eurico Alves Boaventura (1928-1963). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco [Dissertação de Mestrado], 2020.



\_\_\_\_\_. Escritas de sertão e escritos de si: Práticas Historiadoras e Narrativa Autobiográfica em Fidalgos e Vaqueiros, de Eurico Alves Boaventura. In: **Anais Eletrônicos**: VII Encontro Regional de História (Anpuh-PR) – “O Futuro do Ensino de História”, 2021, p. 1-14.

SOARES, Valter. **Cartografia da Saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. Paisagem-sertão, narrativas e inscrições de si: a estetização de Eurico Alves Boaventura. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul/2011, pp. 1-16.



# O SERTÃO DO QUINTURARÉ: UM ESTUDO INICIAL SOBRE OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ATUAL MUNICÍPIO DE FREI MARTINHO NO SERIDÓ PARAIBANO

 Eduarda Oliveira Silva<sup>1</sup>

 Ana Laura de Souto Lira<sup>2</sup>

 Helder Alexandre de Medeiros Macedo<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é visibilizar os estudos iniciais sobre os processos de territorialização do atual município de Frei Martinho, localizado no Seridó paraibano, tendo como principal motivação a escassez historiográfica, além da exígua bibliografia sobre sua história. Sendo as autoras, naturais da referida cidade e, estudantes do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Caicó/RN (UFRN/CERES), agraciadas pelos direcionamentos aos estudos concernentes ao Sertão e, sobretudo, ao Seridó, tiveram como interesse norteador abrir o leque de possibilida-

---

<sup>1</sup> Graduada no Curso de História/Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CERES.

<sup>2</sup> Mestranda em História dos Sertões pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES/UFRN. Graduada no curso de História/Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> Orientador e Professor Adjunto do Departamento de História do CERES, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lecionando no Campus de Caicó. Doutor em História - UFPE.



des para os estudos sobre tais temáticas, além de buscar compreender como se deu os atuais recortes territoriais do município.

Nesse sentido, buscou-se realizar uma revisão bibliográfica no que tange aos conhecimentos e conceitos acerca do Seridó, pensando a partir de categorias úteis de análise como territorialização, espaço e o próprio Seridó. Para isso, utilizamos alguns autores que de forma exitosa vem contribuindo para esses estudos, como a professora Ione Moraes (2020) que com sua bagagem geográfica auxilia na compreensão de um Seridó etimologicamente plural, além de geograficamente vasto. Somado a Moraes, também foi procurado dentro dos estudos do professor Helder Macedo (2008) e também do autor Muirakytan Macedo (2012) apontamentos sobre a gênese da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, delimitada no século XVIII nos processos de ocidentalização.

Além desses autores, também foram utilizados dois livros memorialistas, publicados recentemente, sobre a cidade de Frei Martinho. O professor de português Cloacir Gomes (2017) e o advogado Aureliano Martins (2018) dedicaram um momento de suas vidas para escrever saudosamente sobre suas vivências enquanto filhos da terra de Nossa Senhora da Guia. Também foi utilizado as investigações da autora advogada Fabiana de Medeiros Agra, que se dedicou em estudar a respeito da história de Picuí/PB, a quem até 1961 Frei Martinho era pertencente como distrito, e o compilado de sesmarias feito no livro Cronologia Seridoense por Olavo de Medeiros Filho (2002).

É preciso salientar também que o interesse no referido trabalho é de acompanhar os estudos que correm pelo Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) sobre o próprio Seridó. Estudos esses que abarcam uma diversidade de temas tão grande quanto o próprio território seridoense, e que certamente solidifica ainda mais o espaço sertanejo entre a historiografia, com a criação do Programa de Pós Graduação em História dos Sertões (MHIST) em 2018.

Contudo, foram encontradas algumas dificuldades no desenrolar desta pesquisa, pois com a ausência de bibliografias e a impossibilita-





de de realizar uma busca presencial no cartório civil de Picuí/PB e no fórum da referida cidade, em decorrência da pandemia do COVID-19, ficou-se limitado a considerações preambulares a partir de uma revisão bibliográfica onde fosse possível, além de possíveis apontamentos, *a posteriori*, sobre uma história partindo dos pressupostos da oralidade.

Frei Martinho, que já foi chamado do *Caboré* e *Bonita/Botina do Janúncio*, certamente há muito o que contribuir para a construção da historiografia seridoense e sertaneja, sobretudo porque, partindo do território que hoje compreende a zona rural *Quinturaré* na atual cidade, outrora, nos séculos XVII-XVIII, houveram demarcações de sesmarias para um número considerável de pessoas e condições financeiras.

No que tange às discussões sobre a territorialização do atual município de Frei Martinho, localizado no Seridó Oriental Paraibano, sabe-se que sua gênese esteve atrelada à antiga Freguesia de Santa Ana do Seridó, situada entre as Capitanias do Rio Grande e da Paraíba. Com base nos estudos desenvolvidos por Helder Alexandre Medeiros de Macedo, sobretudo o artigo intitulado “Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó: Historicidade e Produção do Território” (2008), é possível compreender a formação desse território.

Macedo (2008) considera que “a conquista do sertão da Capitania do Rio Grande, que teve como cerne a expansão da empresa pecuarista vinda do litoral, se processou no contexto de um amplo fenômeno, de escala global, o da ocidentalização, no qual as relações entre os luso-brasílicos e os nativos foram acentuadas” (MACEDO, 2008, p. 01). Neste contexto, a ocupação desse território teve como resultado a mestiçagem entre as populações nativas e os colonizadores.

Concordamos também com as considerações de Macedo (2008) sobre território e territorialização, definidas por ele como:

Compreendemos território como sendo um espaço apropriado em função e a partir de relações de poder, sociais e culturais. Consideramos, assim, a territorialização – transformação do espaço



em território – como um processo que se dá pela apropriação de um indivíduo, de um grupo social ou mesmo de uma nação sobre determinada superfície da terra, dotando-a de visibilidade e de funcionalidade específicas (MACEDO, 2008, p. 04).

Sobre a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana Do Seridó é importante deixar claro que:

Somente entendemos com clareza o surgimento desta freguesia se a enxergarmos como sendo parte integrante de um movimento mais amplo, o de conquista do sertão da Capitania do Rio Grande, possibilitado pelo alargamento da fronteira da pecuária, à medida que o Rei de Portugal – através do capitão-mor – doava porções de terra para serem ocupadas pelo gado, por lavouras e pelos cristãos. (MACEDO, 2008, p. 13).

A demarcação de território tinha como base principal o curso natural dos rios. Desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso pelo Padre Manuel Machado Freire, por ordem de Dom Luís, em 15 de abril de 1748 nasceu “a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, com sede na Povoação do Caicó, cujos limites também foram deliberados pelo visitador”. (MACEDO, 2008, p.11-12).

O território compreendido por essa nova Freguesia era muito vasto, incluindo territórios dos atuais estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, como a cidade de Picuí, a quem até 1961 Frei Martinho era pertencente como distrito. Embora fragmentada, a Freguesia de Santa Ana concorreu para a construção dos contornos territoriais que, no futuro, iriam imprimir os sentidos de uma região denominada Seridó (MACEDO, 2008, p. 21).

Considerando o nosso recorte espacial e o próprio objeto de estudo, este trabalho está situado no domínio da História dos Sertões. Neste sentido, é primordial que “Sertões” seja trabalhado enquanto conceito, espaço e categoria de análise. Para tanto, as reflexões iniciais partem dos escritos de Janaína Amado (1995) e Erivaldo Fagundes Neves (2003).



Vivido como experiência histórica, “sertão” constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação (AMADO, 1995, p.146).

Pensando os sertões enquanto conceito e categoria de análise, Neves (2003) define:

Generalizou-se o conceito de “sertão” para vasta área do interior brasileiro que expressa pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, equiparando-se a ideia de região, exposta como espacialização destacada num continente, país, ou subunidade setorial de poder, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, natureza do que produz, espécies de bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais. Como categoria analítica da divisão espacial, “sertão” exprime condição de território interior de uma região ou unidade administrativa interna (NEVES, 2003, p. 157).

Para pensar o sertão seridoense não se pode deixar de revisitar, também, os escritos da geógrafa Ione Moraes (2020), sendo ela natural da mesma região que se está focando, a autora compartilha de um espaço histórico-geográfico que pode ser compreendido a partir de uma noção de resistência. Tal noção faz bastante sentido, ao passo que o Seridó tem, em sua historicidade e em sua natureza semiárida, a capacidade de resiliência frente aos percalços.

Para iniciar as percepções sobre o Seridó, é importante saber sua etimologia. Segundo Moraes (2020), o conceito é bastante plural, sempre atrelado aos auspícios indígenas *ceri-toh* que diz a respeito de um espaço sem folhagens ou sem sombras (2020, p. 10). Em diversas documentações o conceito é destacado também como *Sirido*, sendo resultado das modificações ortográficas, até chegar no seu sentido e escrita atual *Seridó*.

Para além desse sentido indígena, há também a definição religiosa, que segundo o pároco da catedral de Sant’Ana Monsenhor Antenor Sal-



vino de Araújo, Seridó seria o significado *Sarid*, de origem hebraica, que quer dizer “aqui Deus gostou de morar”. Percebe-se que o Seridó, reiteradamente, foi palco de sentidos e práticas, e no que tange à sua essência, diversos autores eruditos, como Olavo de Medeiros, Manuel Dantas, Juvenal Lamartine de Faria e Câmara Cascudo se debruçaram em evidenciar uma terra que saltava aos olhos daqueles que prestavam atenção nela.

Outra autora bastante lúcida sobre os assuntos concernentes ao sertão seridoense é Olívia Moraes de Medeiros Neta (2007), que em sua dissertação de mestrado tornou à tona um estudo sobre os discursos proferidos sobre tal espaço. Entre seus escritos, é compartilhado a noção de que o Seridó é resultado de representações que certamente levam consigo uma carga histórica, compondo uma rede de significado e práticas sociais. Segundo Neta (2007) “O espaço sertão é uma representação cultural, resultado da ação dos homens. As formas assumidas por estas espalham-se pela sociedade formando um conjunto de discursos a respeito do espaço.” (2007, p. 60).

Em se tratando ainda da resiliência, um fator psicológico quase que natural à natureza seridoense semiárida, é preciso reconhecer a importância da fauna e flora desse território, como característica única e relevante para a historicidade. Em que sentido? Muirakytan Macedo (2012) traz à tona em seus escritos sobre o Seridó a capacidade de adaptabilidade que o espaço proporciona aos percalços das vivências humanas e animais, e isso certamente irá se refletir ao passo que o território se tornará etimologicamente e espacialmente litigioso.

O compilado de sesmarias feito no livro *Cronologia Seridoense* por Olavo de Medeiros Filho (2002) pôde de alguma forma sinalizar as primeiras formações territoriais do que hoje compreende-se Frei Martinho. Através das sesmarias levantadas pelo referido autor, foi possível notar que a gênese do município parte do que hoje compreende-se a zona rural do *Quinturaré*, que está situada dentro dos 14.000 quilômetros quadrados correspondentes ao território, atribuído, da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó.



A terminologia *Quinturaré* nesse contexto diz respeito ao rio que cortava desde os territórios que hoje correspondem à Picuí até a atual Frei Martinho, onde este mesmo rio era tributário do rio Acauã, fazendo barra no Seridó (MEDEIROS, 2002, p. 20). Atualmente, o *Quinturaré*, além de sinalizar o rio, também nomeia uma zona rural pertencente a Frei Martinho, onde ainda abriga familiares importantes para a historicidade da cidade.

As sesmarias apontadas por Olavo de Medeiros Filho datam de 1696 a 1764, e em seu compilado foram apontadas uma média de 10 sesmarias correspondentes ao que é atualmente o território freimartinhense, cedidas para homens e mulheres que notadamente detinham de recursos financeiros. Outro ponto bastante importante do compilado de Olavo de Medeiros Filho é a menção à *Timbaúba*, serra de grande extensão que atualmente nomeia também outra zona rural do município.

Entre esse recorte histórico colonial e o século XX, onde se tem uma certa origem, principalmente do seu período como distrito de Picuí, a história de Frei Martinho sofre com um certo lapso temporal, onde só será possível preenchê-lo a partir de uma investigação documental no cartório civil de Picuí ou no fórum da mesma cidade. Atualmente, segundo informações pessoais das autoras, essa mesma documentação está à mercê de ser descartada pelo órgão mantenedor, o que é bastante perigoso para o resgate e o mapeamento das explicações sobre o atual território freimartinhense, e o levamento de nomes importantes para esse processo.

A autora, jornalista e advogada Fabiana de Medeiros Agra dedicou-se em estudar a respeito da história de Picuí/PB, a quem até 1961 Frei Martinho era pertencente como distrito. Partindo das investigações da autora compiladas no livro “Picuí do Seridó: dos primórdios até 1930” (2010), há uma breve descrição sobre o processo de territorialização de Frei Martinho já enquanto povoado no século XX. A autora atribui a Janúncio Pereira o papel de fundador da cidade e aponta as primeiras famílias a povoarem:



Em 1924, Janúncio Pereira instalou, em local onde existia apenas mata virgem, a fazenda Caboré. No mesmo ano, implantou uma feira, despertando o interesse de famílias das redondezas. A seguir, Janúncio construiu várias casas para alugar ou vender aos novos moradores, consolidando o povoamento. Os ocupantes das primitivas casas foram Bernadino Batista, Sebastião Luis de Lima, Pedro Aleixo, Pereira Pinto, Luis Egídio de Farias e Isidoro Amaro Dantas (AGRA, 2010, p. 246).

A autora também traz informações sobre os nomes escolhidos para nomear esse território:

O lugar foi denominado Caboré, mais tarde, Botina do Janúncio e depois, Torrão do Janúncio. Em 1936, um forasteiro, teria tido um sonho, no qual uma voz lhe dizia que o povoado deveria chamar-se Frei Martinho, nome de um Frade Alemão. Com a concordância dos líderes locais e do vigário, foi adotada a nova denominação. Em 1928, foi construída a Igreja de Nossa Senhora da Guia, em terreno doado por Janúncio (AGRA, 2010, p. 246).

Embora saibamos que o território tenha sido ocupado através da concessão de sesmarias para um número considerável de pessoas e condições financeiras, como dito acima, essa versão resumida e cheia de lacunas prevalece como oficial, destacando mais uma vez a necessidade de investirmos na pesquisa sobre os processos de territorialização do atual município de Frei Martinho, principalmente através da História Oral, tendo em vista a ausência de narrativas e fontes escritas.

Por fim, é importante citar a contribuição dos escritores memorialistas para a escrita da História da cidade. O professor de português Cloacir Gomes (2017) e o advogado Aureliano Martins (2018) dedicaram um momento de suas vidas para escrever saudosamente sobre suas vivências enquanto filhos da terra de Nossa Senhora da Guia.

A cidade descrita por Cloacir Gomes (2017) é que o mesmo, através de suas lembranças singulares, desnuda uma povoação que se encon-



tra, por volta dos anos 60 e 70 do século XX, com a chegada tardia de tecnologias, além da descrição de alguns prédios importantes para a história da cidade, a exemplo da “velha Usina” que à posteriori também seria o primeiro clube de danças, e atualmente comporta a única biblioteca do município. Aureliano Martins (2018) que também menciona o referido prédio, aponta que:

Diante do desprezo e abandono da usina repleta de maquinários modernos que ninguém sabia operar, levou o senhor Alfredo Lopes Galvão a tomar a frente da “empresa”, assumindo sua direção. Mas devido a falta de matéria prima para movê-la, também a abandonou, até que o tempo encarregou-se de desfigurá-la por completo, depois da nossa emancipação. (MARTINS, 2018, p. 31)

Tal espaço, segundo o mesmo autor, era resultado de uma propagação de construção de usinas no Nordeste, após a segunda guerra mundial, voltada para o âmbito algodoeiro. Com a decadência da mesma, transformou-se num clube de festa bastante famoso, nomeado na época por “Suárez”, onde aos sábados, a juventude se encontrava. Além desse aspecto, a leitura dos dois livros também revela um pouco sobre as vivências nas pequenas ruelas da cidade, as bodegas que ainda resistem ao tempo, os monumentos, pessoas que ainda moram na cidade (hoje, idosos e idosas).

Aureliano Martins se preocupou em descrever uma cidade em uma perspectiva mais descritiva e informativa, trazendo dados e nomes pontuais, enquanto Cloacir Gomes, certamente emergido no lirismo, resultado de sua carga literária, transcreve uma cidade que, para quem lê, transmite saudades de uma época não vivida. Ambos, mesmo que consciente ou não, refletiram a perspectiva do historiador Jacques LeGoff (1990) ao passo que ao usarem da memória “...como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (1990, p. 423).



Em suma, no que diz respeito às nossas considerações finais sobre esta revisão bibliográfica inicial, espera-se que esse trabalho seja a porta de entrada para futuros estudos sobre o município de Frei Martinho, que se abram o leque de possibilidades e visões sobre esse que outrora já foi torrão de Janúncio Pereira e que certamente carece de entrar no mapa dos estudos sobre o Seridó, seja ele riograndense ou paraibano.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-52, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- DANTAS, Cloacir Gomes. **Infundas Memórias**. 1ª ed. Natal/RN: Offset Editora, 2017.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- MACEDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. 2.ed. Campina Grande/PB: EDUFRN; EDUFCG, 2012, 238 p.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. **Revista Espacialidades**, v. 1, n. 00, p. 01-28, 30 nov. 2008.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia seridoense**, 2002.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó Norte-Rio-Grandense: uma geografia da resistência**. Natal: EDUFRN, 2020. 597 p.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- NETA, Olívia Moraes de Medeiros. **Ser(tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN. Natal/RN, 2007.
- OLIVEIRA, Aureliano Martins de. **Retalhos da História de Frei Martinho**. Osasco/SP: Editora e Gráfica LTDA, 2018.





# “BREVES NOTÍCIAS SOBRE SERTANEJAS”: AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA DE MANOEL FERREIRA NOBRE (1877)

 Francisca Rafaela Mirlys da Silva<sup>1</sup>

## NARRATIVAS SERTANEJAS: O “SERTÃO” E SEUS “PRODUTORES”

Para historiografia brasileira, “sertão” é um conceito muito importante. A palavra está presente nestas terras desde o século XVI, e certamente na história<sup>2</sup> desde o século XVII. Como afirma Janaína Amado, no seu conhecido artigo *Região, Sertão, Nação*, “no conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes para designar uma ou mais regiões, quanto a de sertão” (AMADO, 1995, p.145). Ou seja, o sertão faz parte do cotidiano brasileiro, seja pela vivência ou pelo imaginário.

Desse modo, sertão é uma categoria plural, cheia de significações. Tanto pode designar regiões à dentro, afastada da costa, em oposição ao litoral, como descreviam os colonizadores. Quanto pode ser muito mais que isso. O sertão é, certamente, um lugar de alteridade. Lugar esse frequentemente apresentado e representado na literatura brasileira clássica, ou não: “grande parte da denominada ‘literatura regionalista’ tem o sertão como locus, ou se refere diretamente a ele” (AMADO, 1995,

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestranda, bolsista da capes, orientanda do professor doutor Magno Francisco de Jesus Santos.

<sup>2</sup> Aqui entendo história como escrita da história, fazer historiográfico.



p.146). Sendo assim, sertão é uma categoria cheia de subjetividades, é social e cultural, tanto quanto é físico.

Como abstração ou concretude, o sertão é importante para o Nordeste. Como aponta a autora anteriormente citada, sem a ideia de sertão a própria noção de “Nordeste” se esvazia porque faltara um de seus principais referenciais. Se assim fosse, poderíamos repetir os versos de Belchior ao dizer: “Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!”.<sup>3</sup>

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide o Nordeste em três sub-regiões: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte. O Sertão é a maior delas, e fica a oeste das duas primeiras e a leste da última. É designada como uma área pobre e árida, o “polígono da seca”. Vê-se aí porque o Nordeste não consegue existir sem o sertão.

Talvez não seja só o Nordeste que não pode existir sem o sertão. A própria ideia de Brasil não está desvinculada dele. A historiografia dos Institutos Históricos e Geográficos, que tinha como preocupação principal moldar a nação brasileira, lançou mão muitas vezes do conceito de sertão:

No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira. (AMADO, 1995, p.146)

Um dos intelectuais responsáveis por essa construção historiográfica que coloca o sertão como categoria essencial foi Manoel Ferreira Nobre. Ferreira Nobre é considerado o primeiro historiador do estado do Rio Grande do Norte, à época ainda província, por ter publicado, no ano de 1877, a obra *Breve notícia sobre a província do Rio*

---

<sup>3</sup> Na música *Conheço o meu lugar*, do álbum *Era uma vez um homem e seu tempo*, de 1979.



*Grande do Norte*.<sup>4</sup> O autor nascido em Natal, em 1824, faleceu em 15 de agosto de 1897, na cidade de Papari, hoje Nísia Floresta. Essas datas, hoje sabidas, deram certo trabalho investigativo para Luís da Câmara Cascudo e Antônio Soares, que tiveram que seguir rastros quase que totalmente apagados de Ferreira Nobre para descobrir o ano de seu nascimento e a data de sua morte, assim como em que cidade falecera.<sup>5</sup>

Cascudo e Antônio Soares (1971) dedicaram umas boas páginas a contar um pouco da vida profissional de Ferreira Nobre. Segundo os autores, o historiador oitocentista foi soldado, oficial-maior da secretaria da assembleia legislativa, ajudante de ordens da presidência, capitão da guarda nacional, deputado provincial, bibliotecário e, após a aposentadoria, advogado nas cidades de Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Vila Imperial de Papari, Arês, Goianinha e Canguaretama. Antônio Soares afirma que

Saindo de Natal, terra berço, Ferreira Nobre passou a morar na antiga Vila de Papari. Dali se transportara a outros distritos, tôda vez que o chamavam a patrocinar pleitos judiciais ou a defender

<sup>4</sup> O livro foi reeditado e relançado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), no ano de 1971, quase 100 anos após a primeira publicação. Isso se fez necessário porque muito se falava sobre a sobrevivência de um único exemplar em posse do IHGRN. E por se tratar de uma importante obra, sempre revisitada e citada por importantes intelectuais potiguares do século XX, viu-se a necessidade de uma nova edição, inclusive para fazer alguns ajustes. A reedição conta com correção de datas e informações errôneas contidas na primeira versão, bem como a numeração dos capítulos em algarismo romano de forma correta. Isso porque várias informações contidas na primeira edição têm erros, provavelmente por falta de uma revisão mais cuidadosa da parte de Ferreira Nobre ou de um editor.

<sup>5</sup> No material que há em apêndice do livro *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, Câmara Cascudo (NOBRE, 1971, p.212) afirma que se sabia, por meio de Tavares de Lira, que Ferreira Nobre havia nascido em 1833 e falecido em 1889. Nenhuma das informações procede, e foi preciso de uma certidão de casamento para saber o ano de seu nascimento. Assim como, visitas a alguns arquivos, cemitérios e, finalmente, consultas ao jornal A República até descobrir a data do óbito. Antônio Soares muito lamentava o fato da data de morte e local de sepultamento de Ferreira Nobre ser desconhecido, tanto que afirmou: “De pé a triste afirmativa de que não há registro da morte de quem primeiro registrou nossa pequena história provinciana”. (NOBRE, 1971, p.216).



réus pobres, perante o Tribunal do Júri. Por fim, na última dessas vezes, quando se preparava para atender a um dos serviços forenses, morreu repentinamente (...) (NOBRE, 1971, p.222).

A obra de Ferreira Nobre objeto de estudo deste trabalho é uma importante fonte de informação para os estudiosos do período colonial e imperial no Rio Grande do Norte. No prefácio da edição de 1971, escrito por M. Rodrigues de Melo, há a seguinte afirmação:

Não há, entre nós, um só estudioso de história, geografia e etnografia, que não tenha citado Ferreira Nobre. Citado, diga-se de passagem, não só para endossar o que êle diz, mas, também, para discordar dele, quando não é para se amparar nos “momentos difíceis” da história. (NOBRE, 1971, p.10).

Dentre esses estudiosos a que se refere estão: Tavares de Lira, Rocha Pombo, Luís da Câmara Cascudo, Antônio Soares, Nestor Lima, José Augusto, Luís Fernandes e Vicente de Lemos. Todos esses historiadores precisaram recorrer a Ferreira Nobre por ser a obra mais antiga da historiografia provincial, como também por conter uma série de informações que não eram possíveis de encontrar em nenhum outro lugar, mesmo que muitas delas sejam questionáveis. Há muitas afirmações impossíveis de rastrear a origem. Isso porque muitas vezes ele as faz sem citar fontes, ou explicar a procedência. E há também coisas que parecem apenas erros de escrita. Rodrigues de Melo chama a atenção para o fato de o livro ter sido impresso em Vitória, Espírito Santo, longe das vistas do autor, o que pode ter impossibilitado uma última revisão.

Cascudo, que tantas vezes recorreu ao autor de *Breve Notícia*, chegou a afirmar que a obra “não é bem história, mas crônica breve e sucinta, tendo informações corográficas e mesmo econômicas e administrativas” (NOBRE, 1971, p.216). E de fato a obra se assemelha muito às coreografias, uma vez que a preocupação de Ferreira Nobre era apre-



sentar a situação e extensão da província<sup>6</sup> e fazer uma ode aos homens que lutaram na Revolução de 1817.<sup>7</sup>

Das 8 cidades, 15 vilas e 13 comarcas da província do Rio Grande do Norte que Ferreira Nobre trata, há muitas localizadas no que entendemos como sertão, que abarca na verdade a maior parte dos municípios do estado. É relatando, contando e descrevendo as cidades e vilas desse sertão que Ferreira Nobre dedica algumas linhas e notas de rodapé a algumas mulheres importantes para a província. Elas não são muitas. E talvez realmente não pudessem ser em uma época que aos homens era destinado a propriedades, os direitos políticos e a vida pública.

Ainda assim, em meio a esse cenário, dedicando centenas de páginas a falar de localidades e homens ilustres, Ferreira Nobre consegue destinar um pequeno lugar a três mulheres sertanejas. Três é um número irrisório comparado a quantidade de homens citados em cada capítulo. Mas três pode ser considerado um número significativo quando falamos de um homem do século XIX, preocupado em contar a história e feito de outros homens.

É a aparição dessas poucas mulheres sertanejas na memorável obra de Ferreira Nobre que me debruço neste trabalho. Para tanto, recorro a Michel de Certeau, no famoso texto *A operação historiográfica*, do livro *A escrita da história* (1975). Certeau afirma:

---

<sup>6</sup> Antônio Soares aponta que a obra de Ferreira Nobre trata dos seguintes assuntos: “Situação e extensão da Província. População, que era, em 1877, de 233.979 habitantes. Representação. Orçamento provincial (receita de 304:0005000, para uma despesa, maior, de 318:682S000. Produção. Minas. Fatos nacionais. Divisão Administrativa da qual se vê que, naquele tempo, o Rio Grande do Norte se dividia em 8 cidades, 15 vilas e 13 comarcas, a respeito das quais o autor nos fornece resumida notícia”. (NOBRE, 1971, p.)

<sup>7</sup> A Revolução de 1817 foi um movimento liderado por senhores de engenho, comerciantes e clérigos revoltados por causa das condições de vida agravadas pela seca no Nordeste, e indignados com as diferenças gritantes entre a coroa e as províncias. O movimento começou em Pernambuco e tinha caráter separatista. A província do Rio Grande do Norte foi uma das envolvidas, sob o comando André de Albuquerque Maranhão, senhor do engenho Cunhaú. Mas o governo instaurado durou apenas três meses (LIRA, 1982).



Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. (CERTEAU, 1975, p.66).

Compreendo que Ferreira Nobre fez os caminhos necessários à operação historiográfica. Isto é, seu lugar social, de um homem ligado às forças armadas e a política, foi importante para que ele se dispusesse a fazer sobre as cidades e vilas da província, procurando dar destaque aos homens que lutaram na Revolução de 1817. Para tanto, aplicou procedimentos de análise e, por fim, construiu uma narrativa tão importante que se tornou referência.

Esse é o mesmo caminho que sigo aqui. Com um objetivo bastante diferente do de Ferreira Nobre, buscando procurar vestígios de mulheres sertanejas, aplicou a metodologia da pesquisa histórica<sup>8</sup>, a fim de produzir esta narrativa.

## AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA

A historiografia por muito tempo negligenciou as mulheres e suas ações enquanto dignas de protagonizar narrativas históricas. Nós mulheres, por muito tempo, não fomos vistas como sujeitos, quem dirá sujeitos históricos, com ação histórica. Isso significa que durante muito tempo a história foi centrada em um sujeito masculino. Não só mascu-

---

<sup>8</sup> Por metodologia da pesquisa histórica compreendo: ter uma problemática, ter recortes (espacial e temporal), questões a responder, objetivos, uma justificativa, fontes, teoria e construir uma narrativa que respeite os princípios historiográficos.



lino, como branco, heterossexual, de preferência europeu, ou pelo menos, descendente destes.

Michelle Perrot e Georges Duby, na coletânea *História das Mulheres*, chamam a atenção para essa a escrita tardia de uma história das mulheres. História essa que apenas começou a vir à tona com o desenvolvimento de estudos antropológicos com ênfase em família. Isso significa que o enfoque desses estudos era o cotidiano, a vida privada e o individual. Estudos esses de extrema relevância, sem dúvidas. Mas que por muito tempo ignorou uma dimensão pública da existência feminina. Essa dimensão do privado foi muito importante para trabalhos dedicados a compreender as raízes da dominação entre os sexos.

Todavia, é preciso ter em mente que se dedicar a uma história com “mulher” como categoria central pode criar um problema semelhante à escrita da história dos homens: deixar de lado a relação entre esses dois universos que na vida prática são indissociáveis. Entendo que mesmo que a história das mulheres se preocupe com as opressões do sexo oposto, é importante me dedicar a uma escrita relacional que vem sendo proposta desde a década de 1980. Segundo Joan Scott essa foi uma virada nos estudos feministas:

As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1996, p.3.)

Neste trabalho, gênero é uma categoria de análise primordial, como defende Joan Scott (1989). Entendo que é preciso repensar relações entre os indivíduos e os grupos sociais, para se escrever uma história de gênero. Scott afirma:



Gênero foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. [...] Também enfatizaram o aspecto relacionado do gênero: não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. [...] uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança (SCOTT, 2011, p.89).

É preciso pontuar que a historiografia brasileira seguiu o curso internacional, e demorou a dar protagonismo às mulheres nos estudos históricos. Foi somente na década de 1980 que começaram a surgir de forma expressiva estudos voltados para as questões de gênero.

Alguns dos trabalhos mais relevantes nesse sentido são o de Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), Sidney Chalhoub (1986), Martha Abreu (1989), Margareth Rago (1985), entre outros. A maior parte deles foram desenvolvidos na/ou sobre a região Sudeste do Brasil e tinha a preocupação de compreender qual o diálogo e as dissonâncias entre o discurso burguês acerca dos papéis femininos e as práticas cotidianas, buscando perceber de que modo às mulheres correspondiam ou não ao esperado, e até onde elas usavam o discurso burguês a seu favor.

No que diz respeito ao Rio Grande do Norte, os trabalhos dedicados ao estudo de mulheres também demoraram a surgir. Interessa-me aqui os trabalhos que tratam de mulheres no ou do século XIX, ou até mesmo, de períodos anteriores. Sobre o século XIX o que temos, com maior frequência, são trabalhos que mencionam mulheres, mas que pouco se debruçam sobre as questões do feminino, e suas especificidades. Esse certamente é o caso de Ferreira Nobre. Mas há algo peculiar na escrita da história de um homem dos oitocentos que aborda a existência de mulheres importantes, inclusive citando seus nomes e ações.





Isso é notável porque durante o século XX, os poucos registros sobre mulheres ficaram marcados na chamada historiografia clássica – especial nos escritos de autores como Luís da Câmara Cascudo, Tavares de Lira e Rocha Pombo. Em geral, esses trabalhos são marcados por relatos que se atêm a pontuais dados sobre população, principalmente a partir de relatórios dos presidentes de província; as mulheres aparecem também quando são indígenas (em registros sobre trabalho ou resistência); quando são vítimas de ações de homens; ou quando estão associadas a um homem que é uma figura de autoridade; e por fim, quando é um nome de uma escritora de destaque.

Câmara Cascudo (1984) é um exemplo que preenche praticamente esse quadro de aparição das mulheres nessa historiografia. No entanto, essas mulheres não apresentam protagonismo, e geralmente tem pouco ou nenhuma agência histórica. Cascudo cita muitas mulheres apenas associadas a figuras masculinas, como também fazem Rocha Pombo (1921) e Tavares de Lira (1982).

### **“BREVES NOTÍCIAS SOBRE SERTANEJAS”**

Manoel Ferreira Nobre em meio à apresentação de vilas e cidades, dados da população, descrição de habitações públicas e privadas, e contação das histórias de homens envolvidos na Revolução de 1817, acaba por falar de muitas outras coisas. Por exemplo, enquanto apresentava a Cidade de Príncipe, achou relevante mencionar que as mulheres daquela localidade eram “(...) geralmente belas, de costumes puros, sinceras nas suas afeições, e fiéis aos deveres de família e religião.” (NOBRE, 1971, p.68). E quando se refere às mulheres da cidade de Mossoró afirma que elas “(...) distinguem-se por sentimentos sublimes, profundos e generosos.” (NOBRE, 1971, p.90).

Esses dois trechos são os únicos momentos em que ele dedica algumas sentenças para falar sobre costumes ou comportamentos femininos de forma aberta. Fica evidente por esses relatos que há expectativas acerca da conduta feminina. A mesma expectativa de sua contempo-



rânea Isabel Gondim<sup>9</sup>: que as mulheres fossem sedentárias, devotas do lar, da família e da religião, assim como, deveriam ser adoráveis e generosas. Por isso, a escolha de Ferreira Nobre de dar destaque às cidades que as mulheres parecem, pelo menos aos seus olhos, se enquadrar no padrão desejado.

Além desses momentos em que são descritas em grupos e de forma genérica, Manoel Ferreira Nobre apresenta aos seus leitores algumas mulheres em específico. O que surpreende é que o autor as apresenta ao público chamando-as pelos nomes. Não só isso. Relata também quando e quais seus feitos. Essas três sertanejas presentes em *Breves Notícias* são: dona Ana Rosa Emília; Teodósia dos Prazeres e dona Margarida. E de bônus, na segunda edição, o IHGRN incluiu dona Clara Macedo.

Essas três mulheres têm algo em comum, além da condição imposta pelo gênero: são mulheres abastadas. A maioria, inclusive, proprietárias de terras. O que é incomum. Por isso são tão poucas. A única que apresenta uma trajetória um tanto diferente é a dona Ana Rosa Emília. Ela foi uma professora responsável, junto ao seu colega Inácio Francisco Dantas, por instalar as cadeiras públicas de primeiras letras na vila de Apodi, no ano de 1855.

Isso é tudo que Ferreira Nobre nos informa sobre Ana Rosa Emília. Apenas que era uma professora. Não sabemos se ela era natural de Apodi, nem sua idade, nem qualquer outra informação. Mas sabemos onde estava, seu nome, uma ação sua importante para aquela localidade e o ano em que ocorreu o fato. Isso pode ser muito pouco, mas o suficiente para reconhecer a agência histórica dessa mulher.

No rol das donas, temos Teodósia dos Prazeres, que viveu no século XVII. O nome dela surge como de uma proprietária de parte das terras que vieram a se tornar a cidade do Príncipe. Assim como Ana

---

<sup>9</sup> Isabel Gondim foi uma professora e intelectual do século XX que escreveu a obra *Reflexões à Minhas Alumnas*, na qual ela dá uma série de instruções morais sobre o comportamento que uma mulher respeitável deveria adotar.



Rosa, essas são as únicas informações que temos sobre Teodósia. Não sabemos nem se era casada, se era proprietária porque havia enviuvado. Podemos apenas conjecturar, a partir das escassas informações, sobre a vida de Teodósia.

A terceira mulher, chamava-se dona Margarida Freitas. Aos feitos desta são dedicadas algumas linhas a mais. Segundo Ferreira Nobre, dona Margarida Freitas era a donatária da serra de Portalegre, que na época não tinha esse nome. O autor afirma que dona Margarida fundou seu estabelecimento no local que viria a se tornar a vila de Porto-alegre, e que a serra onde hoje se situa a cidade teria se chamado anteriormente de Serra de Dona Margarida.

Ferreira Nobre cometeu um erro com relação a essa história: a data dos acontecimentos. Ele afirma que ocorrido foi por volta de 1530, mas no ano mencionado a capitania do Rio Grande ainda nem existia. Além disso, a nota de número 158, da edição de 1971, informa que o nome de dona Margarida sugere que os fatos tenham se dado apenas no século XVIII.

Ainda sobre essas doações, Ferreira Nobre afirma: “o patrimônio da Câmara Municipal, além do edifício que lhe serve de Paço, e de outras propriedades, consta de uma légua de terras, que lhe foi concedida pela donatária D. Margarida de Freitas” (NOBRE, 1971, p.122). Além de ter doado as terras onde fora construída a matriz.

Mesmo dedicando mais linhas aos feitos de dona Margarida, Ferreira Nobre ainda nos deixou com pouquíssimas informações sobre essa mulher. Não sabemos de sua família, como se tornou proprietária. Mas sabemos que, certamente, foi muito importante para a existência da cidade de Portalegre.

Há uma quarta mulher sertaneja presente na edição de 1971: dona Clara Macedo, da cidade de Assu. O nome dela aparece apenas numa nota de rodapé (nota de número 76) destinada a citar os donatários responsáveis pelas doações das terras de Assu, no século XVIII. Dona Clara Macedo teria sido a responsável por duas doações que juntas contabi-



lizam a maior parte do terreno da cidade. O curioso é que essa mulher que aparece em uma nota de rodapé, numa edição do livro que saiu mais de 70 anos após da morte do seu escritor, carrega a mesma característica dos poucos escritos de Ferreira Nobre apresentava sobre mulheres: nenhuma informação adicional sobre elas além do seu nome, qual sua ação, onde e quando tal ação se deu.

É curioso recorrer a uma obra dessas para encontrar vestígios de mulheres, porque como era de se esperar eles pouco existem. Mas, curiosamente, existem. E isso é muito relevante, porque evidencia talvez alguma diferença entre Ferreira Nobre e outros companheiros intelectuais que apagaram completamente mulheres de seus relatos e escreveram páginas e mais páginas de uma história em que as mulheres sequer existem, quem dirá ter nome ou ação própria.

## CONCLUSÃO

O Sertão é uma categoria importantíssima para constituição do imaginário de Nordeste e de Brasil, que foi construído por séculos, mas que teve sua consolidação na historiografia do século XX. Dessa forma, a historiografia brasileira construiu sertões. Deu formato, cor, cheiro, sujeitos e tantas outras coisas a essa ideia chamada sertão.

E no meio desses sujeitos responsáveis pela tessitura de sertões, estava Manoel Ferreira Nobre, que construiu a primeira obra historiográfica do Rio Grande do Norte. Só isso talvez já fosse suficiente para tornar Ferreira Nobre importante para a historiografia do estado. Mas sua importância não se dá só por estar na gênese, mas também por apresentar muitas informações sobre população, economia, geografia e inúmeras outras coisas acerca das cidades e vilas da província.

Em meio a tantas informações e tantos homens para citar, Ferreira Nobre dedicou algumas linhas a mulheres importantes para a capitania do Rio Grande ou para a província do Rio Grande do Norte. Ele não apresenta informações pessoais, não nos dá uma biografia de nenhuma



delas, mas consegue incluí-las em sua narrativa enquanto sujeitos históricos, com ação. E é preciso dizer, ações essas decisivas para os rumos das cidades e vilas em que essas poucas senhoras moraram.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CERTEAU, Michel de. A produção Historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A Escrita da história**/ tradução de Maria Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas na escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres**: O Século XIX. Porto: Afrontamento, Lda, 1991. p. 7-8.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GONDIM, Isabel. **Reflexões às minhas alunas**. 3. ed. Natal: Tipografia de A. Leite, 1910.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

NOBRE, Manoel Ferreira. **Breves Notícias sobre a Província do Rio Grande do Norte**. Editora Pongetti: Rio de Janeiro, 1971.

POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.



HISTÓRIA DOS SERTÕES: BRASIL PROFUNDO

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.** In: Gender and the Politics of History. New York. Columbia University Press, 1989. 3. Ed. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. S.O.S CORPO. Recife, 1996.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 65-98.



# PROSTITUIÇÃO: EXPERIÊNCIAS NO SERTÃO NORTE MINEIRO

 Ingrid Damásio Ribeiro Tófani<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A condenação das mulheres que se prostituem e a atribuição de adjetivos como “putas”, “safadas” e de “vida fácil”, são interiorizadas no imaginário social e corporificadas sob a forma de preconceito, estigma e marginalização, além de reforçada pela desigualdade de gênero presente na nossa sociedade. O presente trabalho é fruto de resultados parciais obtidos através de pesquisas desenvolvidas para a escrita da dissertação do mestrado.

Em razão da abrangência que o tema da prostituição envolve, a pesquisa restringiu-se a cidade de Montes Claros/ MG. A escolha do espaço justifica-se pelo fato de que, sendo localizada no interior, ao norte do estado, Montes Claros possui um componente religioso e cultural que é constituinte da própria imagem da cidade e que contribui para a formação e manutenção de uma sociedade baseada em valores morais conservadores. Além disso, em decorrência do desenvolvimento econômico da cidade no início do século XX e a sua constituição como um grande entroncamento rodoviário e ferroviário, atraiu-se um grande contingente masculino que vinha ou passava pela cidade a trabalho e fez expandir o “mercado da noite”.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Montes Claros-MG-BRASIL.



Dentro desta seara, busca-se compreender por meio da presente proposta: como se deu o crescimento da prostituição Montes Claros/MG? Para isso, tem-se como objetivo compreender como a prostituição se constitui no imaginário da cidade. O método de pesquisa empregado neste trabalho baseou-se em um exame bibliográfico e documental, a luz de alguns autores citados no decorrer do trabalho. Como fontes, utilizou-se leis, doutrinas e documentos eletrônicos.

Considerando o campo de invisibilidade em que se exercem práticas de violência contra as trabalhadoras sexuais, este trabalho justifica-se pela necessidade de dar visibilidade a essas práticas de modo a possibilitar que as trabalhadoras sexuais alcancem o reconhecimento do poder público como sujeitos sociais dignos de proteção.

## A PROSTITUIÇÃO NA TRAMA HISTÓRICA BRASILEIRA

São muitos os conceitos e significados dados ao termo prostituição que procuram descrever uma das atividades mais antigas do mundo. Na historiografia, um grande número de trabalhos procura explicar e entender esse fenômeno, ocasionando o surgimento de diversas abordagens.

Sendo o termo prostituição derivado do latim *prosto*, ele conceitua-se como uma atividade que tem por objeto a satisfação sexual que uma pessoa dá a outra em troca de um preço (GRECO, 2006), se configurando de um lado por uma prestação de natureza sexual e, por outro, pela percepção de um preço em contraprestação aos serviços prestados.

No Brasil, a expansão do capitalismo, a colonização e a cristianização foram pilares utilizados para a implantação de uma economia capitalista na nova colônia. A prostituição surge como necessária ao início da colonização. Estefan (2016) evidencia que o início de atitudes similares à prostituição (sexo em troca de mercadoria) começou com o oferecimento de bens materiais dos colonizadores para as índias, a fim de obter favores sexuais.





Posteriormente, Cavour (2011) aponta que a igreja católica visando à manutenção dos seus valores morais e sendo ela contra a prostituição, por intermédio do Padre Manoel Nóbrega, solicitou ao rei de Portugal em 1549, que ordenasse a vinda de mulheres portuguesas da raça branca para reproduzirem com os colonizadores com o propósito de tornar a raça branca predominante, evitando assim a miscigenação dos povos. Assim dizia em sua carta: “Vossa Alteza mande muitas orphans e si não houver muitas venham de mistura dellas e quaisquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaisquer farão cá muito bem a terra”.

A partir do século XVIII, com o desenvolvimento econômico das colônias houve a formação das primeiras casas de prostituição, sendo declarada a tolerância das casas de prostituição pelo Estado:

A prostituição cresceu no Brasil pari passu com seu desenvolvimento econômico. No Rio de Janeiro, a prática se intensificou com a chegada de D. João VI, e a atividade foi regulamentada, tolerando-se as casas de prostituição em determinadas zonas e impondo-se intervenção policial para a manutenção da ordem em tais locais. O Chefe da Polícia carioca, em 1874, elaborou regulamento classificando as meretrizes, como forma de controle da atividade (ESTEFAN, 2016, p.171).

Ainda neste século, Engel (2004) afirma que as prostitutas e adúlteras, por serem consideradas como perturbadoras da ordem social, eram punidas com o exílio da sociedade. Essas mulheres eram então convertidas em elementos úteis, colaborando com o povoamento de regiões até então desertas.

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro possuindo um contingente populacional muito grande, apresentava escassas oportunidades de trabalho. A condição feminina era ainda mais insatisfatória uma vez que o preconceito existente limitava a atuação das mulheres. Conforme o entendimento de Engel (2004), a prostituição era a opção



com a maior expressividade de ganhos. O meretrício tinha um perfil econômico-social e cultural diversificado, pois era composto por escravas, libertas, mulheres livres brasileiras ou estrangeiras.

Consoante Cavour (2011) a prostituição ganha destaque na sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX. Notáveis bordéis e zonas de libertinagem surgiram e eram frequentados por homens de todas as classes sociais. Esses lugares proporcionavam aos seus usuários uma rede de descontração. Segundo o autor, por volta da década de 1920, foi concebida a Zona do Mangue, uma área famosa de baixa prostituição do Rio de Janeiro, possuindo mais de dois quilômetros de amplitude territorial. Mas, devido ao período da Ditadura de Vargas, a zona não resistiu, sendo fechada em 1942 e posteriormente reaberta nos anos 50. Em 1953 na cidade de São Paulo sobreveio uma situação semelhante á ocorrida no Rio de Janeiro, onde várias zonas como a do Bom Retiro acabaram sendo fechadas, havendo também o despejo das mulheres que por lá trabalhavam e moravam. Em 1960, criou-se a zona denominada Boca do Lixo, que reuniu cerca de cinco mil mulheres.

Vivendo na pele a forte repressão policial na década de 1970 com a ditadura militar, Leite (2009, p.74) afirma que:

Nessa época a polícia instituiu um toque de recolher na Boca do Lixo: as prostitutas não poderiam ficar na rua depois das dez da noite. Ou as meninas deixavam o prédio correndo na direção do ponto de ônibus antes desse horário ou saíam depois e se arriscavam a ser presas e tomar uma surra dentro do camburão, estivessem ou não fazendo programa. Aliás, qualquer mulher, se estivesse naquela região depois do toque de recolher, seria considerada prostituta e iria presa. Não podíamos sequer sentar num restaurante para jantar. Tínhamos que fugir e nos esconder como criminosas sob o risco de cair nas garras dos policiais.

Com a necessidade de restringir o espaço de realização da prostituição, surgiram no Rio de Janeiro as primeiras campanhas de contenção do meretrício. A prostituição passou a ocupar uma área de grande



valorização imobiliária, incomodando a sociedade em geral. Assim, os jornais da época como o Gazeta de Notícias, O País, e a Noite, começaram a realizar forte campanha de combate ao cafetismo. Nessa época surgem também as primeiras teses médicas e jurídicas destinadas a normalizar tal problema. Eram questionados pontos como a moralidade e a normatização dessas condutas e quanto à área de comércio do espaço urbano (CAVOUR, 2011).

Priore (2005) afirma que os prostíbulo transmitiram novos conhecimentos aos brasileiros. O ritual de iniciação sexual passou a ser feito pelas cortesãs e diversas práticas sexuais eram realizadas com os mais velhos, que, em nenhuma hipótese, deveriam divulgar para a sua legítima esposa. Naquela época, os bordéis funcionavam como válvula de escape de um corpo social que trabalhava e sofria diversas limitações sexuais e morais.

De acordo com Engel (2004), vários aspectos sociais motivavam a procura pela prostituição: os padrões, as normas de comportamento e os valores morais vigentes (como a valorização da virgindade, a monogamia e o patriarcalismo) concedendo aos homens uma liberdade sexual que era justificada e aceita socialmente. Para as mulheres, a prostituição poderia ser uma escolha por viabilizar a elas uma condição de vida mais autônoma e independente. Contudo, a visão da prostituição como um espaço efetivo de resistência ao ideal de mulher frágil e submissa ainda encontra dificuldades para ser efetivada frente ao ordenamento jurídico brasileiro.

## **ABORDAGEM JURÍDICA DA PROSTITUIÇÃO**

Sendo um tema polêmico e instigando profundos debates, uma grande variedade de discursos acerca da prostituição se desdobram, indo de proibições ligadas a moralidade até as tentativas de regularização no aspecto jurídico. Ao longo do tempo, o Direito adotou diversas abordagens para a previsão legal da prostituição como forma de rea-



gir às demandas levantadas em cada contexto de aplicação, dentro das quais pode-se citar o sistema proibicionista, no qual é ilegal se prostituir; o sistema abolicionista, no qual a prostituição é tida como uma forma de violência contra as mulheres e o sistema regulamentarista, no qual a prostituição é reconhecida e regulamentada (QUEIROZ; PRIMO, 2016).

Desde o ano de 1940, quando entrou em vigor o Código Penal, o Brasil tem adotado um posicionamento abolicionista. Apesar de no Código Penal brasileiro, a prostituição em si ser considerada uma conduta atípica, a lei reprime aquele que contribui para a existência da prostituição, como é o caso dos rufiões e cafetões. Não há uma repressão direta as prostitutas, mas pune-se, seus agenciadores. Os dispositivos legais que versam sobre crimes que se relacionam com a prática da prostituição encontram-se dispostos nos artigos Art. 218-B; Art. 227; Art. 228; Art. 229; Art. 230; Art. 231; Art. 231-A, do Título VI do Código Penal, denominado “Crimes contra a dignidade sexual” (BRASIL, 1940). Com a leitura dos artigos, percebe-se que a legislação apenas acolhe quem é forçado ou influenciado à realização desses trabalhos, desconsiderando a existência de serviços sexuais que não estejam atrelados à exploração sexual.

Considerando a passagem do tempo e a história da prostituição no contexto brasileiro, ainda hoje, a regularização da atividade enfrenta um grande debate. Muitos grupos já se organizaram para lutar em defesa da formalização das relações de trabalho na prostituição e para o combate às diversas formas de violência sofrida pelas prostitutas. Formalmente, já houve no Brasil três tentativas de regulamentação da prostituição como profissão, a partir dos Projetos de Lei n.º 98/2003, do ex-Deputado federal Fernando Gabeira, do Projeto de Lei n.º 4.244/2004 proposto pelo Deputado Eduardo Valverde (PT/RO) e o Projeto de Lei n.º 4211/2012 elaborado por prostitutas organizadas e protocolado pelo Deputado federal Jean Willys.

A primeira tentativa de regulamentação ocorreu em 2003 e apresentava um viés criminalista. O projeto previa a punição para aqueles



que contratassem os serviços sexuais, atribuindo pena de detenção, de 1 (um) a 6 (seis) àqueles que pagassem por tais serviços (BRASIL, 2003). Ainda que o objetivo não fosse a criminalização daquele que pratica a atividade da prostituição, o projeto a impossibilitava como trabalho e reforçava o viés abolicionista. Apesar de ter tramitado no plenário da Câmara dos Deputados, o projeto encontra-se arquivado desde o ano de 2012.

A segunda tentativa, ocorrida em 2004, já abordava a temática da prostituição sob uma visão laboral da atividade. Dentre outras coisas, esse projeto determinava quem seriam considerados trabalhadores da sexualidade, estabelecia a possibilidade de acesso gratuito a ações de saúde pública destinadas a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e garantia que o trabalho nas casas de prostituição fosse realizado sob autorização de autoridades públicas em matéria de vigilância sanitária e segurança. O projeto tramitou na Câmara Legislativa, no entanto, mediante requerimento feito pelo próprio autor do projeto, foi retirada de tramitação e está arquivado desde 2005.

A terceira tentativa se deu com Projeto de Lei n. 4211/2012, sob a autoria do Deputado Jean Will e recebeu o nome de Projeto de Lei Gabriela Leite, em homenagem à mulher fundadora da Organização Não Governamental (ONG) “Da Vida”. De acordo com o deputado Jeans Wyllys, o objetivo principal do projeto não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir aos profissionais do sexo o acesso à saúde, ao direito do trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana. Mais que isso, a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço (BRASIL, 2012). O projeto de Lei foi arquivado no ano de 2019.

Contudo, em 2002 o Ministério do Trabalho reconheceu a prostituição como trabalho na modalidade de prestação de serviço (BRASIL, 2002). Embora o reconhecimento da prostituição seja, em tese, um



avanço, o Ministério do Trabalho, ao preencher as atribuições da função na Classificação Brasileira de Profissões (CBO) reconhece o estado precário com o qual as prostitutas trabalham.

Ao se considerar a frustração das tentativas de regularização da atividade percebe-se a importância de se refletir sobre a efetividade do processo legislativo brasileiro, haja vista que a inércia do Congresso Nacional frente a existência de pautas de grande relevância social demonstra o desinteresse dos parlamentares em enfrentar temas considerados tabus pela sociedade. Assim, a prostituição ao não receber um tratamento legislativo adequado, continua permeando a ilegalidade e a imoralidade no pensamento social, sendo refletido, inclusive em cidades interioranas como em Montes Claros/MG.

### **O IMAGINÁRIO EM TORNO DA PROSTITUIÇÃO EM MONTES CLAROS ENTRE OS ANOS 1940 E 1960**

A prática da prostituição na cidade é uma atividade muito antiga. A cidade de Montes Claros situada no Norte de Minas Gerais, teve a sua origem assim como muitas outras do interior do Brasil, a partir das bandeiras que desbravaram o território brasileiro. Desde as primeiras décadas do século passado, já era documentada por cronistas, memorialistas, poetas e jornalistas do período. Entretanto, estas fontes não tratam das características e da dimensão dessa prática. Em decorrência do desenvolvimento econômico da cidade no início do século XX e a sua constituição como um grande entroncamento rodoviário e ferroviário, atraiu-se um grande contingente masculino que vinha ou passava pela cidade a trabalho e fez expandir o “mercado da noite”.

O imaginário em torno da prostituição na cidade de Montes Claros pode ser vislumbrado através da leitura de várias obras de ilustres personalidades que sobre ela escreveram, jamais deixando de mencionar sua noite. O antropólogo montesclarenses Darcy Ribeiro escreve sobre sua cidade natal:



[Montes Claros]. Converteu-se, também, por virtude do comércio concentrador de gentes, no maior puteiro de Minas. Célebre por suas putas lindas prendadas, como Maria da Chupeta, que todo mundo gabava. E a saborosa Manga Rosa<sup>2</sup>, gordíssima e branquíssima, que por essas qualidades nos encantava (RIBEIRO, 1977, p.15).

Já na década de 1950, Montes Claros consolidou uma imagem intrinsecamente ligada à prostituição. Haveria de ser improvável falar ou escrever sobre a cidade sem citar sua noite e a zona boêmia. Esta imagem aparece de modo claro tanto no relato de Darcy Ribeiro quanto em obras de ficção, principalmente de autores mineiros. A cidade comparece na obra de Guimarães Rosa, no conto Dão Dálálão, presente em Noites do Sertão:

Montes Claros! Casas mesmo de luxo, já sabidas, os cabarés: um paraíso de Deus, o pasto e a aguada do boiatiro - o arrieiro Jorge dizia. As moças bonitas, aquela roda de mulheres de toda aparência, de toda idade, meninas até de quatorze anos, se duvidar de menos. Meninas despachadas. - "Vai bebendo, eu pago. . ." Na Rua dos Patos, em Montes Claros. Todo o mundo se encontrava. Até boiadeiros ricos, homens de trato (ROSA, 1996, p 15) .

Sua Zona Boêmia ficou conhecida como a melhor de Minas Gerais, por sua fama de ser composta pelas mulheres mais bonitas do estado. Para Ivone Silveira e Zezé Colares, no livro Montes Claros de Ontem e de Hoje (SILVEIRA e COLARES, 1995, p.89.), ao escrever sobre as mulheres de vida livre na cidade, contam que houve uma delas, chamada Raquel, que aqui chegou com um aventureiro e aqui ficou, e de tão famosa, a atual Rua Padre Teixeira, chamou-se Rua Raquel por muitos anos.

<sup>2</sup> Essa prostituta aparece diversas vezes nos escritos de Darcy Ribeiro sobre Montes Claros: "Mas aquela puta era gorda, com uns coxões enormes, e loura, a cara toda cor-de-rosa,, então era chamada Manga-Rosa" (p.30)



A formação do território da prostituição no Montes Claros se deu de forma gradual, ao longo do último século acompanhando o desenvolvimento econômico da cidade. Com a chegada dos trilhos da central do Brasil na região, na década de 1920, houve um aumento do fluxo de pessoas e de dinheiro na cidade, contribuindo para o aquecimento do já famoso comércio do meretrício. O trem trazia tanto “moças” do interior, que, ao chegar à cidade, às vezes, só tinham como opção o mercado da prostituição, quanto experientes prostitutas, muitas delas vindas da capital, que tinham como intuito aproveitar desse promissor mercado. A ferrovia exerceu, portanto, um papel importante no processo, uma vez que constituiu um veículo de dinamização econômica e interligação humana com o restante do país (SILVA, 2010).

É certo que em um espaço físico definido, pode ser socialmente construído a partir das práticas nele desenvolvidas. Contudo, o território frequentado pelas prostitutas pode também ser definido e delimitado segundo períodos e horários, podendo estes ser ou não permanentes:

Há territorialidades flexíveis como o território de prostituição feminina. Esses territórios são encontrados próximos a espaços deteriorados, em que no período diurno há circulação de pessoas devido às lojas que funcionam no mesmo local. No período noturno há circulação de prostitutas e seus clientes. [...] O caráter cíclico deste tipo de territorialização, com uma alternância habitual dos usos diurno e noturno dos mesmos espaços [...] (SOUZA, 2006.p. 88).

Este uso diurno e noturno de um mesmo espaço é percebido no conto “O bar do Sinval”, do livro “Montes Claros era assim...”, escrito pela memorialista Ruth Tupinambá Graça, no qual aspectos do cotidiano da cidade na década de 1940 são relatados. Este conto se passa em um bar que, durante o dia, era familiar, mas depois das 22 horas, era um “perigo para as donzelas”. A partir deste horário, as “mariposas” da “Rua dos Marimbondos”, situada nos fundos à esquerda da Igreja da Matriz, iam para a rua 15,





aos bandos, com seus longos vestidos de 'soireé', rostos exageradamente pintados, bocas muito vermelhas em forma de coração, cabelos oxigenados e enormes salto 'Luís XV', que batiam fortemente na calçada. E o pacato Bar do Sinval nesse horário, transformava-se em um cabaré GRAÇA, 1986, p. 123 ).

Aos poucos, o território ocupado pela prostituição na cidade se especializava e sofisticava. Progressivamente, registravam-se a proliferação de casas, cabarés e bordéis por todas as ruas do centro da cidade. A existência de um cassino, misto de casa de shows, jogos e encontros, que segundo o cronista Wanderlino Arruda, tinha na placa o respeitável nome de Clube Minas Gerais, em meados da década de 1940, na confluência das ruas Carlos Gomes com Visconde de Ouro Preto, transformaria toda esta região em uma imensa zona de meretrício (GRAÇA, 1986, p. 123). O cassino ficou famoso por trazer para a cidade mulheres livres de diversas regiões do estado e do país, principalmente do Rio de Janeiro, que mandavam para a cidade dançarinas, cantoras, artistas da famosa casa de shows URCA. O centro de Montes Claros aparece aí maximamente territorializado como lugar da prostituição. O cassino exerceu um papel importante nesse sentido, uma vez que mediatizou a cultura do meretrício e a cultura convencional boêmia.

Todo este universo espalhado pelo centro e redondezas da cidade teve o seu auge no decorrer da década de 1940 e início da década de 1960. Mas, como foi citado anteriormente, a partir de meados de 1960, a cidade de Montes Claros passava por um processo de modernização, fazendo com que, conseqüentemente, estes prostíbulo não mais condissessem com o ideal de progresso pelo qual passava a cidade. Nesse período será desencadeado um processo de deslocamento das casas de prostituição e da própria atividade, a qual será marginalizada, no sentido estrito do termo.

Os territórios da prostituição acompanham a dinâmica da própria Cidade na qual estão inseridos, e uma vez estabelecidos po-



dem se sedimentar durante algum tempo, tendendo à expansão caso aumente a procura do comércio do sexo, ou seja, a ampliação da geografia do sexo. Da mesma forma, podem se fragmentar em decorrência de invasões de outros grupos sobre a área, ou mesmo da intervenção dos poderes instituídos, como a polícia, os políticos e o poder municipal, e mesmo do poder “marginal”, levando em alguns casos à sua extinção em uma área e/ou o seu reaparecimento em outra (RIBEIRO & MATOS, 1996: p.75).

A nova realidade econômica da cidade, industrialização e progresso, ocasionou a necessidade de organização, seja como transferência ou regulamentação destes ambientes. Nesse sentido, as práticas políticas de urbanização e industrialização implantadas a partir da década de 1960 no Brasil refletiram em todos os setores, inclusive na prostituição. O momento era de mudanças, o espaço antes habitado pelas prostitutas, agora deveria dar lugar a um novo ‘espaço’ onde o progresso e a modernização deveriam imperar.

Já no início da década de 60, incrementou-se a mobilização de setores da sociedade a fim de destituir o centro da cidade como território da prostituição. As práticas adotadas pelos moradores e alguns segmentos da sociedade iam desde reclamações em jornais e abaixo-assinados, até apelo aos órgãos policiais, que usavam de toda a autoridade, no intuito de remover do Centro o espaço ocupado pelo ofício do meretrício. Assim, em decorrência dos fortes movimentos sociais, a prostituição viu-se obrigada a deslocar-se para as regiões periféricas da cidade, onde funciona até os dias de hoje.

Percebe-se que a marginalização da atividade das prostitutas foi atribuída a movimentos sociais de insatisfação, movidos por razões de ordem moral; e que a descentralização geográfica da prostituição seguiu um processo da própria dinâmica econômica, política e social, processo este semelhante à própria territorialização inicial. Mais do que revelar detalhes do cotidiano da zona boemia de Montes Claros, todos esses relatos contribuem para moldar uma imagem da prostituição



na cidade construída ao longo do século XX. A representação cultural da prostituta se encontra, ligada à própria representação do desejo e ao modo como ele deve ser segregado como elemento anômalo das relações sociais cotidianas, abrindo um abismo entre a sublimação e a sua integração marginal por meio da prostituição.

## CONCLUSÃO

A quantidade de informações encontradas acerca da prostituição e sua caracterização em Montes Claros, na sua maioria registrados por muitos memorialistas, literatos e jornalistas, desde o início do século XX, apesar de não possuir o caráter histórico, contribuíram decisivamente para a construção da história da prostituição na cidade.

Atualmente, além dos lugares comuns, como ruas, bares, boates e motéis, essa prática também é disseminada pelo telefone e internet, o que tem trazido uma grande preocupação para sociedade. Políticas de contenção são tão antigas quanto a prática, mas o que se percebe, que este problema está longe de ser resolvido, uma vez que ele se adapta de acordo as transformações ocorridas no decorrer dos anos.

O Brasil, por seguir um modelo abolicionista, não criminaliza a prostituição, mas coloca essas profissionais numa situação de hipossuficiência da tutela jurídica: ainda que permitida, sua prática é vista como marginal e perigosa além de desamparada pelo Direito. A ideia da atividade como algo imoral e ilegal é utilizada como pretexto para proteger a dignidade da pessoa humana, contudo tais indivíduos ficam absolutamente desprotegidos e colocados a toda sorte de violência e constrangimentos ilegais. O Estado acaba por negar e manifestamente violar tal dignidade, não tratando tais pessoas como sujeitos de direito, mas como simples objetos, retirando-lhes a liberdade de fazerem suas próprias escolhas.

Diante do exposto ao longo do artigo, a regularização da atividade se apresentaria como uma opção válida, adotando medidas capazes de



garantir a segurança das prostitutas, bem como para estabelecer limites para o exercício dessa atividade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei PL 98 /2003**. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=168685&filename=PL+2169/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=168685&filename=PL+2169/2003). Acesso em: 16/05/2021.

\_\_\_\_\_, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 4.244/2004**. Institui a profissão de trabalhadores da sexualidade e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node011oq82q4hf5q10mbklra4nd0q5122732.node0?codteor=244114&filename=PL+4244/2004](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node011oq82q4hf5q10mbklra4nd0q5122732.node0?codteor=244114&filename=PL+4244/2004). Acesso em: 16/05/2021.

\_\_\_\_\_, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4211/2012**, pelo Deputado Jean Wyllys (PSOL\_RJ). Disponível em: <[https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1012829](https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829)> Acesso em 07/05/2021.

\_\_\_\_\_, **Decreto- Lei Nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 11/05/2021.

CAVOUR, Renata. **Mulheres de família: Papeis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar**. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia **Universidade Católica do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912457\\_2011\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912457_2011_pretextual.pdf). Acesso em: 06/05/2021.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores- saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTEFAN, André. **Homossexualidade, prostituição e estupro: um estudo à luz da dignidade humana**. E-book. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547210571/cfi/0>>. Acesso em: 06/05/2021.

GRAÇA, Ruth Tupinambá. **Montes Claros era assim....** Belo Horizonte: Gráfica e Editora Cultura, 1986.



GREGO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial**. 2. ed. Niterói: Impetus, 2006.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. 228 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual: de acordo com a Lei nº 12.015/2009**. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2005.

QUEIROZ, Fernanda Paes Costa; PRIMO, Shelley Macias - **Os Sistemas Político-Jurídicos da Prostituição e a regulamentação como legitimadora da prática exploratória**. FIBRA Lex, [S.l.], n. 1, ago. 2016. Disponível em: <http://periodicos.fibrapara.edu.br/index.php/fibralex/article/view/32> . Acesso em: 07/05/2021.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROSA, João Guimarães. **Noites do Sertão**. São Paulo- SP: Record,1966.

SILVA, Evangélica de Fátima Pereira. **Impuras e Mundanas: a geografia oculta da noite montesclareense de 1940 a 1960**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de História e Cultura Regional – NUHiCRE. 2010.

SILVEIRA, Yvone., Zezé. **Montes Claros de Ontem e de Hoje**. Montes Claros: COLARES Academia Montesclareense de Letras, 1995. p. 28.

SOUZA, M. L. **“O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”**. In: CASTRO, Iná. E. et al (org). *Geografia: Conceitos e temas*. RJ. Bertrand Brasil, 2006.



# VIDA, POLÍTICA, DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS DE DINARTE MARIZ

 Larisse Santos Bernardo<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por desígnio traçar os percursos analíticos da trajetória de vida e política, como também das reverberações acerca dos discursos e pronunciamentos a partir da figura eminente de Dinarte de Medeiros Mariz. Político este que se firmou no cenário da política nacional e, que por sua vez, deixou marcas registradas na política potiguar a partir de suas raízes no Seridó norte-rio-grandense.

Para isso, é necessário primordialmente apresentar a pessoa de Dinarte de Medeiro Mariz<sup>2</sup>, assim registrado, mais conhecido por seu segundo sobrenome Mariz. Observando a vida e sua trajetória política, o artigo intitulado *Período Republicano* da fundação José Augusto, o mesmo descreve que *Dinarte de Medeiros Mariz*, nasceu na Fazenda Solidão em Serra Negra (RN)<sup>3</sup> no dia 23 de agosto de 1903, filho de Manuel Ma-

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História; Mestrado em História dos Sertões – MHIST, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Caicó.

<sup>2</sup> Ver em: MAIA, 2005, p. 220.

<sup>3</sup> [...] O professor Vergniaud Lamartine Monteiro explica o nome da região no semi-árido nordestino: “Os primeiros batedores da região, localizados na fralda sudeste da serra, verificaram serem as suas encostas acentuadas noruegas, as quais davam à serra aquele lugar, ao tempo imerso em vegetação sombria e matarias virgens, um aspecto negro”. Na região, além da vegetação de menor porte, convivem o juazeiro, a oiticica, a jurema, o angico e o pau-d’arco. É o coração do Seridó. (LIMA, 2003, p. 39-40).



riz Filho e de Maria Cândida de Medeiros Mariz o quinto entre quatorze filhos do casal. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi constituinte em 1891 e ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1890 a 1907. Com vinte e um anos de idade, Dinarte Mariz contrai matrimônio com Diva Wanderley, filha de Virgolino Pereira Monteiro, comerciante no setor pecuário e político de Campina Grande – PB.

Ainda em se tratando sobre a trajetória de vida de Dinarte Mariz, é necessário discorrer brevemente sobre sua escolaridade, uma vez que, o mesmo não chegou a cursar o ensino superior, o que levou a afirmar várias vezes que ele era formado na escola da vida. Assim, Mariz teve:

O seu primeiro professor foi Arthéfio Bezerra, no Grupo Escolar Coronel Mariz, em Serra Negra. Estudou aritmética, leitura e análise sintática, que na época se dizia análise lógica. Foi para Caicó e, no Grupo Escolar Senador Guerra, concluiu o primário com o professor Pedro Gurgel de Amaral. Foi sempre o primeiro aluno da classe. Lá, aprendeu cantar o hino de Sant’Ana, a história da cidade, viu a beleza plástica no desfile da irmandade do Rosário, viveu o encanto místico da região. (LIMA, 2003, p. 41).

Dessa maneira, a base de estudos acima apresentados sobre Mariz, fica assim perceptível e concatena com suas afirmações presentes nas suas falas.

Sobre sua relação e ligação com a política, Dinarte Mariz faz parte de duas importantes famílias tradicionais da região do Seridó norte-rio-grandense, sendo por parte de mãe, dos Tomás de Araújo e dos Medeiros Rocha e por parte de pai, dos Pereira Monteiro. Ambas as famílias eram donas de terras, com fazendas e com a plantação e produção do algodão que nesse período era a base da economia dessa extensão. Assim sendo, segundo Agaciel da Silva Maia Dinarte, “[...] se sentia o porta-voz de duas famílias tradicionais da região e entendia que o Seridó, incrustado dentro do Rio Grande do Norte e este dentro do Nordeste brasileiro, constituía, por assim dizer, uma civilização à parte.” (MAIA, 2005, p.20).



Sendo assim, a obra “Solidão, Solidões: uma biografia de Dinarte Mariz” de Diógenes da Cunha Lima, descreve que sua vinculação com a política era algo que estava instituído pela velha tradição, a qual seu grupo familiar pertencia, sendo Dinarte:

Um descendente de Tomaz de Araújo Pereira primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi duas vezes presidente da província do Rio Grande do Norte, foi constituinte em 1891 e senador de 1900 a 1907. O Padre Francisco Brito Guerra, seu tio-bisavô, foi senador do império José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, seus primos, foram governadores, deputados e senadores. Monsenhor Walfredo Gurgel, José Cortez Pereira de Araújo e o General Antônio Fernandes Dantas, pertencentes a mesma árvore genealógica, foram governadores. Seu sogro, Vigolino Pereira Monteiro, foi prefeito de Campina Grande na Paraíba, e seu cunhado, Vigneaud Borborema Wanderley foi senador pela Paraíba, e ainda foram prefeitos seus irmãos Descarte e Deroci. (LIMA, 2003, p. 57).

Ao concebermos sua descendência política, compreendemos que a mesma integra parte de uma parentela que conseguiu se manter no poder. Segundo Linda Lewin:

A parentela está associada a uma organização social e estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vinculam de maneira personalística, constituindo os membros de sua parentela. Os membros deste grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornecer-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários em seu município natal e os serviam lealmente em que ingressavam por nomeação. (LEWIN, 1997, p.113).

Antes de adentrarmos sobre a vida política de Mariz, é de bom grado explanar, por sua vez, a ocupação do mesmo antes de enveredar na carreira política. Então, Dinarte de Medeiros Mariz foi um remanes-





cente da cultura algodoeira e da pecuária, ou seja, um comerciante que por sua vez comandava política e economicamente a região do Seridó. Mediante a esse contexto, ficou evidente que sucedeu partir da região habitada pelo referido acima, precisamente, da cidade de Caicó, que fica localizada no Estado do Rio Grande do Norte – RN, na região Seridó<sup>4</sup>. Assim, foi através desse lugar que propiciou a criação de um grupo oligárquico<sup>5</sup> – familiar, que apareceu com o desenvolvimento da cotonicultura, representado pelo seu líder maior, o coronel, José Bernardo de Medeiros.<sup>6</sup>

Seu primeiro ato político se deu no ano de 1927, com apenas 24 anos de idade, quando solicitou a intendência, ou seja, a prefeitura da cidade de Serra Negra do Norte. Esta reivindicação, por sua vez, não

<sup>4</sup> O Seridó é uma civilização solidária. Desde que consideremos civilização num conceito menos amplo que os que se aplicam à nação. Região desfavorecida pelo clima, nuvens e chão, é beneficiada pelo homem, sua vontade, sua decisão. E pelas bênçãos de Deus. (LIMA, 2003, p. 57).

A civilização do Seridó é uma herança cultural que se baseia em vontade coletiva, impossível de ser medida, incomensurável. Tem por base suas propriedades rurais que são historicamente unidades autônomas, sustentadas pela produção de gado, pela produção agrícola e pelos peixes que povoam as centenas de pequenos açudes cavados pela mão do homem. (LIMA, 2003, p. 58).

<sup>5</sup> A oligarquia se compõe necessariamente daquele grupo minoritário que, por meio da divisão organizacional do poder, logra ocupar posições institucionais que lhe permitem tomar decisões que afetam os interesses coletivos de forma infensa a controle. (COUTO, 2012, p. 48)

Essa concepção da “classe política” é importante na construção de um conceito descritivo de oligarquia porque é ela que permite pensar nos “oligarcas” como um grupo de poder específico e na “oligarquia” como a forma de predomínio desse grupo, que se distingue dos demais não por sua origem de classe, mas pelo papel organizacional específico que desempenha. (COUTO, 2012, p. 48).

Aqueles que se profissionalizam como dirigentes partidários, retirando dessa condição seus ganhos e seu status, mas também desfrutando de condições diferenciadas de poder organizacional, rapidamente adquirem as condições para se formarem uma oligarquia. O que permite a sua transformação em oligarcas não é apenas a sua conversão em profissionais da política (embora esta seja uma condição necessária), mas a detenção de um poder na organização não desfrutado pelos demais. Noutros termos, a organização é capturada pelos dirigentes, e isto é o que lhes converte em oligarcas. (COUTO, 2012, p. 48)

<sup>6</sup> Ver em: LAMARTINE, 2003, p. 187.



obteve resultados, uma vez que, a família na época pensou que não era a vez dele, fato que o deixou bastante angustiado, caso este que foi confirmado por Olavo de Medeiros Filho:

Conversando certa vez no alpendre da fazenda Solidão, perguntei a Dinarte Mariz quais os motivos que o teriam levado a participar da Revolução de 1930, sendo ele parente e conterrâneo do Governador Juvenal Lamartine de Faria, deposto pela referida Revolução, dando uma risada, afirmou-me Dinarte Mariz que tudo teria origem em um pedido que ele fizera a Juvenal Lamartine propondo-se a ser prefeito de sua querida cidade Serra Negra do Norte. O pedido provocou gargalhadas em Juvenal, que descartou a pretensão do parente, pessoa que, segundo ele, não preenchia as condições exigidas para ocupar a chefia da edilidade. (LIMA, 2003, p. 166).

Então em 1929, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), era comerciante de algodão em Caicó (RN), e ingressou na Aliança Liberal<sup>7</sup> — agrupamento político oposicionista formado basicamente pelos partidos republicanos mineiro e gaúcho, pelo Partido Democrático (PD) paulista e pelo situacionismo paraibano apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Contudo, o candidato eleito foi Júlio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luís. A derrota de Vargas, aliada ao assassinato de João Pessoa no mês de julho em Recife, provocou a eclosão do movimento revolucionário de outubro de 1930, ao qual o então Dinarte Mariz sob o comando do capitão do exército Abelardo Torres da Silva Castro participou da revolução no Rio Grande do Norte.

Adentrando nos caminhos políticos já introduzidos anteriormente acima, Dinarte de Medeiros Mariz deu continuidade aos seus engajamentos na política, uma vez que, passou a se posicionar favoravelmen-

---

<sup>7</sup> A Aliança Liberal foi formada em 1929 por setores dissidentes da oligarquia paulista e mineira insatisfeita com o sistema excludente. (SPINELLI, sd., p. 15).



te a Revolução de 1930, participou ativamente de todos os movimentos armados a posteriori como a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, a Intentona Comunista de 1935<sup>8</sup>, combatendo os comunistas no Rio Grande do Norte, esteve presente nas conspirações contra a ditadura varguistas e outro momento importante foi a participação da fase preparatória da Revolução de 1964. Dessa forma, segundo Jailma Maria de Lima “[...] A ênfase dada a sua própria trajetória é a de um revolucionário, que articula nos bastidores, mas também que está na linha de frente de alguns episódios [...]”. (LIMA, 2017, p. 42).

## DINARTE MARIZ: VIDA, POLÍTICO E SEUS DISCURSOS

Dinarte Mariz assim como ficou conhecido, ingressou na vida pública com seu primeiro cargo político como prefeito da cidade de Caicó, aos 27 anos de idade, cargo do qual se afastou após dois anos em face de seu apoio ao Movimento Constitucionalista de 1932, o que lhe valeu três prisões no Rio de Janeiro. Como homem bem articulado e inquieto que era, de volta ao seu estado natal fundou o jornal “A Razão” e foi um dos fundadores do Partido Popular ao tempo em que prosperavam seus negócios com o algodão. Mediante ao desenvolvimento do mesmo nos atos políticos, e através de seu forte desempenho como figura política exerceu o mandato de senador por quatro vezes, tendo sido a última

---

<sup>8</sup> Em março de 1935 foi criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política cujo presidente de honra era o líder comunista Luís Carlos Prestes. Inspirada no modelo das frentes populares que surgiram na Europa para impedir o avanço do nazi-fascismo, a ANL defendia propostas nacionalistas e tinha como uma de suas bandeiras a luta pela reforma agrária. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para um movimento armado com o objetivo de derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular chefiado por Luís Carlos Prestes. Iniciado com levantes militares em várias regiões, o movimento deveria contar com o apoio do operariado, que desencadearia greves em todo o território nacional. O primeiro levante militar foi deflagrado no dia 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.



por escolha indireta do presidente da República. Nessa linha de influência por mais de uma vez, foi 1º secretário do Senado, um dos cargos mais importantes daquela Casa legislativa.

Nessa trajetória e dentro desse contexto, Dinarte Mariz não parou e seguiu em frente com suas articulações e artimanhas para conseguir seus objetivos. Com alianças familiares e proximidades políticas, principalmente, com o seu primo José Augusto Bezerra de Medeiros<sup>9</sup>, fundou o partido da UDN (União Democrática Nacional), este instituído oficialmente em nível nacional em 7 de abril de 1945, que por sua vez, congregava forças diversas e até antagônicas, em uma extensa frente de oposição ao governo Vargas. Sobre o composição e as alianças do partido:

Presidente: José Augusto; vice-presidente: Dinarte Mariz; secretários: Luiz Antonio dos Santos Lima e Djalma Marinho; tesoureiro: Severino Alves Bila. O diretório possuía ainda uma comissão de articulação com o interior e uma comissão de imprensa. Os Diários Associados estavam representados por Edilson Varela e Américo de Oliveira Costa. (O Diário, Natal, 6 de jul. 1945, p. 1).

Então, nesse período para além da criação e fundação do partido da UDN, Dinarte Mariz lançou-se a candidato ao Senado pela UDN, este por sua vez, não alcançou êxito no pleito eleitoral de 1945. Portanto, Dinarte Mariz foi um homem destemido, com personalidade forte e que não media esforços para alcançar seus objetivos. No ano de 1950 lança sua candidatura ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, mas, em acordo com José Augusto Varela não concorreu as eleições, e sim, voltando a concorrer ao Senado Federal na legenda da UDN, que por sua vez, saiu novamente derrotado.

No pleito de 1954 Dinarte Mariz, favorecido por um acordo firmado com seu adversário, o pessedista Georgino Avelino, elegeu-se sena-

---

<sup>9</sup> Este por sua vez, ex-governador do Estado do Rio Grande do Norte e com forças políticas na região do Seridó.



dor pelo Rio Grande do Norte como candidato da coligação UDN-PSP-PSD. Pouco tempo depois de assumir a cadeira como senador, Mariz em fevereiro de 1955 lançou sua candidatura ao governo do Estado do RN com o apoio do Presidente da República João Café Filho, obtendo resultados positivos. Portanto, no pleito de outubro de 1955 foi eleito governador do Rio Grande do Norte.<sup>10</sup>

A partir desse contexto, outro fator importante ao se debruçar e dialogar é acerca de outros rumos que desembocaram na trajetória política de Mariz. É nessa perspectiva que cabe aqui abordar o que existiu de desavenças e disputas no Rio Grande do norte. Nesse contexto, Dinarte Mariz foi o precursor de uma disputa ferrenha que existe no Rio grande do Norte, rivalidade essa conhecida através dos partidos, Vermelho x Verde. A origem desta rixa de cores de partido veio na década de 60, quando o Governo do Estado foi disputado por Aluizio Alves e Dinarte Mariz, período que surgiu a Ditadura Militar e, conseqüentemente, os partidos MDB e Arena. Portanto, partindo dessa premissa o referido político se constituiu de forma precisa com objetivos formados que permitiu alcançar visibilidade não somente na política como também construindo uma representação de homem do povo. Com base em Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações rem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não e, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dinarte-de-medeiros-mariz> Acesso às 15:15min do dia 03/04/2021.



de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Ao discorrer e se propor analisar a construção da representação da figura pública do ex-governador do Rio Grande do Norte e do ex-senador da República, que por sua vez ficou viva nos seridoenses e potiguares, faz-se necessário discorrer a respeito do conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier. Para isso, Chartier aborda o conceito de representação coletiva, ele destaca que ambos se associam a três aspectos com o mundo social:

Primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 2002. P 73).

Na busca do entendimento das representações, a história cultural afasta-se de uma história social baseada nas lutas econômicas, e busca estudar a sociedade das estratégias baseadas simbólicas manifestadas pelas classes, grupos e meios sociais. Sobre o conceito de representação, vemos que a princípio demonstrava o que estava ausente, posteriormente vemos a associação dessa ao que está presente. Sobre a função da representação, o autor aborda que:

Todas visam, com efeito, a fazer com que a coisa não tenha existência senão na imagem que a exhibe, com que a representação mascare ao invés de designar adequadamente o que é seu referen-



te. A relação de representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso à força bruta. (CHARTIER, 2002, p. 75).

Para além da construção que se edificou de Dinarte Mariz e a priori discutida, um outro fator importante a respeito da conjuntura política nos pleitos eleitorais são os discursos e pronunciamentos feitos pelo então estadista Mariz. São diversos momentos que observamos o posicionamento político do qual Dinarte possuiu, uma vez que, o mesmo em uma de suas várias entrevistas que deu, diz a seguinte frase: “O mundo é grande de se ver e eu já vi de tudo. Mas eu vejo tudo a partir de Caicó”<sup>11</sup>. Com essa frase ele quis dizer que mesmo sendo um homem viajado, conhecedor do mundo não esqueceu o lugar que lhe ensinou a voar por outros ares, assim não desmemoriando suas raízes.

Para compreendermos o tema acerca da construção e a trajetória político e social de Dinarte Mariz, é por sua vez necessário versar acerca dos seus pronunciamentos e posicionamentos políticos para com o povo potiguar. Para tanto, é imprescindível que se tenha um olhar voltado para os discursos, uma vez que, os mesmos perpassam pela sociedade e são entendidos e assimilados de formas diferentes, de maneira que se tem a necessidade de serem abordados e explorados para que possam, por sua vez, servirem de elementos textuais e embasamento para o desenvolvimento na composição dos caminhos percorridos e alcançados pelo referido político Dinarte Mariz.

Nesse contexto, pensar as sociedades e seus diferentes discursos produzidos é segundo Foucault “[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimen-

---

<sup>11</sup> Ver em: LIMA, 2003, p. 70.



tos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 1996, p. 8 – 9). Isso parte da premissa da qual temos conhecimento da nossa sociedade e de que há posicionamentos de exclusão e de impedimentos quanto aos posicionamentos de um determinado discurso, visto que nem todos tem o direito de dizer tudo, como também falar de tudo em qualquer âmbito.

Então diante dessa conjuntura, a sociedade se priva de pôr em prática certos tipos de discursos uma vez que elas se comportam de maneira em que estão pautados os discursos que são favoráveis a determinado tipo de assunto. Então, segue assim um ritual de direito privilegiado ou de exclusão quanto ao sujeito que quer falar, e esta exclusão da qual se encontra dentro dos discursos é compreendida por Foucault como um tipo de interdição. Dentro desse caminho de afastamento e o seu ligamento com o impedimento, é possível observar que tais discursos estão embasados e voltados para a sexualidade, como também sobre política. Segundo Foucault:

[...] como se o discurso, longe de ser elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 9 – 10).

Ainda em se tratando da análise do discurso, outro ponto discorrido por Foucault associado ao discurso é por sua vez, o ato de exclusão dos dis-





ursos, uma vez que, este está na oposição entre o verdadeiro e o falso. Essa problematização aparece a partir do momento em que surgem questionamentos acerca do qual foi, qual é através dos levantamentos sobre os discursos, e estes no que lhes diz respeito estiveram presentes por vários séculos da nossa história. Então, segundo Foucault “[...] é um tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenharse”. (FOUCAULT, 1996, p. 14). Dessa forma, a exclusão e a separação se constituíram com total certeza, isso com base nos discursos dos poetas gregos do século VI que buscavam a veracidade dos discursos.

[...] o discurso verdadeiro no sentido forte e valorizado do termo -, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e a atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com destino. [...] Hesíodo e Platão uma certa divisão e estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e discurso falso; separando nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. (FOUCAULT, 1996, p. 14 -15).

Nessa perspectiva, para além das análises acerca dos discursos com base na exclusão, interdição e separação a partir das problematizações dos mesmos através dos discursos do exterior e do interior, Foucault aponta que tem outra existência de um grupo do qual está presente nos seus procedimentos, e este por sua vez, proporciona o controle dos discursos, não no ponto de controlar o seu poder e nem de conjurar suas aparições, mas “[...] trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. [...] nin-



guém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. (FOUCAULT, 1996, p. 37).

Dessa forma, as análises e abordagens pautadas por Michel Foucault discorre sobre os discursos presentes nas diferentes sociedades a partir de suas várias vertentes como a exclusão, a interdição, a separação e os seus procedimentos de como eles devem ser vistos e analisados. Diante disso, Foucault mostra que:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Portanto, os discursos seguem o caminho da verdade a qual se encontra dentro de qualquer manifestação das sociedades que os utilizam para demonstrar seus posicionamentos e ensejos de uma determinada situação. Assim, pode-se dizer que todo discurso tem seu próprio significado.

Arelado aos discursos e pronunciamentos de Dinarte Mariz, no livro intitulado “Dinarte Mariz vida e luta de um potiguar” de Agaciel da Silva Maia, traz em seu contexto os memoráveis discursos feitos no Senado Federal, dos quais muito bem elogiado pelo referido autor, e que tem como conteúdo os mais diversos que são entre eles: reverenciando a memórias de ex-companheiros políticos, questões voltadas para a seca no Nordeste, bem como a problematização da economia nordestina e por fim comemorações aos 80 anos do mesmo e da criação da Universidade Federal do Rio grande do Norte.<sup>12</sup> Assim, diz Dinarte:

---

<sup>12</sup> “[...] ano de 1958 tornar-se-ia um marco referencial na cultura e na educação nordestino-grandense, pois foi no dia 5 de junho desse ano que Dinarte Mariz criou a Universidade Do Rio Grande do Norte, depois federalizada. E não hesitou em construir modernos centros educacionais em Mossoró e em Caicó, dotando-os dos mais avançados recursos pedagógicos da época.” (MAIA, 2005, p. 38).



Devo dizer a todos que esta casa foi para mim mais do que uma universidade, porque talvez se tivesse passado por uma universidade, não teria conseguido aprender tanto, receber tantos ensinamentos capazes de me tornar um servidor, um cativo da coisa pública, em defesa do povo brasileiro e, sobretudo, da democracia, sempre cambaleante, que nos oferece momentos, às vezes, de euforia, mas que foge quando pensamos em construir um patrimônio para as gerações que vêm. (MAIA, 2005, p. 173-174).

Dinarte Mariz, em seus pronunciamentos trazia também um discurso que pairava críticas e questionamentos para os seus colegas políticos, dos quais apresentava diretamente ao Senado Federal, quando assim apontava que todos aqueles que faziam parte daquela referida casa deveriam lutar e buscar o melhor para o povo e para o Brasil, e não serem apenas aqueles políticos individualistas. Assim em um de seus discursos no Senado Federal diz:

Congresso amortecido não é congresso; Congresso que briga por coisas pequeninas, sem pensar no futuro do país, não é congresso; Congresso só se afirma quando defende idéias, princípios e as grandes causas quando a nação está em risco. Este é o Congresso que eu gostaria de ver. Este é o Congresso que nós precisamos, nesta hora, convocar. Os partidos políticos estão aí, as brigas são internas, mas há uma coisa maior do que as brigas dentro dos partidos: é o interesse maior, é o interesse da Nação. Porque se não nos capacitarmos disso, pior do que tem acontecido acontecerá. E então nós cairemos diante do povo, sem poder dar uma explicação e muito menos encontrar caminhos para que, amanhã o povo possa crer e voltar as vistas para nos apoiar, prejudicando as gerações que hão de chegar para a grande caminhada do futuro. (MAIA, 2005, p. 185).

Diante disso, dialogando com Foucault a partir do conceito de discurso por ele desenvolvido, ao se deparar com a apropriação do discurso, vemos que Foucault cita a educação como sendo um dos veícu-



los dessa manifestação, tendo vista que é um modo “democrático” de ventilar os pensamentos e embates políticos de determinadas épocas e espaços. Assim, o autor completa o raciocínio com um pensamento que “todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 44).

Portanto, nesse mesmo contexto, Foucault analisa o ritual de ventilação das palavras, que por sua vez, o autor aponta que as sociedades do discurso e os grupos doutrinários andam imbricados, servindo assim de apoio um para o outro, para poderem alcançar o objetivo maior que é as apropriações sociais desses pensamentos considerados verdadeiros. Buscando a definição do discurso, o autor mostra que esta parte da leitura do mundo, ou seja, é mesmo a releitura dos pensamentos que circulam sobre a sociedade. Desse modo, vemos que:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seis próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma de discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1996, P 49).

Como anteriormente discutido, Foucault aborda a educação como sendo o meio mais sensato para se pôr em prática os discursos na sociedade. Sabemos que se tem uma extensa significação da palavra educação, uma vez que, a mesma traz um significado amplo o que aqui permite explicar o posicionamento acerca de educação a partir dos discursos de Dinarte Mariz, tendo em vista que, o mesmo era um admirador ferrenho da educação. No entanto, mesmo não tendo concluído o ensino superior, concluiu penas o curso primário, ele tinha convicção de que sem a educação não há povo desenvolvido. Segundo Maia, “[...] Reconhecia na educação a chave para o progresso social. São suas estas



palavras: “Só na educação uma nação encontrará caminhos para a solução dos seus problemas e felicidade de seu povo.” (MAIA, 2005, p. 39).

Dando continuidade aos discursos a respeito da educação, um outro discurso feito por Dinarte Mariz no Senado Federal em 18 de outubro de 1983, sobre os 25 anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para o mesmo, a criação da Universidade foi de grande relevância para o Estado do Rio Grande do Norte, visto que teria formação superior e uma notável instituição pública, porquanto, “Não sei se devemos considerar mais importante o projeto ou o processo, se a Universidade é, primordialmente, uma fonte produtora de conhecimento de uma força geradora de inquietação intelectual, condição primeira para a renovação do saber e a tecnologia.” (MAIA, 2005, p. 200). Assim, fica perceptível a relevância da mesma e Dinarte Mariz se posicionou: “Importa acrescentar que a Universidade não apenas forma pesquisadores, mas apresenta resultados materiais e insofismáveis do esforço de pesquisa atualmente desenvolvido.” (MAIA, 2005, p. 200).

Concomitantemente, Dinarte Mariz discursava a partir das observações e dos anseios que para ele estava inserido dentro das necessidades que o povo carecia, pois via nesse trajeto de comunicação uma ponte positiva para seus objetivos. Assim, através do embasamento na educação, envereda a construção da sua imagem, uma vez que, ao pensar na edificação de uma sociedade diz que “Entregue-se às universidades regionais a tarefa de pesquisar as nossas riquezas e identificar a vocação do nosso povo, construtor de uma civilização tropical.” (LIMA, 2003, p. 67). Desse modo, é compreensível que no decurso dos seus posicionamentos a educação é a chave principal para cuidar da saúde, cultura e economia, pois “Só na educação uma nação encontrará caminhos para a solução dos seus problemas e felicidade do seu povo.” (LIMA, 2003, p. 66).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com os trabalhos já desenvolvidos sobre “Dinarte Mariz”, o referido escrito aqui desenvolvido, busca levar o leitor a um momento de reflexão sobre um homem que tem suas origens na Fazenda Solidão município de Serra Negra do Norte, localizada no interior do Seridó e que por determinação, convicção de seus objetivos e muito esforço, se tornou um protagonista da história política no período das oligarquias, comprovando assim a relevância no cenário potiguar e nacional. No decorrer da construção dessa narrativa, temos a certeza que muito mais está para ser descrito e pesquisado sobre a figura eminente de Dinarte Mariz, visto que, essa obra é uma escrita inicial que mostra a proposta de como será importante descrever a história desse líder político, e, é sabido relatar que por se tratar de um personagem conhecido no meio político, esse trabalho irá apenas ser mais um contribuinte na formação de ideias que ressaltam a importância que esse homem público possuiu para o Rio Grande do Norte.

Por fim, notadamente percebe-se que Dinarte Mariz até os tempos atuais é um personagem político que deixou marcas importantes na administração pública, visto que além de ser bem articulado politicamente, foi exemplo de respeito, solidariedade. Dessa forma, fica claro através dos seus registros apresentados em alguns de seus discursos e de seus escritos. Portanto, cabe salientar que é uma figura tão marcante que em cada cidade do interior iremos encontrar uma rua com seu nome, ou uma estátua, ou um busto em praça pública, a história de Dinarte é cultura, memória, identidade

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. C., SILVA, E. A. da. **Figuras e Imagens de Dinarte Mariz: cenas de sua trajetória político e social**. Monografia, Caicó – RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.



COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. In: \_\_\_ **Revista de Sociologia e Política**. V. 20, Nº 44: 47-62 NOV. 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História**, Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LAMARTINE, P. **Personagens Serra-negrenses**. Natal, Sebo Vermelho, 2003.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso a Oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Solidão, Solidões**: Uma biografia de Dinarte Mariz. 2ª ed. Brasília, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111- 153.

MACHADO, João Batista. **“Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)”**, ano. 2000 ed. Depto Estadual de Imprensa.

MAIA, Agaciel da Silva. **Dinarte Mariz Vida e luta de um potiguar**. / Agaciel da Silva Maia; (prefácio de Jarbas passarinho) – Brasília; A. da S. Maia, 2005.

MARIZ, Dinarte. **A Vida de um Revolucionário**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1980.

MEDEIROS, M. **Dinarte Mariz governou sem chá de cadeira**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O sertão**: um outro geográfico. Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

NEVES, E. F. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural**. POLI-TÊIA (UESB), Vitória da Conquista, v.3, p. 153-162, 2003.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.5, p. 9-28, jun. 2002

Disponível em: [http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura), Acesso às 13:00hs do dia 19 de julho de 2019.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dinarte-de-medeiros-mariz> Acesso às 15:15min do dia 03/04/2021.



# MULHERES TRANSGRESSORAS NO SERTÃO ROSIANO: A VIVÊNCIA SOCIAL E ERÓTICA FEMININA EM DUAS NOVELAS DE CORPO DE BAILE

 Marina Cardoso de Melo<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Publicada em 1956, a coletânea **Corpo de Baile** de João Guimarães Rosa, reúne sete novelas que, embora não possuam unidade de ação, ou seja, a compreensão dos enredos não é afetada quando a leitura é feita fora da ordem em que são apresentadas, já que não há interligação e continuidades explícitas entre as histórias contadas, juntas elas formam um todo coeso, sendo possível identificar similaridades e conexões entre os elementos que compõem suas tramas. Pode-se dizer que a ambientação em diferentes pontos do sertão e dos campos gerais do norte de Minas Gerais consiste no maior ponto de convergência existente não apenas entre as narrativas da coletânea, mas em toda a obra rosiana, mas, em se tratando da produção literária sobre a qual pretendemos discorrer, a recorrência e compartilhamento de personagens consiste na maior evidência de que elas compartilham um mesmo universo ficcional. Para além, os temas abordados em cada uma delas também coincidem, alicerçados por três grandes figuras representativas,

---

<sup>1</sup> Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) e mestranda em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Viçosa. Órgão financiador: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.





como apontado pelo estudo clássico de Benedito Nunes (1969): o buriti, o boi e a mulher. Dentre estes, o que mais importa em nossa análise, são as personagens femininas, pois as compreendemos como detentoras de funções imprescindíveis para o desenvolvimento da maior parte dos enredos apresentados, sobretudo aquelas que apresentam comportamentos transgressivos às normas sociais que vigoram no sertão recriado por Guimarães Rosa.

Nesse sentido, nossa análise volta-se para duas novelas da coletânea rosiana: “Campo Geral” e “Buriti”, escolha justificada por estas representarem pontos fixos do **Corpo de Baile** rosiano, sendo, respectivamente, a primeira e a última a serem apresentadas em todos os formatos editoriais que a coletânea já ganhou. Além disso, elas compartilham um personagem central em comum: Miguel, protagonista apresentado em sua infância humilde em uma e que retorna adulto, formado médico veterinário na outra. Sua presença em ambas não indicia apenas a ligação que existe entre as tramas, mas também uma evidente passagem de tempo, por meio da qual podemos constatar sensíveis modificações estruturais, materiais, tecnológicas e sociais no sertão da coletânea, de tal maneira, outro grande tema tratado pelas novelas e que também interessa ao estudo que aqui estabelecemos é o modo como Rosa retratou a chegada da modernização no sertão do norte de Minas Gerais, espaço historicamente marginalizado pelo poder central e compreendido como local arcaico, do conservadorismo e da barbárie em contraposição ao meio urbano moderno, liberal e civilizado (LIMA, 1999; SENA, 2010).

Isto posto, o que pretendemos analisar neste artigo é o modo como a conduta transgressora feminina influencia o sentido de modernização aplicado pelo escritor mineiro às suas novelas. Para tanto, nos voltamos a quatro personagens específicas: Nhanina, de “Campo Geral”; Dioneia, Lalinha e Maria da Glória, de “Buriti”. Objetivamos a partir do estudo compreender a construção e representação social de cada uma delas, além do impacto que as ações transgressoras dessas mulheres



promove no meio social em que estão inseridas e de que modo suas condutas acabam por influenciar modificações ocorridas no âmbito familiar e nas comunidades das quais fazem parte. Compreendendo a amplitude que a categoria mulher engendra, é importante que destaquemos que todas essas personagens consistem em mulheres brancas, de certa forma, privilegiadas econômica e socialmente e que, com exceção de Maria da Glória, proveem de contextos citadinos, tendo migrado por motivos diversos para o sertão.

Antes que adentremos as tramas das quais elas se fazem protagonistas, no entanto, cabe que abordemos temas de grande importância para a realização da análise. Por esse motivo, no próximo tópico, nos dedicamos a questões teóricas relacionadas à construção do território sertanejo no imaginário social brasileiro, bem como o modo como ele é representado pela obra rosiana; as relações de gênero e a situação feminina no contexto em que as novelas foram compostas e como esses assuntos são transpostos e retratados pelas narrativas escolhidas e, por fim, a transgressão e o erotismo, cujo entendimento se faz necessário para a apreensão das relações amorosas em que as personagens selecionadas se envolvem.

## SERTÃO, MULHER E EROTISMO: PERCURSOS TEÓRICOS E CRÍTICOS

Propomos neste tópico discorrer sobre temas caros à análise pretendida, nesse sentido, apresentamos aqui o arcabouço teórico que nos auxilia a compreender o modo como Guimarães Rosa trabalhou, nas tramas estudadas, a construção do espaço sertanejo no norte de Minas, sobretudo em seus aspectos sociais e, mais especificamente, à forma como buscou retratar as relações de gênero estabelecidas entre os personagens em suas novelas, voltando-nos principalmente a aspectos relacionados à sexualidade feminina e ao erotismo. Partimos do proposto por Roncari (2007) e Soares (2007; 2008) de que o sertão em **Corpo de Baile** consiste em um território em processo de modificação, sofrendo



maior influência do poder central que, àquela altura, ou seja, no pós-Revolução de 1930 e princípios da Era Vargas, passava a sofrer maior influência do poder central, que esforçava-se por fazer-se mais presente nos interiores do país, opondo-se ao mando das oligarquias locais típico dos períodos imperial e da Primeira República.

De tal maneira, podemos constatar que Rosa retrata um mundo em transição, que começa a tomar contato com a modernidade que, até então, parecia exclusiva dos grandes centros urbanos do país, algo que se demonstra na forma de produtos industrializados que passam a fazer parte dos itens consumidos pela população do campo, adoção de técnicas de cultivo e criação de animais que passam a contar com maior emprego de tecnologia avançada para a época, utilização de meios de transporte mais modernos, como o trem, caminhões e automóveis, além da menção a leis e taxas de pagamento institucionais, que indiciam a presença, ao menos tributária, mais incisiva do governo. Ainda assim, a sociedade retratada ao longo das narrativas da coletânea é, em grande medida, tradicional e conservadora da lógica patriarcal. Desse modo, dentre outros aspectos que evidenciam este fato, há uma incontestável e bem delimitada divisão de espaços e atribuições entre os gêneros que marcam de modo decisivo as relações entre homens e mulheres estabelecidas ao longo dos enredos sobre os quais nos debruçamos.

É possível constatar, nesse sentido, que, em muitos aspectos, o autor inspirou-se nas sínteses sobre o Brasil contemporâneas à sua temporalidade de escrita, como aquelas produzidas por Gilberto Freyre (2003, 2013), Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Viana, como Roncari (2004) percebe, sendo a formatação familiar patriarcal e sua preponderância frente a vida pública e privada dos interiores brasileiros uma das características mais salientadas em meio aos enredos. Nesse contexto, a condição relegada às personagens femininas é bastante específica, geralmente retratadas entre as paredes da casa em que habitam, assumindo funções e comportamentos coerentes às expectativas sociais lançadas sobre as mulheres da época, ou seja, delas



esperava-se que fossem o estereótipo da feminilidade frágil e bela, que fossem castas antes do casamento, virtuosas quando casadas, mães devotadas, cuidadoras irrepreensíveis do lar e guardiãs da honra do nome dos maridos.

Por outro lado, os representantes masculinos das tramas costumam ter a liberdade de transitar entre o espaço da casa, das terras das fazendas, das matas no entorno e, nesse sentido, do mundo público como um todo, evidenciando uma dicotomização social que condiz com as divisões de espaço que a cultura patriarcal, conforme Pateman (1993), impõe entre os gêneros, segundo a qual, à mulher cabe a permanência indefinida no âmbito privado das sociedades, enquanto o homem, concebido como autoridade máxima familiar, acumula os papéis de provedor, protetor e, nesse sentido, a totalidade das tarefas públicas, como a política e o trabalho. Não obstante, a divisão de espaços e atribuições característica desta ordem social pressupõe também uma dupla moral sexual, que condena e demoniza o desejo erótico feminino e tolera e perdoa os atos transgressivos masculinos, compreendendo como “instinto natural” comportamentos não-monogâmicos em suas condutas sexuais. Esta característica bem delineada nas novelas de Guimarães Rosa, é descrita por Freyre (2013, p.82) da seguinte maneira:

À exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário – tal como o que dominou longo tempo no Brasil – convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino.

Ainda que a delimitação de papéis e destinos, sobretudo em se tratando das personagens femininas da coletânea de Rosa, seja guiada



por normas rígidas de moralidade, nem todas as mulheres que figuram em meio às tramas apresentam comportamento alinhado às regras patriarcais, sendo exatamente elas as que mais nos interessam neste trabalho. Bem como em meio à realidade prática da vida cotidiana, é possível constatar a presença de personagens transgressoras da moral patriarcalista em meio às novelas de **Corpo de Baile**, sendo elas, em muitas ocasiões, as responsáveis por determinar os rumos das tramas justamente por comportarem-se de maneira subversiva, conseguindo contornar e solapar a dominação que o poderio masculino e religioso impõe sobre suas vivências e seus corpos. Nesse contexto, podemos indicar que a principal forma de comportamento feminino desviante das normas vigentes concretiza-se na expressão de suas sexualidades, tão combatida em sociedades como as retratadas pelo escritor.

Sendo assim, o erotismo, sobretudo feminino, consiste em tema bastante explorado pelas tramas das duas novelas que nos dispomos a analisar ao longo deste trabalho, ainda que o seja de maneira discreta, sobretudo em “Campo Geral”, cujo narrador em terceira pessoa é filtrado pela percepção de Miguilim, uma criança. Por outro lado, as insinuações eróticas aprofundam-se em meio a “Buriti”, na qual os intercursos sexuais entre determinados personagens destacam-se como imprescindíveis para a trajetória deste e para os rumos que definem os desfechos da narrativa, sobretudo aqueles em que estão envolvidas as personagens que selecionamos como protagonistas de nosso trabalho. Mais que uma maneira de transgredir as rígidas normas de conduta patriarcal, a expressão do erotismo nesses casos está diretamente relacionada à evolução interior das personagens, coincidindo, desse modo, com uma das definições oferecidas por Bataille (1987) para o termo como a busca do indivíduo, por meio do encontro com o outro, por uma completude impossível de ser alcançada.

Embora o erotismo substancialmente não seja concebido como uma transgressão, mas como o limiar existente entre o interdito e a transgressão, sobretudo relacionados à sexualidade, compreendemos



que as mulheres retratadas por Guimarães Rosa em **Corpo de Baile** encontram-se em tal situação social que qualquer busca genuína pelo alcance de sua satisfação sexual e pessoal seriam consideradas impróprias e, portanto, transgressivas. Ainda que a imposição de interditos, como pontua Bataille (1987), tenha sido essencial para a evolução da vida social humana, pois determinou a criação de regras necessárias para a regulação da convivência entre os indivíduos, regulando aspectos como o trabalho, a violência e as relações, sua contrapartida é ser utilizada constantemente como meio de repressão, manipulação, marginalização e sujeição de parcelas populacionais concebidas como inferiores em determinadas ordens sociais, como pontua Castello Branco (2004), formando indivíduos frágeis e úteis, sendo este o caso da mulher frente ao patriarcado, que tem como um de seus eficientes meios de regulação o impedimento da livre vivência sexual feminina, que, quando praticada, poderia ser severamente punida.

Em um contexto de patriarcalismo extremo, como o do sertão rosiano retratado em **Corpo de Baile**, é, em grande medida, das ações das mulheres que se rebelam de alguma forma contra a situação a que estão submetidas que a mentalidade, a ordem social e o próprio espaço começam a se modificar. Não podemos afirmar que há na literatura de Guimarães Rosa uma revolução feminista se iniciando em pleno sertão do norte do estado de Minas, tido pelo senso comum como local hostil, violento e dominado pela força masculina, mas é das transgressões à ordem patriarcal por parte das mulheres criadas pelo autor, motivadas por questões pontuais e particulares do enredo de cada trama, que as mudanças começam a se efetivar neste cenário. Do adultério ao estabelecimento de relações com homens antes do casamento, passando pelo afloramento independente de suas sexualidades, as personagens femininas ofuscam as viris masculinidades dos homens rosianos, deslocando-as da violência para o erotismo, alterando sensivelmente a formatação social dos espaços em que estão inseridas. Isto posto, no próximo tópico nos voltamos à análise direta das vivências sociais e eróticas



de Nhanina, Dioneia, Lalinha e Maria da Glória, a fim de compreender suas ações subversivas e o modo como suas consequências repercutem nas tramas em geral.

## MULHERES TRANSGRESSORAS DAS NARRATIVAS ROSIANAS

Conforme já mencionado, nossa análise se centra em quatro personagens que compõem duas novelas das coletâneas **Corpo de Baile**: Nhanina, mãe do protagonista de “Campo Geral”, além de Dioneia, Lalinha e Maria da Glória, figuras ficcionais presentes em “Buriti”. Pode-se apontar que estas mulheres possuem diversas características em comum: são brancas, pertencem a extratos sociais privilegiados no sertão rosiano, embora algumas sejam integrantes de grupos familiares economicamente menos favorecidos, não são completamente destituídas de posses. Elas também fazem parte da categoria que podemos denominar de “mulheres do lar”, ou seja, solteiras ou casadas, dispõem da proteção de algum personagem masculino, sendo ele o marido, o pai ou, no caso de Lalinha, o sogro, logo, ocupam posições que exigem delas o resguardo de suas honras e manutenção do bom nome das famílias. Para além, todas possuem alguma experiência citadina, sendo as três primeiras oriundas do meio urbano, enquanto a última, apesar de nascida e criada no meio rural, teria sido escolarizada em instituição formal em uma cidade não nomeada. Entretanto, aquilo que mais nos chama a atenção e que nos leva a enquadrá-las em uma mesma categoria é o comportamento transgressivo que adotam ao longo das tramas das quais fazem parte e o fato de que suas transgressões estão diretamente relacionadas às suas condutas sexuais.

Tanto Nhanina quanto Dioneia consistiam em mulheres casadas e, nesse sentido, a principal transgressão que cometem é o adultério, o qual, conforme Del Priore (2006), constitui desvio moral imperdoável ao gênero feminino em contexto patriarcal. As diferencia, no entanto, as temporalidades em que transcorrem suas ações. Como também já



foi pontuado, “Campo Geral” e “Buriti” compartilham um mesmo protagonista que figura em cada uma em diferentes fases da vida, logo, podemos apontar que entre a primeira e a última haveria uma diferença cronológica de, aproximadamente, vinte anos. De tal maneira, existem diferenças entre as repercussões dos comportamentos das duas personagens. Ainda assim, não apenas a uma diferença temporal podemos atribuir as discrepâncias entre as reações que a infidelidade feminina provoca em cada caso, afinal, ainda que pertencessem a categorias de gênero, classe e raça parecidas, existem notáveis contrastes entre os modos como cada uma delas vivenciava o sertão e a convivência nas comunidades em que se encontravam inseridas.

Apesar de ter origem citadina, as informações oferecidas por “Campo Geral” (ROSA, 2016a) nos leva a concluir que Nhanina habitava o Mutúm, ponto isolado do sertão norte mineiro em que transcorrem as ações da novela, por um algum tempo, afinal, com o marido Bernardo, havia gerado seis filhos, sendo que o mais velho, que não mais morava com os pais, constituía-se já um adolescente, e seria a ocasião do matrimônio a responsável por obrigá-la a migrar para outra localidade. Ainda assim, o que mais se destaca sobre a personagem em primeiro momento, além do estereótipo de mulher bela e frágil, é o desagrado que sentia por viver em um local tão remoto, além da falta de tudo o que havia vivenciado na cidade. Partindo de tal entendimento, não é difícil para o leitor constatar que suas insatisfações não estão ligadas apenas ao espaço em que se sente presa e em completo isolamento, mas também à sua união matrimonial como um todo, percepção que se confirma ante sua insinuação de que o casamento com Bernardo havia se dado contra sua vontade. Roncari (2004) pontua que as uniões realizadas por conveniência, acordadas entre famílias, constituíam meios de efetivar alianças vantajosas para ambas as partes quando realizadas entre componentes das parcelas mais abastadas da sociedade, enquanto, entre os economicamente desfavorecidos serviria, majoritariamente, como fonte de desgraças, sendo este o caso do casal formado por Nhanina e Bernardo.





Nesse contexto, é notável que a personagem estabelece suas relações extraconjugais com homens de temperamento contrário ao demonstrado pelo marido, cujos principais traços de personalidade consistiam no autoritarismo e rigidez, típicos de um chefe de família de formatação patriarcal, irascível e frustrado, por conta de seu baixo rendimento financeiro enquanto capataz da fazenda arrendada onde vivia com a família e outros empregados de posição inferior à que assumia. Por sua vez, Terêz, primeiro amante de Nhanina de que temos conhecimento, ainda que fosse irmão de Bernardo apresentava características bastante distintas, sendo gentil e afável com todos aqueles com que estabelecia contato, já Luisaltino, que pode-se supor consistir em seu segundo caso, aproximava-se em personalidade muito mais a este último do que ao primeiro. Além dos traços de personalidade contrastantes aos de seu marido, ambos os companheiros da personagem em seus episódios de infidelidade consistiam em homens com possibilidades de mobilidade, uma vez que Terêz estava sempre se ausentando do Mutúm, realizando viagens com destino a outras localidades, enquanto Luisaltino encontrava-se ali como trabalhador temporário, característica que os distinguia de Bernardo, que raramente deixava os limites das terras da fazenda. É possível, desse modo, que Nhanina buscasse por meio do adultério encontrar possibilidades reais de fuga da realidade que vivenciava.

No entanto, seus anseios não podem ser concretizados e suas ações acabam por delinear os fins trágicos a que chega a narrativa. Primeiramente, Terêz é expulso por Izidra, tia de Nhanina, que, ao lado de Bernardo, desempenhava papel de guardiã da ordem familiar, após o marido ter descoberto a infidelidade da esposa, ausentando-se da casa em um momento de fúria. A ação da anciã, como a própria justifica, se dá com o objetivo de evitar que um irmão cometesse atos violentos contra o outro. O mesmo não pode ser feito em relação a Luisaltino, com quem a sobrinha se envolve posteriormente, algo que não permanece em segredo por muito tempo, gerando o assassinato do empregado e



consequente suicídio de seu companheiro legítimo. O que surpreende no episódio, entretanto, é o fato de que Bernardo opte por tirar a própria vida, deixando que a esposa adúltera sobreviva.

Ao suicídio de Bernardo sucede o retorno de tio Terêz à fazenda, podendo agora estabelecer matrimônio com aquela que havia sido sua cunhada, algo que ofende Izidra moralmente, levando-a a abandonar definitivamente o Mutúm. Compreendendo que em “Campo Geral” encontra-se o evento fundador e precursor dos temas tratados nas demais narrativas concentradas pela coletânea **Corpo de Baile**, como foi pontuado por Zilberman (2007), não seria errado especularmos que este esteja diretamente ligado ao adultério de Nhanina e a seu impacto sobre a ordem social estabelecida no espaço em que se desenrola. Ao transgredir os laços do matrimônio, Nhanina consegue eliminar o principal símbolo do poder patriarcal: a estrutura familiar. Afinal, Bernardo e Izidra, os principais responsáveis pela manutenção desta ordem marcada pela violência e pela moralidade cristã, já não se encontram presentes e o clã segue agora a estrutura desejada por Nhanina, que antes consistia no membro familiar que mais sofria as dominações patriarcais. Fica evidenciado, desta forma, que a transgressão de Nhanina é capaz de gerar tragédias, afinal, resultou na morte do marido e no esfacelamento da estrutura original da família. No entanto, ela também engendra a renovação da ordem social e familiar, já que, a partir da morte de Bernardo e da saída espontânea de Izidra, a personagem reconfigura a família não mais por meio do casamento arranjado, mas por decisões tomadas de maneira autônoma.

Por sua vez, o adultério de Dioneia em “Buriti” tem repercussões consideravelmente menos violentas e trágicas do que as que constatamos para o caso retratado em “Campo Geral”. Inicialmente, é importante destacar que a personagem em questão tem pouco destaque ao longo da narrativa, sendo sua aparição resumida, em grande medida, aos relatos sobre sua infidelidade, o qual, como sugere Roncari (2013), tem grande relevância para o desenvolvimento geral do enredo embe-



bido em erotismo. Nesse contexto, além dela, outros dois personagens desempenham papel central nesta parte da trama: Liodoro, seu amante e dono da fazenda Buriti Bom, e o Inspetor, marido de Dioneia e empregado do primeiro, fato que explicita a hierarquia existente na relação entre os dois homens. O episódio que evidencia a conduta transgressora de Dioneia oferece ao leitor outras informações importantes a respeito dessas três figuras ficcionais.

De acordo com Gualberto Gaspar, vizinho de terras de Liodoro, Dioneia e o Inspetor eram “[...] gente de fora, gente empobrecida da cidade” (ROSA, 2016b, p.128), evidenciando o caráter migratório do casal e o fato de que constituíam-se como componentes da sociedade que, não conseguindo acompanhar o ritmo do desenvolvimento econômico e industrial das cidades, faz o caminho inverso daqueles que fogem da seca no sertão para estabelecerem-se em centros urbanos. Não encontrando trabalho nos centros urbanos, buscam os interiores do país para construir nova vida. Outro dado relevante dá conta de que o Inspetor seria um homem impotente, algo que se sabe por estar ele, no momento do episódio narrado, à sombra de uma palmeira de buriti a procura de uma planta que serviriam para curar este tipo de mal, aspecto que poderia servir de explicação para o comportamento adúltero da esposa que, já por ser proveniente da cidade, despertava a desconfiança daqueles que eram naturais do sertão. Nesse sentido, sua relação com Liodoro, que aparentemente não se faz segredo para nenhum outro personagem, apenas confirma sobre ela as suspeitas dos demais: de que mulheres oriundas da cidade não possuíam boa índole.

Ainda assim, sua transgressão não resulta em acontecimentos drásticos como o que podemos constatar para o caso de Nhanina, algo explicado de maneira emblemática por Guaberto Gaspar: “*Em outros tempos, homem matava homem, por causa de mulher! Como os bichos fazem, mas o mundo vai demudando. Raça da gente vai esfriando [...] Que todo mundo saiba: que ela anda vadiando com iô Liodoro...*” (ROSA, 2016b, p.123, grifo do autor). O trecho dá conta de que o adultério da mulher é ainda



considerado uma transgressão moral gravíssima para a sociedade sertaneja, no entanto, faz questão de destacar para Miguel que, no sertão, este ato já não causava mortes como em tempos anteriores.

Entretanto, por mais que possamos atribuir este deslocamento de repercussões da infidelidade feminina entre “Campo Geral” e “Buriti” à modernidade que se impõe paulatinamente no sertão rosiano e à modificação da mentalidade patriarcal ali vigente, há que se considerar as posições sociais que ocupam os traídos e os amantes em cada novela. Bernardo, de “Campo Geral”, consistia não em proprietário de terras, mas em maior autoridade daquele meio enquanto capataz da fazenda, o empregado que comanda os demais, enquanto os amantes de Nhantina, desempenhava funções de trabalho na fazenda sob seu mando. Nesse sentido, pela estrutura hierárquica, poderia sentir-se no poder de tirar a vida daqueles que ocupavam posição inferior à sua que, de algum modo, o lesassem. Em “Buriti” as posições se invertem. Iô Liodoro é o poderoso proprietário de terras, enquanto o Inspetor consiste em seu empregado. A tolerância demonstrada pelo personagem traído, neste caso, pode estar relacionada à posição social subalterna que ocupa em relação ao outro. Nesse sentido, nem só à modernidade podemos atribuir o fato de este adultério não resultar em tragédias, mas sim à estratificação que permanece enraizada à sociedade sertaneja.

Os casos de Lalinha e Maria da Glória são sensivelmente distintos daquele apresentado em relação às duas personagens anteriores. Lalinha, cuja construção é emblemática por consistir na única protagonista feminina em toda a **Corpo de Baile**, embora tenha sido casada, foi abandonada pelo marido, término que, de acordo com as informações trazidas pela narrativa, teria se dado de maneira legal, ou seja, de acordo com as resoluções da época, logo, ela poderia ser considerada uma mulher desquitada, algo que garantia a separação de corpos e bens do casal, mas não dissolvia o vínculo conjugal (SANTANA; RIOS; MENEZES, 2017). Ainda assim, ela aceita a proposta de Liodoro, seu ex-sogro, de ausentar-se de Belo Horizonte, onde nasceu e foi criada, para esta-



belecer-se por certo tempo no Buriti Bom. As motivações do patriarca para tal não eram outras além de resguardar a honra da nora para um possível retorno do filho, que garantiria a perpetuação da linhagem patriarcal em suas terras. Há que se destacar que, bem como Dioneia, Lalinha era vista com desconfiança pelos sertanejos por sua origem cidadina, além do fato de ter sido abandonada, algo que lançava dúvidas não sobre a honra do marido, mas sobre sua índole.

No entanto, a estadia da personagem na fazenda do sogro, em lugar de representar a concretização das expectativas deste, ganha contornos subversivos quando ela se envolve amorosamente com tanto com Liodoro quanto com Maria da Glória, desafiando as regras morais e heteronormativas da sociedade sertaneja. Embora o desfecho deixe em aberto se a personagem deixa ou permanece definitivamente no Buriti Bom, é bastante evidenciada ao longo de toda a trama a importância que ela desempenha para o desenvolvimento de ambos os personagens com que se envolve, arriscando a continuidade da ordem patriarcal naquelas terras, imprimindo movimento à trama e consistindo na maior representação da chegada da modernidade advinda dos centros urbanos e as modificações que imprime ao sertão reconstruído por Guimarães Rosa.

Por sua vez, Maria da Glória consiste na filha caçula de Liodoro, sobre a qual, por fim, todas as expectativas de perpetuação da ordem patriarcal recaem, algo que poderia ser concretizado por meio de um possível casamento entre ela e Miguel, dada a impossibilidade de que Lalinha e o ex-marido reatassem. A personagem, em primeiro momento, expressa o estereótipo da filha virtuosa e casta idealizada pela cultura patriarcal. De tal maneira, sobre ela incide a obrigação de manter-se virgem até o casamento, valor fundamental em sociedades do tipo, alicerçado na tradição bíblica, conforme Vasconcelos (2018) pontua. Assim, características de espontaneidade, inocência e pureza são constantemente destacados sobre ela, sobretudo quando é narrada sob a perspectiva de Miguel, deixando em evidência sua aparência virginal.

De fato, durante boa parte da novela Maria da Glória exprime a



aura inocente da moça que espera pelo retorno do príncipe encantado que, neste caso, é Miguel, cujo intervalo entre suas duas visitas à fazenda do Buriti Bom é de um ano. Ao longo desse período, no entanto, diversas são as modificações sofridas pela personagem e, nesse contexto, à medida que confia a Lalinha suas novas vontades, podemos acompanhar o erotismo da personagem sendo desenvolvido. A partir de então, é possível constatar que Glorinha efetiva a separação entre o amor romântico, idealizado, que continua a nutrir ao longo da ausência de Miguel, e o desejo carnal que decide concretizar relacionando-se com dois outros personagens: Lalinha, como já mencionamos, com quem tem sua primeira experiência sexual, e Gualberto Gaspar, homem mais velho, amigo de seu pai e, ademais, casado. A personagem se torna, desse modo, uma das representantes transgressoras da moral patriarcal presentes na coletânea de Guimarães Rosa.

Bem como o desfecho que envolve Lalinha, o destino de Maria da Glória permanece em aberto ao fim da novela. Sabemos do retorno de Miguel, algo que poderia representar a salvação da linhagem patriarcal de Liodoro, uma vez que seu objetivo é pedir a personagem em casamento, entretanto, não há certeza sobre a concretização de tal feito. Bem como Guimarães Rosa não pôde constatar uma efetiva modernização do sertão norte mineiro em sua época de escrita, em **Corpo de Baile**, onde delineia espécie de projeto modernizatório estrutural e social do espaço, as possibilidades permanecem em aberto, materializadas pelos dois finais de “Buriti”, a última das narrativas. Nesse sentido, fica a cargo do leitor decidir se a ordem patriarcal desmantelada, a princípio, em “Campo Geral” como consequência do adultério de Nhanina, restabelece-se em “Buriti”, representada pela partida de Lalinha e pelo casamento entre Maria da Glória e Miguel ou esfacela-se de vez com uma possível união entre Leandra e o ex-sogro e a recusa em casar-se por parte de Glória. Seja qual for a interpretação escolhida, no entanto, fica evidenciado que, em todas as possibilidades, são as figuras femininas que detêm o poder de definição sobre o que de fato ocorrerá.



## REFERÊNCIAS

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Trad. Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: LP&M, 1987.

CASTELLO BRANCO, Lucia. **O que é erotismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ed. São Paulo: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2013.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

NUNES, Benedito. **O dorso do tigre**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1969.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RONCARI, Luiz. **O Brasil de Rosa**: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O cão do sertão**: Literatura e engajamento, ensaios sobre João Guimarães Rosa, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Buriti do Brasil e da Grécia**: Patriarcalismo e dionisismo no sertão de Guimarães Rosa. São Paulo: Editora 34, 2013.

ROSA, João Guimarães. “Campo Geral”. In: **Manuelzão e Miguilim**: Corpo de Baile, v.1. 13.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

\_\_\_\_\_. “Buriti”. In: **Noites do Sertão**: Corpo de Baile, v.3. 13.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

SANTANA, I. H. B.; RIOS, L. F.; MANEZES, J. A. Genealogia do Desquite. **Revista Psicologia Política**, v.17, n.39, mai./ago. 2017, p.340-350.

SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão. **Avá. Revista de Antropologia**, Misiones: Universidad Nacional de Misiones Argentina, n.17, jul./dez. 2010.

SOARES, Cláudia Campos. Considerações sobre Corpo de Baile. **Itinerários – Revista de Literatura**, UNESP, n.25, p.39-64, 2007.

\_\_\_\_\_. Corpo de Baile: Um mundo em transformação. **Ângulo**, n.115, out./dez. 2008, p.40-47.



VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. “Moça virgem/mulher honesta” versus “prostituta”: A importância da virgindade feminina e a centralidade do corpo na construção dos binarismos de gênero em processos. **Revista Feminismos**, v.6, n.3, jul./dez. 2018, p.119-131.

ZILBERMAN, Regina. “*Corpo de Baile*: romance, fragmentação, polifonia”. In: ZILBERMAN, Regina (org). **Corpo de Baile**: romance, viagem e erotismo no sertão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. pp.9-14.





# ONDE É O SERTÃO E QUEM É O SERTANEJO? UMA ANÁLISE DISCURSIVA EM “O QUINZE”, DE RACHEL DE QUEIROZ

 Matheus Felipe Araujo Souza<sup>1</sup>

 Ane Luise Silva Mecenas Santos<sup>2</sup>

Tanto a História quanto a literatura se utilizam de estratégias retóricas para inventar o passado, explicar o presente e pensar o futuro, ambas são formas de representar e abordar questões pertinentes através da narrativa aos homens da época em que a obra foi produzida, possuindo um público leitor (PASAVENTO, 2004 *apud* MARTINS, 2015, p. 3890). A expressão literária pode ser entendida como uma forma de representação social e histórica, testemunha de uma época, um produto sociocultural que representa os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos, as experiências humanas que existem em cada sociedade e tempo histórico (BORGES, 2010, p. 98).

A fonte literária, como qualquer outro documento, é resultado de um processo social e apresenta propriedades específicas que precisam ser interrogadas e analisadas, cabe ao historiador verificar as condições de produção da obra, as intenções do autor e a forma como ele realiza

---

<sup>1</sup> Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus Caicó.

<sup>2</sup> Doutora em História e Professora Adjunta do Departamento de História (DHC – UFRN), campus Caicó.



sua representação e a relação que estabelece com o real. A literatura seja como crônica, conto ou romance apresenta-se como uma configuração poética do real, agregado ao imaginado se coloca como uma fonte especial para a história cultural de uma sociedade em determinado tempo e lugar (BORGES, 2010, p. 103;108).

Desse modo, entre as tensões estabelecidas na história e na literatura, a primeira como ciência estabelecendo seu compromisso com a verdade e a segunda como forma de expressão artística, atuando com possibilidades sem compromisso com o verossímil, encontra-se os discursos e as representações que formam imaginários sobre os temas abordados nessas duas grandes áreas do ofício narrativo.

Leitor, escritor e obra se relacionam no complexo campo analítico da interpretação, dispositivo teórico pautado na escrita do autor e na interpretação e recepção da obra pelo leitor, afinal “Se são discursos, são representações discursivas sobre o que se passou; se são imagens, são também construções, gráficas ou pictóricas, por exemplo, sobre o real” (PESAVENTO, 2006, p. 4).

Em uma tentativa de conceituar o discurso como dispositivo de análise Orlandi (2005, p. 21) define: “o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores”, na análise do discurso procura-se compreender a língua enquanto componente que produz sentido, enquanto trabalho simbólico, fazendo parte do homem e da sua história, o discurso é assim prática de linguagem, palavra em movimento (ORLANDI, 2005, p. 15). “Em suma, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2005, p. 26).

Isso posto, o objetivo deste capítulo é compreender quais discursos literários, constituídos de sentidos, são atribuídos ao sertão como espaço marcado pelo fenômeno climático da seca; como também discutir aspectos da identidade do sertanejo no livro “O Quinze” (1930) da escritora cearense Rachel de Queiroz. Para este fim invocamos alguns trechos do livro para análises e interpretações propostas, tendo como objeto de



estudo o sertão e o sertanejo, delimitando conceitos e refletindo sobre as formações discursivas presentes nesses dois eixos, tomando como base o texto queiroziano. Logo, o estudo justifica-se pela importância de produções vinculadas à seara da História dos Sertões, analisando como esse sertão é representado e imaginado no âmbito cultural, descortinando outras perspectivas sobre o interior sertanejo tão desconhecido, corroborando com Vicentini ao afirmar: Há uma intimidade do sertão que não se revelou ainda, uma psicologia do homem sertanejo que permanece na obscuridade (VICENTINI, 1998, p. 47). Que esse sertão possa ser prescrutado cada vez mais, com profundidade e propriedade, um sertão que antes era distante, se aproxima, mostra-se e deixa-se tocar.

*O Quinze* é o primeiro romance da escritora cearense Rachel de Queiroz – primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras em 1977 – romance regionalista de temática social faz referência a seca de 1915 vivenciada pela autora em sua infância. A história tem como cenário o Ceará, especificamente a região do Quixadá, e os centros urbanos de Fortaleza, seguindo duas vertentes: O êxodo de Chico Bento e sua família como retirantes em meio a seca e miséria, e o romance não concretizado entre Conceição e Vicente.

A presente pesquisa privilegia a obra *O Quinze*, no qual a autora apresenta uma preocupação com o Nordeste usando de uma linguagem direta e objetiva da realidade, sem deixar de ser fiel aos costumes e à linguagem da região, a narração invoca a fala comum cearense trazendo questões sérias e complexas unindo o social ao psicológico sob um outro olhar (ARRIGUCI JR, 2000, p.112). A narração do enredo nas palavras de Davi Arriguci (2000, p.115) “é muito simples e sem discrepâncias da fala culta comum; vem limpa de cacoeiros regionalistas, mas perfeitamente integrada às necessidades concretas de expressão de suas personagens e de seu mundo ficcional”.

Todo o drama da obra se passa sobre o eixo da seca estéril, Rachel de Queiroz, assim como outros escritores da geração de 30, expõe esse triste enredo sertanejo em uma crônica social repleta de signos que for-



jaram o imaginário popular sobre o sertão, e que perpetuam até hoje mostrando como a literatura atuou em uma interpretação generalizada da região.

O modernismo na década de 1930 influenciou muitas produções literárias regionalistas. Os escritores desse período preocupados com questões sociais queriam ser porta-vozes dessa região que era tão esquecida na época, através de uma literatura engajada eles procuraram um diálogo com seu público, mudando o comportamento e o pensamento da sociedade dos anos trinta (FRANÇA, 2014, p.24). Segundo Vicentini (1998, p.41), “A temática do sertão na literatura brasileira determina uma espécie de corrente literária denominada literatura sertanista ou literatura sertaneja situada dentro da corrente maior da literatura regionalista”.

De maneira geral, a literatura regionalista denomina-se a partir do espaço discursivo sobre o qual escrevem, espaço este contextualmente delineado, onde se desenvolve o enredo: o sertão. O sertão “ocupa ainda um lugar extremamente importante na literatura brasileira, representando tema central na literatura popular, especialmente na oral e de cordel, além de correntes e obras literárias cultas” (AMADO, 1995, p.146).

O sertão é uma das categorias que emergem de modo recorrente na historiografia e no pensamento social brasileiro, está presente desde o século XVI nos registros de cronistas e viajantes, assim como nos escritos do frei Vicente Salvador, e nas últimas décadas do século XIX e no início do XX o sertão se constituiu por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil como nação, uma experiência histórica (AMADO, 1995, p.145-146).

O sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados lugares. O sertão não se apresenta no universo físico da ciência geográfica como um “tipo” específico de lugar, isto é, não se define sertão pela sua paisagem típica, pelos elementos que compõem o clima, relevo, ou as formações vegetais; não há um espaço peculiar cujo as características intrínsecas permitam uma tipologização do *locus* sertanejo. “O



sertão não é, portanto, uma obra da natureza” (MORAES, 2003, p. 01). O sertão também não se conceitua como resultado da ação humana e, por conseguinte, dos processos sociais que agiam sobre este espaço terrestre produzido pela sociedade tais como vilas ou cidades. “O sertão não se constitui, portanto, como uma materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres” (MORAES, 2003, p. 01).

A ideia de sertão possui uma conceituação distinta não se confundindo com as noções usuais de habitat, região, território e ambiente, sertão é uma condição atribuída a diferentes lugares. Trata-se de um símbolo imposto em determinados contextos e localidades históricas, atuando como um qualificativo local, um discurso valorativo referente ao espaço, qualificando lugares segundo a mentalidade e os interesses do qualificador (MORAES, 2003, p. 02). “Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica” (MORAES, 2003, p. 02).

Vicentini (1998) pontua aspectos da etimologia do vocábulo sertão, *desertanum* (lugar incerto, desconhecido), apontando para um sítio oposto distante do locutor. Essa expressão deve ter-se formado no século XV quando as naus portuguesas começaram a chegar na costa africana, e tudo o que era visto do interior do navio ou litoral era tido como sertão, e foi com esse sentido que a palavra chegou ao Brasil na carta de Pero Vaz de Caminha (VICENTINI, 1998, p.45). Nessa perspectiva podemos fazer as aproximações entre sertão e o processo colonizador, pois a palavra possui uma linguagem imperativa em que o símbolo se impõe verticalmente sobre a significação sem levar em consideração a linguagem do outro que estava sendo colonizado, pressupondo uma hierarquia, uma autoridade capaz de determinar onde começa e onde termina sua significação e para quem ela se dirige (VICENTINI, 1998, p.44).

O sertão foi uma categoria construída pelos colonizadores portugueses ao longo do processo de colonização, carregada de sentidos negativos identificados pelos lusitanos como espaços longínquos, amplos, desconhecidos, desabitados ou pouco abitados (AMADO, 1995, p. 148).



É sobre a ótica do colonizador que o sertão se estrutura, pois a palavra e seu significado refletem o ponto de vista europeu, um olhar lançado a partir do litoral, do mar. Isso exprime a primeira oposição clássica: sertão/litoral, onde o sertão é o “outro lugar, ou o lugar do outro”, no qual fala-se do sertão, entretanto, este sempre está distante do enunciador, e em meio a tanta água o sertão é sempre associado ao deserto, uma área pouco povoada, e por isso, capaz de ser conquistada, colonizada (VICENTINI, 1998, p.45). “Desde o litoral, ‘sertão’ foi constituído” (AMADO, 1995, p.148). Sobre este espaço a ser colonizado é apresentado outra categoria de análise da palavra sertão, concebido como porções de terra não conquistadas, objeto do movimento expansionista da época considerada. Nesse sentido, os lugares tornam-se sertão ao atraírem o interesse dos agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração desses espaços (MORAES, 2003, p. 02-03).

Desde os primeiros anos da colônia as categorias “sertão” e “litoral” foram sendo construídas uma em função da outra, como representações opostas e complementares concomitantemente, refletindo “o outro” referente de forma invertida. Para o colonizador o espaço sertanejo é o espaço da alteridade, do outro, um “Outro geográfico” pois variando da posição espacial e social do enunciante o enunciado pode ter diversos e aparentemente antagônicos significados, “Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem fala” (AMADO, 1995, p. 148-150).

Para que possa existir o sertão faz-se necessário a existência de outros espaços que não se encaixem nessa denominação, isto é, o não-sertão; sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda, sertão segundo Moraes (2003, p.03) é “uma imagem construída por um olhar externo, a partir de uma sensibilidade estrangeira (...) que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo”.

Sob uma perspectiva semiótica e discursiva Nazaré (2019, p.130-131) afirma que nos fins do século XIX até meados do século XX diversos



discursos marcados por fortes significados políticos, econômicos, religiosos, culturais e memoriais foram disseminados resultando na criação de imagens *sobre* e *da* região Nordeste. Essas imagens são capazes de fomentar representações delimitando imaginários e criando arquétipos inventados discursivamente ou extraídos da realidade factual. “O imaginário seria, assim, uma dimensão tão significativa das sociedades quanto à própria vida, abrangendo produção e circulação de imagens não só visuais, mas verbais e mentais” (NAZARÉ, 2019, p. 131).

As imagens são capazes de alimentar representações definindo imaginários, portanto, imagens, imaginários e representações se interpretam e se retroalimentam, pelo qual categorias sociais e culturais podem ser acessadas e interpretadas através dessa rede de significações (NAZARÉ, 2019, p.131). Através do imaginário problematiza-se também o conceito de estereótipo que parte da representação mental tentando interpretar a realidade através de construções simplificadas ou generalizadas de fenômenos, etnias, pessoas, culturas (FRANÇA, 2014, p.32).

A literatura também atua nesse eixo de análise através das escolhas discursivas, linguísticas e semióticas que o(a) autor(a) submete em seu texto, em sua narrativa. “A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, profunda e definitivamente, o imaginário brasileiro” (AMADO, 1995, p.146).

Assim, o texto literário também se comunica com o imaginário, o texto também cria imagens com seus arranjos entre substantivos e adjetivos. O texto cria mundos, espacialidades, personagens e ações que seguem o verbo (ação) da história até seu desfecho, e todo esse contexto está inserido no imaginário daquele(a) que idealizou a narrativa. Pesquisar a literatura e suas representações é poder adentrar nesses imaginários, na grande maioria das vezes, ocultos.

Em *O Quinze* (1930) Rachel faz várias referências a esse espaço sertanejo, destacar-se-á a seguinte:



Os cascos do animal pareciam tirar fogo nos seixos do caminho. Lagartixas davam carreirinhas intermitentes por cima das folhas secas no chão que estalavam como papel queimado. O céu, transparente que doía, vibrava, tremendo feito uma gaze repuxada. Vicente sentia por toda parte uma impressão ressequida de calor e aspereza. Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapo à devastação da rama; mas em geral as pobres árvores apareciam lamentáveis, mostrando os cotos dos galhos como membros amputados e a casca toda raspada em grandes zonas brancas. E o chão, que em outro tempo a sombra cobria, era uma confusão desolada de galhos secos, cuja agressividade ainda mais se acentuava pelos espinhos (QUEIROZ, 2016, p.17-18).

Nesse trecho podemos perceber como a autora descreve o sertão marcado pela seca. Sobressai alguns elementos, tais como o céu e as folhas secas que acentuam uma formação imagética referente a seca sertaneja. O céu vibra e as folhas estalam, Rachel não faz uma referência explícita ao astro solar, porém, este está sempre presente na caracterização do espaço. A sensação de secura é confirmada com a reação do personagem marcada por “uma impressão ressequida de calor e aspereza”, o sol e o calor misturam-se aos galhos secos e aos espinhos do cenário, as folhas exemplificam a devastação e as árvores de galhos secos apregoam uma natureza em seus últimos suspiros.

Mais à frente um outro sertão é posto em evidência, um sertão que antes era seco, áspero e quente, dá lugar a um sertão molhado e úmido, do cinza da rama ao verde do pasto:

A chuva saraivava de flanco as reses magríssimas, que se encolhiam trêmulas, erguendo olhos de assombrado espanto para o céu escuro. E os pingos de água, batendo-lhes nos couros ressequidos, como que vazios interiormente, pareciam soar com um retumbo de tambores. (...) Lá adiante, em plena estrada, o pasto se enramava, e uma pelúcia verde, verde e macia, se estendia no chão até perder de vista. A caatinga despontava toda em grelos verdes; paus esverdeados, dum sujo tom de azinhavre líquido,





onde as folhas verdes das pacaviras emergiam, e boiavam os verdes círculos de aguapé, enchiam os barreiros que marginavam os caminhos. (...) E tudo era verde, e até no céu, periquitos verdes esvoaçavam gritando. O borralho cinzento do verão vestira-se todo de esperança (QUEIROZ, 2016, p.140/151).

Rachel delimita agora outros contornos que compõem a paisagem, o fenômeno em destaque aqui é a chuva, tão desejada desde o início do romance recai ao fim da narrativa, contudo a seca ainda deixa suas chagas. Quando emerge as reses ainda esqueléticas sedentas pelo alívio pluvial com seus “couros ressequidos” o verde chama a atenção, e a autora destaca muito esse adjetivo natural resultante das chuvas relacionando a cor ao sentimento da esperança, onde a caatinga despontava em uma macia e verde pelúcia, onde tudo está verde, até o céu, e em toda essa atmosfera desponta a esperança, porque com a chuva volta o renascimento da vida no sertão e o desejo de voltar as fazendas sertanejas, a chuva o consolo do sertanejo. Todo esse ambiente é vivenciado pelos personagens da trama, o que dá a entender um certo alívio até mesmo nas tensões do romance, a chuva acalma e consola os corações aquecidos pelo calor, há toda uma ritualística em torno da chuva, o último conforto do sertanejo e do sertão.

A característica natural da seca compõe o principal elemento do imaginário regional vinculado ao Nordeste difundido nacionalmente através dos meios de comunicação e da bibliografia, relacionando o espaço físico com a identidade do nordestino (FRANÇA, 2014, p.26). O sertão participa do imaginário regionalista, compondo os estratos identitários do sertanejo pois “Uma das maneiras de constituir identidades é através da narrativa” (VIANA, 2013, p.32) em um “processo constitutivo de uma identidade coletiva envolve o meio social, resultado de lutas simbólicas, construções e ressignificações de símbolos comunais” (VIANA, 2013, p.13). Viana (2013, p.23) entende que a identidade tem lugar na cultura, sendo a cultura um modo comum de representações, valores e sentidos compartilhados por aqueles que conhecem os mesmos códigos de signos estipulados nessa cultura. Por isso, a importância de



compreender e interpretar não apenas o espaço físico, sertão, além de versar sobre os sujeitos circunscritos nesse espaço, os sertanejos.

França (2014, p. 27) afirma que a identidade não é algo pronto e acabado, a identidade de um indivíduo vai se constituindo através dos estímulos exteriores, com a convivência com outros indivíduos e com as heranças genéticas que possui, sendo necessário, então, apontar como identidade e diferença se relacionam com a representação.

Identificamos três representações identitárias para a interpretação do sertanejo narradas na obra pesquisada, são elas: o sertanejo religioso, o sertanejo resiliente e o sertanejo esperançoso. Esses são os conceitos que analisaremos a seguir, cada um deles reconhece e problematiza a identidade do sertanejo em suas singularidades e coletividades, sendo marcas identitárias comuns e ao mesmo tempo próprias de cada personagem descrito.

A obra de Rachel de Queiroz se inicia invocando um elemento interessante e peculiar da cultura sertaneja, a religiosidade, como narra o seguinte trecho: “Depois de se benzer e de beijar duas vezes a medalhina de São José, dona Inácia concluiu: ‘Dignai-vos ouvir nossas súplicas, ó castíssimo esposo da Virgem Maria, e alcançai o que rogamos. Amém.’” (QUEIROZ, 2016, p.11).

É possível delimitar a ação do transcendente, da prece que roga constantemente pelo inverno, pelas chuvas, destacando a intervenção devota de São José como padroeiro das chuvas sertanejas. Dona Inácia sobressai como uma personagem comum nos sertões, aquela que sempre busca no auxílio divino o fim dos conflitos e aflições decorrentes da seca. São José não é invocado apenas no auge da seca como também ao fim dela:

ENFIM caiu a primeira chuva de dezembro. Dona Inácia, agarrada ao rosário, de mãos postas, suplicava a todos os santos que aquilo fosse ‘um bom começo’. (...) Na solenidade do momento, ninguém se movia nem falava. Só a Maria, a preta velha da cozinha, irrompeu pelo corredor, acocorou-se a um canto e engulhando lágrimas e mastigando rezas, resmungava:



— O inverno! **Senhor São José, o inverno!** Benza-o Deus! (QUEIROZ, 2016, p.139). [*Grifo nosso*]

Aqui novamente Dona Inácia aparece como um símbolo de devoção e contrição perante as chuvas, está segurando seu rosário, símbolo mariano do catolicismo. Mais uma vez São José é invocado pelas chuvas que molham a terra e sinalizam o fim da sina amarga da seca, São José inaugura “um bom começo” de que tudo será novo e melhor, afinal o inverno está chegando. Identificamos assim um sertanejo contrito, abnegado e fervoroso na oração que não escapa aos lábios mesmo na hora da morte.

Quando o pai chegou trazendo consigo uma negra velha rezadeira, Josias, inconsciente, já com o cirro da morte, sibilava, mal podendo com a respiração estertorosa. A velha olhou o doente, abanou o pixaim enfarinhado: — Tem mais jeito não... Esse já é de Nosso Senhor...

(...) A negra, por via das dúvidas, começou a rodar em torno do menino, benzeu-o com um ramo murcho tirado do seio chocalhante de medalhas, resmungando rezas:

— Donde vens, Pedros e Paulo? Venho de Roma. O que há de novo em Roma, Pedros e Paulo?...

Chico Bento se encostara à vara da prensa, sem chapéu, a cabeça pendida, fitando dolorosamente a agonia do filho (QUEIROZ, 2016, p.60).

Até perto da morte o auxílio divino é invocado, quando não se sabe mais o que fazer apela-se para o transcendente, para os milagres, para as preces. A rezadeira aqui representa o apelo de Chico Bento que devastado pelo cansaço e sofrimento de retirante, nada pode fazer para ajudar seu filho, Josias, agonizando por envenenamento, rezar é a única ação que executa naquele momento de aflição.

Uma segunda narrativa identitária manifestada é sobre o sertanejo e sua resiliência em permanecer ligado à sua terra, mesmo a distância, nutrindo o desejo de sempre voltar aos sertões ou de nunca se ausentar deles:



— E o seu gado?

— Vai-se salvando... Mas dá um trabalho medonho! (...)

A velha sacudiu a cabeça, admirada:

— **E você não desiste!** Ainda não pensou em retirar para a serra, ou fazer como a Maroca, soltar e deixar morrer?

Vicente ergueu-se, meio exaltado:

— Não, senhora! **Nem que eu me acabe, e perca tudo** de meu comprando caroço, não solto nenhum! Já comecei, termino! **A seca também tem fim...** (QUEIROZ, 2016, p.78) [*Grifo nosso*]

Compreendemos nesse diálogo entre Vicente e Dona Inácia a persistência de Vicente em permanecer no sertão, custe o que custar e sob qualquer circunstância, ele não desiste pois até a seca tem seu fim. O sertanejo então assume uma postura de resiliência perante os desdobramentos da seca, lutando para permanecer vivo e salvar aquilo que é seu.

Outro exemplo sobre a resiliência sertaneja é anunciado no romance, como mostra a narrativa:

Dona Inácia **se apegara a tudo que a pudesse reter no sertão**, rabujou, zangou-se, gritou que faria como quisesse, **que não iria, não iria, não iria!**

Mas haveria de ficar sozinha na fazenda, durante todo o horror da seca, sem um filho, sem uma filha, sem ninguém?

Conceição empregou a meiguice, a súplica, o que pôde. Lembrou até a perspectiva alarmante de um assalto, ali, naquele fim de mundo, quando a miséria da seca enlouquecesse as criaturas...

A velha, embora meio vencida, ainda **invocou o pretexto de precisar ficar** dirigindo o trato do gado. Suas vacas, seus garrotinhos, careciam dela! (QUEIROZ, 2016, p. 38) [*Grifo nosso*]

Conceição convence Dona Inácia a mudar-se do sertão para o litoral, para a capital cearense, mas é possível perceber a resistência empregada por Dona Inácia quanto à essa decisão de ir-se embora, ausen-



tar-se do sertão conhecido e amado para a desconhecida costa, Dona Inácia resiste, mas é vencida pelos apelos da neta. Se desenha nesse contexto uma personagem que vai para longe do sertão e só tem um desejo ao longo de toda a narrativa: o regresso, voltar para o sertão. O sertanejo é aquele que pode até sair dos perímetros sertanejos, no entanto, sai de mau gosto, reluta, coloca outros pretextos para permanecer. E se o sertanejo fica ele luta contra as adversidades naturais, pela sua sobrevivência, permanece e resiste, fazendo jus à máxima euclidiana: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte.”

Por último, identificamos no registro discursivo literário de Rachel de Queiroz o sertanejo esperançoso, Chico Bento e sua família retirante ocupam esse lugar de modo evidente, conforme exposto:

Chico Bento, na confiança do seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte. A voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra, abarcando projetos e ambições. E a **imaginação esperançosa** aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencida a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor. Cordulina ouvia, e **abria o coração àquela esperança** (...) (QUEIROZ, 2016, p.31) [Grifo nosso]

A expectativa de Chico Bento de emigrar em direção ao misterioso Norte, esse lugar tão distante geograficamente e tão próximo pelo desejo de viver uma vida melhor, com mais oportunidades, onde a seca não fosse um fenômeno natural persistente. Chico Bento se abre a esperança, ao sonho, planeja, administra e executa o plano, partir em retirada para o Norte verde e chuvoso. A esperança não é apenas caracterizada aqui, também é invocada na narrativa com as primeiras chuvas, no início do inverno onde o próprio entorno é um cenário verdoso, lugar da esperança úmida sertaneja.

Desse modo Queiroz descreve o fim de uma jornada e o começo de outra, como segue:



Chico Bento fitava o navio, escuro e enorme, com sua bandeira verde de bom agouro, tremulando ao vento do Nordeste, o eterno sopro da seca.

Sentia com que um ímã o atraindo para aquele destino aventuroso, correndo para outras terras, sobre as costas movediças do mar... Iam para o desconhecido (...) Iam para o destino, que os chamara de tão longe, das terras secas e fulvas de Quixadá, e os trouxera entre a fome e mortes, e angústias infinitas, para os conduzir agora, por cima da água do mar, às terras longínquas onde sempre há farinha e sempre há inverno... (QUEIROZ, 2016, p.120).

Chico Bento partira rumo ao desconhecido, para o Norte ou Sul, nem ele mesmo sabia, a autora destaca apenas o olhar ansioso, afinal tudo o que restava aos retirantes resume-se ao sentimento esperançoso da longínqua terra “onde sempre há farinha e sempre há inverno”. A seca não atinge a todos na mesma intensidade, Conceição e Dona Inácia escapam de trem, enquanto Chico Bento e a família sem dinheiro para a viagem até Fortaleza, na marcha a pé, enfrentam as piores agruras do cansaço, da fome, da sede, da morte e perda dos filhos. Mais adiante temos Vicente, forte e tenaz no trabalho contra a seca, lutando pela sobrevivência do gado faminto na terra estéril, enamorado pela prima que o vê como um vaqueiro rústico e distante, a relação entre eles é marcada por constantes desencontros envolvidos em uma nuvem de confusão e desentendidos que os separa sempre (ARRIGUCCI JR, 2000, p. 144).

Sobretudo objetivamos utilizar o discurso como suporte teórico para analisar o sertão e o sertanejo na obra de Rachel de Queiroz *O Quinze* (1930). Os discursos formam imagens, as imagens constroem imaginários sobre suas narrativas, assim o mote seguido foi: quais formações discursivas Rachel sinaliza em sua obra considerando como lugar o sertão e o sertanejo como sujeito? Na análise foi identificado que a autora descreve dois sertões, um sertão seco e áspero, e outro sertão verde e úmido, e que este espaço influencia as ações dos sujeitos circunscritos a este perímetro, os sertanejos. O sertanejo é uma figura



instigante na obra de Rachel, é um indivíduo resiliente, esperançoso e religioso, apegado à sua terra nutre no coração o desejo de jamais se apartar dela. Se vai para longe seu querer é voltar, se permanece seu ímpeto é de lutar contra a força da seca resistindo as intemperes do calor e da fome sempre com o coração contrito na súplica josefina de que o inverno chegue e com ele as chuvas, inundando de verde a paisagem esbranquiçada molhando o ápice da esperança sertaneja, afinal, a seca também tem fim.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n° 15, p.145-151, 1995.

ARRIGUCCI JUNIOR, D. O sertão em surdina (Ensaio sobre O Quinze). **Literatura e Sociedade**, v. 5, n. 5, p. 108-118, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/18330>. Acesso em: abr. 2021.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 1, n. 3, p. 94-109, jun. 2010.

FRANÇA, Mírian Souza Medeiros de. **A representação da identidade do nordestino na obra vidas secas de Graciliano Ramos**. 2015. 45 f. Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas EAD) Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MARTINS, Giovana M. Carvalho. **O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história**. In: VII Congresso Internacional de História, 2016, p. 3889- 3900.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um outro geográfico. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

NAZARÉ, Manuella Mirna Enéias de. Construindo uma região: imagem e imaginário sobre o Nordeste brasileiro. **interFACES**, Rio de Janeiro, n° 29 – V.1, p.130-145. Jan/Jun, 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**: Princípios e procedimentos. 5 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura**: uma velha-nova história, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>> Acesso em: maio de 2021.



HISTÓRIA DOS SERTÕES: BRASIL PROFUNDO

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 103ª .ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.

VIANA, Núbia de Andrade. **Identidade e Telenovela**: as representações do Piauí na novela Cheias de Charme da rede Globo, 2013. 201 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Teresina – PI ,2013.

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. **Sociedade e Cultura**, Goiás: p. 41- 54, jan/jun.1998.





## HISTORIOGRAFIA NORTE-RIO-GRANDENSE: O SERTÃO NA ESCRITA DE VICENTE DE LEMOS (1907-1912)

 Sarah Karolina Sucar Ferreira<sup>1</sup>

A escrita da História é situada e pode ser identificada pelo lugar de fala de quem a escreve, ou seja, não surge do nada, não trata a totalidade de todos os acontecimentos, mesmo que se pretenda (CERTEAU, 1982; VERNY, 1998). Portanto, considerando tal questão, este trabalho objetiva compreender como o “espaço” do sertão foi tratado na escrita de um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte –IHGRN- (1902), o desembargador pernambucano Vicente Simões Pereira de Lemos (1850-1918).

Entende-se aqui Vicente de Lemos como intelectual, de acordo com Jean-François Sirinelli, que afirma o intelectual de forma ampla, abrangendo professores, jornalistas, dentre outros, que estariam ligados ao processo de “criação” e “mediação” do conhecimento (SIRINELLI, 2003, p. 242-243). Assim, Vicente de Lemos pode ser entendido nesses termos quanto participante do IHGRN que estava gestando conhecimento, produzindo história, sendo considerado inclusive um dos fundadores da historiografia do Rio Grande do Norte. Além de sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, sobre sua formação essa foi na Faculdade de Direito de Recife, e ocupou cargos públicos durante sua vida, tanto no Império como na República, e nessa úl-

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestranda em História, bolsista Capes, orientada pelo professor Doutor Magno Francisco de Jesus Santos.



tima sendo nomeado principalmente por sua ligação com à oligarquia Maranhão (COSTA, 2017).

Mas teria esse leitor de Capistrano de Abreu<sup>2</sup> escrito alguma abordagem diferente ou problematizado a questão do “sertão”? Ao que parece, essa não foi uma questão central para o autor, mas tal postura não anula o exercício interpretativo de entender como o sertão aparece na escrita de Vicente de Lemos. Em seu livro “Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte” (1912), ele almejou um grande empreendimento que seria tratar da história norte-rio-grandense da “conquista a independência”, essa sendo então a fonte principal dessa pesquisa e seu marco final. Já o marco inicial de 1907, se justifica justamente pela fonte de cotejo a coluna intitulada “Papéis Velhos”, escrita por Vicente de Lemos, para publicar documentos “curiosos” para a história do estado.

Ademais, pensando na afirmação de Antoine Prost, a qual indica que toda questão de pesquisa é deriva da realidade do sujeito (PROST, 2008, p. 84), é necessário considerar dois pontos importantes do contexto do desembargador Lemos. O primeiro era a preocupação com a história nacional, ainda no Império que deu origem ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (GUIMARÃES, 2011, p. 115) e que com o advento da República tais questões voltariam à tona para pensar a nação brasileira (GOMES, 2009). Outro ponto, de acordo com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, desde os meados do século XIX que emergiu os discursos ligados ao regionalismo, “(...) à medida que se dava a construção de nação e que a centralização política do Império ia conseguindo se impor sobre a dispersão anterior” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p.60). Todavia, “Este regionalismo se caracterizava, no entanto, pelo apego a questões provincianas ou locais (...)” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p.60). Tais questões de acordo com o autor, ainda reverberariam até a década de 1920.

---

<sup>2</sup> Vicente de Lemos cita Capistrano de Abreu em seu livro “Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte” (1912).



Assim, no período republicano os grupos políticos ainda trazendo traços regionalistas vão pensar a sua história, como ocorreu no Rio Grande do Norte, que não significava somente criar uma historiografia local,<sup>3</sup> mas também justificar suas elites (PEIXOTO, 2010). Então inserido nesse contexto, preocupado com a questão da construção estadual e também envolvido na teia de relação da oligarquia Maranhão, Vicente de Lemos escreveu seu livro.

Mas voltando à questão inicial e principal desse artigo: qual o “espaço do sertão” ou “sertões” aparece na escrita de Vicente de Lemos? Quem são seus personagens? Como esses são retratados? Quais possíveis interesses estariam ligados a essa forma de entender o sertão?

Pensando sobre tais questões, este artigo foi dividido em duas partes: a primeira visa discutir como o sertão aparece na escrita de Vicente de Lemos e, a segunda, como os personagens desse “sertão” (nesse caso o indígena e o colono) foram tratados pelo intelectual em questão. Para isso, foi feito o levantamento no livro e nas publicações de Vicente de Lemos e análise dessas fontes. A metodologia basilar desta pesquisa foi, portanto, a análise historiográfica. Compreendendo, pois, a historiografia como uma produção situada no seu tempo e que está ligada diretamente com o lugar de fala do autor (CERTEAU, 1982).

### **“O DESCER DO SERTÃO” OU “PARAGENS SERTANEJAS”**

A nomenclatura “sertão” como aponta a historiadora Janaína Amado, é conceito muito usado pela historiografia brasileira há anos. E com o tempo, como toda criação humana passa por mudanças e alterações, uma vez que possui historicidade (AMADO, 1995). Assim de acordo com Amado, esse termo, já significou distante do litoral, lugar vazio a ser conquistado no período colonial e no início do século XIX em Portugal era sinônimo de interior.

<sup>3</sup> Como a fundação do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, o qual seria a “casa da memória” (COSTA, 2017).



Então, considerando os múltiplos significados de sertão como esse espaço foi visto por Vicente de Lemos?

Para o desembargador Lemos, o sertão também parece ter dois significados. O primeiro como jurista e como historiador, e com objetivo de escrever a história do estado do Rio Grande do Norte, preocupou-se em usar documentos coloniais para fomentar sua historiografia.<sup>4</sup> Então, em sua escrita da história, ele tentou ver o passado por meio dos olhos do conquistador. Somente usando documentos oficiais,<sup>5</sup> o sertão como “espaço de alteridade” que se diferencia o colono do outro, no caso do indígena. Esse espaço, segundo Amado seria uma forma de se definir frente ao outro, assim o “outro” é aquilo que “não sou”. Portanto, um dos significados de sertão para Dr. Lemos seria o “espaço da alteridade”, porém não se resumiria a isso.

A preocupação de Vicente de Lemos sobre a História norte-rio-grandense<sup>6</sup> partia de uma questão administrativa e territorial do estado, que foi a chamada “Questão de Grossos”. Segundo Saul Fernandes, essa disputa territorial teria iniciado ainda no período colonial e perdurou até a década de 1920 (FERNANDES, 2016). Assim, levando em conta tal questão, Vicente de Lemos parece conceber o “sertão” como interior.<sup>7</sup>

Dessa forma, quando o desembargador Lemos tratou sobre a invasão holandesa, e especificamente sobre o convite de Domingos Calabar

---

<sup>4</sup> Segundo Michel de Certeau (1982), tanto o uso de documentação como de citações, é uma forma de credibilidade do texto.

<sup>5</sup> Segundo Jacques Le Goff (1996), “O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica.” Dessa forma, possivelmente, o documento/fonte para Vicente de Lemos e seu cuidado em afirmar sempre esse é uma maneira de tenta legitimar sua narrativa por considerar o documento como “verdade” e esse teria que ser um registro oficial.

<sup>6</sup> Mesmo que a “Questão de Grossos” não tenha sido o objetivo do livro, ela foi fundamental para Vicente de Lemos, uma vez que foi essa disputa territorial um dos motivos da fundação do IHGRN (COSTA, 2017, FERNANDES, 2016).

<sup>7</sup> De acordo como Janaína Amado (1995), essa visão do “sertão” já existia desde século XIX em Portugal.



“(…) ao chefe da tribo dos jandoys que assistia no sertão, para descer á costa, (...)” (LEMOS, 1912, p. 20).<sup>8</sup> Aqui, o sertão seria além do lugar do indígena, um local longe da costa, essa estrutura de escrita de “descer à costa”, parece recorrente nos documentos coloniais, apontando a uma possível preocupação de Dr. Lemos em manter as informações dos documentos. Parecendo seguir a mesma lógica e repetição de sentido de sertão como interior e também tendo sentido de “vastidão” ao tratar de doação de terras de sesmaria de 1666 que ia da “(...) ribeira do Ceará-Mirim, a começar da barra do rio, correndo pela costa até o porto de Touros com dez léguas de comprimento e outras tantas para o sertão” (LEMOS, 1912, 25-26). Nessas duas passagens, entende-se que mesmo o sertão sendo vasto, estaria sendo povoado, estaria se transformando em lugar. Aqui entendendo esse termo pela definição de Yi-fu Tuan (2013), que espaço seria algo indefinido enquanto o lugar é dotado de valor.

Portanto, esse sertão que já contaria com colonos, não poderia ser tão indefinido, então, quase que uma região sertaneja. Para ilustrar tal questão, tem-se a seguinte passagem de seu livro, em que o sertão aparece como sinônimo de interior:

A 24 de Dezembro de 1681, Antônio Barbosa proveu a Roque Nogueira de Souza no posto de capitão de infantaria das ordenanças da ribeira do Ceará-Mirim e a 2 de Janeiro do anno seguinte nomeou para igual posto a Estevão Velho de Moura, na ribeira do Assú, a partir do riacho Paraibú, nas cabeceiras do Piató, até o rio Jaguaribe e Xoró.

Reza a patente que **nessas paragens sertanejas** foi elle o primeiro que tratou **pazes com os gentios e os tinha domesticado** com grande dispêndio, tendo por companheiros na empresa [...]. (LEMOS, 1912, p. 34). *Grifo nosso.*

<sup>8</sup> Todas as citações estão com a mesma ortografia das fontes.



Nessa passagem esse sertão, é nomeado e definido, há uma delimitação, seja o rio, riacho, ou cabeceiras, essas formam “Paragens sertanejas”, não é mais vasto e indefinido, e também não é vazio, há “gentios”, e há o colono que vai habitando esse espaço. Mesmo que se pareça indicar o processo de conquista e expansão territorial, esse recorte que é a chamada “Guerra dos Bárbaros”<sup>9</sup> o autor optou por não usar o termo “conquista” ao tratar desse acontecimento. Mas como “sublevação” dos “bárbaros”.

Além desse termo, ao falar sobre a nomeação de Jerônimo de Cavalcanti de Albuquerque para coronel de Cavalaria das ordenanças, Vicente de Lemos afirmou “Este provimento tinha por fim acudir ao **districto do sertão**, onde os colonos estavam sendo inquietados pelos gentios que, em assaltos repetidos, destruíam gados e lavouras.” (LEMOS, 1912, p. 39). *Grifo nosso*. Assim, nessa parte de seu texto, Dr. Lemos, novamente delimitava o sertão não vasto, desconhecido, mas é quase que uma região, um lugar, é distrito, é paragens e também é “ribeira do sertão”. Isso está explícito na página 74 do livro do Dr. Lemos “Para melhor assegurar agora os colonos nas ribeiras do sertão, tinha solicitado da Metropole cem casaes de índios do Ceará, com seu missionário, para o arraial do Assu, no intuito de attrahir as tibus pelo lume da fé”

<sup>9</sup> Sobre a chamada “Guerra dos Bárbaros” ver: Cf. ALENCAR, Júlio Cesar Vieira de. *Para que enfim se colonizem estes sertões: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)*. 2017. 244 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2017.; DIAS, Patrícia de O. *Onde fica o sertão rompem-se as águas: o processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725)*. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2015.; PIRES, M. Idalina da Cruz. *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1990.; PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2002; SILVA, Tyego F. da. *A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720)*. 2015. 176 f. - Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2015.



(LEMOS, 1912, p. 74). Assim, haveria ribeiras nesse sertão, o sertão seria distrito, seria interior.

Portanto, o sertão apresentado por Vicente de Lemos, não é todo definido em sua extensão por fronteiras, mas também não é vazio, ele tem divisões sejam ribeiras, seja distrito, esse lugar têm colonos e indígenas, tem confronto “a sublevação”, ou seja, mesmo sendo um lugar de confronto e alteridade, tem significado.

## OS PERSONAGENS DO SERTÃO: “O GENTIO” E O “COLONO”

De acordo com Amado, no período colonial o sertão era visto como “(...) não apenas os espaços interiores isolados, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros (...)” (AMADO, 1995, p. 148-149). Como visto anteriormente, para Vicente de Lemos, esse sertão poderia ser perigoso (a ponto de que o confronto poderia desabitatar a capitania como Vicente de Lemos transcreve de um dos documentos), “habitado por bárbaros”, mas não isolado. E sim como autora coloca esse sertão como um espaço de contato, de alteridade, onde o colono e o indígena<sup>10</sup> se confrontaria.

Em diversos textos escritos no início do século XX, a imagem do “bárbaro” e “civilizado” pode ser vista, como no livro “Os sertões” de 1902 (NICOLLAZZI, 2010). Ademais, no livro de Vicente de Lemos, ele vai reforçar essa imagem do “tapuya” como “bárbaro”, e seguindo a lógica do português, esse “bárbaro” seria o “gentio”, e às vezes “o inimigo”, e parafraseando um documento Vicente de Lemos afirma:<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Sobre a uma perspectiva do indígena como sujeito ver: Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>11</sup> Essa parte esta entre aspas como se o próprio capitão tivesse escrito, todavia pela formatação e pela escrita possivelmente se trata da interpretação de Vicente de Lemos sobre a documentação.



Em relação aos colonos, dizia, moravam, uns distantes dos outros, disseminados pelos sertões, sem as precisas garantias, sujeitos á rebeldia dos índios, que traziam sempre viva a lembrança dos flamengos, desejando a presença de qualquer inimigo para bater os moradores (LEMOS, 1912, p. 36).

Nessa fonte, além de ressaltar que os povos originários eram “rebeldes” sempre estariam há espera de um “inimigo”, chegando a citar os “flamengos” em referência aos holandeses, enquanto os moradores como dispersos frente a essa realidade “perigosa”. Então, Vicente de Lemos, passa acentuar mais o ao caráter deste “outro”, que seria “o índio” é tratado de maneira bastante pejorativa, como apresentada a seguir:

Além disto, infestavam as costas os piratas, mettidos pelas salinas em commercio constante com os selvagens, a quem insuflavam o ódio contra os portuguezes.

Estes por sua vez, na defficiencia de braços para a agricultura e sem recursos para obtenção de escravos, tratavam de captivar os índios, procedimento contrario à politica holandeza, que lhes foi paternal e protectora, porque não os escravisara, não os obrigara ao trabalho, e, antes, os libertara durante o domínio de Hespanha.

Gente naturalmente desconfiada, pouco sofredora, e sem dedicação aos colonos, era natural que espreitasse o momento azado para a vingança; e assim aconteceu. No governo que se seguiu ao deste capitão-mor, sublevaram-se os bárbaros em todas as ribeiras, sublevação que durou por dez anos, e cujos pormenores ainda não são conhecidos á luz da história. (LEMOS, 1912, p. 37).

Nessa parte do documento, é reforçado estereótipo negativo sobre os indígenas, colocando como “selvagens”, “desconfiados”, “pouco sofredor”, “sem dedicação ao colono”, e “vingativo”. Nessa descrição do que seria o “outro” de acordo com Edward Said (2007), na medida em que se fala do “outro” é uma forma de afirmar o “nós”, assim Vicente de Lemos percebia o “índio” como outro, porque se via de certa forma no





colono. Dessa forma, afirmando o que o colono não seria, ou seja, esse seria muito sofredor, que sofria na guerra, sofria pela falta de recurso, e eram pobres. Isso significa, o sertão como um espaço de alteridade que ajudaria a definir quem era o colono, e como ele vai garantindo a continuidade da capitania.

Nessa passagem, Vicente de Lemos também vai afirmando a diferença entre o tratamento “holandês” e “português” em relação aos povos originários, o primeiro colocado como “paternalista” que não impunha trabalho, enquanto o segundo por falta de mão-de-obra “precisava dos índios como cativos”, que na verdade significava a escravização dos povos indígenas. E que os “índios” por “vingança” teriam se sublevado.

Todavia, Vicente de Lemos vai justificar a vingança dos “índios” por meio da nota de rodapé número 47, na qual citou um trecho da carta do padre Antônio Vieira de 1653, que vai conta das atrocidades cometidas por portugueses nos sertões, e que Lemos transcreve em nota, abaixo segue:

(...) tem feito o nome portuguez odiado nos sertões, e desautorizado muito a fé, entendendo os bárbaros que é só em nós pretexto de cubiça, com que muitos se tem retirado mais para o interior dos bosques e outros depois se tornam desenganados, outros nos fazem guerra e o mal que podem (LEMOS, 1912, p. 37).

A escolha de tal documento não foi aleatória, pois justificaria que “a guerra” teria sido gerado tanto pela ação de alguns portugueses, quanto pelo caráter do “índio”. Essa ação nos sertões teria sido negativas então para o processo colonial e para a relação com os indígenas. Assim, como parece na coluna de “Papéis Velhos”, na publicação de 11 de outubro de 1907, Vicente de Lemos vai afirma parafraseando o documento que ele transcreveu na mesma publicação que a guerra estava sendo feito pelos “índios”, e afirma “(...) no decurso de sete anos, era continua a [porfídia] a luta do gentio sublevado contra os pobres colonos (...)” (LEMOS, 1907). Nessa publicação é visível que Vicente de Lemos vai



vitimizando o colono utilizando para isso o adjetivo “pobre” em oposição ao “gentio sublevado”. Na publicação do dia 26 do mesmo mês, Dr. Lemos reforça que a “guerra” tinha sido feita pelos “índios”, “Na luta dos índios em rebelião contra os moradores da capitania (...)” (LEMOS, 1907). Assim, o sertão como o espaço de ver o outro, também seria um espaço de “luta” entre o indígena e o colono.

Ademais, outro ponto, de alteridade presente no sertão da historiografia de Vicente de Lemos estava ligado a terra. De modo que a relação mesmo com as dificuldades os colonos foram tratados como “moravam” nos “sertões”, então se apesar da situação os colonos era “residentes fixos” os indígenas aparecem na escrita do Dr. Lemos como não tendo moradia fixa, afirmando “(...) os bárbaros tapuyas, gente que onde anoitecia era ahi a sua morada; e, assim toda a campanha ver-se-hia exposta a ser talada, assenhoreando-se o inimigo de todo o mantimento.”<sup>12</sup> (LEMOS, 1912, p. 36-37). Dessa forma, Vicente de Lemos vai afirmando o colono como tendo uma posse legítima da terra eram moradores, enquanto os “índios” não tinham uma morada fixa. Pensando, pois no contexto do desembargador Lemos e a “Questão de Grossos” com Ceará, um dos elementos que deveriam garantir o direito a terra seria a uposse (FERNANDES, 2016). Dessa maneira, o autor começa a construir uma imagem do colono a partir da forma que vai caracterizando o “índio”, que basicamente é tratado por ele como se fosse o outro, criando uma identidade por meio do “caráter” e dos hábitos.

Já na publicação de 21 de novembro de 1907, Vicente de Lemos falou sobre a construção do arraial de Assú, “que garantisse os moradores contra agressão dos índios (...)” e completa que a “fundação do arraial conseguiu pacificar em pouco tempo a ribeira e congregou os habitantes dispersos e perseguidos pela indiada – (...) Convem observar que não

---

<sup>12</sup> Essa parte está entre aspas como se o próprio capitão tivesse escrito, todavia pela formatação e pela escrita possivelmente se trata da interpretação de Vicente de Lemos sobre a documentação.



foi este o primeiro bando lançado no período doloroso dessa luta”. Nessa nota, Vicente de Lemos coloca a necessidade que de se faz o arraial e como esse conseguiu pacificar, ou seja, como vai dominando o espaço, delimitando o tornando lugar. Além disso, reafirma esse sertão como um espaço de “luta”, e essa que estaria sendo feita pelos “índios”. A forma que pejorativamente Vicente de Lemos chama os indígenas de “indiada” apontam como ele fazia uma leitura negativa dos povos originários.

Ademais, outro elemento de diferença abordado por Vicente de Lemos, foi à questão da fé. No período no qual Bernardo Vieira de Mello era o Capitão-mor da Capitania do Rio Grande, de acordo com Dr. Lemos, “Para melhor assegurar agora os colonos nas ribeiras do sertão, tinha solicitado da Metropole cem casaes de índios do Ceará, com seu missionário, para o arraial do Assu, no intuito de attrahir as tibus pelo lume da fé” (LEMOS, 1912, p. 74). Nessa passagem, para a segurança dos colonos “nas ribeiras do sertão” se via necessário levar a fé, essa vista como a “luz”, ou seja, se era necessário a “luz” dar a entender que o sertão, o “índio” não haveria a luz. Sobre essa questão, Vicente de Lemos também trata na publicação do dia 26 de outubro de 1907, que primeiro exalta a “nação belicosa” do Cacique Canindé, para depois dizer que essa perdeu para os colonos e que foi aldeado recebendo o nome de João Fernandes Vieira, que para Vicente Simões Pereira de Lemos “quer dizer que foi baptisado, abrançando a religião catholica”, colocando como passivo o cacique que teria mudado de religião.<sup>13</sup> Dessa forma, a religião católica é colocada como um ponto de diferença também entre o colono e o “índio”, e essa “luz” da religião que o colono pretendia espalhar tanto como proteção, como uma forma implícita de reafirma uma dominação.

<sup>13</sup> Porém ao final da nota dessa publicação Dr. Lemos completa dizendo “E isto o que afirmam, além de outras circunstancias, os dois documentos, que ora publica-nos (...)”, talvez Vicente de Lemos não concordasse com tal fato, ou usa essa frase final para reafirmar a veracidade de sua nota com base na documentação.



Desse modo, “o sertão” foi pensado como o espaço de alteridade entre o “índio” visto como o não morador, o vingativo e não possuidor da fé católica, enquanto o “colono” seria o oposto disso. Esse sertão teria então esses dois personagens, que ajudam a identificar o sertão e a definir o colono e posse da terra.

## CONCLUSÃO

Portanto, o sertão para Vicente de Lemos era interior, estava se transformando em lugar, se definindo “paragens sertanejas”, “distrito”, “ribeiras”. Possivelmente, definir esse ou ao menos tentar delimitá-lo seria uma forma de reafirma a posse norte-rio-grandense sobre esse, nas questões de terra. Mas também esse sertão seria um “espaço de alteridade”, para definir a identidade do colono, que seria esse “o antecessor” dessa posse, era necessário contrapô-lo a o outro, nesse caso ao “índio”, foi recebendo denominações pejorativas, como “gentio”, “bárbaro” e “selvagem”, o foco de Vicente de Lemos seria mostrar que esse “outro” não tinha posse de terra, nem “fé” e um caráter “duvidoso”.

Assim, como leituras de alteridade o foco mesmo tratando do o “outro” é uma forma de fala de “si” (SAID, 2007). Dessa forma, pensar o período colonial, pensar o colono, o “índio” e o sertão, eram elementos que Vicente de Lemos, usava para construir uma história estadual que também estaria ligada a seus interesses, seja pela posse da terra seja em definir o caráter e seus ancestrais.

## FONTES

LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912.

LEMOS, Vicente. “Papéis Velhos”. *A Republica*. Natal, 11 out. 1907, p. 3.

LEMOS, Vicente. “Papéis Velhos”. *A Republica*. Natal, 26 out. 1907, p. 2.

LEMOS, Vicente. “Papéis Velhos”. *A Republica*. Natal, 21 nov. 1907, p 2-3.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

CERTEAU, Michel de. A produção Historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A Escrita da história**/ tradução de Maria Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A Casa da Memória Norte-Rio-Grandense”**: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 2017. 589 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História, Porto Alegre, 2017.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (In)imaginável elefante mal-ajambrado**: A retomada a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920). Natal: IFRN, 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro. “É a história uma ciência?": o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação o Brasil**: 1838-1857. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p. 25-57; 115-164.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

NICOLAZZI, Fernando. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de os sertões. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 261-285, jul. 2010.

PEIXOTO, Renato Amado. “Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX”. **Revista de História Regional** 15 (1): verão, 2010, p.169-193.

PROST, Antoine. As questões do historiador. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Antoine Prost/ Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 75-93.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007 (Introdução e Capítulo 1)

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

VERNY, Paul. Nem fatos, nem geometral, mas tramas. *In*: VERNY, Paul. **Como se escrever a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 41-50.



# O SERTÃO IMPENETRÁVEL: UMA ANÁLISE DO ITINERÁRIO DAS CARAVANAS POLÍTICAS DURANTE ELEIÇÕES ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO NORTE DE 1913 E DE 1934

 Douglas André Gonçalves Cavalheiro<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

**D**urante o século XX, houveram profundas transformações na maneira de organizar as eleições, como por exemplo, a utilização de caravanas políticas. Os candidatos e seus correligionários terão a necessidade de deslocar-se dos centros urbanos, sede do poder político, e, realizar inserções em áreas mais remotas, buscando o reconhecimento de toda a população do território sobre as pautas da candidatura. As renovações tecnológicas na área dos transportes, o trem, o avião e os automóveis, permitiram que as atividades políticas perdessem o caráter estático das campanhas políticas, exclusividade elitista que percebia a eleição como uma confirmação burocrática dos acordos estabelecidos previamente nos bastidores, e, torna-se numa disputada arte de agitação e aglutinação de massas. Por meio disso, os grupos familiares re-

---

<sup>1</sup> Possui licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010) e licenciatura em História, também pela mesma instituição (2018). Mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail de contato: douglas.cavalheiro@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9188-6297>



gionais e elites locais passaram a necessitar cada vez mais do apoio de diversos segmentos sociais, portanto, se mobilizavam com alianças no cenário político que culminava numa criação de uma identidade ao espaço do Seridó do Rio Grande do Norte, em especial na região sertaneja do Nordeste brasileiro.

A utilização das novas tecnologias de transportes no sertão, durante os processos eleitorais, permite evidenciar como se comportavam as dinâmicas socioculturais ocorridas na sociedade sertaneja, que consolidaram as identidades políticas do Seridó com uma região ímpar no Nordeste. No final do século XIX, as convenções para as delimitações cartográficas ainda não estavam devidamente consolidadas, nem para os agentes do poder público, nem para diante do imaginário popular, por isso, ocorreram tensões e disputas litigiosas como a Questão de Grossos (1894 – 1920).<sup>2</sup> Porém, os inúmeros grupos familiares do Seridó, através de relações matrimoniais, permitiram que o controle da política e a definição regional fosse conferido a identidade cultural ao sertão do Rio Grande do Norte.

Durante primeira metade do século XX, mesmo nos momentos mais conturbados do período republicano, como na presidência de Hermes da Fonseca (1910 – 1914) como na Era Vargas (1930 – 1945), os tradicionais grupos familiares do Seridó continuaram controlando a política potiguar mesmo estando na oposição ao governo federal. Peixoto (2010) observou o isolamento político das famílias seridoenses como parte de uma estratégia fundamental para estruturação e continuidade do seu poder regional e local. Tal isolamento do Seridó é evidenciado por meio dos itinerários das caravanas políticas realizado por José da Penha, ocorrido

<sup>2</sup> O litígio territorial entre o estado do Rio Grande do Norte e o Ceará pela região de Grossos foi um episódio marcante que se iniciou em 1901 e perdurou até a definitiva decisão favorável do STF em favor ao Rio Grande do Norte em 1920. Cf. FERNANDES, Saul Estavam. **O (In)imaginável elefante mal-ajambrado**: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894 – 1920). Natal: IFRN, 2016.





durante eleições estaduais em 1913, e posteriormente, realizada pelo interventor Mário Câmara, durante as eleições estaduais de 1934.

Houveram inúmeros comícios políticos que foram realizados ao longo do percurso, e, assim percebe-se uma semelhança no itinerário realizado pelos opositoristas: nenhuma cidade seridoense é contemplada pelas caravanas políticas. Nas duas eleições houve diferenças peculiares, contudo, as elites familiares do Seridó potiguar permaneceram fortalecidas pelo seu isolamento na dinâmica geopolítica em ocupar espaços estratégicos no poder local. Na eleição de 1913, as elites seridoenses apoiavam o candidato da situação, Joaquim Ferreira Chaves, que percorreu pelas cidades seridoenses ao longo de sua caravana, contra a campanha oposicionista do capitão José da Penha. Em contrapartida, nas eleições de 1934, as elites seridoenses apoiavam a oposição ao candidato situacionista o Interventor Mário Câmara. Mesmo com essa diferença, sejam opositoristas ou situacionistas, todos os candidatos que enfrentaram os seridoenses procuraram uma estratégia política de unificar as demais regiões sertanejas potiguares, como o Semiárido Mossoroense, o Alto Oeste e o vale do Açú, em torno da centralidade política de Natal e toda área da zona da mata litorânea açucareira.

Através do mapa do Rio Grande do Norte, publicado no Geographia-Atlas do Brasil pela editora F. Briguiet & Cia., em 1923, os itinerários das caravanas políticas, ocorridas nas eleições de 1913 e 1934, podem ser demonstrados e se verifica que as tentativas de grupos opositoristas em tentar isolar politicamente os grupos familiares do Seridó não resultou no declínio de sua influência política ou perda do poder local. Afinal, o isolamento já era parte das dinâmicas internas dos laços matrimoniais das famílias seridoenses, algo que resultou na preservação da identidade cultural e também na continuidade de sua permanência no controle político da administração pública potiguar ao longo de todo o século XX.

Para elaboração do mapeamento das caravanas políticas realizadas por José da Penha, em 1913, foram extraídas as informações relata-



das posteriormente pelo historiador Itamar de Souza em *A República Velha no Rio Grande do Norte* ([1989] 2008), e, no caso da caravana do interventor Mário Câmara, em 1934, foi utilizado como fonte o livro *Viajando o Sertão* ([1934] 2009) escrito por Câmara Cascudo que na condição de líder regional da Ação Integralista Brasileira, percorreu várias cidades junto do candidato ao governo do estado em 1934.<sup>3</sup>

### VIAJANDO O SERTÃO SEM PISAR NO SERIDÓ: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1934

Após a Revolução de 1930, as primeiras eleições democráticas ocorreram apenas em 1934, sendo o cenário político do Rio Grande do Norte rivalizado por dois grupos políticos: o Partido Popular, com o jornal *A Razão*, fundado pelos tradicionais grupos familiares seridoenses, liderados por Rafael Fernandes e apoiado por Juvenal Lamartine Faria e José Augusto Bezerra de Medeiros, que já controlavam a política regional por meio do Partido Republicano Norte-Rio-grandense antes da Revolução de 1930; o outro grupo era a coligação liderada pelo Interven-

<sup>3</sup> O resultado preliminar dessa pesquisa foi o primeiro mapeamento da caravana política de Mário Câmara em 1934, que foi confeccionado ao coletar as informações escritas por Luís da Câmara Cascudo, seguindo pela ordem das cidades percorridas, sendo as informações inseridas no mapa do Rio Grande do Norte de 1923, publicada pela F. Briguier & Cia. Os dados coletados para a atividade foi realizada para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) patrocinado pela Pró-reitora de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PROPESq/UFRN), entre março de 2015 e dezembro de 2016, sobre a temática o pensamento católico, a atuação política e a intervenção social da Igreja em relação à formulação da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense entre 1930 – 1964. O objetivo inicial era de investigar as correspondências e obra de Câmara Cascudo durante a fase integralista entre os anos de 1932 até 1937, sob a orientação do professor Dr. Renato Amado Peixoto. Durante o período de 2016.2, entre julho e setembro, ocorreram várias visitas ao Ludovicus: Instituto Câmara Cascudo em busca da documentação e escritos do período em que Câmara Cascudo participou do movimento integralista. A partir dessas leituras foi encontrado a nova edição do livro *Viajando o Sertão*, que reunia vários ensaios publicados em 1934, período em que Cascudo viajou ao interior potiguar na condição de líder integralista provincial do Rio Grande do Norte, fazendo parte da comitiva do interventor Mário Câmara que era candidato ao governo do estado.



tor Mário Câmara, apoiado pelo regime de Vargas, que criou o Partido Social Democrático (PSD) e integrou-se aos trabalhadores ligados ao sindicalismo de Café Filho, líder do Partido Social Nacionalista (PSN), e as classes médias urbanas, como a Ação Integralista Brasileira, (AIB) com a liderança de Câmara Cascudo e representantes de demais movimentos católicos.

Desde o primeiro quartel do século XX, os grupos familiares que controlavam a política no litoral do Rio Grande do Norte, a família Albuquerque Maranhão declinava do seu poder junto com a desvalorização da produção canavieira da região da zona da mata potiguar. Segundo observa o cientista social José Antônio Spinelli Lindoso, os grupos familiares seridoenses, produtores de algodão e gado, se tornaram o centro decisivo do poder político regional. “O centro da política estadual começou a deslocar-se da região litorânea, açucareira (ou açucareiro-têxtil), para a região sertaneja do Seridó, algodoeiro-pecuária.” (LINDOSO, 1989, p. 37). As políticas centralizadoras do governo de Getúlio Vargas em nomear interventores era uma forma de afastar do poder todos os grupos regionais de poder agrário, e tentar restabelecer uma condução de política econômica industrial modernizadora. Porém, com o final do governo provisório, e o estabelecimento de eleições para uma Assembleia Constituinte as eleições regionais para governadores e deputados o centralismo de Vargas foi novamente confrontada, em especial no Rio Grande do Norte, na região do Seridó, os grupos familiares procuram, através do Partido Popular, retomar o poder político na região.

O Interventor Mário Câmara, inicialmente apoiado pelos grupos regionais, perdeu seu suporte político ao lançar-se candidato ao governo do estado. Durante o período eleitoral, Mário Câmara realizou um percurso atravessando todo o Rio Grande do Norte entre os dias 16 de maio de 1934 e 29 de maio de 1934. Para essa iniciativa é utilizado o automóvel e o avião, tecnologia mais moderna para demonstrar a velocidade e conseguir visitar vários lugares em um curto período. Porém,



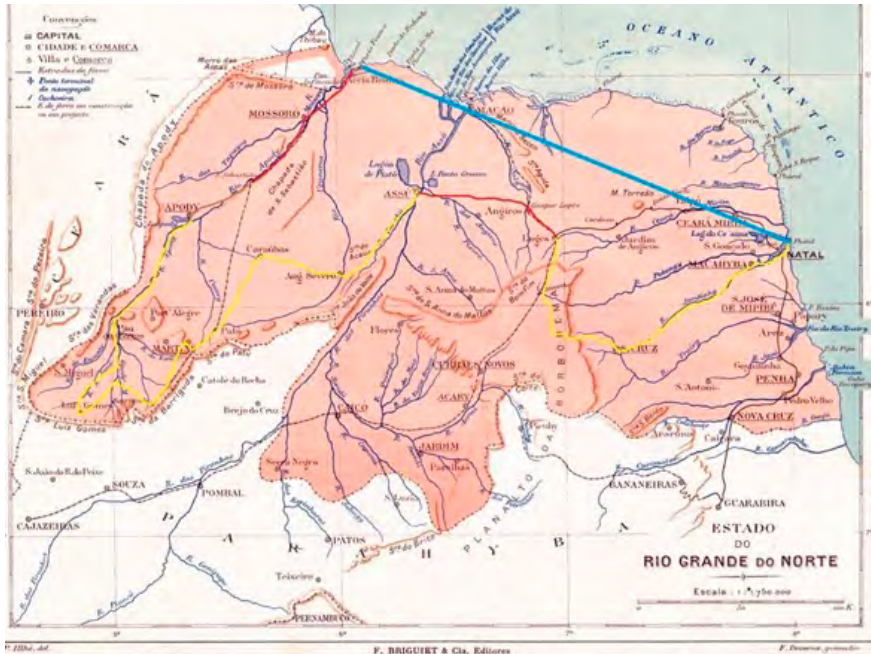
com as estradas precárias, também foi utilizado em alguns trechos o trem e canos e balsas.

A maior referência desse percurso são os escritos de Câmara Cascudo, que descreve o percurso fazendo anotações antropológicas em dezoito crônicas que são publicadas no jornal A República entre 31 de maio de 1934 e 29 de junho de 1934. Segundo Cascudo ([1934] 2009): “viajamos, da madrugada de 16 à manhã de 29 de maio, 1.307 quilômetros: 837 km de automóvel, 40 km de auto de linha, 38 de trem, 30km de canoa, 2km de rebocador e 360km de hidroavião.” (p.17). Posteriormente, as crônicas foram reunidas e publicadas como livro ainda em julho de 1934, algo que trouxe um enorme debate dos grupos opositoristas do Partido Popular.

Para José Augusto, um dos líderes do Partido Popular, o livro tratava-se de uma peça publicitária que teria sido gasto dinheiro público para ser escrita e publicada. Foi aberto um processo no Superior Tribunal Eleitoral (STE) em 26 de agosto de 1934. Os críticos alegavam que o governo estaria desviando recursos num valor de quatro contos e tantos mil réis ao chefe integralista, Câmara Cascudo, que teria assumido a função de orador ideológico das caravanas do interventor Mário Câmara. Em contrapartida, Cascudo alegou em sua defesa que teria sido convidado pelo diretor do Departamento de Educação para compor a comissão de Mário Câmara que, durante o percurso da caravana, iria inaugurar quinze prédios escolares, e que devido seu cargo de professor de história do Brasil no Atheneu Norte-rio-grandense essa viagem ao sertão teria finalidade educacional, como também realizar estudos sobre o inexplorado interior sertanejo do Rio Grande do Norte. No entanto, ao observar o itinerário descrito por Câmara Cascudo, inseridos numa projeção cartográfica, observa-se que suas considerações acerca do sertão potiguar possuem uma considerável ausência de informações sobre todo o espaço do Seridó.



Figura 1 A trajetória da caravana de Mário Câmara acompanhada por Câmara Cascudo foi realizada de carro (amarelo), trem (vermelho) e avião (azul).



Fonte: Mapa do Estado do Rio Grande do Norte no GEOGRAPHIA-ATLAS do Brasil de 1923.

O Seridó não foi descrito pelas observações antropológicas e científicas de Cascudo, e as causas dessa exclusão não foram de natureza científica, mas de causas políticas. Todavia, ao observar o prefácio de *Viajando o Sertão* da edição escrita em 05 de julho de 1974, Manoel Rodrigues Melo afirma que os relatos de Cascudo podem ser interpretados de duas maneiras: do ponto de vista cultural, devido ao valor dos seus registros antropológicos e etnográficos sobre o sertão do Rio Grande do Norte; e do ponto de vista político, devido ao resultado da obra ter sido ocasionada no momento das disputas políticas nas eleições de 1934. Porém, a construção do conceito de sertão potiguar na narrativa de Câmara Cascudo apresenta um silenciamento, uma exclusão do espaço de quase um terço do interior do Rio Grande do Norte. Nesse caso,



levantamos a questão: haveria como entender a cultura sertaneja sem a política? até que ponto os relatos sobre os estudos culturais podem ser distintos da política? Até que aspecto as relações políticas podem orientar e limitar uma observação antropológica? É possível existir alguma uma observação antropológica sem a política?

O artifício retórico que defende a posição de uma ciência neutra não é suficiente para justificar a validade as descrições que vão compor o conceito de sertão elaborado por Câmara Cascudo, pois, ele está limitado às condições políticas das disputas que ocorriam durante o ano de 1934. Porém, ao longo de todas as observações e notificações de suas crônicas, o contexto político não é exposto pelo autor, não há a consciência de como sua posição social afeta em suas observações, a escrita ausenta informações sobre o Seridó e não se notifica ao leitor as causas desse acontecimento. Portanto, é um espaço silenciado duplamente. Diante desse fato, verifica-se que a organização dos grupos familiares seridoenses possuía em suas práticas dinâmicas de relacionamento interno, fechada entre os membros das famílias aliadas. Segundo Peixoto:

Essa estratégia permitiu reunir famílias como os Galvão, os Faria e os Medeiros numa organização eficaz, longa e capaz de resistir mesmo às grandes mudanças políticas brasileiras, como a Revolução de 1930. Fechado o espaço seridoense, essa organização familiar conseguiu, inclusive, projetar sua influência em direção ao centro e ao norte do estado. (PEIXOTO, 2010, p. 186).

Essas práticas familiares foram importantes para que houvesse a mudança de poder do litoral açucareiro com o Seridó algodoeiro e pecuarista. Ao contrário das famílias como Albuquerque Maranhão que irão ter alianças e casamentos com núcleos familiares de outros estados, como Pernambuco e Rio de Janeiro, o grupo seridoense começou a começar a sua ascensão política devido ao fato de mostrar-se mais coeso em suas relações matrimoniais. Os relacionamentos fechados, como descrito por Peixoto (2010) é causado pelos casamentos endogâmicos,



tal também observado pelo historiador Hélder Macêdo, que em uma entrevista ao programa televisivo, Profissão Repórter, afirma:

A profusão de casamentos endogâmicos na região fez com que, durante muitas décadas, as propriedades rurais de uma família se conservassem praticamente indivisos. Os casamentos entre familiares ocasionavam a permanência da mesma família em determinado território, já que se anexavam as terras que os noivos herdavam de seus pais. Além disso, é fato que esses casamentos contribuíram para o fortalecimento dos laços de pertença dos membros da família para com a sua parentela. (MACÊDO apud PARRINI, 2011).

Porém, quando poderíamos verificar o início das consequências das práticas de casamento endogâmico nas caravanas políticas eleitorais? Teria sido em 1934 o primeiro caso em que fenômeno aconteceu? Ao investigar a história das eleições estaduais do Rio Grande do Norte é possível encontrar outra semelhança durante as eleições de 1913.

### **O SERTÃO IMPENETRÁVEL: AS CARAVANAS POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1913**

Durante as eleições de 1913, o desembargador Ferreira Chaves foi um nome em comum que os grupos familiares do litoral açucareiro, em especial os Albuquerque Maranhão, junto dos grupos familiares algodoeiros e pecuaristas do Seridó, acertara para suceder o governo do estado após algumas querelas sobre qual seria o nome ideal para suceder ao governo de Alberto Maranhão. Porém a *política das salvação*s engajada pelo o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910 – 1914) causaria uma enorme turbulência na estabilidade política de diversas regiões do Brasil. No caso do Rio Grande do Norte, houve a campanha de José da Penha que lançou o filho do presidente, Leônidas da Fonseca, para a disputa de governador do estado.



Por meio das informações extraídas do livro *República Velha no Rio Grande do Norte*, Itamar de Souza ([1989] 2008), afirma que as tensões políticas ocorreram na eleição estadual de 1913 entre o desembargador Ferreira Chaves, apoiado pelos grupos familiares regionais e o capitão José da Penha, apoiado pela campanha salvacionista do marechal Deodoro da Fonseca. “Durante quase três meses (de 15 de fevereiro a 13 de abril), o senador Ferreira Chaves percorreu centenas de quilômetros usando liteiras, cavalos, trens e barco. Foi um sacrifício enorme para um homem de 61 anos de idade!” (SOUZA, [1989] 2008, p. 219). As condições mais precárias dos meios de transporte não impediram que o candidato governista, Ferreira Chaves percorresse todo o Rio Grande do Norte, cabendo um destaque para o enorme percurso realizado por navio percorrendo toda costa salineira potiguar, embarcado junto de Eloy de Souza no vapor Turiassu, da Companhia Maranhense, em direção a Areia Branca e Macau. Esse mesmo percurso que posteriormente durante a caravana de Mário Câmara será realizado por hidroavião.

Em seguida, Chaves rumou para a zona oeste. Em Mossoró, foi recebido estrepitosamente pelos seus correligionários. Para surpresa de muitos, ele foi recebido pelo Dr. Almeida Castro, seu amigo, mas que era o chefe da oposição naquele município. Fato semelhante aconteceu em Apodi, quando o coronel Cristalino Costa foi ao seu encontro. Chaves visitou ainda a povoação de Itaú e as cidades de Pau dos Ferros, Martins e Patu.

Chegou a Caicó no dia 28 de março, hospedando-se na residência de Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. No dia seguinte, o coronel Joaquim Martiniano, chefe da oposição, ofereceu-lhe um almoço. Visitou ainda Acari, onde foi saudado brilhantemente pelo Dr. Juvenal Lamartine. Do Seridó regressou para a capital, passando por Santa Cruz e Macaíba, onde chegou acompanhado por centenas de cavaleiros. Ao dirigir sua palavra ao povo, Chaves saudou Macaíba como a *urbis ebúrnea* (cidade de marfim). (SOUZA, ([1989] 2008), p. 220).







espaço seridoense à afluência de grupos familiares externos, por conta de uma estratégia de aglutinação das famílias dominantes no território circundante a Caicó. (PEIXOTO, 2010, p. 185 – 186).

De forma distinta, a caravana de José da Penha possui duas fases: primeiramente em abril de 1913 percorrendo as linhas ferroviárias ao longo do litoral do Rio Grande do Norte. Depois, a partir de maio, em que o capitão partiu para o percurso maior ao redor do Rio Grande do Norte que foi concluído em meados iniciais de julho de 1913. Utilizando mais dos trilhos dos trens, José da Penha buscou mobilizar-se de maneira mais rápida pelo litoral, controlado pelas famílias Albuquerque Maranhão, e associando para sua campanha, através de suas chegadas de trem, o ideal de modernidade, assim como a caravana de Mário Câmara irá utilizar de automóveis e hidroaviões.

Em várias cidades, Zé da Penha foi recebido pelo povo como um missionário, pregador da liberdade. Seus adversários, ao contrário, divulgaram a ideia que ele era o anti-Cristo de que fala o Apocalipse. Mesmo assim, as camadas mais pobres do Estado foram ao seu encontro nas ruas, nas estradas, nas cidades e vilas. Não lhe faltaram manifestações de admiração e carinho. Vale ressaltar que à medida que se intensificava a sua campanha no interior potiguar, aumentava concomitante o radicalismo das duas facções em luta pelo poder.

Logo que chegou a Natal para iniciar a sua campanha, ele cumpriu a promessa que fizera de visitar Macaíba, ninho predileto da oligarquia Maranhão. Cerca de seis mil pessoas, conforme cálculos da oposição, acorreram à terra de Auta de Souza para ver e ouvir o intrépido 'salvador'. Sob os aplausos do povo, partiu de Natal uma flotilha de embarcações levando os caravaneiros da oposição. Em Macaíba, correu o boato de que iria haver muita bala com a chegada do líder opositor. (SOUZA, ([1989] 2008), p. 221 – 222).

As disputas políticas foram marcadas pela violência constante. Algo comum, tanto em 1913 como nas eleições de 1934, as ameaças de





Apesar da campanha do capitão José da Penha ter chamado a atenção de diversas camadas populares no Rio Grande do Norte, o governo federal, já enfrentando problemas em diversos estados, retirou o apoio da campanha de Leônidas da Fonseca. Tal como Mário Câmara, em 1934, que perdeu o apoio do governo federal de Getúlio Vargas e diante dos constantes atos de violência, renunciou sua candidatura nos momentos finais da campanha, José da Penha também teve que retirar-se das atividades políticas às pressas, pois haviam constantes ameaças de morte, como foi o caso do capitão Zacarias das Neves, famoso perseguidor de cangaceiros que chefiava a polícia de Nova Cruz vetou com ameaça de morte caso José da Penha realizasse algum comício na cidade quando lá chegasse em 9 de julho de 1913. Sem suporte político federal e constantes ameaças a campanha defendida pelo capitão José da Penha também foi abortada, garantindo assim a continuidade dos grupos familiares seridoenses, que até aquele momento, governavam ainda em conjunto com os grupos familiares do litoral, que no caso seriam os Albuquerque Maranhão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas sociais dos grupos familiares foram os importantes agentes mobilizadores da identidade política do Rio Grande do Norte. As relações familiares endogâmicas do Seridó permitiram a criação de uma identidade política regional muito rígida e fechada garantindo sempre o domínio político no território potiguar. Eles lograram em duas situações distintas: primeiramente, quando enfrentaram os opositoristas apoiados pelo governo federal, como nas eleições de 1913 contra o capitão José da Penha, e, posteriormente, venceram os núcleos apoiadores do Interventor Mário Câmara, quando os seridoenses eram oposição aos agentes apoiados pelo governo federal, durante nas eleições de 1934.

O Seridó tornou-se parte do sertão impenetrável, mesmo os grupos com suporte do governo federal, não obtiveram força suficiente para enfrentar toda força política que os grupos familiares exerciam



na região seridoense. Além dos casamentos endogâmicos, a violência era uma das principais ferramentas que garantiam essa condição de isolamento político. As constantes intimidações psicológicas e práticas de violência física sequer permitiam o ingresso de grupos políticos opostos aos apoiados pelas organizações familiares do Seridó. Assim, o silenciamento sobre o Seridó nos registros escritos de Câmara Cascudo em *Viajando o Sertão* ([1934] 2009), seu diário etnográfico na ocasião, demonstra que a identidade regional das famílias seridoenses são uma profunda força de unidade impenetrável, como a rigidez das rochas da depressão sertaneja do Rio Grande do Norte.

## REFERÊNCIAS

CASCUDO, Câmara. **Viajando o Sertão**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Saul Estavam. **O (In)imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894 – 1920)**. Natal: IFRN, 2016.

GEOGRAPHIA-ATLAS do Brasil e das cinco partes do mundo. Rio de Janeiro: Editora F. Briguiet & Cia. 1923. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-norte/mapa-antigo.htm>. Acessado em 07 de junho de 2021.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. **A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930-1935**. 1989. VIII, 362f. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: São Paulo. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278831>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

PARRINI, Luigi. Historiador explica casamentos entre primos na região do Seridó. **G1**, 21 de junho de 2011. Disponível em: <http://glo.bo/kwDbEO>. Acessado em 07 de junho de 2021.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**. 15 (1): p. 169 – 193. 2010.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2008. p. 152-293.



# EXPERIÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS: INDISCIPLINA E DISCIPLINA NA ESCRITA DOS SERTÕES DO SERIDÓ (1941 - 2013)

 Eduardo K. de Medeiros<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação em História, com área de concentração em História dos sertões, inaugurado no ano de 2019, no Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN), campus de Caicó-RN, carrega em si a responsabilidade de construir um pensamento crítico acerca desta categoria – *sertão* –, cujo esforço perpassa também por revisitar os cânones historiográficos da literatura sertanista já produzida.

Vocábulo de “etimologia obscura”, já que suas possíveis origens etimológicas encontram dissensos entre estudiosos e filólogos, e cujos significados apontam para região agreste, lugar interior, recôndito, distante do litoral (NEVES, 2012, p. 16), sertão cruzou os mares junto ao empreendimento colonial português, e alargou seu leque de significados de modo especial na cultura brasileira. Como nos aponta a historiadora Janaína Amado, existe hoje um amplo arquivo prefigurado dos sertões:

---

<sup>1</sup> Mestre no Programa de Pós-graduação em História dos Sertões, do Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN).



Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram. Assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil [...] No período [...] entre 1870 e 1940, ‘sertão’ chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira. Os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e identificados com a historiografia ali produzida [...] utilizaram e refinaram o conceito [...] trabalharam, de diferentes formas, com a categoria ‘sertão’. A partir da década de [19]50, o tema não foi mais tão candente entre os historiadores. Permaneceu, entretanto, importante na análise de sociólogos [...] Vivido como experiência histórica, ‘sertão’ constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, [...] ‘Sertão’ ocupa ainda lugar extremamente importante na literatura brasileira, [...] desde a poesia romântica do século XIX [...] passando pela prosa romântica [...] atingindo enorme importância na literatura realista [...] Paralelamente, ‘sertão’ tem estado presente em outras artes como a pintura, o teatro, o cinema e, em especial, a música e ocupado espaços amplos nos meios de comunicação, antigos e atuais (AMADO, 1995, p. 146-147).

“Historicamente, em cada região brasileira se criou um sertão e sua respectiva sertanidade” (NEVES, 2012, p. 39). Assim, cada pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado em História dos sertões deverá prestar sua contribuição na revisão historiográfica necessária à crítica deste imenso e diversificado arquivo. No caso específico do projeto de pesquisa que venho desenvolvendo, *Escrever um sertão: a operação historiográfica de Oswaldo Lamartine de Faria (Seridó, 1945 - 2005)*, precisarei revisitar o modo como o sertão do Seridó vem sendo escrito e reescrito ao longo do tempo.

Aqui, entendemos por Seridó, a mesorregião central do Rio Grande do Norte, situada em pleno semiárido nordestino, correspondendo a um recorte regional, historicamente construído, composto pelos ter-



ritórios dos municípios<sup>2</sup> que, de forma direta ou indireta, se desmembraram de Caicó (MORAIS, 2020, p. 16). Etimologicamente, supõe-se que Seridó seja um vocábulo de origem indígena, provavelmente formado de *ceri-toh* (pouca folhagem), que sofrera alterações ortográficas ao longo do tempo. Outra possibilidade, é de que seja de origem tapuia e, neste caso, seu significado original perdera-se no tempo. Uma terceira sugestão, é a de que o vocábulo derivaria do hebraico, *Saryd*, cujo significado apontaria para algo como “remanescentes de Deus”, e estaria relacionado à presença de cristãos-novos na colonização destes sertões (MACEDO, 2013, p. 31; MORAIS, 2020, p. 11). Seja como for, Seridó dá nome a um dos rios cujo curso se estende por diferentes municípios da região, especialmente Caicó.

Ao longo do tempo esta região recebeu a atenção de diversos sujeitos cujos registros escritos chegaram até os nossos dias. Falando de diferentes lugares, de formações diversas, esses sujeitos narram, cada um ao seu próprio modo, histórias e memórias sobre os sertões seridoense. Como no Brasil a formação profissional em História é algo muito recente, o Seridó, como muitas outras regiões, sertões a dentro, foi muitas vezes escrito desde fora, de fora do próprio sertão, e também de fora do discurso disciplinar da história. É só a partir de meados da década de 1980, que começa a surgir uma historiografia sobre o Seridó produzida desde as bancas universitárias de graduação e pós-graduação em História, que se espalham por diferentes regiões do país, sugerindo uma mudança na experiência historiográfica.

Neste artigo, me ponho a comentar *continuações e reformulações* de registros da experiência historiográfica acerca dos sertões do Seridó, ou seja, “os modos de sua narração, de sua representação na escrita e

---

<sup>2</sup> Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.





de sua elaboração metodológica” (KOSELLECK, 2014, p. 40), realizando um corte diacrônico que abarque a bibliografia<sup>3</sup> de maior repercussão sobre o tema, produzida desde fora do discurso disciplinar da história – *Homens de outrora* (1941), de Manoel Gomes de Medeiros Dantas; *Seridó* (1954), de José Augusto Bezerra de Medeiros; *Velhos costumes do meu sertão* (1965), de Juvenal Lamartine de Faria; *Sertão do Seridó* (1980), de Oswaldo Lamartine de Faria; e *Cronologia seridoense* (2002), de Olavo de Medeiros Filho – e desde dentro do discurso disciplinar da história – *Vila do Príncipe (1850/1890): Sertão do Seridó: um estudo de caso da pobreza* (1985), de Maria Regina Mendonça Furtado Mattos; *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense* (1998), de Mui-rakytan Kennedy de Macêdo; *A morte do sertão antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia* (2003), de Douglas Araújo; *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais* (2007), de Olívia Moraes de Medeiros Neta; e *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte* (2013), de Helder Alexandre Medeiros de Macedo.

## INDISCIPLINADOS & DISCIPLINADAS/OS

É evidente que a profissão de historiador/a não é a única que se dedica a realizar algum tipo de registro que toma o passado como objeto de interesse. Na verdade, sequer é preciso ser profissional em qualquer área de atuação para realizar um tal registro. Assim, é perceptível “uma curiosa situação: ao mesmo tempo em que um crescente e difuso interesse pelos passados assume as mais variadas e contrastantes formas, percebe-se que ele não é necessariamente satisfeito a partir da

<sup>3</sup> Devido a suspensão de diversos serviços presenciais, em razão da pandemia de covid-19 que aflige o país, o nosso acesso a arquivos e acervos públicos foi comprometido, afetando significativamente a produção de trabalhos acadêmicos por dificuldades de consulta às fontes e bibliografias, sobre o que se toma nota aqui para justificar possíveis lacunas e/ou citações indiretas.



história enquanto disciplina” (AVILA; NICOLAZZI; TURIN, 2019, p. 7). A historiografia disciplinar é uma, dentre outras possibilidades, que uma determinada cultura histórica pode lançar mão para fazer usos do passado. Aqui nos dedicaremos a analisar registros escritos cujos modos de representação do passado foram se sedimentando ou sendo reformulados na historiografia acerca dos sertões do Seridó.

Uma crônica sobre “as secas mais notáveis e suas consequências”, escrito por Manuel Antônio Dantas Corrêa (1769 - 1853), datado de 1847 – mas publicado somente em 1909, no livro *Seccas contra a secca*, que traz as assinaturas de seus bisnetos, Theophilo Guerra e Phelippe Guerra –, é tida como a publicação mais recuada no tempo, que se tem notícia, sobre a Ribeira do Seridó pensada de maneira sistematizada. Nela o sertanejo “descreve as secas ocorridas no intervalo de 1723 a 1847, situando seus principais efeitos sobre as populações que habitavam nos sertões” (MACEDO, 2013, p 65). É a partir desta fonte que Muirakytan K. de Macêdo realizará a análise sobre o Seridó como espaço agônico, um dos enunciados recorrentes no discurso do regionalismo seridoense (MACÊDO, 2012, p. 92). A crônica também figurará na tese de Douglas Araújo como testemunho do “universo simbólico e material da região nos idos do XVIII e da primeira metade do XIX”, em uma reafirmação do “Seridó como espaço correlato ao das escrituras sagradas” (ARAÚJO, 2003, p. 59). Enquanto a tese do historiador Helder Macedo se preocupa em destacar uma singularidade na crônica:

Manuel Antonio Dantas apresenta, aos seus leitores, chaves explicativas de sua procedência familiar. [...] Esse trecho inicial do manuscrito, assim, adverte ao leitor de onde o emissor está falando, ou seja, da mesma maneira que os historiadores modernos, enuncia o seu lugar de produção. Ser filho do coronel Caetano Dantas Corrêa, além de ligar o autor do texto a uma das estirpes tradicionais da ribeira do Seridó, autorizava, de certa maneira, a condição de *verdade* para o relato que era produzido acerca das secas “nestes sertões do Norte”. Podemos dizer, dessa maneira,



que o manuscrito de Manuel Antonio Dantas Corrêa é, até onde se tem conhecimento, o primeiro texto genealógico do Seridó (MACEDO, 2013, p 65; grifo do autor).

A genealogia como autoridade, a seca como objeto, e atributos religiosos serão enunciados recorrentes nesta historiografia, principalmente naquela produzida fora do discurso disciplinar. Mesmo em um autor como Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1867 - 1924), jurista formado na Faculdade de Direito de Recife (PE) sob forte influência dos ideários cientificista e republicano, a afirmação de uma identidade religiosa se manifesta nos traços culturais das personagens que narra no livro *Homens de outrora* (1941).

Esta publicação póstuma resulta de um empreendimento capitaneado por José Augusto, a coleção Bibliotheca de História Norte-Rio-grandense, sobre a qual tornaremos a falar. Os textos que compõe o livro foram publicados primeiramente entre 1897 e 1924, no jornal *A República* (Natal/RN),<sup>4</sup> no qual Manoel Dantas trabalhou como redator e diretor, e na *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), do qual foi sócio fundador. São eles: “Homens de outrora”, um conjunto de crônicas sobre personagens seridoenses ilustres e infames protagonizando episódios anedóticos; um discurso comemorativo sobre Thomaz de Araújo, seridoense que presidiu a Província mas renunciou sob pressão dos eventos da chamada Confederação do Equador; uma biografia do Padre Miguelinho, personagem que se tornou ícone para os republicanos devido martírio resultante de sua contraposição política à monarquia; além de um artigo sobre a origem das denominações de municipalidades do estado do Rio Grande do Norte,

<sup>4</sup> O jornal *A República* foi fundado em 1889, por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, para ser o órgão divulgador das ideias republicanas. Posteriormente, foi transformado em jornal oficial do governo estadual, defendendo o grupo político que estava no poder. No pós-30, passou a ser Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte (IORN), depois foi elevado a Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) [...] O jornal passou por várias interrupções na sua circulação (LIMA, 2017, p. 56).



dentre elas, alguns municípios seridoenses; e um artigo sobre o problema da seca. Vemos aí a incidência de alguns daqueles *topos* discursivos que comporão o regionalismo seridoense: a exaltação genealógica, os atributos religiosos, a seca, além do esforço de construção de um panteão de ilustres.

Este ‘roteiro’ demonstra alguma semelhança com o livro *Seridó* (1954), de José Augusto Bezerra de Medeiros (1884 – 1971). Não é de surpreender que já fosse uma das publicações previstas naquela mesma coleção capitaneada por José Augusto, na qual ele mesmo organizou e publicou a obra póstuma de Manoel Dantas. A coleção Bibliotheca de História Norte-Riograndense anunciava o objetivo de publicizar “muitos e preciosos documentos [...] para melhor, mais exato e mais seguro conhecimento da nossa evolução” (DANTAS, 2001, p. 156). Este objetivo manifesto disfarçava a intenção de compor um arquivo específico, que seria ele próprio histórias de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Norte. Cogito que tratava-se de um projeto narrativo das oligarquias estaduais, organizado conjuntamente, visando contrapor-se ao elemento político ‘estrangeiro’ que passara a intervir no estado, desde 1930, como tentáculos do governo Getúlio Vargas. Ou seja, tratava-se de um esforço em construir narrativas afirmando certa memória e personagens políticas, relacionadas a determinadas cidades ou regiões desta unidade federativa, inventando uma tradição e um panteão político diretamente relacionados às lideranças políticas locais, e aos valores que ora advogavam, em disputa com os interventores ou aliados varguistas que ora os eclipsava no aparelho de Estado.

Um dos mais importantes representantes da oligarquia pecuarista-algodoeira da região na cúpula política, em *Seridó*, José Augusto pretende uma descrição do desenvolvimento econômico, social e político da região, dando especial atenção às atividades econômicas mais proeminentes na região e, surpreendentemente, às famílias que seus estudos vem a considerar como as colonizadoras e povoadoras da região, além daquelas personagens que julga ser as “Grandes figuras seridoenses”:



José Bernardo de Medeiros (1837 – 1907), Amaro Cavalcanti (1849 – 1922), e Manoel Dantas (1867 – 1924), personagens a quem o autor busca colar sua imagem como uma espécie de herdeiro dessas memórias – que ele próprio ajuda a construir – e valores políticos.

Outro representante da oligarquia pecuarista-algodoeira no pré-1930, foi Juvenal Lamartine de Faria (1874 - 1956). É ele, aliás, o governador destituído pelo levante tenentista daquele ano. Impedido de atuar nominalmente na política, dedica-se às atividades agrícolas, montando uma grande fazenda na região do Agreste potiguar. Em 1954, escreve para o periódico *Tribuna do Norte* (Natal/RN),<sup>5</sup> algumas memórias sobre a vida no sertão. Este material será organizado, apresentado e comentado por seu filho, Oswaldo Lamartine, em uma obra-póstuma, publicada pela Fundação José Augusto (FJA), intitulada *Velhos costumes do meu sertão* (1965). Logo no primeiro capítulo, “Os currais das Espinharas”, o autor das memórias reivindica seus laços genealógicos com os primeiros povoadores do que hoje é o município de Serra Negra do Norte (RN), sua terra natal, para validar o seu “testemunho pessoal dos usos sertanejos seridoenses”, onde cresceu e formou seu espírito. O que se manifesta neste conjunto de memórias é a saudação a um passado de tradições que estão sendo modificadas pelas “transformações sociais e econômicas” que vão alcançando “os sertões mais distantes” (LAMARTINE, 1965, p. 13). As memórias tratam de culturas materiais e sociabilidades nos espaços da vida pública e privada (ritos e festejos religiosos e populares, educação, hospitalidade, indumentárias e instrumentos de trabalho, etc.).

Essa postura saudosista, comum entre folcloristas cujos estudos estarão em alta entre as décadas de 1920 e 1950, e com quem o ex-gover-

<sup>5</sup> Fundado em 1950 por Aluizio Alves, o jornal Pertencia à Editora Tribuna do Norte, sociedade composta por cerca de 300 pessoas, dentre as quais importantes nomes da UDN potiguar, inclusive seus principais diretores. Inspirada nos moldes da Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda, inclusive reproduzindo inúmeros artigos daquele jornal, foi o primeiro dos jornais do estado a ser ampliado nos moldes da imprensa carioca, com editoriais e cadernos especializados, na década de 1950 (LIMA, 2017, p. 58).



nador sociabiliza através da Sociedade Brasileira de Folclore (BARROS, 2018, p. 42), será herdada também por seu filho caçula, autor de diversos ensaios e memórias especialmente relacionados com a regionalidade seridoense. Em 1980, Oswaldo Lamartine de Faria (1919 - 2007) publica a coletânea *Sertões do Seridó*, que reúne cinco ensaios sobre diferentes artífices praticados na região (açudagem, alimentação, apicultura, caça e pesca). O autor foi um técnico agrônomo que ainda jovem encontrou estabilidade em um cargo de Assessor da Direção Geral do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no Rio de Janeiro/RJ, onde se estabeleceu por mais de quatro décadas e de onde registrou a maior parte de suas memórias que compõe uma bibliografia que contabiliza em torno de vinte livros. Esta coletânea, em especial, conseguirá uma tiragem de boa circulação, provavelmente por ter sido publicada pelo Centro Gráfico do Senado Federal<sup>6</sup>, é fonte recorrente em trabalhos sobre o Seridó, e incontornável em trabalhos que tomam o próprio autor como objeto. Em um texto marcado pela significativa afetação por um passado patriarcal, de vida rústica e rural, o sertanista articula conhecimentos técnicos e testemunhos para construir uma imagem romântica do sertão seridoense e uma crítica recorrente aos processos de modernização que, segundo o mesmo, estão causando a extinção dos sertões – esta é, a propósito, a justificativa manifesta para seu projeto literário, que manterá ativo até o ano de 2006: registrar uma cultura em vias de extinção. Fica latente na escrita oswaldiana o apego a um passado e a uma memória em que seus antepassados desfrutavam do monopólio político e econômico na região.

---

<sup>6</sup> Retomo aqui uma colocação que certa vez ouvi da professora Dr.<sup>a</sup> Jailma Maria de Lima durante uma de suas aulas de História do Rio Grande do Norte, em oportunidade em que se discutia a produção de memórias políticas, quanto ao fato de que “o Centro Gráfico do Senado Federal merecer uma investigação” sobre a sua contribuição para a produção de uma historiografia relacionada ao Seridó ou a personagens políticas que despontam atuando de forma relacionada com esta região, e – somando às orientações do professor Dr. Evandro dos Santos – sobre essa historiografia como “outra forma de se produzir história política”.



Somente em 1985, com a expansão dos cursos de pós-graduação pelo país, que surgirá um primeiro trabalho desenvolvido desde o campo disciplinar da História. Trata-se da dissertação de mestrado em História defendido na Universidade Federal Fluminense (Niterói/RJ), realizada por Maria Regina Mendonça Furtado Mattos (1949 - ), intitulada *Vila do Príncipe (1850/1890): Sertão do Seridó: um estudo de caso da pobreza*. Esta pesquisa destoa dos trabalhos anteriores por não atribuir a precariedade econômica no Seridó meramente às condições climáticas e geográficas. Ao contrário, considera que as consequências destes “fatores climáticos são agravados pelos fatores econômicos, sociais e políticos que influenciam e promovem o desenvolvimento dependente da região”. M<sup>a</sup> Regina Furtado critica ainda o enfoque daquela “historiografia local” voltada à “formação das elites sociais, e à biografia dos grandes vultos que despontaram no cenário político” (MATTOS, 1985, p. 4). Sua dissertação representa um primeiro trabalho histórico crítico à bibliografia já produzida sobre aquele mesmo recorte, “em consonância com a renovação da historiografia brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, que deu destaque à História Econômica e Social e seus esquemas explicativos, sobre objetos até então marginalizados” (ANDRADE, 2015, p. 9). Partindo do estudo de fontes provenientes de arquivos cartoriais (registros de terra, inventários *post-mortem*, livros de notas), além de relatórios governamentais e posturas municipais, realizou uma análise econômica e social com o objetivo de revelar não só a atividade do elemento escravo nos quadros econômico e social no sertão nordestino, como a própria economia de subsistência à sombra do sistema mercantilista.

Antes da virada do século será defendida uma outra dissertação que toma o Seridó como objeto de análise. Trata-se de *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense* (1998), de Muirakytan Kennedy de Macêdo (1964 - 2021). Apesar de ser um trabalho defendido no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, a formação do autor (graduação) é em História, e portanto esta pesquisa de mestrado não se dá à parte dos procedimentos da produção histo-



riográfica profissional. Posteriormente transformada em livro, esta é, provavelmente, a obra de maior repercussão acadêmica (refiro-me à academia universitária) acerca do Seridó. Partindo da concepção de espaço social historicamente construído, Muirakytan Macêdo empreende uma análise do discurso sobre os textos “canônicos” da historiografia seridoense para tecer a conformação desse regionalismo espacial e cultural tão vívido “para dar fisionomia *verdadeira* a um espaço, a uma elite e a uma história” (MACÊDO, 2012, p. 25; grifo do autor), uma identidade elaborada desde os púlpitos do poder – por Manuel Antônio Dantas Corrêa, Manoel Dantas, José Augusto e Juvenal Lamartine, todos já citados anteriormente –, moldando um discurso que relaciona um espaço agônico e uma natureza singular para o homem sertanejo.

A expansão universitária e a consequente produção historiográfica profissional não significa a interrupção daquela historiografia produzida desde fora do discurso disciplinar da História. Membro do IHGRN, Olavo de Medeiros Filho (1934 - 2005) produz, desde a década de 1980 até os primeiros anos do século XXI, uma série de livros que tomam o recorte espacial do Seridó como cenário e objeto de seus estudos, alguns deles também publicados pelo Centro Gráfico do Senado Federal. São publicações fortemente centradas em cronologias construídas a partir, principalmente, de documentação oficial e cartorial. Assim, *Cronologia seridoense* (2002) organiza um encadeamento de registros que recobrem um período de três séculos, desde meados do século XVI até meados do século XIX, do que considera ‘os principais fatos ocorridos no Seridó, no tocante à vida econômica, religiosa, militar e social’ (MEDEIROS FILHO, 2002, p. 4). Este tipo de produção corresponde à uma matriz historiográfica que se caracteriza por sua perspectiva elitista e conservadora, esvaziada de conflitos sociais, preocupada com uma construção identitária, e de pouco rigor metodológico (MONTEIRO, 2006, p. 52).

Voltando ao âmbito disciplinar, desta vez no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Douglas Araújo defende a tese de doutorado *A morte do sertão antigo*





no *Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90)* (2003), um trabalho de História social, com abordagem ‘vista de baixo’, que toma a vida rural, o trabalho semi-servil, como o *modus vivendi* dos sertanejos (fazendeiros médios, moradores e meeiros) do Seridó potiguar. Em sua análise, realizada a partir de fontes orais, jornais de circulação estadual à época, e censos demográficos e agrícolas, considera que a permanência daquelas relações de trabalho em confronto com mudanças e adaptações ocorridas naquele recorte, não garantiram o modo de vida tradicional campestre, causando o desmoronamento das fazendas devido à crise da agricultura comercial sertaneja, entendida pelo autor como a morte – tantas vezes anunciada – definitiva do sertão antigo.

Já em 2007, a historiadora Olívia Morais de Medeiros Neta defende no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN, a dissertação *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*, onde discute o espaço seridoense a partir da configuração narrativa de um discurso historiográfico produzido por autores inter-relacionados em uma rede genealógica e que institui certos sentidos para esta região, ou seja, destacando que “a escrita que tece o Seridó é uma escrita de família” (MEDEIROS NETA, 2007, p. 16). As fontes utilizadas nesta análise do discurso são os livros e autores recorrentemente citados aqui: *Homens de Outrora* (1941), de Manuel Dantas; *Seridó* (1954), de José Augusto Bezerra de Medeiros; *Velhos costumes do meu sertão* (1965), de Juvenal Lamartine de Faria; e *Sertões do Seridó* (1980), de Oswaldo Lamartine de Faria.

Para finalizar esta seleção, temos mais uma tese de doutoramento defendida no PPG em História da UFPE, pelo historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo (1979 - ). A pesquisa *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte* (2013) não foge da tradição genealógica, mas tem o mérito de tomar como objeto as famílias mestiças obliteradas nos estudos genealógicos que anteriormente buscaram historicizar os troncos familiares responsáveis pelo povoamento colonial dos sertões que hoje correspondem à região do Seridó.



Em uma abordagem decolonial, crítica ao paradigma eurocentrista que predomina naquelas produções, a partir da análise de documentos judiciais, paroquiais e administrativos, o historiador realiza um jogo de escalas macro e micro-históricas para investigar a atuação de personagens e famílias mestiças no processo de construção territorial da então Freguesia do Seridó.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração a ser feita aqui diz respeito às lacunas e superficialidade analítica que este texto pode ter apresentado. Devido a indisponibilidade dos acervos físicos da universidade, em razão da pandemia de covid-19, não foi possível acessar a textos de outros autores que mereciam figurar nesta seleção, como José Adelino Dantas (1910 - 1983), por exemplo. Até mesmo por questões de melhor definição para o recorte de fontes, foi preciso deixar de fora os cinco volumes das tantas *Cartas dos sertões do Seridó*, de Paulo Bezerra (1933 - 2017), sem dúvidas, um projeto literário com características muito ricas para uma análise historiográfica. Também, devido a mesma situação relativa à definição de critérios para a seleção de fontes, foi preciso deixar de fora da análise, propriamente, o importante trabalho da geógrafa Ione Rodrigues Diniz Moraes (2020), fruto de sua tese de doutoramento defendida em 2004.

Para além destas lacunas, há o limitado enfoque dado a autores como Oswaldo Lamartine de Faria e Olavo de Medeiros Filho, ou mesmo Muirakytan K. de Macêdo, que realizaram uma significativa obra, um conjunto diverso de publicações com atenção e interesses voltados ao Seridó, e que aqui tiveram comentados apenas um título, cada. Logicamente que uma dúzia de páginas não são suficientes para realizar a análise da operação historiográfica de uma dezena de diferentes autoras/es, no que temos consciência de que esta apresentação encontra-se ao rés do chão no quesito de aprofundamento que a discussão merece.



O ideal seria um trabalho de maior fôlego e envergadura, algo para um Trabalho de Conclusão de Curso, que se proponha a realizar uma História da Historiografia seridoense que permita relativa elasticidade ao entendimento do termo “historiografia”. O que temos aqui, portanto, não passa de apontamentos, um breve comentário acerca de um recorte dentro do amplo arquivo historiográfico que toma o sertão do Seridó como objeto de discussão.

Assim, o que interessa a este breve artigo, é o fato de que mesmo que tenha ocorrido uma mudança de experiência na escrita da história acerca do Seridó, de uma *‘escriturística seridoense*, numa perspectiva conservadora e essencialista da história, através dos discursos religiosos e políticos que fomentaram uma identidade seridoense em seus marcos fundadores, seus personagens, genealogia e eventos’ (ANDRADE, 2015, p. 9; grifo do autor) para uma historiografia profissional, institucionalmente regrada e avaliada por seus procedimentos de pesquisa e escrita – aquele “gesto que liga as ‘ideias’ aos *lugares*” (CERTEAU, 2011, p. 45; grifo do autor) –, esta mudança de experiência não significa uma ruptura cronológica ou mesmo temática. Enfatizo ainda que este fenômeno não se trata de uma condição local, seridoense, um aspecto de uma historiografia regional. Até que a experiência de profissionalização da escrita da história se expandisse por todo o país, o que prevalece nas mais diversas regiões do país são as *‘crônicas e memórias histórico-descritivas’*, em grande medida *‘elaboradas conforme os paradigmas propostos pelos Institutos histórico e geográfico, numa articulação de representantes das oligarquias ilustradas locais, mais identificados pela inserção social que a produção intelectual’* (NEVES, 2016, p. 168).

Quando me refiro a não existência de ruptura, estou querendo dizer que autores como Oswaldo Lamartine de Faria e Olavo Medeiros Filho, por exemplo, continuam publicando em pleno século XXI, desde fora do discurso disciplinar da História. Assim como autoras/es que desenvolvem seus estudos sob os rigores disciplinares da Universidade, continuam a abordar temas pautados pela tradição historiográfica an-



terior, como a genealogia, a vida rural no sertão do Seridó, ou outros enunciados que conformam a tradicional identidade do regionalismo seridoense. Contudo, não se trata sempre de uma continuidade no mero sentido cumulativo de “transcrever e inventariar narrativas históricas precedentes, para então acrescentar eventuais ocorrências novas” (KOSELLECK, 2014, p. 45). Aqueles registros tidos como “canônicos”, são continuamente convocados, sendo muitas vezes consultados de forma problematizada, sob “o método do desmascaramento e do desencantamento”, para usar as palavras de Koselleck (2014, p. 53), a forma necessária à reformulação, à “uma oposição consciente com a história até então relatada ou escrita” (KOSELLECK, 2014, p. 50).

Esta mudança de experiência vai representar, principalmente, maior rigor teórico-metodológico nestas produções, a oportunidade de experimentar abordagens cujos repertórios e habilidades em operá-las dificilmente se conseguiria fora da formação disciplinar da História, possibilitando, desse modo, revisitar a história já contada, de revirá-la de ponta-cabeça ou contá-la a contrapelo, de tomar criticamente como fontes aquilo que até então fora tomado como história acabada, de explorar com maior criticidade todo um universo de fontes e assim preencher lacunas, investigar silenciamentos, inventar objetos até então preteridos.

O PPg em História dos Sertões (CERES/UFRN), localizado no maior centro urbano da região do Seridó, tem, dentre outras funções, a de contribuir para consolidar esse movimento de reformulação da história seridoense, desse exercício de estranhamento ao regionalismo seridoense. Logicamente, não deve se restringir ao sertão do Seridó, mas a qualquer estereotípia sertaneja. Isso não significa ignorar toda aquela literatura produzida, publicada e republicada, esse grande arquivo já refigurado sobre os sertões, mas ao contrário, é saber operar uma outra configuração dentro dele, para procurar construir uma possível refiguração (RICOEUR, 2007, p. 159), um novo registro a dar continuidade à escrita das histórias dos sertões.



## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145–151, 1995.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza. Prefácio. In: FURTADO, Maria Regina. **Vila do Príncipe (1850/1890): Sertão do Seridó: um estudo de caso da pobreza**. Natal/RN: Jovens Escribas, 2015. p. 7-27.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2003.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BARROS, Ewerton Wirley Silva. **Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no movimento folclórico brasileiro (1939-1963)**. Monografia (Licenciatura) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DANTAS, Manoel. **Homens de outrora**. Natal: Sebo Vermelho, 2001. [1941]<sup>7</sup>

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LIMA, Jailma Maria de. **Taquei Detefon nos Brutos: O Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)**. Campina Grande: EDUFCG, 2017.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: eduepb, 2012. [1998]

<sup>7</sup> As datas entre colchetes indicam o ano da primeira publicação do título em questão.



MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe (1850/1890):** Sertão do Seridó: um estudo de caso da pobreza. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 1985.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó.** Brasília: Senado Federal, 1980. [1954]

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado, 2002.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MONTEIRO, Denise Mattos; LOPES, Fátima Martins; MARIZ, Marlene da Silva. Balanço da Historiografia Norte-Rio-Grandense. In: ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org). **I Encontro Regional da ANPUH-RN: O ofício do historiador** [ANAIS]. Natal: EDUFRN, 2006. p. 51 – 61.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência.** Natal: EDUFRN, 2020.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brillhante. **Sertões adentro: viagens nas caatingas (séculos XVI a XIX).** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 14 – 56.

\_\_\_\_\_. **Crônica, memória e história: formação historiográfica dos sertões da Bahia.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



# A ESPACIALIZAÇÃO DO MEDO NOS JORNAIS DO CEARÁ: OS CAMINHOS DOS CANGACEIROS APÓS O ATAQUE À CIDADE DE MOSSORÓ (1927)

 Francisco Wilton Moreira dos Santos<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Quando estudamos sobre os grupos de cangaceiros que andaram pelos sertões do Nordeste do Brasil, nos deparamos com discursos que destacam sua audácia, violência e crueldade desmedidas, geralmente, comparando-os a seres bestiais e a verdadeiras “feras humanas”. Ao enfatizarem as ações destes grupos, por vezes, os espaços onde elas aconteceram são quase esquecidos e, em alguns casos, acabam naturalizados e apreendidos como algo dado. Nossa proposta é desnaturalizar estes espaços, encarados como lugares de poder, como construtores de discursos e identidades.

Neste trabalho, voltamos nossa atenção para os caminhos de fuga adotados por cangaceiros depois do fracassado ataque à cidade de Mossoró (RN) em junho de 1927. Os grupos liderados por Lampião e Massion Leite seguiram em rota de fuga para o território Cearense, buscando se refazer após a frustração e as baixas sofridas. O acontecimento repercutiu de formas variadas em diversos jornais do Nordeste, em especial os do Ceará, que alardearam notícias em torno do perigo iminente de

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ); Mestre Interdisciplinar em História e Letras pelo MIHL-FECLESC/UECE; e-mail: wilton.santos@aluno.uece.br. Bolsista CAPES.



um ataque às terras cearenses durante todo o restante do ano. O que nos leva a analisar, a partir dos rumos tomados pelos cangaceiros, os discursos de medo disseminados pela imprensa cearense, atentando para a sua mobilização na agenda civilizatória, para atender a interesses e usos dos espaços, (re)construindo discursivamente práticas e sujeitos.

Selecionamos e mapeamos os discursos presentes nas seguintes folhas do Ceará: *A Ordem* (Sobral), *O Sitiá* (Quixadá) e *O Nordeste* (Fortaleza). Isto nos permitiu analisar os múltiplos discursos que apontavam para uma ameaça de invasão e destruição nas cidades, além de perceber a urgência e importância dada ao tema ao longo dos anos 1920, apontando, assim, para uma espacialização do medo. As primeiras análises indicam que a imprensa cearense elabora uma “política do medo”, abrindo possibilidade de exploração do caráter vendável dessas notícias sem dissociá-las dos projetos de poder vigentes no período, a saber, os ideais de modernidade e controle social.

### MOSSORÓ: ATAQUE, FRUSTRAÇÃO E FUGA

Natal, 14 – O ataque à cidade de Mossoró teve início às 13 ½ horas (...). Os bandidos foram energicamente repellidos (...). (A ORDEM, Sobral de 1927, p. 02).

A década de 1920 marcou mudanças significativas nas organizações das cidades cearenses e também nas folhas que ali circulavam. Novas técnicas de impressão e novas formas de construção das notícias com apelos linguísticos, visando seduzir e fidelizar o seu leitor, foram empregadas. Também veremos marcado o apelo pela ordem e o desejo por modernização elencando os corpos “indesejáveis” e/ou “anticivilizantes”, que mereciam ser expurgados. É nesse contexto que veremos inseridas as notícias sobre o cangaço. No jornal *O Sitiá*<sup>2</sup>, por exemplo,

<sup>2</sup> *O Sitiá* foi um jornal bissemanal fundado e dirigido por Eusébio Nery Alves de Sousa, jurista e historiador recifense. O jornal circulou em Quixadá durante os anos de 1924 a 1927 e declarava-se “apartidário” e “noticioso”.





pode-se ler que “está declarada a falência de meios para vencer a malfadada instituição do cangaceirismo” (O SITIÁ, 08/05/1927, p. 01). No ano de 1927, o cangaço já era um tema bastante presente nas páginas dos jornais cearenses, e Virgolino Ferreira da Silva, o Lampião, era o alvo predileto da ênfase noticiosa, apontado como responsável pelo atraso do Nordeste.

Os discursos sobre a ação dos grupos cangaceiros aliados às denúncias de violência, cada vez mais desmedidas e cruéis, sendo associadas ao espaço natural, descrito como hostil, além dos relatos das agruras causadas pelas secas, são alguns dos traços definidores do que veio a se chamar Nordeste (ALBUQUERQUE JR, 2011). Os sujeitos que nele habitam são descritos como espécies de cactos, ou seja, brutos, animais (ALBUQUERQUE JR, 2013). Na imprensa da época, o banditismo e a violência são frutos desse espaço, por vezes, naturalizado, grafado como inculto, bárbaro e incivilizado.

Essa imagem será recorrente nas folhas cearenses, especialmente, diante dos numerosos grupos que se ampliavam pelos sertões e por conta da ousadia cada vez maior dos cangaceiros. A imprensa, então, recorria às notícias com chamadas alarmantes, alardeando as ações bem-sucedidas dos bandoleiros e o fracasso das instituições de repressão, noticiadas como fracas e indisciplinadas e, portanto, incapazes de pôr um fim à leva de “facínoras” que grassava pelos sertões (SANTOS, 2020). A crítica ficou mais contundente quando do ataque à cidade de Mossoró, importante centro econômico do Rio Grande do Norte no período.

Segundo Billy Jaynes Chandler (1980), existem duas versões que remetem à escolha da supracitada cidade para o grande assalto. Na primeira, a ideia teria partido do cangaceiro Massilon Leite, que, outrora, havia atacado o local e era pessoa da confiança de Lampião. Na outra, a que o autor considera a mais provável, o ataque foi tramado por Isaías Arruda, importante chefe de Aurora e coiteiro de Lampião. A proposta não agradou ao cangaceiro, uma vez que a cidade era muito grande,



além disso, o número de homens e de munição de que dispunham, possivelmente, não daria conta de tamanha proporção. O coronel, então, ofereceu a “sua ajuda para que pudesse recrutar mais homens, e concordou em lhe fornecer armas e munições, além de prometer-lhe uma enorme quantia em dinheiro” (CHANDLER, 1980, p. 108).

Com os homens de Massilon juntos aos seus e com numerosas armas e munições, no dia nove de junho, eles deixaram Aurora e seguiram para a Paraíba – onde tiveram um breve enfrentamento com a polícia – seguindo sempre ao Norte. Na tarde do dia seguinte, o grupo chega ao Rio Grande do Norte. No caminho, atearam fogo em várias fazendas e fizeram alguns reféns, entre eles D. Maria José Lopez e o comerciante Coronel Antônio Gurgel, sequestrados no dia doze de junho e garantidos de liberdade se recebessem 400:000\$000 como pagamento do resgate (CHANDLER, 1980).

Um bilhete solicitando a quantia foi enviado ao prefeito, configurando-se também como uma exigência para evitar desastre na cidade, que, caso não fosse atendida, Gurgel seria o primeiro a morrer: “Lampião mandou um dos seus ‘embaixadores’ intimidar o prefeito Municipal de Mossoró a pagar, como contribuição de guerra, a quota de 400 contos, para não atacar a cidade”, diz telegrama publicado na edição de 16 de junho d’A *Ordem*.<sup>3</sup> O prefeito disse que não conseguiria a soma, informando que todos estariam “dispostos a acarretar com tudo o que o Sr. queria fazer contra nós. A cidade acha-se inabalável na sua defesa confiando na mesma” (O SITIÁ, 26/06/1927, p. 01).

Era uma tarde chuvosa aquele treze de junho em que aconteceu o ataque: o barulho dos trovões mesclava-se com o soar da corneta e à toada da “Mulher Rendeira” emitida pelo bando que atirava em direção a alguns pontos defendidos pelos cidadãos. Depois de meia hora

<sup>3</sup> Jornal de Sobral fundado em 1916 e circulou até o início de 1940. Órgão oficial ao Partido Republicano Conservador de Sobral, teve Plínio Pompeu como diretor e foi gerenciado por Craveiro Filho. A redação ficou a cargo de Newton Craveiro e de um grupo de colaboradores (LIMA, 2016).



sem conseguir desfazer a defesa, o grupo tentou atacar a prefeitura, obtendo, entretanto, novo fracasso. O bando de Lampião foi recebido com uma saraivada de balas das torres da igreja, sofrendo baixas, como a morte de alguns integrantes e a prisão de José Leite de Santana, o cangaceiro Jararaca. Ferido, capturado e interrogado, acusou o major Teófanos Torres de ser protetor de Lampião. A imprensa noticiava que “Na luta Lampeão perdeu oito homens e os restantes fugiram aterrorizados” (A ORDEM, 16/06/1927, p. 01). O malfadado ataque a Mossoró é colocado pela historiografia como a maior derrota sofrida por Lampião (CHANDLER, 1980). Esta é a memória da batalha que o povo guarda, como Luitgarde Barros (2018) conta ter ouvido de um entrevistado, “Minha senhora, no Rio Grande do Norte cabra ruim só dança [sic] pulando debaixo de bala” (BARROS, 2018, p.49).

Os cangaceiros se retiraram com os reféns rumo ao acampamento, escolhendo o baixo Jaguaribe como rota de fuga, descendo em direção a Limoeiro do Norte, no Ceará. Quando o bando seguiu para as terras cearenses, o cangaço já era um velho conhecido dos leitores das folhas deste Estado. À boca miúda, também corria a notícia da “marcha dos bandidos” nesse território, contribuindo para criar um clima de insegurança e medo. Os jornais da capital e do interior usavam recursos linguísticos e jargões da arte jornalística do apelo aos sentimentos do público, eram as “notícias de sensação” (BARBOSA, 2007).

Não esqueçamos que as notícias têm sua materialização ancoradas no momento histórico de sua fabricação. Os anos vinte do século passado marcaram a ampliação dos grupos de cangaceiros pelos sertões (PERICÁS, 2010; MELLO, 2011), como os irmãos Marcelinos, Massilon Leite, Lampião, contando com dez subgrupos espalhados pela caatinga em vários estados nordestinos (MELLO, 2018), o que permitia um ataque em várias frentes, ampliando o raio de ação e o assombro das populações sertanejas, em especial, de uma elite rural, e outra cidadina, que se sentiam encurraladas.



## A CHEGADA EM LIMOEIRO DO NORTE

Lampeão em Limoeiro, prospera cidade da zona jaguaribana e as possibilidades de incursão do famanaz bandoleiro por outras localidades da região quiça da nossa (O SITIÁ, Quixadá de 1927, p. 01).

A notícia dos cangaceiros entrando em territórios cearenses alarmou as cidades circunvizinhas, pondo-as em alerta máximo, principalmente por não ter recursos para combater os “facinorosos”. A epígrafe acima nos ajuda a ter uma ideia de como se portaram as autoridades municipais. O prefeito de Quixadá, por exemplo, telegrafara para a capital: “estamos possibilidade de ser atacados” (O SITIÁ, 10/16/1927, p. 01). Morada Nova ficou alarmada e clamou por ajuda da força pública federal. A imprensa do Ceará ajudou a criar um clima de insegurança e de constante ameaça com notícias aterrorizantes, dando detalhes dos caminhos e ações dos grupos pelo interior do Estado.

O Ceará já contava nesse período com um parque gráfico consolidado e diversificado com inúmeras folhas (políticas, religiosas, apartidárias, noticiosas) e com um público igualmente heterogêneo e exigente (NOBRE, 2006). As novas tecnologias também se fazem presentes e aceleram a produção, impressão e circulação do jornal. Não bastava anunciar o que acontecia no mundo, era necessário informar de forma rápida (BARBOSA, 2007). O jornal se consolida como símbolo da modernidade, construído, pouco a pouco, “como conformador da realidade e da atualidade”, colocando-se como “os olhos e ouvidos da sociedade” (BARBOSA, 2007, p. 24).

O jornalismo dos anos vinte marcava ainda uma especial atenção dada aos noticiários de crimes, explorando, assim, as sensações do público leitor. Os jornais mudam o foco das longas digressões dos artigos de fundo para “abarcando questões mais mundanas” (FONTELES NETO, 2017, p. 22), perscrutando temas de crimes e tragédias, alcançando outros públicos e “começando a invadir a vida cotidiana da cidade e saindo do domínio das elites” (FONTELES NETO, 2017,



p. 23). Esse é um caminho duplo, pois, ao passo que angariava mais adeptos e consumo das folhas, as notícias sobre crimes divulgadas pela imprensa podiam funcionar como uma espécie de clamor, de denúncia diante dos horrores que ameaçavam a cidade e a sociedade modernas.

Nesta dupla via, correm as notícias dos caminhos percorridos pelos cangaceiros após o malfadado ataque à cidade de Mossoró e o provável desastre que poderiam causar às terras cearenses. O primeiro ponto que mereceu bastante destaque foi a parada de Lampião e “seus rapazes” em Limoeiro do Norte. Um telegrama foi enviado ao prefeito, dizendo: “Prefeito de Limoeiro, Urgente. Lampião acaba atacar Mossoró. Depois forte resistência conseguimos rechaçá-los, (...). Bandidos rumaram Limoeiro. Saudação. Rodolfo Fernandes, Prefeito Municipal” (ARAÚJO JUNIOR, 2019, p. 60). Araújo Junior assim descreve a recepção da notícia e o clima de tensão no local:

Como um vento forte, a notícia sacode o município, criando um clima tenso de preocupação entre os habitantes, não só da sede, mas também no resto do município, cujos moradores até as primeiras horas da manhã do dia 15, logo que começou a correr fugiam para que pudessem se esconder. Muita gente havia deixado as suas casas (...). O temor ao famoso cangaceiro partia de todas as classes sociais. O pânico tomou conta da cidade (ARAÚJO JUNIOR, 2019, p. 63).

Na ausência do prefeito, coube ao juiz de paz Custódio Saraiva – que respondia pelo prefeito – tomar as providências. Ele conta que o esvaziamento da cidade não era apenas pelo horror, mas fazia parte de uma estratégia para garantir as vidas e receber com mais tranquilidade o cangaceiro (ARAÚJO JUNIOR, 2019). Em 15 de junho, Lampião manda mensagem pedindo para que a polícia se retire para evitar problemas na cidade. A mensagem foi prontamente atendida; mulheres e crianças de famílias importantes também deixariam o município.



O medo que acomete a cidade naquele momento tem um objeto bem delimitado e precisamente identificado e nomeado, repetido exaustivamente pela imprensa, gerando um sentimento angustiante de crise e insegurança (DELUMEAU, 2007), fazendo emergir o medo fundamental, isto é, o medo da morte. Todos os medos, informa Jean Delumeau, “contêm em graus diferentes, essa apreensão fundamental” (DELUMEAU, 2007, p. 41) e não vai desaparecer da condição humana. Este medo contribuiu para que famílias limoieirenses buscassem um lugar que julgassem seguro, fora, portanto, do raio de ação dos cangaceiros.

O grupo entrou no município dando vivas ao padre Cícero e ao Governador Moreira da Rocha, sendo bem recebido pelas autoridades locais e pelo restante do povo que ainda estava por lá. Um boi foi morto para servir de alimentação aos cangaceiros, que encontraram em Limoeiro do Norte a “tradicional hospitalidade cearense” (CHANDLER, 1980). O Ceará aparece descrito como terra “simpática ao bandido”, um lugar no qual este se sentia protegido e poderia se refazer após suas investidas (LUSTOSA, 2011).

Durante a sua permanência em Limoeiro, Lampião garantiu e cuidou para que nada de grave acontecesse na cidade. Os cangaceiros circularam livremente e compraram algumas coisas nas lojas, foram até o telégrafo e vistoriaram as correspondências e seguiram à igreja, rezaram e contribuíram com esmolas generosas. No cair da tarde, o grupo e os reféns posaram para o fotógrafo local<sup>4</sup>. Por volta das dez da noite, o bando é informado que o destacamento policial estava em Russas e em pouco tempo chegaria a Limoeiro (SANTOS, 2020). “Os chefes políticos de Limoeiro, então, convenceram Lampião a se retirar, para evitar que a cidade se tornasse cena de batalha, e, relutantemente, ele concordou” (CHANDLER, 1980, p. 113).

---

<sup>4</sup> A fotografia foi feita por Francisco Ribeiro (Chico Ribeiro) no dia 15 de junho de 1927. Todavia, nos jornais a que tivemos acesso, ela só aparece em agosto do supracitado ano no jornal *O Nordeste*.



A imprensa ataca a passagem de Lampião pela cidade como uma afronta ao bem viver e à moral cidadina: “Em que paiz vivemos?”, pergunta em letras enormes a chamada do jornal *A Ordem*. Logo abaixo, pode-se ler que “Lampeão o capitão-general da columna sinistra ataca Mossoró, invade Limoeiro, troça da polícia e faz o que bem intende impunemente” (A ORDEM, 23/06/1927, p. 02). A partir do deslocamento dos cangaceiros pela zona jaguaribana, outro importante recurso é explorado pela imprensa cearense: as narrativas de medo.

### CAMINHOS E ECOS DO MEDO NA IMPRENSA

Ultimas noticias de Lampeão. O bandoleiro chega, afinal, aos seus acostumados velhacoitos. (...) O bando, bem municiado e montado, segue para o sitio “Antas” e atinge quase a Chapada do Araripe” (O NORDESTE, Fortaleza de 1927, p. 01).

A epígrafe acima nos oferece uma ideia de como a imprensa cearense tratou o deslocamento dos cangaceiros após a sua retirada do município de Limoeiro do Norte. Os jornais, ora com detalhes, ora com boatos e rumores e complementos de depoimentos de pessoas “insuspeitas” ou “idôneas”, vão traçar a “marcha dos bandidos” sempre alertando para os atos de violência cometidos pelo caminho. Lançando mão de todo um histórico de bárbaros crimes atribuídos ao cangaceiro Lampião – alvo da ênfase noticiosa –, os periódicos encontram terreno fértil para a proliferação do medo, imagem já bastante definida quando se pensava no cangaceiro.

As ações desses indivíduos são constantemente associadas à destruição dos lares, da honra e da propriedade privada, pois eles são frutos de um espaço há tempos descrito como bárbaro e marcado pela violência, traços definidores que aparecem em oposição aos do Sul do país, civilizado e marcado pelo grande número de intelectuais que pensam discursivamente a identidade do Nordeste. Afinal, como nos lembra Albuquerque Jr, “Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 108).



Vários jornalistas de muitas folhas cearenses tiveram sua formação nos grandes centros urbanos e contato com as ideias que circulavam nos espaços e saberes da época (principalmente o saber médico e jurídico) e, é por meio delas, que vão tencionar sua crítica ao cangaço. Some-se ainda a imensa gama de colaboradores diversos e formados também dentro da lógica moderna da busca pelo progresso e a civilização. Assim posto, perseguimos aqui a noção de que este imaginário e a banalização do medo são frutos das relações de poder e nestas estão imersas. Demarcar o espaço do outro é, pois, uma forma de tentar alcançar/manter o poder. Essa espacialização do medo é mobilizada no intuito de separar, fixar, contribuindo, assim, para a construção e consolidação de identidades regionais.

Este espaço é produto de tramas tecidas em meio a um conjunto de práticas entrelaçadas e saberes que implicam relações de poder (ALBUQUERQUE JR, 2008). E é nesse emaranhado de práticas e saberes que se inserem os discursos da imprensa cearense. Nesse caminho, as chamadas eram compostas por letras colossais e apelos emocionais clamando pela atenção do leitor, que provavelmente lia com um certo temor a uma página em que se falava da “columna sinistra” que “aterra os sertões” em “incursão pela Zona Jaguaribana” (O SITIÁ, 21/06/1927, p. 01), colocando, portanto, sua terra em risco. O espaço percorrido pelos cangaceiros era mencionado na imprensa circunscrito pelo caos, a desordem, a violência e o medo.

Na escalada dos deslocamentos e das ações de cangaceiros em sua travessia pelos sertões, os jornais do Ceará lançaram mão também de boatos para ligar os traços descontínuos na falta de informações oficiais. Um bom exemplo ocorre em *O Nordeste*,<sup>5</sup> ao noticiar a passagem de Lampião e seu grupo por Lavras, no Ceará. Assim pode-se ler nesta folha da capital:

---

<sup>5</sup> De Fortaleza e fundado em 1922 por Dom Manoel da Silva Gomes (1874-1950), o jornal era ligado a arquidiocese e defendia os interesses da Igreja Católica no Ceará.





As 19 horas de ontem, a estação de Lavras informava o seguinte sobre a marcha de Lampeão no território cearense: (...) o grupo de Lampeão foi visto passando em Bordão do Velho. Os bandoleiros conduziam dois comparsas feridos dentro de redes ensanguentadas. Bordão do Velho fica na divisa com Aurora. Não houve, no entanto, confirmação alguma dessa notícia (O NORDESTE, 02/07/1927, p. 01).

Note-se o apelo ao sensacional na construção da notícia e o exagero dramático na menção à condução dos feridos em redes ensanguentadas. Todavia, a notícia era extraoficial, o que não quer dizer que os cangaceiros não tenham passado pela região, aproveitando-se dos limites do município e visando lograr êxito em sua fuga, uma vez que o policial das fronteiras interestaduais eram ainda mais debilitantes. O jornalista executava o seu labor com as letras e precisava entregar ao leitor um texto com o máximo de informações possíveis.

A difusão dos boatos tem um potencial importante nas notícias de medo e insegurança diante da possibilidade de um ataque dos “cruéis bandoleiros”. Uma vantagem da boatice é a correlação de sua disseminação entre as fontes de comunicação em massa e os relatos populares, em outras palavras, aqueles advindos à boca miúda, e fortalecidos pelo aval da imprensa, o que garantia um alcance de propagação ainda maior desses rumores. Sua difusão é favorecida em meio às circunstâncias que a sociedade cearense experimentava à época, “uma atmosfera de medo e incerteza” provocada em tempos de crise (BURKE, 2004 apud MATHEUS, 2011, p. 63). A história se repete quando *O Sitiá* noticia “o encontro de Lampeão com as forças policiais em ‘Gato Bravo’”, complementando que as informações foram dadas pelo senhor Francisco Alves Teixeira, “encarregado da conservação do Açude Velame”, nas proximidades de Riacho do Sangue, portanto, escreve o jornal, um “testemunho insuspeito” (O SITIÁ, 10/07/1927, p. 01), respaldando a informação.

O jornal *O Nordeste* vai dedicar especial atenção à “marcha dos bandidos” e aos “Ecos da passagem do grupo” pelo território cearen-



se, mencionando que ao chegar no Cariri, o “bandido sumiu” (O NORDESTE, 04/07/1927, p. 01). O clima de tensão é reforçado em cada chamada e, quando não é o cangaceiro Lampião o alvo da notícia, outros membros do grupo são mencionados carregando consigo a sombra e a ameaça de morte. Apostava-se, assim, em uma memória do medo, presentificando-o.

No mês seguinte, em 10 de agosto, podemos ler que “Sabino Ameaça Limoeiro”. Em seguida, na edição da tarde, continuam as narrativas: “Barbalha é atacada por um grupo de malfeitores”, ficando o interior refém da “sanha do bandoleirismo” (O NORDESTE, 10/08/1927, p. 01). Na mesma edição, o periódico informa que o baixo Jaguaribe estava apavorado, pois “Massilon continua sua obra de vandalismo” (O NORDESTE, 10/08/1927, p. 04). Dias mais tarde, o jornal falava do “êxodo das famílias de Jaguaribe para a capital e outros pontos do Estado” (O NORDESTE, 20/08/1927, p. 05).

A sensação com as notas diárias sobre o deslocamento dos cangaceiros era de que o medo estava presente em toda parte, operava-se, assim, a partir da imprensa cearense, uma espacialização desse sentimento. Telegramas vindo de Limoeiro do Norte informavam que muitas fazendas nos arredores da cidade foram saqueadas e que “o panico vae augmentando cada vez mais” (O NORDESTE, 11/08/1927, p. 04). Por onde passavam os cangaceiros apenas medo e destruição restavam. “E as providências do governo?” (O NORDESTE, 16/08/1927, p. 01), questionava o jornal. Era, pois, uma forma de cobrar maior efetivo policiamento na sociedade moderna, que se pretendia pacífica e ordeira.

As forças de repressão, apesar de sua atuação conjunta às polícias de outros estados, não conseguiam pôr fim ao banditismo. Estas eram sempre colocadas em descrença por sua ação ineficaz. A imprensa atacava os governantes em matérias que questionam a sua associação com cangaceiros: “Protectores e socios do bandoleiro no Ceará, Pernambuco e Paraíba?” (O NORDESTE, 23/08/1927, p. 04). Provavelmente, decorrente disso, a permanência da atividade cangaceira que permitia Massi-



lon continuar “impune e desembaraçadamente” a “obra começada por Lampeão” no baixo Jaguaribe (O NORDESTE, 16/08/1927, p. 01).

E era Massilon quem dividia as manchetes com Lampião em agosto de 1927. O medo continua a ser operacionado, indicando a sensação de insegurança que acompanhava as notícias. Os telegramas diziam que vários fazendeiros foram saqueados no município de Riacho do Sangue pelo grupo de Massilon (SANTOS, 2020), entre eles, Néas Ribeiro, José Nogueira, José Abrahão, Antonio Calisto e Maria da Raiz. No município de Jaguaribe, Manoel Marques, Manoel Barbosa e Francisco Miá foram roubados, segundo *O Nordeste* (O NORDESTE, 17/08/1927, p. 01), mobilizando também o medo fundamental do qual nos fala Delumeau (2007).

A partir dessa espacialização do medo, a imprensa cearense constrói em suas páginas um mapa imaginário do caos e da destruição a partir dos caminhos dos cangaceiros em fuga de Mossoró. Esta narrativa possibilita a construção de um cenário através de seu enredo, ajudando a dar sentido para aqueles sujeitos e espaços e criando uma imagem caótica na qual o imperativo do medo reinava. Este espaço não é fruto apenas de traços naturais, mas também culturais, e o medo parece ser fundante nesse processo. Em nome dele, se exigem medidas mais repressivas em prol da manutenção do poder vigente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, ainda que incipiente, buscamos mostrar o papel da imprensa do Ceará na elaboração de espaços imaginados a partir dos caminhos percorridos pelos cangaceiros após o ataque à cidade de Mossoró. Apontamos algumas leituras possíveis, partindo das narrativas de violência e medo materializadas nas folhas analisadas e como o medo pode ser mobilizado para atender interesses políticos e civilizatórios na sociedade cearense, que se pretendia moderna e civilizada aos moldes dos grandes centros urbanos nacionais. Além disso, não se pode



perder de vista a exploração do potencial vendável dessas notícias, característica marcante da imprensa do início do século XX.

A nossa perspectiva fundou-se em tentar mostrar que estes espaços são frutos de relações de poder e tensões, contribuindo, neste sentido, para sua desnaturalização. Assim, a associação discursiva do medo ao cangaço pela imprensa pode ainda ser direcionada para a (re)elaboração e fixação de identidades regionais ao (re)construir as práticas e os sujeitos narrados como bárbaros, violentos e incivilizados, frutos de um espaço igualmente grafado como hostil, marcado pela crueza do ambiente, fator determinante e catalizador dos seus atos de crueldade. Essa posição era importante para se criar os mecanismos de distanciamento entre cidadãos, representantes da ordem, e os habitantes do sertão, símbolos do atraso e da desordem.

A espacialização do medo se apresenta como um desses mecanismos que ajudava a demarcar e fixar o lugar do outro. O constante bombardeio de matérias sobre o cangaço (entre boatos e notas oficiais), focando especialmente no deslocamento destes em sua fuga de Mossoró e no perigo eminente de causar desordens no território cearense, contribuía para a permanente sensação de insegurança, apostando na presentificação do medo.

## FONTES

### Jornais consultados

*A Ordem* (1927)

*O Nordeste* (1927)

*O Sitiá* (1927)



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nordestino, uma invenção do falo** – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A. Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

ARAÚJO JUNIOR, R. da S. **Memórias de Lampião em Limoeiro**. 2ed. Tabuleiro do Norte: Raízes Editora, 2019.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa** – Brasil – 1900- 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, L. O. C. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 3. ed: revis. ampl. Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

BURKE, P. Boato forte. **Folha de São Paulo**, caderno Mais!, p. 3, 29/11/2004.

CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DELUMEAU, J. Medos de ontem e de hoje. In. NOVAIS, A. **Ensaio sobre o Medo**. São Paulo: Senac, 2007.

FONTELES NETO, F. L. **O crime do boulevard: a sensacional e misteriosa morte de Edith Davis**. Mossoró-RN: EDUERN, 2017.

LIMA, J. L. F. ESPECTROS DE LUTADORES: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século XX. **Outros Tempos**, Maranhão: v. 13, n. 21, p. 65-83. jan. 2016.

LUSTOSA, I. **De olho em Lampião: violência e esperteza**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MELLO, F. P. de. **Apagando o lampião**. Vida e morte do Rei do Cangaço. Global, 2018.

\_\_\_\_\_. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011.

NOBRE, G. da S. **Introdução à História do jornalismo cearense**. Fortaleza: NU-DOC, 2006.



HISTÓRIA DOS SERTÕES: BRASIL PROFUNDO

PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo**: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938). 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em História e Letras) – Universidade Estadual do Ceará, 2020.



# SINAGOGA SEM FRONTEIRAS E A CAUSA B'NEI ANUSSIM NO RIO GRANDE DO NORTE: DISPERSÃO, CONVERSÃO E RETORNO

 Helena Ragusa Granado<sup>1</sup>

Embora um fenômeno recente na historiografia brasileira, a causa dos *b'nei anussim*<sup>2</sup> tem sido relevante para a comunidade judaica no país. Num dos poucos estudos que contemplam a temática, Marcos Silva e Isis Carolina Garcia Bispo, em seu texto intitulado *Retorno ao Judaísmo no Nordeste Brasileiro: O Caso dos Marranos Potiguares*, localizam o grupo dos *b'nei anussim* em meados da década de 1970 (SILVA; BISPO, 2008, p. 18); ou seja, há pelo menos 4 décadas Norte e Nordeste do Brasil, ambas as regiões vivem essa realidade. O que já se pode constatar é que, no caso dos *anussim* potiguares, o convívio com as comunidades judaicas existentes é de completa integração. Ações, encontros, festividades e rituais cotidianamente divulgados nas redes sociais<sup>3</sup>, nos jornais locais<sup>4</sup> e difundidos no interior do Centro Israelita do Rio Grande do Norte (CIRN)<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Universidade de Maringá, doutoranda do curso de Pós-Graduação em História, bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Do hebraico, “filhos dos forçados”, os *b'nei anussim* ou marranos seriam aqueles descendentes dos cristãos-novos que buscam retornar ao judaísmo.

<sup>3</sup> *Facebook* e *Instagram* são as mais usadas.

<sup>4</sup> Não só em jornais locais mas revistas de grande circulação tem dado destaque para o movimento *Bnei Anussim* como é o caso da revista *National Geographic*. (GOIFMAN, [2017] 2020).

<sup>5</sup> Seu surgimento data do início do século XX, conforme explica Flávio Henriques Hebron Moura (2019).



confirmam que no Norte o que aconteceu foi a aceitação por parte da comunidade judaica local<sup>6</sup>.

Sobre essa “redescoberta da identidade judaica no nordeste brasileiro”, Silva e Bispo compreendem que “a cultura criptojudáica, apesar de matizada de acordo com a região e as circunstâncias, foi um elemento constituinte da cultura local, apesar de se caracterizar pela dissimulação e clandestinidade de suas práticas” (SILVA; BISPO, 2008, p. 18).

Um expoente do movimento *B’nei Anussim* no Brasil e também em âmbito internacional (SSF, 2021a) é o jovem rabino Gilberto Ventura ou como, muitas vezes, é chamado, *Moré*<sup>7</sup> Ventura, fundador e líder da instituição judaica Sinagoga Sem Fronteiras (SSF)<sup>8</sup>, que atua na busca de um reconhecimento identitário oficial às 25 comunidades espalhadas pelo Brasil e que até então sofriam com a invisibilidade social e rejeição<sup>9</sup>. A Sinagoga considera como uma de suas missões:

Acolher, instruir e encaminhar os descendentes dos judeus forçados pela inquisição que tenham a intenção sincera de retornar à fé de seus ancestrais, assim como a todos os demais interessados em se aproximar do judaísmo e aprender a sabedoria de sua cultura milenar (SSF, 2021b, p. 1).

Responsável por promover a “regionalização do judaísmo”, o rabino reconhece nas figuras de João F. Medeiros, oriundo de Acari do Seridó – Rio Grande do Norte – por exemplo, um dos pioneiros no que toca ao movimento *b’nei anussim* nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

<sup>6</sup> A comunidade conta com 230 pessoas de acordo com o último censo realizado em setembro de 2020 (HEBRON MOURA, 2020).

<sup>7</sup> Professor, em hebraico.

<sup>8</sup> A qual começou na rede social *Facebook* no ano de 2016 e desde 2018 possui sede própria, em bairro nobre na cidade de São Paulo, contando com mais de 20 sedes espalhadas pelo Brasil.

<sup>9</sup> Desde 2015, pelo menos 400 pessoas com ancestrais sefarditas fizeram conversões ortodoxas ao judaísmo no norte do Brasil (LIPSHIZ, 2019).





A estudiosa Neide Miele (2008) explica que, das influências culturais e linguísticas incorporadas ao nosso cotidiano, o próprio nome Seridó

[...] tem seu nome originário da forma hebraica contraída “*sarid*”, que significa “refúgio de”. Em hebraico, a palavra *Sarid* significa sobrevivente. Acrescentando-se o sufixo ó, temos a tradução sobrevivente de. A variação *Serid*, “o que escapou”, pode ser traduzida também por refúgio. Desse modo, a tradução para o nome *seridó* seria refúgio dele ou seus sobreviventes (MIELE, 2008, p. 547).

Na recém obra publicada *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*, Anita Novinsky relata ter recebido dessa mesma região uma carta do vigário que se dizia judeu. Na carta, Novinsky revela que fora convidada para conhecer a cidade, onde, segundo ela, o padre dizia “serem todos judeus” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 256).

Por ser um fenômeno recente, compreender os *anussim* no Brasil não é algo que se possa fazer sem antes recuar no tempo de modo a localizar onde começa e como chegou até nós.

Data do início do século XX, na pequena vila de Belmonte, Portugal, que um grupo de descendentes de cristãos-novos de uma comunidade criptojudáica, a qual por séculos, “em convivência com católicos, sem livros sagrados, nem chefes religiosos, criou uma prática sincrética, com marcas específicas que os tornava heréticos aos olhos do Judaísmo e do Catolicismo” (GARCIA, 2002a, p. 1), passou a reivindicar sua origem étnico-judaica.

Cristãos-novos belmonteses aos olhos das autoridades, criptojudeus ou marranos<sup>10</sup> na prática, os cristãos-novos de Belmonte do sé-

<sup>10</sup> “Sobre o termo ‘marrano’ é tradicionalmente empregada pela maioria dos historiadores no sentido de criptojudeu, isto é, um converso que simula ser cristão, mas não abandona sua antiga fé” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 94).



culo XVI ao século XVIII não economizaram nas estratégias e nos mecanismos que os afastassem dos braços inquisitoriais e da desconfiança dos *goyim* (não judeus), ao mesmo tempo que lhes garantiram a manutenção das cerimônias e ritos judaicos conseguindo permanecer na região sem nunca de lá terem saído. Fiéis ao judaísmo passado por várias gerações, não resta dúvida de que a “atual Comunidade Judaica de Belmonte tem ascendência secular belmontense” (MARTINS, 2018, p. 77).

Numa definição clássica, o sociólogo alemão Louis Wirth (1941, p. 413) concebia a questão das minorias àqueles que “devido a diferenças físicas ou sociais e culturais recebem tratamento diferenciado e que se consideram como um povo à parte”<sup>11</sup> e em detrimento de todas as males que isso implica; o estudioso ainda explica as consequências que no caso são trazidas para os grupos os quais “tendem a desenvolver uma concepção de si mesmos como inferiores, como estrangeiros, e como grupos perseguidos, o que afeta significativamente os seus papéis nas empresas coletivas da nação”<sup>12</sup> (WIRTH, 1941, p. 415).

Curioso perceber que, entre aqueles que ao longo da história, em diferentes tempos e espaços, há os carregam o peso da rejeição possam desenvolver esse mesmo sentimento pelos que há décadas vivem o judaísmo, o qual seus ancestrais foram forçados a abandonar, mas não conseguem oficialmente ser reconhecidos como judeus.

O dilema identitário que paira sobre os *b'nei anussim* de Belmonte não impediu que continuassem a judaizar, porém de forma secreta. Isso foi o que constatou Anita Novinsky (2015) quando no vilarejo esteve nos idos da década de 1980. Em seu relato, o clima de desconfiança entre os habitantes da região, especialmente os cristãos-novos, quanto

<sup>11</sup> Tradução livre de “because of physical or social and cultural differences receive differential treatment and who regard themselves as a people apart”.

<sup>12</sup> Tradução livre de “tend to develop a conception of themselves as inferiors, as aliens, and as persecuted groups, which significantly affects their roles in the collective enterprises of the nation”.



a sua presença comprovou “o temor por notícias que tinham sobre perseguição e morte de judeus” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 94).

Num outro estudo realizado por Maria Antonieta Garcia (2002b), quando encarregada pelo Ministério da Educação para proceder à abertura de uma escola oficial do Ciclo Preparatório em Belmonte, na década de 1970, a manutenção dos ritos, orações e da tradição judaica foram observados e, segundo ela,

[...] dia a dia, íamos registando indícios reveladores da Diferença. Por exemplo: decidimos pagar o aluguer da casa, “Sextafeira, depois do pôr do sol”. A proprietária, judia, como dissemos, recusou receber o dinheiro, apesar da insistência. A limpeza meticulosa de Sabat era outro sinal; depois, aqui e ali, começámos a ouvi-los lamentarse sobre discriminações de que eram alvo, a verificá-las, mas a ocultação e o secretismo eram a prática corrente (GARCIA, 2002b, p. 2).

Os motivos para que os “herdeiros do marranismo” de Belmonte continuassem a segredar sua judeidade, como bem observou Garcia, justificam-se ao nosso ver por duas razões: a primeira porque, conforme pudemos constatar, a abolição do Santo Ofício em Portugal nos idos de 1821 não acabou com o clima de desconfiança e rejeição sobre aqueles que não professassem o cristianismo<sup>13</sup>; e a segunda nos parece tratar-se de ressentimento, quando, ao negarem-se a carregar o peso de uma reeducação ou conversão imposta pelas práticas rabínicas ortodoxas, mantiveram “sua autarcia judaica, renunciando à religião oficial” em nome de sua “prática marrânica” (GARCIA, 2002b, p. 9).

Esse mesmo ressentimento também está presente, conforme pudemos constatar, entre os *b’nei anussim* que vivem no Brasil. Numa de suas entrevistas sobre o papel que vem desenvolvendo junto a esses gru-

<sup>13</sup> De acordo com Moisés Lemos Martins, no período salazarista “os mecanismos minuciosos do dispositivo de recristianização [...] passam a ter caráter normativo, penal [...] renovam-se as velhas perseguições e de novo os judeus são obrigados à ocultação para sobreviver” (MARTINS, 1990, p. 56)



pos, Gilberto Ventura reconhece a existência dos que vivem o judaísmo há décadas e que, portanto, não caberia a ele submetê-los à conversão, a qual inclusive considera “uma péssima tradução do termo ‘guiur’ que na realidade significa imigração, indicando um processo de naturalização” (VENTURA, 2016, p. 1).

Refletindo acerca “do valor moral” e da “validade histórica do sentimento”, este termo, ao qual há pouco recorreremos aqui para pensar a causa dos *anussim*, seria no sentido de “protesto moral”, conforme explica Monica Grin, como

[...] melhor indicador de um passado que não quer passar, de feridas que não querem cicatrizar, de emoções que não se dissipam, de histórias que não querem se frustrar, não querem ser engolidas nos desvãos do esquecimento e do fácil perdão (GRIN, 2013, p. 15).

Ainda que o marranismo, conforme nos explica Paulo Valadares (1991), esteja atrelado à ideia de um “judaísmo não rabínico” e que “para sobreviver à Inquisição abdicou-se dos ritos, do cerimonial, dos signos, da linguagem, da literatura, dos mestres; abdicou-se de parte da civilização hebraica” (VALADARES, 1991, p. 11), como ignorar “a força dessa espiritualidade”?

Nos últimos anos, houve um número considerável, no Norte e Nordeste, de pessoas que buscaram sua ascendência judaica<sup>14</sup>, e a razão primeira desse retorno espontâneo seria a descoberta dessa ascendência. Não faz muito tempo, percebeu-se também que famílias de origem sefardita<sup>15</sup> têm emigrado do Brasil para Portugal. O país tem, por meio do certificado emitido pela Comunidade Israelita de Lisboa

<sup>14</sup> Desde Gilberto Freyre (1994), Câmara Cascudo (1967), passando por Anita Novinsky (1972) e José Gonçalves Salvador (1976), há um consenso entre os historiadores de que essas foram as regiões que mais cristãos-novos receberam.

<sup>15</sup> Ou também *sefaradita* seria o termo aplicado aos de origem ibérica, tendo sido ampliado a muitas outras comunidades judaicas de outras origens mas que seguem o rito espanhol em suas preces (ASHERI, 1995, p. 9).



(CIL), feito o reconhecimento daqueles que estão em busca de adquirir a nacionalidade portuguesa e que optam fazê-la pela via sefardita<sup>16</sup>. Mesmo tendo passado séculos da Inquisição e da conversão forçada dos cristãos-novos, Portugal e Espanha atuam num movimento de reparação histórica.

A razão pela qual a política imigratória de ambos os países nos chama a atenção é o fato de que, enquanto no *Knesset*<sup>17</sup> esteja sendo discutido o direito de retorno ao judaísmo, para espanhóis e portugueses esta não é uma questão. Uma vez devidamente comprovada a ascendência, não há por que fazer um novo tribunal.

Tendo como principal meta “acolher os descendentes dos judeus forçados pela Inquisição”, os “*b’nei anussim*”, Moré Ventura, que caracteriza sua sinagoga como um projeto “ortodoxo sefardi, contemporâneo e acolhedor”, é também presidente do movimento “Reunindo os dispersos de Israel”, uma iniciativa com sede em Israel e nos Estados Unidos e que busca apoiar pessoas que buscam retornar ao judaísmo. Para o rabino,

[...] a falta de porosidade e de diálogo, e a blindagem até mesmo física que impede o acolhimento dos *bnei anussim* e dos prosélitos sinceros e qualificados, além de excluí-los, têm feito com que muitos judeus acolhedores e sensíveis abandonem a própria coletividade, ofendidos por tais posturas. Em relação especificamente aos *bnei anussim*, seja através do retorno ou do *guiur* (por dúvida), eu defendo a aplicação das exigências da lei judaica clássica, desde que ela seja depurada de todas as influências ideológicas mais modernas. Estas são pautadas por uma rigidez excessiva que contraria o espírito da lei que é, em sua essência, acolhedora (VENTURA, 2016, p. 1).

<sup>16</sup> O direito à naturalização portuguesa por meio de comprovação de descendência sefardita é previsto no artigo 6º, nº 7 da Lei da Nacionalidade (Lei nº 37/63) (MOSSORÓ HOJE, 2019).

<sup>17</sup> Parlamento israelense.



Até antes do começo da pandemia COVID-19, que desde março de 2020 acometeu o cenário mundial e o Brasil, a SSF, representada pelo rabino e sua esposa, viajava pelo Brasil em busca dos b'nei anussim. E, para além daqueles que se identificam como judeus e independem de qualquer aceitação oficial, Ventura também se deparou com outras realidades; segundo ele, “já encontrei comunidades no sertão brasileiro que mantinham costumes judeus e não sabiam” (VENTURA, 2019, p. 1).

Em uma de suas entrevistas o rabino, que reconhece o judaísmo nos anussim, compreende que

Um judeu nordestino cantar uma reza em aboio, ou em ritmo de Asa Branca, é tão legítimo quanto o uso dos ritmos judaicos adquiridos na Europa e no Oriente médio. O chapéu de boiadeiro com a Estrela de David pode ser tão judaico quanto o chapéu e o terno preto que marcam a ortodoxia oriunda da Europa. Deixemos um pouco de lado os antigos rituais judaicos de luto, ainda em uso, inconscientemente por todo o nordeste, e brindemos, com uma boa cachaça, regando a tão judaica Carne de Sol. O judaísmo brasileiro, social e dialógico, escrito em cordel, rezado em aboio, embalado na viola, brindado na cachaça e coroado pelo chapéu do boiadeiro voltou. Visse?! (ZAITUNI, 2015, p. 1).

O uso da mortalha, em eventos fúnebres por parte daqueles que perderam seus familiares, prática comum entre os seridoenses, por exemplo, é, conforme revela Anita Novinsky (2017), um costume específico judaico. *Tachirichim* em hebraico, as mortalhas são brancas, não podem ter nós, costuras ou bolsos, uma vez que para os judeus apenas os ensinamentos da *Torá*<sup>18</sup> é que de fato são levados (PINHEIRO, 2012, p. 48).

Também, é possível verificar a preservação de tradições centenárias entre a pequena comunidade de Venha-Ver, município situado no extremo oeste do Rio Grande do Norte, nas fronteiras com Ceará e Pa-

---

<sup>18</sup> Livro sagrado dos judeus.



raíba. Ali, dentre os sinais mais significativos da tradição judaica, para além do uso da mortalha e os sobrenomes de origem cristã-nova, está a fixação de cruces em formato hexagonal na porta de entrada das casas. De acordo com o Rabino Jacques Cukierkorn, o costume tem origem no uso da mezuzá – símbolo que diferencia um lar judaico da moradia de um não judeu e que se apresenta num pequeno rolo de pergaminho com passagens do livro sagrado que deve ser afixado nas portas (LIMA, 1999).

São pequenos “emblemas e sinais”, “indícios” que nos levam a perceber o esforço desses grupos em manterem acesa a tradição de sua antiga fé. Enquanto foi possível visitar grupos e sinagogas no sertão nordestino, Gilberto Ventura esteve presente nas mais diversas celebrações e rituais, como aquela ocorrida em agosto de 2019, na sinagoga *Beit Yaacov*, localizada no pequeno município de Tibau do Sul<sup>19</sup>, em que membros do grupo judeu SSF construíram uma *mikvê*<sup>20</sup>, a qual, segundo o rabino, teria sido construída sobre “as mais rígidas regras judaicas ortodoxas para banhos rituais”<sup>21</sup>.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma das certezas que ao longo dos anos o estudo acerca da identidade judaica nos trouxe é de que não se trata de uma tarefa fácil. Além disso, fortemente debatida em diversos espaços, ao lidarmos com os cristãos-novos e mais recentemente os anussim, notamos que a complexidade só aumenta. Sobre estes últimos, por exemplo, as incógnitas

<sup>19</sup> Onde há poucos anos foi fundada a Sinagoga Beit Yaacov (TO VENDO TIBAU, 2019).

<sup>20</sup> Ou *mikvá*, é uma espécie de banho de purificação ritual o qual somente as mulheres em geral devem realizar quando passados os sete dias puros contados a partir do fim da menstruação. De acordo com a lei judaica quando uma nova comunidade se constitui num lugar, a mikvá deve ser a primeira construção a ser feita e só depois constrói-se a sinagoga (ASHERI, 1995, p. 77).

<sup>21</sup> “O projeto teria sido liderado por Antônio Fabiano Cavalcante, um descendente de judeus local que foi forçado a se converter ao cristianismo, *bnei anusim*. Cavalcante também cuida da sinagoga local, construída há alguns anos para os *bnei anusim* que retornaram ao judaísmo” (LIPSHIZ, 2019).



são muitas, e para desvendá-las há um longo, mas possível caminho a ser feito.

No capítulo “Fênix redivivo”, que pode ser encontrado na obra *Natal: uma comunidade singular*, de Egon e Frieda Wolff (1984), o fenômeno dos anussim é visto com admiração, “à volta de um setor da população potiguar que tentou reavivar a religião de seus avoengos”, que deve ser reconhecida e eles devem passar a ser chamados judeus-novos. Ainda que difícil o acesso a uma documentação que comprove a descendência de cristãos-novos no país, para os autores a dúvida parece não existir (WOLFF; WOLFF, 1984, p. 77).

Em seu estudo, Miele (2008) afirma serem muitos os exemplos que indicam a origem étnico-judaica da população sertaneja, a qual, segundo ela, pode ser vista, para além dos costumes e de algumas tradições, nos traços físicos: “temos um indivíduo moreno-claro, cabelos negros, de baixa estatura, testa curta, cara alongada e nariz pontiagudo (diferente do nariz achatado de origem africana)” (MIELE, 2008, p. 545).

Questões voltadas para como e quando esse grupo passou a se reconhecer judeu, onde expressam esse desejo, suas práticas e a forma como ao longo dos anos foram sendo disseminadas entre os sertanejos potiguares estão sendo aos poucos contempladas nos estudos recentes da historiografia, de modo a descortinar as marcas de uma herança que o potiguar no dia a dia parece carregar, mas nem sempre precisas ou fáceis de serem percebidas.

A lacuna existente acerca da identidade potiguar fica ainda mais obscura, uma “questão em aberto” e que está longe de ser “auto-evidente, naturalizada”. Ora cosmopolitas, ora colonizadas, as representações em torno dos potiguares são polêmicas, e para compreendê-las é necessário antes admitir “as identidades espaciais enquanto um processo constante de construção e, como tal, precisa ser problematizada, interrogada, questionada” (GOMES NETO, 2011, p. 17).

Verificamos, neste breve ensaio, que dos muitos elementos constitutivos dessa potiguaridade a influência etnocultural judaica não pode





ficar de fora. A marginalização e a ocultação da presença dos descendentes de cristãos-novos, a quem nem mesmo é creditada sua origem e a falta de estudos sobre ela, como bem observou Paulo Valadares (2007), é prejudicial no que toca a compreensão em torno da cultura brasileira, além da própria composição étnica da população.

São constantemente divulgadas em suas redes sociais as idas de Moré Ventura e sua esposa Jacqueline Ventura a diferentes Estados brasileiros para conhecer, resgatar, ensinar e ajudar os anussim a conhecerem mais sobre sua própria origem. No prefácio do livro *O Resgate*, de autoria de Moré Ventura, publicado no ano de 2016 e prefaciado por Anita Novinsky, a autora admite o fato de que, referindo-se à atuação da SSF, poucos são os que dão atenção à causa dos B'nei anussim, os quais, segundo ela, “sentem-se isolados, não se integram em nenhum grupo, vivem entre si e comemoram as festas judaicas em pequenos grupos” (NOVINSKY, 2016, p. 1).

## REFERÊNCIAS

ASHERI, Michael. **O Judaísmo Vivo**: as tradições e as leis dos judeus praticantes. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Mouros, Franceses e Judeus**: Três presenças no Brasil. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GARCIA, Maria Antonieta Gomes Baptista. **Judeus de Belmonte e o Poder Autárquico**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Covilhã, Portugal: BOCC, 2002a. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/garcia-antonieta-judeus-de-belmonte-e-poder-autarquico.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2020.

GARCIA, Maria Antonieta Gomes Baptista. **Comunidades Marranas nas Beiras**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Covilhã, Portugal: BOCC, 2002b. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Acesso em: 31 dez. 2020.

GOIFMAN, Felipe. O retorno do Nordeste brasileiro ao judaísmo. **National Geographic**. São Paulo: Abril Cultural, 23 nov. 2017, atualizado 5 nov. 2020 Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/fotografia/2017/11/o-retorno-do-nordeste-brasileiro-ao-judaismo>. Acesso em: 27 abr. 2021.



GOMES NETO, João Maurício. **Entre a ausência declarada e a presença reclamada**: a identidade potiguar em questão. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 22-26 jul. 2013, Natal, RN. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: [http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364845981\\_ARQUIVO\\_Monica-Grinartigoressentimentoanpuh.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364845981_ARQUIVO_Monica-Grinartigoressentimentoanpuh.pdf). Acesso em: 12 maio 2021.

HEBRON MOURA, Flávio Henriques. História do povo judeu, a comunidade judaica de Natal e do RN. [Entrevista cedida a] Gleydson Batalha. **TV Futuro**, Natal, RN, 1º jan. 2019. Vídeo (28 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kfG05KbtFa0>. Acesso em: 12 maio 2021.

HEBRON MOURA, Flávio Henriques. [Entrevista cedida a] Tom Araújo. **69 minutos**, Natal 7 jan. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-uPF1Rp\\_wEI&t=5956s](https://www.youtube.com/watch?v=-uPF1Rp_wEI&t=5956s). Acesso em: 20 abr. 2021.

LIMA, Andréa de. Cidade no RN preserva tradição judaica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff25079918.htm>. Acesso em: 17 maio 2021.

LIPSHIZ, Cnaan Des descendants de Juifs convertis de force ouvrent un mikvé au nord du Brésil. **The Times of Israël**, Jérusalem, 11 août 2019. Disponível em: <https://fr.timesofisrael.com/des-descendants-de-juifs-convertis-de-force-ouvrent-un-mikve-au-nord-du-bresil/>. Acesso em: 11 maio 2021.

MARTINS, Jorge. O Judaísmo em Belmonte no Tempo da Inquisição. In: BENTO, António (org.). **Belmonte, Inquisição, Criptojudaísmo, Marranismo**. Covilhã, Portugal: LABCOM.IFP, 2018. p. 65-78. (Coleção Ta Pragmata - Livros de Filosofia Prática).

MARTINS, Moisés Lemos. **O olho de Deus no discurso salazarista**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

MIELE, Neide. Velhos “cristãos-novos” no sertão paraibano. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, v. 7, n. 13-14, p. 539-552, 2008.

MOSSORÓ HOJE. **Descendentes de judeus sefarditas no RN podem requerer cidadania portuguesa**. Mossoró-RN, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://mossorohoje.com.br/noticias/27332-descendentes-de-judeus-sefarditas-no-rn-podem-requerer-cidadania-portuguesa>. Acesso em: 17 maio 2021.

NOVINSKY, Anita Waingort. Prefácio. In: VENTURA, Rab. **O Resgate**. São Paulo: Sefer, 2016. Disponível em: <https://www.sinagogasemfronteiras.com.br/hist%C3%B3rias-das-comunidades>. Acesso em: 17 maio 2021.



NOVINSKY, Anita Waingort; LEVY, Daniela; RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. **Os judeus que construíram o Brasil**: fontes inéditas para uma nova visão da história. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

NOVINSKY, Anita W. *Cristãos-novos na Bahia: 1624 – 1654*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVINSKY, Anita. Bnei Anussim - A história ignorada do Brasil. *Anussim Brasil*, Ponta Grossa-PR, 3 ago. 2017. Vídeo (16 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wL1bjGENjaM&list=PLNKJf62CMpwQyaSzd9Xus-COTRn-dYNdp3&index=51>. Acesso em: 17/05/ maio 2021.

PINHEIRO, Marjones Jorge Xavier. **Morte e Judaísmo**: transformações ao longo do tempo em Pernambuco. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os Cristãos-Novos**: povoamento e colonização do solo brasileiro (1530-1680). São Paulo: Pioneira, 1976.

SILVA, Marcos; BISPO, Isis Carolina Garcia. Aspectos Fundamentais para o Estudo do Marranismo. **Ponta de Lança**: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura (UFS), São Cristóvão, SE, v. 2, p. 73-92, 2008.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *Quem Somos*. São Paulo: SSF, 2021b. Disponível em: <https://www.sinagogasemfronteiras.com.br/quem-somos>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. **SSF é destaque na mídia, confirma o que o mundo está falando!** São Paulo: SSF, 2021a. Disponível em: <https://www.sinagogasemfronteiras.com.br/reportagens>. Acesso em: 21 abr. 2021.

TO VENDO TIBAU. **Sinagoga beit Yaacov realiza evento de Cultura e religião judaica em Tibau**. Tibau, 16 ago. 2019. Disponível em: <http://tovendotibau.blogspot.com/2019/08/sinagoga-beit-yaacov-realiza-evento-de.html>. Acesso em: 17 maio 2021.

VALADARES, Paulo. **Cristãos-novos no Brasil de Hoje**. Leitura. São Paulo, v. 10, n. 115, p. 11-12, dez. 1991.

VALADARES, Paulo. **A presença oculta**: genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007.

VENTURA, Gilberto. Destruir muralhas, mas sem quebrar portas. [Entrevista cedida a] Miriam Sanger, do Instituto de Estudos Sefarditas e dos Anussim (Institute of Sephardi and Anousim Studies – ISAS). **Judaísmo Humanista**, Nahshon, Israel, 14 set. 2016. Disponível em: <http://judaismohumanista.ning.com/forum/topics/destruir-muralhas-mas-sem-quebrar-portas-entrevista-com-gilberto->. Acesso em: 03 maio 2021.

VENTURA, Gilberto. Vida Judaica. [Entrevista cedida a] Tainá Goulart. **Aventuras na História**, ed. 195, p. 57, 19 jul. 2019. Disponível em: [COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS](https://www.pressrea-</a></p>
</div>
<div data-bbox=)



HISTÓRIA DOS SERTÕES: BRASIL PROFUNDO

der.com/brazil/aventuras-na-historia/20190719/282037623750185. Acesso em: 11 maio 2021.

WIRTH, Louis. Morale and Minority Groups. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 47, n. 3, p. 415-433, Nov. 1941.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Natal**: uma comunidade Singular. Rio de Janeiro: Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1984.

ZAITUNI, Érika. O rabino do Brasil e a regionalização do judaísmo. **Jornal de Hoje**, Fortaleza, 16 mar. 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/03/16/noticiasjornalopiniao,3407715/o-rabino-do-brasil-e-a-regionalizacao-do-judaismo.shtml>. Acesso em: 17 maio 2021.



# O DISCURSO GEOGRÁFICO EM OS SERTÕES: A CONTRIBUIÇÃO DE EUCLIDES DA CUNHA À REPRESENTATIVIDADE DE UMA NACIONALIDADE MESTIÇA E EM CONSTRUÇÃO

 Alyne Karollayne Melquiades Souza da Silva<sup>1</sup>

 Hugo Arruda de Morais<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O saber geográfico emerge da relação entre o homem e o meio que o abriga, sendo traçado ao longo do processo de apropriação do espaço natural e da construção de um espaço social pelas diferentes sociedades (MORAES, 2005). Esses saberes não se delineiam de uma única forma, cada espaço e sociedade possuem um contexto histórico distinto, constituindo-se como um saber singular, fruto de uma construção de diversos outros conhecimentos produzidos.

Nessa perspectiva, observamos que o pensamento geográfico do Brasil tem suas bases a partir de “trabalhos de alto interesse geográfico, embora não metodologicamente geográficos” (ANDRADE, 1989, p. 7). Sendo, então, fruto de uma interpretação da realidade brasileira, da constituição do território nacional e não, simplesmente, de uma cópia do pensamento de outros povos (ANDRADE, 1989).

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Graduanda em Geografia, bolsista PIBIC.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Doutor do Departamento de Geografia (DGE).



A partir dessa perspectiva, entendemos que o conhecimento geográfico e seu saber se encontram em vários pensadores/autores não-geógrafos (ANDRADE, 1989). Estes apresentam uma leitura da realidade brasileira sobre o prisma não necessariamente de uma geografia acadêmica, mas com orientações filosóficas das mais diversas.

Nesse sentido, destacamos ser a literatura uma importante fonte de saber histórico e geográfico capaz de conceber aos estudos geográficos a reconstrução das representações de territórios, paisagens, das materialidades, através da expressão das relações sociais, das dimensões políticas e culturais, referentes à época. Mas, principalmente, das representações que buscam compreender a formação territorial do Brasil. Desse modo, a literatura, através dos romances, pode apresentar uma reconstituição da relação do homem com o meio e da sociedade com a natureza (SEVCENKO, 2003). Dessa forma, a Literatura brasileira, produzida no final do século XIX e início do XX, transmuta-se juntamente com o sentido de Nação, ligando-se com várias ciências sociais, principalmente, por apresentar uma dimensão social e espacial (SEVCENKO, 2003).

Dentre as várias obras que se destacam no período, chamamos atenção para o livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Buscando, inicialmente, retratar os fatos da Guerra de Canudos, deflagrada no interior da Bahia, no ano de 1896, Euclides da Cunha expõe não somente o contexto da guerra civil que se desencadeou em Canudos, mas retratou um sertão nordestino desconhecido e desintegrado do restante do espaço nacional.

Com uma escrita forte e com grande caráter cientificista, mas também, literário (BERNUCCI, 1998), Euclides da Cunha afirmava ser, a princípio, um livro voltado a contar a Campanha em Canudos, porém, se torna um livro de denúncia ao grande “crime” ocorrido no Brasil. Dividido em três partes, *A Terra, O Homem e a Luta*, a obra estabeleceu uma perspectiva de saber histórico que se conhecendo a terra e o homem, não se haveria a luta. Ao mesmo tempo, mostra um saber geo-



gráfico ao analisar a indissociabilidade do homem e o meio, onde este último irá influenciar tanto na fisiologia (somatismo) quanto na psicologia (caráter) dos indivíduos e, através destes, na sociedade.

Dessa forma, *Os Sertões* se constitui num livro com forte discurso geográfico. Nele é possível perceber alguns de vários debates caros a Geografia: a questão da identidade nacional e regional; o debate ideológico do Estado Nacional, do povo e do território; as formas de representação espacial. Temas que dão subsídios para a constituição dos discursos geográficos e apresenta formas de representação de uma regional, especificamente, do Nordeste brasileiro, a partir dos sertões, permitindo uma compreensão da formação territorial do Brasil.

Em sendo assim, o objetivo do presente ensaio consiste em refletir a forma de representação da nacionalidade e de identidade regional no discurso geográfico de Euclides da Cunha no livro *Os Sertões*.

O método de interpretação utilizado tomou por base uma reflexão do conceito norteador, diante da temática proposta, sendo ele: discurso geográfico. Tal concepção abre espaço para compreender como os discursos em *Os Sertões* possibilitam delimitar e definir território e povo, se constituindo como uma literatura com forte arcabouço histórico e espacial.

Dentre o procedimento metodológico, utilizamos como base uma pesquisa relativa à revisão bibliográfica e interpretação livre do conteúdo da obra principal do autor em epígrafe, numa tentativa de compreender como o livro apresenta a forma de representação espacial e abre o debate de identidade nacional e regional do Brasil e do Nordeste (NE), com destaque na segunda parte do livro, *O Homem*. Tal caminho se deu em diálogo com autores que já refletiram sobre a representatividade de uma nacionalidade em Euclides da Cunha.



## **DISCURSO GEOGRÁFICO: O NACIONALISMO PRESENTE NA LITERATURA BRASILEIRA**

Entendemos que a concepção de discurso geográfico parte da perspectiva de que o saber produzido com relação ao homem e o meio é um produto social e que cada sociedade inserida em seu contexto histórico possui um modo de interagir com sua realidade (MORAES, 2005).

Nesse caminho, o espaço geográfico herda características particulares da vivência social, onde o conhecimento geográfico é uma forma de interpretação da história do homem. Em sendo assim, a ocupação do espaço apresenta características específicas das ideologias desses períodos, podendo ser visto em diversos discursos que emergiram em várias esferas do entendimento, tais como: o acadêmico, a literatura, os discursos políticos, na ensaística, relatos de viagem e/ou em outras ciências (MORAES, 2005).

Com isso, o discurso geográfico é capaz de exprimir uma forma de representação espacial, colocando a ideia geográfica e o debate ideológico de Estado-Nação, povo e território como centrais (MORAES, 1991). Discurso com forte ligação com a afirmação das identidades nacionais, capaz de delimitar um retrato da realidade territorial em dimensão material quanto na sua dimensão de representação. Ao mesmo tempo, possuem um papel fundamental na construção do sentimento de pátria e divulgador da ideia de identidade do espaço nacional (MORAES, 1991).

Devemos compreender também que a produção de uma representação do país, ligada ao território, está muito presente na literatura nacional, uma vez que esta apresenta um forte arcabouço histórico-espacial da nação (CÂNDIDO, 1991). Conforme nos afirma Sevckenko (2003), a literatura, enquanto “produção discursiva”, tem uma dimensão social, um testemunho da realidade.

Partindo dessa perspectiva, entendemos em Cândido (1991) que o nacionalismo presente na literatura é fruto do contexto de formação do Estado e da identidade nacional:





[...] o nacionalismo artístico não pode ser condenando ou louvado em abstrato, pois é fruto de condições históricas – quase imposição nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade. Aparece no mundo contemporâneo como elemento de autoconsciência, nos povos velhos e novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando as suas formas de organização política (CÂNDIDO, 1991, p. 27).

Em sendo assim, a Literatura do século XIX e início do XX estava voltada ao debate das representações da natureza e da sociedade brasileira, exercendo um papel social de manifestar a dinâmica presente no contexto e por delimitar e definir território e povo (CÂNDIDO, 1991).

Nesse sentido, há “uma tomada de consciência” (CÂNDIDO, 1991, p. 26) dos autores para “escrever sobre sua terra” (CÂNDIDO, 1991, p. 26), um momento histórico marca uma “disposição de espírito” que tentou exprimir “certa encarnação literária do espírito nacional” (CÂNDIDO, 1991, p. 26). Dessa maneira, a literatura se constitui numa forma artística, mas, principalmente, num retrato histórico vivenciado do povo e território-nação (CÂNDIDO, 1991).

Também, chamamos atenção que os intelectuais desse período tiveram suas ideias centradas em concepções científicas e filosóficas do positivismo, darwinismo, spencerismo e no materialismo: “cientificismo do século XIX analisava o mundo humano como um objeto em mutação, um mundo histórico cuja evolução era regida por leis naturais” (OLIVEIRA, 1990, p. 83). Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XIX abre-se no país um debate com mais rigor geográfico e científico mais presente, inaugurando uma nova visão da paisagem/território brasileiro.



## REPRESENTATIVIDADE DE UMA NACIONALIDADE MISTIÇA E EM CONSTRUÇÃO EM OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA

Dentre as questões que se buscavam serem apreendidas no período em que o Império se tornava República no Brasil era a definição de uma identidade nacional (LIMA, 1998). A perspectiva de uma tipologia brasileira entrava cada vez mais em foco, tendo em vista que a Nação procurava caracterizar o seu povo, tendo por base a raça e o território.

Nesse sentido, tornou-se um esforço nacional a busca pela definição de uma raça ou etnia brasileira, a qual se deu, principalmente, a partir da dualidade entre sertão e litoral (LIMA, 1998). Fato esse observado em Euclides da Cunha:

Isto explica, por exemplo, por que a disputa na caracterização de Os sertões, de Euclides da Cunha, ora apresentado como texto literário, ora como documento científico de cunho etnográfico, ora como um trabalho de geografia e assim por diante. Parece-me correto afirmar que tanto os médicos como engenheiros, como os advogados preocupados com o Brasil real, além daqueles poucos que conseguiam ter na literatura a atividade praticamente exclusiva, intentavam construir uma teoria interpretativa do Brasil (LIMA, 1998, p.<sup>3</sup>).

Em sendo assim, tem-se dentro do pensamento social brasileiro uma tentativa de construção de interpretações do Brasil. Muitas delas, perpassava a concepção de um atraso nacional, a partir de uma segmentação do território em que uma parcela estava mais propícia à modernização e a outra mais conservadora e tradicionalista (LIMA, 1998).

Diante de tal perspectiva, a obra euclidiana, ao olhar para Canudos, foi capaz de retratar e delinear uma concepção de nação. Tomando por base o sertão baiano, Euclides foi capaz de apresentar um caminho

---

<sup>3</sup> O arquivo que tivemos acesso não constava as páginas do livro citado.



interpretativo em que a sociedade sertaneja era vista dentro de um espaço regional vazio e arcaico, fruto de condicionantes histórico e ambientais, tais como: a atividade econômica, o meio e, principalmente, o distanciamento do poder público e da sociedade litorânea. Tais fatores incidiram sob sua formação tornando-a algo singular, díspar e desassistida do restante do território. Assim, observamos em Os Sertões:

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, [demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão — abandonados — há três séculos (CUNHA, 2017, p. 132).

Daí o porquê a obra Os Sertões é considerada um marco para o pensamento das ciências sociais brasileiras (LIMA, 1998), uma vez que esta oferece uma oportunidade de análise da sociedade do país, a partir de sua disparidade territorial. Entretanto, diferente dos demais, Euclides realiza essa indagação a partir de uma noção de “representação geográfico/social” (LIMA, 1998), buscando entender a sociedade e sua dimensão espacial.

Sendo assim, Cunha (2017) nos apresenta:

Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente. É um retrógrado; não é um degenerado (CUNHA, 2017, p. 131).

Nesse caminho interpretativo, o sertanejo se diferencia do povo do litoral devido ao fator segregacional, imposto pela característica do Sertão e pela indiferença dos governadores. Assim, observamos em sua



obra o desenvolvimento da construção de um sujeito que seria fruto de um processo de construção histórica, mas também, de um meio ambiente inóspito: “o sertanejo típico, filho da segregação, isolado do resto do País” (CÂNDIDO, 2012, p. 02).

Tal perspectiva reflete não apenas as condicionantes do meio físico, mas também no caráter sociológico do conceito de isolamento, onde este influi diretamente na organização social e numa cultura segregada (CÂNDIDO, 2012).

Tanto que, para Euclides, os sertanejos representavam uma cultura ou raça, tendo em vista as terminologias da época, totalmente distinta dos seus patrícios litorâneos:

**Fora do litoral**, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os **vícios de uma nacionalidade em decomposição insa-nável, aqueles sertanistas**, avantajando-se às terras extremas de Pernambuco ao Amazonas, **semelhavam uma outra raça**, no arrojo temerário e resistência aos reveses (CUNHA, 2017, p. 109) (destaque nosso)

Ao se deparar com aquele povoado e o conflito ocorrido, Cunha (2017) observa que esse fenômeno da “*demora cultural*” (CÂNDIDO, 2012, p.03) ocasiona justamente o conflito exposto na parte final do livro, devido ao choque entre o “evoluído” e a “barbárie” (CUNHA, 2017).

À vista disso, observamos que o sertão é palco de um dilema civilizatório (LIMA, 1998), onde a obra redigida com base em uma visão a respeito das contraposições da população e do território demonstra “o abismo existente entre o interior bárbaro e o litoral europeizado, entre o Brasil, que almejava civilizar-se, e a Europa, civilizada e moderna” (DIAS, 2009, p. 144).

Nas palavras de Euclides:

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades



da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional (CUNHA, 2017, p. 493).

Em sendo assim, Euclides destaca o contato quase nulo que ambas as culturas do litoral e do sertão tiveram. Em *Os Sertões*, observa-se a construção de um país que se formou com uma sociedade dividida e condicionada a uma série de embates. Tal interpretação, fez Euclides trazer uma visão do território nacional dividido e coexistindo separado, onde o litoral representaria o território em contato com a Europa, com um padrão modernizador e progressista; e o sertão sendo o inverso, quase uma “ficção geográfica”, um outro mundo:

Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria (CUNHA, 2017, p. 493).

Para Cunha (2017), o projeto modernizador não foi capaz de incluir seus irmãos “retrógrados”, mas sim, foi responsável por tentar extinguir sua cultura e sociedade, sendo assim ele afirma: “É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização. Ora os nossos rudes patrícios dos sertões do Norte forraram-se a esta última” (CUNHA, 2017, p. 131).

A partir disso, Euclides apresenta o Sertão como a identidade representativa do Brasil, uma vez que esse manteve suas tradições preservadas (LIMA, 1998), apresentando uma cultura original, sendo “o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, 2017, p. 121).

Tendo em vista tais considerações, podemos entender por que a questão da disparidade entre os dois centros opostos, por muito tempo, ocupou a mente dos intelectuais brasileiros. Diante disso, a concepção



da identidade nacional passa a ser atrelado no Brasil a um debate ético a respeito da mestiçagem brasileira (principalmente no fim do séc. XIX e início do séc. XX) (LIMA, 1998).

Dessa forma, Euclides buscou no sertanejo a definição do ser brasileiro, dado que o mesmo manteve sua cultura e tradição cristalizada, através dos 400 anos de construção do território brasileiro. Nesse caminho, diferente do litoral que convivia com as constantes trocas com as ideias e costumes europeus, o sertão e o povo sertanejo vivia “Insulado deste modo no país, que o não conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra” (CUNHA, 2017, p. 153).

Na visão do autor de *Os Sertões*, as características singulares nas quais se constituíram a sociedade do sertão, o insulamento, a mestiçagem e a diferenciação do meio físico, foram capazes de criar um sujeito contraditório, mas de forte representatividade para o período. Via-se, portanto, o sertanejo como um bárbaro, mestiço, bruto, duro e fruto de condições adversas, um uma vez que este seria a “perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra” (CUNHA, 2017 p. 138) e estava “em função imediata com a terra” (CUNHA, 2017, p.155). Portanto, tendo sido moldado a partir de reverses e adversidades.

Entretanto, na mesma medida é apresentado aos leitores uma outra face de sua caracterização, convertendo-se o debate euclidiano em um conflito e, apontando agora, tal sujeito enquanto o cerne da nacionalidade brasileira e representante central da população autóctone.

Com isso, Cunha (2017) os declara ser o sertanejo:

Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises – quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço – oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais desse país, ela é inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio (CUNHA, 2017, p. 122).



Assim, observamos ao longo do livro o desenvolver dessa contrariedade de Euclides, a medida em que ele se empenha em descrever e compreender tal sociedade, onde ele, por fim, a coloca como central para se compreender a formação do território e da nação brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal questão abordada ao longo da construção desse ensaio possibilitou a compreensão de um pensamento social e geográfico, assim como do desenvolvimento da perspectiva identidade no Brasil com base no processo de construção nacional, a partir da literatura. Propiciou também entender o porquê de se buscar uma concepção a respeito da identidade nacional que, especificamente no país, se deu a partir da dualidade entre sertão e litoral.

Apesar do processo tardio de institucionalização das ciências sociais no país, é possível afirmar que há uma construção, com base na literatura, de um ideário a respeito da sociedade e o território. De modo que na obra abordada, *Os Sertões*, esse é expresso a partir de uma representação da nacionalidade e de identidade regional, a qual demonstra uma teoria interpretativa do país a partir da concepção de segmentação do território e no sertanejo enquanto o sujeito central para se entender o que é a nacionalidade brasileira nesse período.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2007.

ABREU, Regina. O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os sertões* na virada do século. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. vol.5, suppl., pp.93-115, 1998.

BERNUCCI, L. M. A ontologia discursiva de *Os sertões*. **História, Ciências, Saúde de Manguinhos**, vol. V (suplemento), 57-72 julho 1998.



CÂNDIDO, A. **Euclides da Cunha sociólogo**. Remate de Males, Campinas, SP, 2012

\_\_\_\_\_. **A sociologia no Brasil**. Rio de Janeiro. Enciclopédia Delta-Larousse (Delta S.A., pp. 2216-32), 1959.

\_\_\_\_\_. **Formação da Literatura Brasileira momentos decisivos**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda, 2000.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro. Ouro Sobre Azul, 2006.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: Campanha de Canudos. São Paulo. Editora Martin Claret, 2017.

DIAS, Léa Costa Santana. **O consórcio da ciência e da arte enquanto projeto estético norteador d'Os Sertões, de Euclides da Cunha**. A Cor das Letras — UEFS, n. 10, 2009

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1998.

MORAES, Antonio Carlos R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização de geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.166-176, 1991.

\_\_\_\_\_. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Geografia**: Pequena História Crítica. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.





# A DEFESA DA FRONTEIRA NO BAIXO AMAZONAS: ATUAÇÃO DE MILITARES E PARTICULARES NAS FORTALEZAS DO TAPAJÓS E PAUXIS (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

 Vitória Mascarenhas de Jesus<sup>1</sup>

 Wania Alexandrino Viana<sup>2</sup>

**E**m 1684, Francisco da Mota Falcão solicitava o título de fidalgo, utilizando como justificativa os serviços prestados à Coroa portuguesa, evidenciando sua atuação no eixo defensivo do Baixo Amazonas, com a construção de fortificações na região. Consta também no documento que as mercês deveriam ser estendidas ao filho, Manoel da Mota de Siqueira, em caso de seu falecimento (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês. Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51).

Todavia, diversos eram os desafios de quem se prontificava a embarcar em jornadas e expedições para a região. Conforme lembra Mauro Barreto “a implantação de uma colônia numa região tão afastada não poderia ser tarefa fácil” (2016, p.83). Mas afinal, o que motivava esses indivíduos? Este trabalho, busca verificar a ação desses particulares e militares para além da ocupação de postos nas fortalezas da região, como também as suas motivações e o envolvimento em outros tipos de negócios que poderiam lhes fornecer ganhos pessoais.

---

1 Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.

2 Doutorado em História. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.



Ao projetar olhares sobre esse espaço, a Coroa, confiou também a particulares a missão de expandir fronteiras e proteger o espaço, característica imprescindível no que tange ao recebimento dos títulos de nobreza (BICALHO, 2005). A concessão de privilégios fornecidos, não é um fato novo. Joel Santos Dias (2008), destaca que a monarquia portuguesa tinha como prática a premiação de indivíduos que cumpriam com os seus serviços e se sobressaiam na árdua tarefa de conquista. O compromisso com as vontades do rei, resultava em benefícios almejados por quem se prontificava a cumpri-las.

Alírio Cardoso (2011) lembra a rápida aceitação de indivíduos, para o desempenho de serviços na colônia, pois os benefícios a quem se comprometia a realizar os objetivos do rei, eram vastos. Por isso, muitos sujeitos que já haviam transitado por outras partes do império, até mesmo fora da América portuguesa, solicitavam cargos à Coroa para embarcarem na conquista do Estado do Maranhão.

Exemplar nesse sentido é o caso de Pedro Alvares Borges, quem em 1748 se candidatava, por meio de um edital, para o posto militar de capitão da fortaleza de Paúxis. Em meio aos seus serviços prestados, citava a estadia voluntária, no Estado da Índia, onde serviu

por mais de três anos. Chegou ao Estado do Maranhão em 1732, e dentre os postos que ocupou destaca-se o de capitão da fortaleza de Nossa senhora das Mercês, em 1737. Outro sujeito que concorreu ao dito posto foi Cipriano de Matos Monteiro. Em seus serviços apresentou viagens realizadas para o reino de Angola, tendo também atuação na cidade do Rio de Janeiro, ao administrar um contrato para a nomeação do comando de uma expedição em socorro da praça da dita cidade (AHU, Avulsos do Pará, Cx.30, D. 2880). Embora, a documentação não aponte a ocupação do cargo por esses indivíduos, fica evidente o interesse em ocupá-los. O deslocamento de sujeitos atuantes em outras áreas do império português, para esses espaços do Estado do Maranhão, também ocorria na medida em que à Coroa se empenhava em dar segmento a expansão da fronteira colonial, ao objetivar a gerência



dos sertões amazônicos na tentativa de inclui-los definitivamente ao império lusitano.

Analisemos, pois, alguns percursos, a partir do quadro abaixo, composto de sujeitos que ocuparam postos militares nas fortificações do Baixo Amazonas, em finais do século XVII e na primeira metade do século XVIII.

Quadro 01: Capitães das fortificações do Tapajós e Paúxis

Período de ocupação do posto	Nome	Posto	Local
1684 -1688	Francisco da Mota Falcão	Capitão de fortaleza	Tapajós
1688-1737	Manoel da Mota de Siqueira	Capitão de fortaleza	Tapajós
1716 -1735	Inácio Leal de Moraes	Capitão de fortaleza	Paúxis
1740-1744	Manoel Maciel Parente	Capitão de fortaleza	Paúxis
1745-1751	Gonçalo Gomes	Capitão de fortaleza	Paúxis

Fonte: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 11, D.963; Cx. 12, D. 1106; Cx.18 D.1685; Cx. 20, D. 1844; Cx. 23, D. 2189; Cx. 27, D. 2571; Cx. 28, D. 2616; Cx. 29, D. 2744; Cx. 3, D. 269; ANTT, Registo Geral de Mercês: liv. 1, f.51; liv. 1, f.376v; liv. 8, f.243

É importante destacar que por conta da fragmentação da documentação não se tem acesso a certidão de patente para confirmação dos postos de todos os indivíduos listados acima, o que impossibilita estabelecer uma ordem cronológica na qual sujeitos assumiam o posto e a concessão de baixa dos serviços prestados. Sobre Inácio Leal de Moraes, por exemplo, consta apenas um requerimento e duas cartas, informando sua atuação derivada do seu posto de capitão da fortaleza de Paúxis. Logo, os documentos utilizados são os que abordam os nomes, vinculados ao exercício do posto em questão. Assim, o encaminhamento da análise, se dará a partir dos eixos de defesa localizados no Tapajós e no Pauxis, junto aos indivíduos atuantes nos postos citados no quadro acima.



## AÇÃO DA FAMÍLIA MOTA EM SANTARÉM: POSTOS, TÍTULOS E POSSES

É evidente que a busca por mercês era um dos fatores de interesse na expansão da fronteira colonial. Francisco da Mota Falcão, foi responsável pela construção das fortificações no Baixo Amazonas, e em 1684, tratou logo de conseguir em forma de mercê, o posto de capitão da fortaleza do Tapajós de maneira vitalícia e no mesmo ano, realizou a cobrança da promessa do foro de fidalgo, já que segundo ele, possuía os requisitos necessários de enquadramento da nobreza (ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro P, liv. 1, 37, f.376v).

Esses requisitos derivaram das formas que o sistema de Antigo Regime adquiriu na Amazônia colonial, a partir da própria ampliação na composição social da nobreza. Ser nobre, nesse momento, como destaca Nuno Monteiro (1997), incluía características mais diversas, a partir de uma diversidade de funções distintas das realizadas pelos nobres tradicionais. Portanto, muitos dos títulos que fundamentavam a hierarquia do sistema na conquista, eram doados em forma de mercês.

Cabe ressaltar que os serviços já desempenhados, junto ao bom êxito na forma de lidar com os desafios impostos, eram fatores decisivos para conseguir a ocupação de postos desejados e acesso a outras benesses. Ao tomar para si o financiamento de fortificações no sertão, Francisco da Mota Falcão também possuiu outras linhas de atuação no Estado do Maranhão. Ele era natural de Portugal, morava no Pará. Arthur Reis (1979, p.40) o caracteriza como um “homem de personalidade na sociedade local”.

Suas primeiras ações no Estado do Maranhão, são citadas em uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei, em 1685, na qual consta que Francisco da Mota Falcão atuou como delegado em uma viagem realizada com Gomes Freire de Andrade, sendo o responsável, junto a Jacinto de Moraes Rego, por trazer informações do Estado (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 6, D.731). Segundo Arthur Reis (1979), Francisco da Mota foi um dos primeiros a desembarcar no Estado do Maranhão. Consta



que por meio dessa ação, mostrou-se um “mediador hábil” ao entrar em contato com os moradores e constatar que tudo estava sob controle.

No entanto, a atuação de Francisco da Mota não se restringiu aos interesses da Coroa. Por ser um particular vinculado aos demais eixos de defesa, em Óbidos e Almeirim, exerceu influência em uma vasta região. Chegando até, de certa maneira, a possuir autonomia no que se refere, a gerência desses espaços.

A ocupação do posto militar na fortaleza dos Tapajós, por exemplo, lhe permitiu acesso as rotas de navegação do sertão. Em 1688, o ex-governador, Gomes Freire de Andrade, escrevia para o rei a respeito da interrupção na construção da linha de fortificações, solicitando que Francisco da Mota desse conta do cravo que havia tirado daquele sertão (AHU, Avulsos do Pará. Cx. 3, D.274). Ora, não podemos esquecer, a expansão da fronteira, seguiu também uma lógica de interesses dos próprios indivíduos, não somente conectada ao desejo de ascensão na hierarquia social, visualizado em títulos e cargos, mas também no que o sertão poderia fornecer de rentável.

O espaço do Baixo Amazonas era alvo de profundo interesse dos diversos agentes em busca de favorecimento, por conter as drogas do sertão e a mão-de-obra indígena. Nesses termos, Wania Viana enfatiza “que na experiência colonial, as práticas defensivas atrelaram-se também a estratégias de enriquecimento que se vinculavam à exploração dos recursos que as conquistas poderiam oferecer” (2019, p.310). As estratégias de inserção da parte dos particulares eram múltiplas.

Nesse contexto, ao solicitar o comando das obras, Francisco da Mota já colocara seu filho à disposição para o cumprimento do mesmo serviço, conforme consta em alvará: “(..) e a mesma mercê se cumprirá com seu filho Manoel da Mota de Siqueira no caso de falecimento de Francisco da Mota Falcão” (ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.376v). De fato, em 1688, com o falecimento de Francisco da Mota (AHU, Avulsos do Pará. Cx. 3, doc.269), mesmo com alguns entraves, Manoel da Mota, deu seguimento as obras, ocupando o posto



e como seu pai, realizou solicitações, quanto ao posto vitalício na fortaleza do Tapajós e ao título de fidalgo (ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243).

Em 1723, já como capitão da referida fortaleza, Manoel da Mota foi citado em uma carta de doação de sesmaria. A terra solicitada por Caetano José de Castelo que mencionava ser casado com a filha do “governador” da fortaleza do Tapajós, Manoel da Mota. Conforme lembra Vidal (2019) as sesmarias foram instrumentos utilizados para incentivar a produção e consolidar a ocupação, pela condição ao cultivo da terra. Caetano de Castelo, alegava a necessidade de obtê-la, pois não possuía terras para fazer lavouras de cacau (Arquivo Público do Estado do Pará, Carta de Sesmaria. Livro: 01, documento: 11, folha: 11 v). Por ser um homem que ocupava um posto militar importante, concedido pela Coroa portuguesa, Manoel da Mota é citado possivelmente pela influência que exercia, fator que poderia facilitar na dita concessão da terra, ao ser enfatizado um suposto parentesco. A documentação sugere, portanto, que a família Mota estava envolvida no sertão em múltiplas dinâmicas, na administração da fortaleza do Tapajós, posto vitalício e hereditário, a exploração do cravo e lavoura de cacau para o que requerem sesmarias.

Em 1716, em alvará, Manoel da Mota, diz estar com as obras das fortificações finalizadas e por satisfazer as condições “com qual haviam dado ao seu pai a mercê do governo”, solicitava o despacho do posto o qual ocupava, além de requerer o foro de fidalgo, também solicitado por seu pai, obtendo aprovação em abril de 1717 (ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243).

Em seus estudos sobre os discursos de nobrezas produzidos durante o Antigo Regime, em Pernambuco, Daniela Pereira Bonfim destaca que muitas solicitações de títulos de nobreza acompanhavam feitos e serviços prestados ao rei por familiares (2007), o que era uma forma de facilitar a concessão do título. Ao que parece esta foi a estratégia usada no caso da família Mota, em que buscava-se estabelecer a renovação de



acordos com à Coroa, reforçando a permanência no posto, a partir da importância de qualidades, valores e serviços dos antepassados.

Conforme destaca Carlos Mathias (2005, p.8) “há de se notar, esse era o melhor argumento na reivindicação do direito à herança dos privilégios dispensados aos parentes e ascendentes”. A documentação não traz quando Manoel da Mota deixou o posto de governador da fortificação do Tapajós. Segundo Arthur Reis (1979), apenas em 1737, pediu sua baixa na administração da praça do Tapajós. Ao alegar seus serviços, pediu ao governador que o seu substituto fosse seu filho, João da Mota Siqueira, sendo satisfeita sua vontade. Ou seja, um domínio no sertão que se pretendia estender por três gerações.

Não se tem indícios da atuação de João da Mota Siqueira em serviços para a Coroa e nem se chegou de fato, a assumir o posto em questão. Mas, mesmo que de fato não viesse a ocupar o cargo, a ação de seu pai e avô, demonstra o interesse em continuar exercendo influência naquele sertão, através da permanência de uma linhagem, característica comum ao funcionamento do sistema de Antigo Regime. Rafael Ale (2013) pontua que quando decidiam permanecer na colônia, além do recebimento de mercês, procuravam legar aos seus sucessores os mesmos privilégios. Por ser fornecido de forma vitalícia, a família Mota permaneceu no comando da fortificação do Tapajós por mais de 50 anos.

A partir da ocupação do posto na fortificação do Tapajós, notam-se as formas de acesso da família Mota as diversas mercês e negócios que eram possíveis, graças a expansão para o sertão. As solicitações de títulos de foro de fidalgo, sesmarias, e o interesse e preenchimento de postos por um longo período, evidenciam práticas atreladas ao benefício familiar e pessoal de indivíduos que eram peças importantes para a Coroa portuguesa no avanço de fronteira para esses espaços. Esse aproveitamento de políticas criadas pela Coroa é um fator que ganha ênfase na dinâmica do sertão. Vejamos outros casos verificados no posto de Pauxis.



## AÇÃO DE MILITARES EM ÓBIDOS: MERCÊS, ABUSOS E VIOLÊNCIA

Nos editais para a escolha de militares para ocupar os postos de capitães de fortaleza a Coroa parecia priorizar sujeitos que possuíam experiência ao lidar com as dinâmicas do sertão, a Coroa portuguesa, por meio de editais, selecionava indivíduos para a ocupação de postos militares. As diversas atividades desenvolvidas pelos candidatos eram relatadas nas folhas de serviços prestados, com o objetivo de auxiliar na concessão e nomeação do posto concorrido, como foi o caso de Manoel Maciel Parente, contemplado ao posto de Pauxis, por meio do edital de 1737 (*AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844*).

Manoel Parente, apresentava uma extensa lista de serviços realizados para a Coroa. Dentre eles, serviu em praça de infantaria da capitania por mais de 24 anos, sendo voluntário em cabo de esquadra, ajudante de granadeiros, capitão no presídio de Santa Ana do Macapá e também capitão da fortaleza do Rio Negro. Em 1711, trabalhou nos preparos da fortaleza do Rio Negro, fazendo “faxinas, reparos, plataformas, redutos, fortins” e “carregando terras e matos para aquela obra”. No ano posterior, foi sargento de uma companhia na qual atuou contra os castelhanos que destruíram aldeias portuguesas e aprisionaram soldados da fortaleza do Rio Negro, restaurando novamente as missões e aldeias e prendendo alguns castelhanos (*AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844*).

Diferentes dos outros candidatos, além de atuar contra os inimigos franceses, Manoel Parente menciona as diversas guerras nas quais esteve envolvido, contra grupos indígenas. Em 1717, foi sargento na guerra que se fez aos indígenas Araguamas e [Iaravaris] e outras nações por insultos que tinham cometido, e fez “presas grandiosas, se portando com grande vontade em todo o trabalho, tendo o encargo de uma das canoas de infantaria, munições, e mantimentos de boa conta sem faltar ao bom trato dos soldados, índios e sentinelas.” (*AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844*). Em 1721, foi a aldeia Aricuru apreender índios que se revol-





taram contra os missionários, se portando com ânimo na dita tarefa. (AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844).

A partir da variedade de serviços prestados, listados acima, em 1740, por meio de requerimento, Manoel Maciel Parente solicitava a certidão de exercício do posto de capitão da fortificação do Pauxis (AHU, Avulsos Pará. Cx. 23, D. 2189). Ao que parece por sua vasta experiência no trato dos indígenas e pelo maior tempo de serviço foi agraciado com o posto que desejava no sertão. No entanto, em 1744, durante o período de ocupação do posto, Manoel Parente cometeu diversos delitos e por isso, o governador do Estado do Maranhão, João de Abreu de Castelo Branco, solicitava a efetuação de sua prisão. Dentre esses delitos, prioriza-se neste texto, os conflitos gerados a partir da utilização da mão de obra indígena. O dito capitão, deveria cuidar da conservação dos índios na fortaleza do Pauxis, e destinados aos seus serviços, deveriam ser pagos os seus salários (AHU. Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571).

Nesse sentido, a utilização da mão de obra indígena nas tarefas relacionadas a conquista colonial, é destacada por Chambouleyron, Melo e Bombardi (2009, p. 21). O acesso a essa mão de obra, era realizado por meio de descimentos. “Os índios livres descidos garantiam os interesses de todos os grupos coloniais lusos. Os descimentos abasteciam de índios os aldeamentos, de onde eram repartidos pelos moradores, para que realizassem serviços reais (...)”, como é o caso dos desempenhados na fortaleza do Paúxis.

Mas, o trato dos indígenas por Manoel Parente, era de “tanta crueldade e aspereza” que não só não pagava o serviço que realizavam, como também os mantinha “quase sempre ocupados, motivo pelo qual “todos estão armando contra ele”, além de entregá-los a outros “particulares para se aproveitarem do seu trabalho a todo tempo que queriam”, sem conceder o tempo necessário para trabalharem nas “suas roças e buscarem meios de seu sustento”, sendo obrigados a ficarem na aldeia e quando não faziam tudo que ele queria “mandava surrar e meter em troncos os índios” (AHU. Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571).



Nesse contexto, cabe ressaltar, que a violência se constituiu como um dos recursos fundamentais da Coroa portuguesa, na realização dos descimentos e na própria manutenção dos índios nas aldeias, influenciando consideravelmente nas dinâmicas criadas no sertão. Embora existisse forma de separação entre índios aliados e índios inimigos, uma “legislação instituída pela própria Coroa, a política em relação aos índios parecia adaptar-se às circunstâncias concretas, mais do que a princípios gerais” (CHAMBOULEYRON; MELO; BOMBARDI, 2009, p.116). Fernanda Bombardi (2014) destaca, que os descimentos se transformavam facilmente em cativeiro ilegal, o que é visível no caso de Manoel Parente que ao ter sob sua responsabilidade os índios, possivelmente aliados, se excedia por meio do posto que exercia, utilizando de violência para obrigá-los a trabalharem mais do que deveriam.

Por ter o controle daquele sertão, Manoel Parente também consentia a passagem de canoas com índios amarrados do sertão, contra as ordens estipuladas. Ao passar a “maior parte do ano em um sítio”, “dava bilhetes e licenças as canoas que passavam” sem fazer o registro na fortaleza, a qual “deixava em poder dos soldados”. Os soldados eram advertidos com ameaças de morte, caso não cumprissem com suas ordens (AHU, Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571). Um caso exemplar, da concessão de licenças, é o da canoa do capitão-mor do Gurupá José de Sousa Meneses e seu cabo José Muniz de Melo, que desceram mais de 90 índios amarrados contra as ordens da Coroa, e trataram rapidamente de vender todos (AHU, Avulsos Pará. Cx.27, D.2588).

Essa permissão ilegal concedida para o acesso ao gentio é um exemplo claro das relações estabelecidas entre esses particulares que permitia a criação de uma dinâmica própria ao espaço, movida não apenas por interesses metropolitanos, mas também por uma lógica de ganho pessoal, projetada a partir dos benefícios do posto ocupado. Nesse contexto, Joel Dias, enfatiza que “abusos na repartição dos índios, cativeiros ilegais, tropas de resgates clandestinas, desobediência às leis de Sua Majestade e à própria legislação indígena, interferência na ad-



ministração temporal e insultos aos missionários”. Eram práticas que “constituíam a rotina no cotidiano desses sujeitos”. (2016, p.90)

O caso de Inácio Leal de Moraes, capitão da fortaleza de Paúxis, antes de Manoel Maciel Parente, é mais um exemplo nesse sentido. Em 1728, o capitão Inácio de Moraes, solicitava ser ouvido contra as acusações feitas pelo governador do Estado, João Maia da Gama. Dentre elas, pesava o trato que dispensava aos indígenas e missionários. Ao querer “se fazer senhor absoluto da aldeia e do sertão”, obrigava os índios não só da aldeia da fortificação, mas também das aldeias circunvizinhas, a servirem nas suas roças, contra as leis da Coroa e desprezo dos missionários. Incentivava o gentio a deixar as missões, como ocorreu em 1726 e por isso, as aldeias ficaram desertas. Além disso, realizava descimentos ilegais, fazendo os índios de escravos, vendendo “cento e tantas pessoas que com dispêndio dos missionários foram de sertão descidas” (AHU, Avulsos Pará. Cx. 11, D. 963).

No mesmo ano, por não ser aceita sua solicitação de soldados para o descimento de indígenas, Inácio de Moraes “mandou arrancar as portas das casas dos missionários, as portas da igreja e tirar o sino” alegando que queria para aquela “aldeia outro clérigo do seu agrado”. Manuel de Marvão enfatizava ainda que os delitos resultavam em “ofensas e violação das leis reais”. Inácio de Moraes, aproveitava do posto que possuía para ter acesso a mão-de-obra indígena sob o pretexto dos serviços serem para V.M., mas que na verdade era para seu interesse próprio (AHU, Avulsos Pará. Cx. 9, D. 832).

Devido a essas acusações, Inácio de Moraes, se encontrava foragido, sem a devida licença do posto que exercia. Entretanto, permaneceu como capitão da fortificação de Paúxis e em 1730, foi absolvido da “culpa que lhe imputavam” pelo ouvidor-geral da capitania, Francisco de Andrade Ribeiro (AHU, Avulsos Pará. Cx. 12, D. 1106).

Os particulares e miliatres utilizavam suas experiências e postos para ter acesso ao que o sertão poderia fornecer. Nesse caso, a mão de obra indígena sempre foi motivo de conflitos que se desenrolavam no



sertão, principalmente entre militares, religiosos, Coroa e colonos, por conta dos distintos interesses envolvidos, já que a sua utilização era indispensável nas atividades da Amazônia (JUNIOR, 2012).

Outro capitão da fortaleza de Paúxis foi Gonçalo Gomes. A documentação não é clara a respeito do meio pelo qual conseguiu ocupar o posto, embora em 1746, o secretário da Junta dos três Estados, mencionasse o provimento do capitão pelo período de três anos (AHU, Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2744). Sabe-se também, através de um requerimento que Gonçalo Gomes exerceu o posto de sargento mor da vila de Vigia, em 1740, antes de ser o capitão da fortaleza de Paúxis (AHU, Avulsos Pará. Cx. 23, D. 2164).

Entretanto, é em 1745, que Gomes aparece exercendo o dito posto, ao requerer a concessão de 80 casais de índios das aldeias circunvizinhas para trabalharem na reforma da fortificação, sendo sua a responsabilidade do pagamento. O cabedal necessário nas obras da fortificação totalizaria mais de “3 mil cruzados”, e por isso, junto ao pedido da mão de obra, o capitão incluía um pedido de mercê ao rei de “o conservar na dita fortaleza com o mesmo posto de capitão dela durante a sua vida” (AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2616).

Ora, o pedido feito estava de acordo com as bases que o Antigo Regime estabeleceu na colônia. Pontuado nos estudos de Maria Fernanda Bicalho, “o imperativo do dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas”, baseada na retribuição de serviços prestados, doação de mercês em forma de posses, títulos e cargos, status e honra (2005, p.23).

Ocupado por diferentes sujeitos, o posto de capitão da fortaleza do Paúxis, foi utilizado como forma de acesso ao sertão, principalmente no que tange a mão de obra indígena. Contemplados com os postos, a partir do projeto colonial, os capitães aparecem em boa parte, vinculados a exploração do trabalho indígena, até mesmo quando a Coroa não permitia obrigando os nativos a trabalharem em serviços particulares, ao praticarem abusos e violências a partir do posto.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo da importância desses postos militares, muitos sujeitos desejavam ocupá-los, ao demonstrarem experiência com os aspectos que permeavam o sertão. Entrelaçados às práticas do sistema de Antigo Regime e com o desejo de ascensão na hierarquia social, sabiam que o trabalho na conquista poderia resultar em mercês e a partir disso, solicitavam títulos, acesso a mão de obra indígena e posses de terra, visualizado nos casos acima analisados. Quanto mais postos e serviços prestados, maiores as recompensas que poderiam ser fornecidas.

Por obterem vivência nesses espaços, os particulares e militares acima mencionados, tinham acesso as principais rotas do sertão que desencadeavam nos diversos recursos de fornecimento do império. Nesse sentido, a expansão da fronteira também seguiu uma lógica de interesses próprios, não somente visualizada nas mercês, mas na rentabilidade do sertão, o que, por vezes, afetava o andamento do projeto colonial.

Por possuírem certa autonomia, acabavam se intitulando como os únicos responsáveis pelo sertão e por isso, cometiam abusos, como os conflitos gerados com missionários em torno da jurisdição da mão-de-obra indígena, pois muitos deles não aceitavam a interferência missionária, desobedecendo as ordens impostas, tendo comportamentos que se desviavam das ordens da Coroa, desencadeando uma dinâmica própria ao funcionamento do sertão. Ademais, esses sujeitos também buscavam outras formas de rentabilidade, vinculado ao acesso a terras e as drogas do sertão.

## FONTES

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.376v. 1684.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51.



*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243. 1717.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro P, liv. 1, número de ordem 37, f.376v.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243.

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Iterpa. Carta de Sesmaria. Livro: 01, documento: 11, folha: 11 v. 21 de Outubro de 1723.

AVISO do secretário da Junta dos Três Estados, Domingos Ferreira de Abreu para o secretário do Conselho Ultramarino, Manuel Caetano Lopes de Lavre. 14 de novembro de 1746. AHU, Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2744.

CARTA do comissário das Missões, fr. Manuel de Marvão, para o rei D. João V. 05 de setembro de 1726. AHU, Avulsos Pará. Cx. 9, D. 832.

CARTA do ex- Capitão - General do Estado Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Gomes Freire de Andrade, para o rei D. Pedro II. 7 de outubro de 1688. AHU, Pará. Cx. 3, D.274.

CARTA do governador Arthur e Sá de Meneses para o rei D. Pedro II. 12 de março de 1688. AHU, Avulsos Pará. Cx.3, D.269.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 02 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V. 29 de Novembro de 1743. AHU, Avulsos Pará. Cx. 26, D. 2480.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. 15 de maio de 1730. AHU, Avulsos Pará. Cx. 12, D. 1106.

CARTA do ouvidor-geral da capitania do Pará, Timóteo Pinto de Carvalho, para o rei D. João V. 07 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx.27, D.2588.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. 15 de novembro de 1685. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx.6, D.731.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 06 de maio de 1737. AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 27 de julho de 1748. AHU, Avulsos Pará, caixa 30. D. 2880.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei, D. Pedro II. 7 de fevereiro de 1697. AHU, Avulsos Pará. Cx. 4, D. 337.



PARECER do Conselho Ultramarino para o rei D. João V.27 de julho de 1748. AHU, Avulsos Pará Cx. 30, D. 2881.

REQUERIMENTO de Gonçalo Gomes para o rei D. João V. 18 de março de 1740. AHU, Avulsos Pará. Cx. 23, D. 2164.

REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza do Paúxis, no rio das Amazonas, Gonçalo Gomes, para o rei D. João V. 9 de junho de 1745. AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2616.

REQUERIMENTO do capitão da fortaleza dos Paúxis da capitania do Pará, Inácio Leal de Moraes, para o rei D. João V. 17 de março de 1728. AHU, Avulsos Pará. Cx. 11, D. 963.

REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza dos Paúxis, Manuel Maciel Parente para o rei D. João V. 11 de agosto de 1740. AHU. Avulsos Pará. Cx. 23 D. 2189.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Mauro Vianna. **Soldados, Comerciantes, Colonos e Índios: A disputa europeia pela Foz do Amazonas**. Editora Estudos Amazônicos. 1º ed. Pará. 2016.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime**. *Almanack Brasiliense* n° 02, p.21-34, novembro de 2005.

BOMBARDI, Fernanda Aires. **“Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)”**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BONFIM, Daniela Pereira. **Em busca da distinção inquestionável – discursos e justificação de nobreza (Pernambuco: 1761-1807)**. XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília, 1º ed. p. 1- 17. 2007.

CARDOSO, Alírio. **A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n° 61, p.317-338, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO Vanice Siqueira de; BOMBARDI, Fernanda Aires. **O “estrondo das armas”: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII)**. *Projeto História*, São Paulo, n.39, pp. 115-137, jul/dez. 2009.

DIAS, Joel Santos. **“Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira**



**metade do século XVIII**”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - UFPA*. Belém, 2008.

JUNIOR, José Alves de Souza. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed.ufpa, 2012.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. “**Estando na real lembrança de El-Rei: a utilização dos feitos na revolta de 1720 na busca por mercês e privilégios**”. *Anais do I Colóquio do LAHES*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 13 a 16 de junho, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime**. *Análise Social*, vol. XXXII (2º), nº141, p. 335-368, 1997.

REIS, Arthur César Ferreira. **História de Óbidos**. Civilização Brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico. Civilização brasileira/Mec**. 2º ed. 1979.

ROCHA, Rafael ale. **A elite militar no Estado do Maranhão: Poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)**. Tese de doutorado em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 2013.

VIANA, Wania Alexandrino. **Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.





# SECA, FOME E REVOLUÇÃO: O INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO NAS PÁGINAS DO THE NEW YORK TIMES EM TEMPOS DE GUERRA FRIA

 João Gilberto Neves Saraiva<sup>1</sup>

Marxistas Estão Organizando Camponeses no Brasil. Liga de Esquerda Mira Exército Político com a Força de 40 Milhões. (NYT, 1 nov. 1960, p. 3)<sup>2</sup>.

A manchete ocupou boa parte do cabeçalho da capa do jornal *The New York Times*. Uma série bombástica de matérias especiais sobre o Nordeste brasileiro que, segundo a publicação, estava à beira de uma revolução comunista, como a que tinha ocorrido em Cuba no ano anterior. A perspectiva era a de uma infiltração vermelha no Brasil profundo. Os violeiros foram apresentados como “jornais humanos” de uma massa iletrada e pobre no interior, que antes cantavam sobre o amor e ódio e agora tratavam da opressão do povo, latifundiários e outros temas políticos. Entre seus versos, esses “trovadores ambulantes” compunham odes a Fidel Castro e Mao Tsé-Tung enquanto funcionários do governo brasileiro alertavam que se os Estados Unidos não fizessem algo, ali se instalaria uma nova Cuba. Para o diário nova-iorquino, um problema muito maior do que a ilha caribenha, uma vez que se marxistas esta-

<sup>1</sup> Professor de História na Rede Municipal de Parnamirim-RN. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> “Marxists Are Organizing Peasants in Brazil. Leftist League Aims a Political Army 40 Million Strong”.



vam se tornando influentes no populoso e seco Nordeste brasileiro, era o sinal que o espectro do comunismo rondava toda a América Latina.<sup>3</sup>

A uma semana das eleições presidenciais, do fim de uma acirrada disputada eleitoral entre o democrata John F. Kennedy e o republicano Richard Nixon, os extensos textos e fotografias sobre a miséria e organização dos trabalhadores rurais de Pernambuco nas Ligas Camponesas ocuparam a capa e primeiras páginas do *NYT* em 31 outubro e 1 de novembro. As reportagens causaram alarde na opinião pública, corpo burocrático e político estadunidense. Elas ingressaram nos últimos discursos de campanha do jovem senador democrata e futuro presidente, John F. Kennedy, como munição no seu ataque à política externa do Partido Republicano.

A representação do Nordeste brasileiro como um espaço de seca, miséria e revolta é um tema amplamente conhecido e estudado no país, a exemplo do trabalho seminal de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009). No entanto, fora das fronteiras nacionais, a geografia imaginativa do Nordeste – para usar os termos de Edward Said (2007, p. 94) – assume outros contornos vinculados a contextos socioculturais e políticos diversos. No caso dos Estados Unidos, o Nordeste foi lido na primeira metade do século XX a partir de lentes variadas, desde as discussões sobre fronteira – tema tão caro a identidade estadunidense – até aproximações com a interpretação de Gilberto Freyre sobre o Nordeste colonial, passando por questões de urbanização e geoestratégia militar e aeroespacial<sup>4</sup>.

A primeira vez que o Nordeste foi tema das manchetes do *The New York Times* foi durante a Intentona Comunista de 1935. Os leitores da publicação tomaram contato com textos e imagens que delineavam

---

<sup>3</sup> Este texto utiliza fontes e parte dos resultados de pesquisas anteriores sobre imprensa estadunidense, relações internacionais e América Latina entre os anos 1930 e 1960. Ver Saraiva (2015 e 2019).

<sup>4</sup> Para um aprofundamento nas visões do Nordeste brasileiro produzidas e consumidas nos Estados Unidos, ver Saraiva (2015).



uma região insurgente e urbana, com capitais conectadas aos modernos sistemas de comunicação e transporte. Perspectiva semelhante nas décadas seguintes quando a região foi abordada em artigos e propagandas do turismo internacional. Um Nordeste de modernos hotéis e aeroportos – capazes de receber aviões de última geração dos Estados Unidos. Além disso, desde os anos 1930 a região foi representada em mapas, fotografias e textos como um recorte espacial estratégico de conexão aérea e marítima entre continentes, bem como de atuação e observação aeroespacial. Elementos como a seca e a pobreza, foram mobilizados para evidenciar a atuação governamental brasileira – especialmente durante o Estado Novo – e estadunidense de transformação do espaço a partir da aplicação de técnicas e tecnologias modernas de transformação da terra e gestão de populações. Nesse sentido, a geografia imaginativa do Nordeste que circulou pelos Estados Unidos até metade do século XX não era estanque ou idêntica a produzida no Brasil.

O Nordeste não era um grande tema para a imprensa estadunidense pelo menos desde o fim da Segunda Guerra, apesar que desde os anos 1940 haviam matérias examinando brevemente temáticas como a seca, fome e migração em direção ao Sudeste. Só que na virada para os 1960, a região passou a ser entendida como um espaço-chave para a política externa dos Estados Unidos a partir do momento em que ela foi conectada na disputa da Guerra Fria nas páginas do NYT.

O peso das matérias especiais assinadas pelo correspondente Tad Szulc<sup>5</sup>, foi sublinhado por diversos trabalhos ao longo das últimas cinco décadas. Ainda em meados da década de 1960, o embaixador dos

---

<sup>5</sup> As primeiras foram publicadas em 31 de outubro e 1 de novembro de 1960. Elas foram seguidas por uma grande quantidade de matérias no próprio NYT e em outros veículos de imprensa escritos, radiofônicos e televisivos ao longo da primeira metade dos anos 1960. Tad Szulc foi correspondente itinerante do NYT na América Latina entre 1955 e 1961, depois assumiu a editoria sobre a região nas redações da publicação nos Estados Unidos. É famoso, entre outras matérias, por ter descortinado a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, no início de 1961, antes dela ocorrer. Sobre Szulc, ver Saraiva (2019, p. 37).



Estados Unidos no Brasil – Lincoln Gordon (2002, p. 161) – salientou o alarde que causaram na opinião pública estadunidense as matérias em que o Nordeste apareceu como um campo fértil para uma revolução comunista. Alguns anos depois, Joseph Page (1972, p. 28) também pontuou o mesmo em sua avaliação dos fracassos da política externa estadunidense. Direção semelhante à de Ruth Leacock (1990, p. 14) em sua análise das relações Estados Unidos-Brasil, ela destacou o peso dos textos e imagens das matérias sobre o Nordeste para as políticas do então candidato à presidência John F. Kennedy. Já Henrique Alonso Pereira (2005, p. 287), em sua pesquisa sobre a Aliança para o Progresso, enfatizou a atuação de Szulc na introdução da América Latina como uma das prioridades da política externa do país. Cecília Azevedo (2007, p. 169) também destacou isso ao analisar relevância das reportagens de Tad Szulc sobre a região na formulação dos Corpos da Paz, outro programa iniciado em 1961. Analisando as mudanças na política do pós-Guerra, James Green (2009, p. 55) também ressaltou a importância dos escritos do correspondente sobre o tema.

Em tempos de acirramento da Guerra Fria – Pacto de Varsóvia, corrida espacial, Revolução Cubana, etc.<sup>6</sup> – Tad Szulc tocou com maestria as cordas do *Red Scare* e causou alarde na opinião pública, intelectuais e burocratas estadunidense ao apresentar o espraiamento do comunismo em um superpopuloso e seco bolsão de pobreza do maior país da América Latina. Em matéria de capa do *NYT*, o jornalista informou os leitores que: “os resultados de uma situação revolucionária é cada vez mais aparente em toda a vastidão do Nordeste brasileiro assolado pela pobreza e pela seca” (*NYT*, 31 out. 1960, p. 1)<sup>7</sup>. Um lugar de pessoas famintas e doentes, que mal chegam aos 30 anos de idade e no qual “o primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, e Mao Tsé-Tung, secretário

<sup>6</sup> Sobre o cenário da Guerra Fria no contexto latino-americano, ver Grandin (2011).

<sup>7</sup> “The makings of a revolutionary situation increasingly apparent across the vastness of the poverty-stricken and drought-plagued Brazilian Northeast”.



do Partido Comunista Chinês, são apresentados como heróis a serem imitados pelos camponeses, trabalhadores e estudantes”<sup>8</sup>. A imagem apresentada foi de uma revolução iminente no Brasil com populações humildes das zonas rurais e urbanas seguindo os passos de um panteão comunista.

O responsável por essa situação, conforme os artigos, era um movimento de trabalhadores rurais e seu líder, Francisco Julião<sup>9</sup>. Nas palavras do correspondente: “a miséria é explorada pelas crescentes influências esquerdistas nas cidades superlotadas. As Ligas Camponesas infiltradas pelo comunismo, organizando e doutrinando, tornaram-se um importante fator político nessa área”<sup>10</sup>. Para Szulc, as sementes vermelhas cresciam no propício solo seco da pobreza nordestina.

A partir da fala de funcionário da prefeitura de Recife não nominado, ele referendou uma conclusão inflamada: “o Nordeste se tornará comunista e vocês terão uma situação dez vezes pior do que em Cuba – se algo não for feito”<sup>11</sup>. Um prognóstico, ainda segundo Tad Szulc, corroborado por burocratas, políticos e sociólogos locais de que “a menos que alguma coisa seja feita rapidamente para o Nordeste em termos de uma mudança fundamental em sua estrutura econômica e social, um surto revolucionário de grandes dimensões pode ser inevitável em pou-

<sup>8</sup> “Cuba’s Premier, Fidel Castro, and Mao Tse-Tung, Communist China’s party chairman, are being presented as heroes to be imitated by Northeast’s peasants, workers and students”.

<sup>9</sup> As Ligas Camponesas foram associações de camponeses criadas no interior de Pernambuco em 1955 e que se espalharam pelo Brasil e foram muito influentes até o Golpe Civil-Militar. Sua principal liderança, Francisco Julião, tornou-se deputado estadual e federal PSB e viajou a Cuba e a China, terminou cassado e preso pelos militares em 1964. Sobre a atuação de Julião e das Ligas Camponesas nessa conjuntura, ver Joseph Page (1972) e Vilma Keller (2009).

<sup>10</sup> “The misery is exploited by the rising Leftist influences in the overcrowded cities. The Communist-infiltrated Peasant Leagues, organizing and indoctrinating, have become an important political factor in this area”.

<sup>11</sup> “The Northeast will go Communist and you will have a situation ten times worse than in Cuba – if something is not done”.



cos anos”<sup>12</sup>. Um dos elementos-chave desses artigos é que a saída para essa situação explosiva na América Latina passava pela atuação dos Estados Unidos. Outro é que a pobreza, o analfabetismo, o desemprego – entre outras questões de uma situação econômica e social deteriorada – eram perigosos porque compunham o fermento para ascensão de revoluções como a ocorrida em Cuba no ano anterior.

Uma leitura a contrapelo dos artigos de Tad Szulc sobre as Ligas Camponesas evidenciam que eles apresentavam uma série de estereótipos e interpretações equivocadas. Ao sabor da Guerra Fria, apresentaram a organização de trabalhadores rurais como uma célula castrista em amplo crescimento, quando este movimento objetivava, desde meados dos anos 1950, finalidades assistenciais, como serviço funerário e assistência jurídica nas lutas por terra contra fazendeiros<sup>13</sup>. O jornalista não esclareceu também os leitores que o epíteto de comunista para a Liga Camponesa derivava das acusações de latifundiários e autoridades administrativas do Nordeste brasileiro que lutavam contra elas. No geral, o tom do vermelho do quadro apocalíptico pintado por Szulc era demasiadamente mais encarnado que a realidade, todavia, foi muito útil politicamente.

O *The New York Times* lançou essas matérias a uma semana das eleições presidenciais dos Estados Unidos – que ocorreram em 8 novembro de 1960. A visão de uma nova e mais perigosa Cuba chocou os leitores e mundo político estadunidense e foi utilizada como munição pelo candidato John F. Kennedy, em seus últimos discursos de campanha<sup>14</sup>. Depois de vencer o pleito e assumir o mandato, ele transformou

<sup>12</sup> “Unless something is done quickly for the Northeast and in the terms of a basic change in its economic and social structure, a revolutionary outbreak of major dimensions may be inevitable with few years”.

<sup>13</sup> Sobre as Ligas Camponesas e movimento de trabalhadores rurais brasileiros, ver Montenegro (2003, p. 241).

<sup>14</sup> Kennedy referenciou os textos de Szulc no seu discurso de campanha de 2 de novembro, em São Francisco, e dois dias depois em Chicago. Ver NYT (3 nov. 1960, p. 32; 5 nov. 1960, p. 14).



o Nordeste brasileiro em uma área central de atuação de um dos seus mais importantes programas, a Aliança para o Progresso<sup>15</sup>. É relevante perceber os textos produzidos por Tad Szulc inseridos em um campo de entrecruzamento entre poder político e midiático dos Estados Unidos.

Alguns dias antes dos artigos sobre o Nordeste serem impressos, o *NYT* lançou seu endosso ao candidato democrata<sup>16</sup>. Como justificativa, a publicação pontuou que “duas considerações tiveram um peso especial na determinação do nosso julgamento. Uma delas é uma questão de política externa. A outra é uma questão de assegurar uma direção unificada dos assuntos da nação em um momento difícil da história” (*NYT*, 27 out. 1960, p. 36)<sup>17</sup>. O jornal defendeu uma política externa de forte combate ao comunismo via “uma ajuda mais efetiva a nações subdesenvolvidas”<sup>18</sup>. As matérias sobre uma região brasileira à beira de uma revolução comunista amplificaram o poder desse argumento, ou para ser mais preciso, criaram um poderoso fato jornalístico aplicando as posições de política externa que o diário valorizava na campanha democrata. Nesse mesmo mês, em 18 de outubro, o seu candidato já havia apresentado seu programa de política externa para a América Latina, defendendo a promoção da democracia e o desenvolvimento econômico como armas eficazes no combate da Guerra Fria<sup>19</sup>. Julgar mera casua-

<sup>15</sup> Sobre a atuação do programa no Nordeste brasileiro, consultar Henrique Alonso Pereira (2005, p. 287).

<sup>16</sup> Desde 1860, o *NYT* segue a tradição estadunidense de escolha entre os projetos dos candidatos presidenciais e a produção de um texto justificando esse apoio. Ver <<https://www.nytimes.com/interactive/2016/09/23/opinion/pr-esidential-endorsement-timeline.html>> Acesso em 20 jan. 2020.

<sup>17</sup> “Two considerations have carried special weight in determining our judgment. One these is a matter of foreign policy. The other is a question of assuring a unified direction of the nation’s affairs at a difficult moment of history”.

<sup>18</sup> Além disso, o controle do Partido Democrata sobre Câmara dos Representantes e Senado estadunidense, o que garantiria uma unidade de projeto com o chefe do poder executivo. “More effective aid to the under-developed nations”.

<sup>19</sup> Em discurso que lançou os 12 pontos de sua futura política externa para a região. Disponível em <<https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKSEN/0913/JFKSEN-0913-041>> Acesso em 26 nov. 2019.



lidade entre o apoio oficial do *NYT* a Kennedy, as matérias bombásticas sobre o Nordeste e seu uso em discursos de campanha a uma semana do pleito seria inocente. O *NYT* e a milionária campanha dos democratas tinham nas suas listas de apoiadores muitos nomes em comum<sup>20</sup>. Indo além dos vínculos políticos e econômicos, o veículo de informação e a campanha John F. Kennedy estavam afinados em um projeto liberal de política externa sedimentado sobre a perspectiva da modernização.

O quadro de um barril de pólvora latino-americano prestes a explodir se valia de uma dose considerável de determinismo socioeconômico e desprezo por aspectos culturais e políticos nacionais e regionais. Uma leitura fatalista em que a miséria é o nascedouro do caos revolucionário e a expansão do capitalismo o agente histórico capaz de conduzir uma evolução em etapas até a sociedade liberal dos Estados Unidos. Nesse sentido, apontava para a replicação do modelo estadunidense – considerado apogeu material e moral da civilização ocidental – via penetração tecnológica, comercial e política. Um viés repleto de contradições e amplamente criticado desde o final da década de 1960 ante o não cumprimento da promessa de um salto para frente em países latino-americanos, africanos e asiáticos com as iniciativas modernizadoras<sup>21</sup>.

Essa equação entre crescimento populacional e ausência de recursos materiais como raízes revolucionárias tornou-se relevante para as discussões econômicas e demográficas no xadrez da Guerra Fria. O moderno discurso científico e altas somas de recursos financeiros, humanos e tecnológicos foram destinados para essa problematização da pobreza no mundo. Um esforço envolvendo universidades, forças armadas, Estado, política externa e órgãos multilaterais como a ONU<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> Os vínculos entre o diário liberal nova-iorquino e as campanhas presidenciais democratas é duradouro, já são 16 eleições seguidas apoiando os presidenciáveis do partido. Desde os anos 1910 a publicação só endossou três candidatos republicanos.

<sup>21</sup> Sobre a temática, consultar Gilbert Joseph (2005, p. 100).

<sup>22</sup> Para um exame histórico dessa mobilização científica em torno da “problematização da pobreza” no pós-Guerra, consultar Arturo Escobar (1995, p. 21).





O diagnóstico do NYT sobre o Nordeste estava afinado com outros liberais defensores do que Michael Latham (2000, p. 5) denominou de ideologia da modernização. Um conjunto de concepções que percebe os Estados Unidos, como farol moral, econômico e político do planeta e agente que é capaz de transformar um mundo considerado materialmente e culturalmente deficiente. O que foi encarado nos anos 1950 e 1960 por acadêmicos, burocratas, políticos e outros intelectuais como uma missão urgente dada a disputa bipolar sob a pressão da descolonização e a busca pelo desenvolvimento na Ásia, África e América Latina.

Os elos entre as posições do NYT e as posições que guiaram a política externa do governo Kennedy para a América Latina – em formação enquanto o seu jornalista escrevia sobre o Nordeste brasileiro – foram relevantes. Os escritos de Szulc se aproximaram das proposições de figuras relevantes como Adolf A. Berle Jr., um dos principais especialistas envolvidos na formulação de iniciativas para a região da campanha democrata. Para Berle Jr., “o único propósito americano justificável é trazer o nível de vida e bem-estar social na América Latina o mais próximo possível dos Estados Unidos e o mais rápido possível”. Uma vez que “a maioria dos latino-americanos está certa que, adequadamente manipulada, a revolução do século XX pode proporcionar liberdade e bem-estar social”<sup>23</sup>. Tanto o jornalista quanto o assessor especial preconizaram um protagonismo estadunidense na promoção de transformações estruturais na região. Consonantes, apontaram que isso era necessário para que o caldo fervente de insatisfação e insurgência latino-americana não entornasse sobre os Estados Unidos.

Algumas pobreza, como bem analisou Jeffrey Taffet (2007, p. 2), são mais importantes para os burocratas de Washington que outras em conjunturas políticas distintas. O investimento no combate a miséria e

---

<sup>23</sup> “The only justifiable American purpose is to bring the level of life and social welfare in Latin America as close to that the United States as possible, and as rapidly as possible. Most Latin Americans are clear that, properly handled, their twentieth century revolution can give both freedom and social welfare” (*Foreign Affairs*, out. 1960, p. 52).



outros indicadores sociais negativos no estrangeiro só passou a ser um componente basilar das avaliações e ações no estrangeiro depois da Revolução Cubana, quando a miséria latino-americana passou a ser encarada como porta de entrada para o inimigo vermelho no continente. As matérias do NYT sobre o Nordeste brasileiro são consideradas peças-chave nessa mudança de percepção. É nessa conjuntura que a partir da virada para os anos 1960, a publicação aproximou-se do que Kimber Pearce (2000, p. 52) denominou de uma “retórica da ajuda externa”. Mais do que um simples modelo discursivo, era uma forma de descrever e analisar o mundo combinando atualizados parâmetros sociológicos e econômicos com objetivos da Guerra Fria. Sua leitura da desigualdade social, analfabetismo, fome, etc. como elementos que tornariam as revoluções sociais iminentes no Nordeste e em outras regiões da América Latina, bem como sua preocupação com o direcionamento delas para o modelo do Ocidente – na sua visão, sinônimo de Estados Unidos – ao invés do comunismo, é tributário dessas matrizes ideológica, política e retórica.

As matérias especiais do NYT sobre uma ameaça comunista no Nordeste brasileiro combinaram elementos diversos. Por um lado, valeu-se da perspectiva nacional da região como um lugar marcado pela seca e *fine*. Apropriaram-se também da leitura que a grande imprensa e altos círculos de poder brasileiros realizavam das Ligas Camponesas, como instrumentos da “infiltração vermelha” no país. Por outro, mobilizaram as teorias da modernização em voga que apontavam a pobreza como campo fértil para revoluções sociais e a necessidade de atuação estadunidense para reverter esse quadro. Em uma leitura na qual, estavam em jogo Guerra Fria e disputa eleitoral, apresentaram o Nordeste brasileiro à um passo de se tornar uma nova Cuba, ainda mais perigosa dado o tamanho da população e a extensão territorial do Brasil.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo/ Recife: Cortez/Massangana, 2009.

AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América**: os Corpos de Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**: the making and unmaking on the third world. Princeton: Princeton University, 1995.

GORDON, Lincoln. **A segunda chance do Brasil**: a caminho do primeiro mundo. São Paulo: SENAC, 2002.

GRANDIN, Greg. **The last colonial massacre**: Latin America in the Cold War. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JOSEPH, Gilbert M. Encontros cercanos: hacia una nueva historia cultural de las relaciones entre Estados Unidos y América Latina. In: SALVATORE, Ricardo (org.). **Culturas imperiales**: experiencia y representacion en America, Asia y Africa. Rosário: Beatriz Viterbo, 2005.

KELLER, Vilma. Francisco Julião. IN: CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-juliao-arruda-de-paula>> Acesso em: 07 set. 2019.

LATHAM, Michael E. **Modernization as ideology**: American social science and nation building in the Kennedy era. Chapel Hill: University of North Carolina, 2000.

LEACOCK, Ruth. **Requiem for revolution**: the United States and Brazil, 1961-1969. Ohio: Kent State University, 1990.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, J; DOURADO; L. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano. vol. 3)

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Record, 1972.

PEARCE, Charles Kimber. **Rostow, Kennedy, and the rhetoric of foreign aid**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. **Criar ilhas de sanidade**: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil. São Paulo: PUC, 2005. (Tese de Doutorado).



SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARAIVA, João Gilberto Neves. **Para ler a América Latina**: Tad Szulc, as relações Interamericanas e a política externa dos Estados Unidos (1955-1965). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História – UFF, 2019. (Doutorado em História)

SARAIVA, João Gilberto N. **Todo Nordeste que coube a gente publica**: o The New York Times e o Nordeste brasileiro na Era da Política de Boa Vizinhança (1933-1945). Natal: Programa de Pós-Graduação em História-UFRN, 2015 (Dissertação de Mestrado).

TAFFET, Jeffrey F. **Foreign aid as foreign policy**: the Alliance of Progress in Latin America. Nova York: Routledge, 2007.



# CHÃO, CORPOS E HISTÓRIAS MONOCROMÁTICAS: SILENCIAMENTOS SOBRE INDIVÍDUOS NÃO-BRANCOS NA HISTORIOGRAFIA DE CURRAIS NOVOS/RN

 Matheus Barbosa Santos<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O processo de colonização dos sertões da Capitania do Rio Grande, iniciados na segunda metade do século XVII, objetivava expandir à atividade pastorícia que se encontrava no litoral rumo às terras “devolutas e desabitadas”, ou seja, os espaços de domínio e assentamento das populações nativas. Estes, no entanto, entraram em combate com forças bélicas que lutavam e agiam em nome e defesa da Coroa Portuguesa, refreando e frustrando ambições do projeto colonial. O conflito, como consta na documentação, ficou conhecido como *Guerra dos Bárbaros* (MACEDO, 2007).

Quando armas foram baixadas e corpos amontoados, levando em consideração a violência das batalhas e o grande número de mortos, nos últimos anos do século XVII, o processo de colonização dos sertões se processou com mais afinco, sendo retomada e incentivada doações de sesmarias para ocupação daquelas terras com o gado, tendo em vista que o *gentio bárbaro* sofreu grande perda demográfica, não deixando de existir, se encontravam em menor densidade, vivos e tentando so-

---

<sup>1</sup> Mestre em História dos Sertões (MHIST-CERES-UFRN).



breviver através, também, das mesclas biológicas e culturais daquela sociedade (MACEDO, 2020).

A expansão dos domínios da Coroa Portuguesa na Capitania do Rio Grande, adentrando o sertão e guiando-se por suas malhas hidrográficas, esboçara a Ribeira do Seridó<sup>2</sup>, região banhada pelo rio de mesmo nome e seus outros afluentes. Neste espaço, foi erigida a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1748), compreendendo, posteriormente, o Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe (1788), segundo Muirakytan Macêdo (2015).<sup>128</sup>

É neste espaço que aconteceu semelhante processo de ocupação e conquista da terra, em uma das ribeiras localizada no sertão do Seridó, a Ribeira do Acauã, no qual está situado o rio denominado Totoró. Segundo obras produzidas acerca deste espaço, o Totoró passou a ser ocupado na metade do século XVIII, com a instalação de fazendas de gado e aviamentos para o fabrico de farinha, quando o capitão-mor Cipriano Lopes Galvão e sua mulher Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos partiram de Igarassu/PE para tomar posses de suas terras, como aponta Olavo de Medeiros Filho (2002), estas requeridas e concedidas em sesmaria no ano de 1737.

Essa breve historização sobre o espaço que conformou a Ribeira do Seridó e, mais especificamente, o Totoró, também foi discutida por escritos produzidos durante o século XX por intelectuais germinados em solo seridoense. Estes sujeitos, valorizaram e glorificaram o passado lusitano e luso-brasílico dos fundadores das fazendas de gado, isto é,

---

<sup>2</sup> Compreendemos a Ribeira do Seridó como todo o território pertencente a administração religiosa da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó e do Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe, espaços situados nos sertões da Capitania do Rio Grande. Banhados pelos Rios Acauã, Espinharas, Piranhas e Seridó, a Freguesia do Seridó foi desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Guia, de Patos, na Capitania da Paraíba, em 1788, assumindo como sede a Povoação do Caicó. Em 1835, o território remodela-se novamente, frente ao desmembramento da Freguesia do Acari, sob o culto de Nossa Senhora da Guia. Parte dessa espacialidade corresponde atualmente à região do Seridó norte-rio-grandense, localizado na parte centro-sul do Estado (MACEDO, 2020).



do que eles nomearam enquanto “famílias tradicionais”. Estes escritos, responsáveis por forjar um passado comum para o Seridó, pautam-se em componentes hegemônicos, dessa maneira, estamos tratando de um espaço representado enquanto majoritariamente masculino, branco, ocidental e cristão.

Dessa forma, pretendemos investigar os silenciamentos de indivíduos não-brancos<sup>3</sup> nas produções de obras acerca do sertão do Seridó e, mais especificamente do Totoró, no que hoje compreendemos enquanto a gênese do município de Currais Novos/RN. Acreditamos que essas produções tentaram e conseguiram, em certa medida, imprimir uma concepção sobre uma espacialidade formada por pessoas brancas, que instalaram suas fazendas de gado e povoaram este chão com seus descendentes sob a égide da civilidade e da fé cristã.

Para tal fim, tomamos como fontes-obras produções que contemplam a Ribeira do Seridó de forma mais ampla, tais como: *Homens de Outr’ora* (2001 [1941]), de Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1867-1924); *Famílias Seridoenses* (2002 [1940]), de José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971); *Homens e Fatos do Seridó Antigo* (2008 [1962]), de José Adelino Dantas (1910-1983); e *Velhas Famílias do Seridó* (1981), de Olavo de Medeiros Filho (1934-2005). E mais estritamente aquelas que radicam sobre o nosso principal espaço de interesse – Currais Novos/RN: *Sinopse do*

<sup>3</sup> Consideramos, para fins desse estudo, a partir das problematizações de Eduardo Paiva (2015), aqueles considerados enquanto integrantes das *matrizes puras*: índio, negro, preto e crioulo. Também trabalhamos com sujeitos qualificados enquanto *mestiços*, termo utilizado para aqueles indivíduos frutos dos intercursos biológicos ocorridos entre pessoas que foram qualificadas pelo Estado e pela Igreja como mamelucos, pardos, mulatos cabras e curibocas – qualidades predominantes na Ribeira do Seridó. Dessa forma, não estamos tratando de uma categoria homogênea, mas um termo plural e flexível, incluindo pessoas de diferentes qualidades e condições no contexto ultramarino. Esse termo, configurando-se enquanto móvel e maleável, sofreu alterações ao longo do tempo e do espaço, sendo empregado, inicialmente, para designar apenas os filhos de pessoas provindas da Europa com nativas do Novo Mundo. Todavia, a partir do século XVIII, contemplou uma maior abrangência, definindo e qualificando pessoas de diferentes *tipos*. Portanto, um conceito equivalente ao de *mestiço* seria o de *mestiçagem*.



*Município de Currais Novos* (1975), de José Bezerra Gomes (1911-1982); *Retóques da História de Currais Novos* (1985), de Celestino Alves (1929-1991); *História de Currais Novos* (2009 [1987]), de Antônio Quintino Filho (1911-?); e *Totoró, Berço de Currais Novos* (2008), de Joabel Rodrigues de Souza (1937-2014).

Tal intento nos possibilita dialogarmos com o conceito de *representação*, a partir das discussões propostas por Roger Chartier (1990; 2002), partindo da concepção de que toda leitura, apreensão e compreensão sobre o que é nomeado enquanto diferente e distinto é uma operação abstrata de intelecção, uma construção humana sobre outrem, utilizando e mobilizando seu corpo, inscrevendo-o no tempo e no espaço. Essa atividade faz com que se gere e se construa esquemas e sistemas de classificação, somados à forma de *representações* coletivas, de práticas que constituem, tornam palatáveis e inteligíveis o mundo social, a realidade e, inclusive, o passado. Essas noções que operam e articulam *representações* no mundo social e simbólico partem de três eixos:

1º O trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; 2º as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; 3º as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p.73).

Construir noções de *representação* é um instrumento essencial de análise cultural, tendo em vista que este arcabouço simbólico, dotado de sentido e que visa a compreensão e a inteligibilidade sobre o outro, sobre aquilo que é dito enquanto assimétrico, sobre o passado e o modo de ser e estar na realidade social, opera para que pessoas compreendam a sua própria sociedade, dirimindo desfoques de entendimento; logo, a





*representação* também é uma ferramenta capaz de mobilizar formas de poder, de fabricar respeito e submissão, produzindo imposições, limitando e delimitando formas de viver, apreender e até mesmo pensar o meio social.

Mobilizamos, também, discussões propostas por Michel Foucault (2004) acerca da *genealogia*, percebendo que a proveniência permite reencontrar a proliferação dos acontecimentos através dos quais os fenômenos se formaram. A *genealogia*, aqui, não se propõe recuar no tempo para estabelecer uma grande continuidade, traçar uma linha transversal espacialmente e temporalmente; sua tarefa não é evidenciar um pulsado vibrante no presente, um percurso delineado desde o início. É, contrariamente, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria, demarcando os desvios, acidentes, encontros, desencontros, conflitos e (des)caminhos que geraram o que apreciamos, dotamos de valor, afetividade e, também, investigamos e tentamos analisar; “é descobrir que na raiz daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente”.

Por conseguinte, também trabalhamos com *a ordem do discurso*, do mesmo autor, ponderando o objeto de averiguação na sua realidade material, de coisa pronunciada ou escrita; prática que mobiliza “poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades” (FOUCAULT, 1996).

Tomando como base este cenário, sabemos que nossos movimentos e articulações são instigados por inquietações que partem do tempo presente, da contemporaneidade. Todavia, nossas aproximações e críticas acerca dos autores supracitados e de suas obras partem do pressuposto de que todo fenômeno e produção humana é dotada de historicidade, portanto, a *operação histórica* que propomos aqui se refere a combinação de um *lugar social*, de *práticas* e de uma *escrita* (CERTEAU, 1982).



## SERTÕES DO SERIDÓ

Levando em consideração a ordem cronológica das obras, iniciaremos com Manuel Gomes de Medeiros Dantas (1867-1924). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1890), exerceu diversos cargos durante sua vida: promotor público em Jardim do Seridó (1889) e Acari (1890), juiz substituto seccional do Rio Grande do Norte (1891-1997), diretor-geral da Instrução Pública (1887-1905), professor de geografia do Atheneu Norte-Rio-Grande (1905-1908), Procurador Geral do Estado (1908-1910), diretor-geral da Instrução Pública (1911-1924), Intendente Municipal de Natal (1923-1934), sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) (desde 1916) e deputado ao Congresso do Estado (1905-1907). Participou da fundação dos jornais *O Povo* (1889), *O Diário de Natal* (1893), e *O Estado* (1895), além de ter dirigido *A República* (1897-1900) (MACEDO, 2020).

Em *Homens de Outr'ora*, publicado postumamente, em 1941, Manuel Dantas (2001), reúne relatos preocupados na recuperação e manutenção da memória do Seridó ligada aos principais patriarcas lembrados pela tradição oral. O autor tenta reconstituir narrativas que ouviu ainda criança sobre homens importantes, imponentes e desbravadores destes sertões. É no seu livro que temos a primeira menção aos elementos lusos dentre as famílias do Seridó, como é o caso de João Maria Vale e sua esposa.

O autor se preocupou em registrar a importância de sacerdotes e patriarcas luso-brasílicos para a história da região, fazendo menções aos outros grupos sociais, como os negros, em passagens alegando que a escravidão não havia deixado marcas no Rio Grande do Norte, sobretudo no sertão, em que este elemento seria considerado como um ente querido, uma pessoa da família (DANTAS, 2001 [1941]).

De forma mais precisa e evidente acerca dos elementos hegemônicos que teriam, sozinhos, germinado os solos seridoenses, temos os estudos genealógicos de José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971),



professor, advogado e magistrado. Exerceu o cargo de procurador da República, foi fiscal de ensino do Governo Federal do Rio Janeiro, diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, juiz de direito da Comarca de Caicó e chefe de polícia (interino) em Natal, além dos mandatos eletivos de deputado estadual (1913-1915), e deputado federal (1915-1918, 1918-1921, 1921-1923, 1935-1937, 1946-1947, 1947-1950 e 1950-1955); também foi governador do Rio Grande do Norte (1924-1927) e senador (1928-1930) (MACEDO, 2020).

Na sua obra, intitulada *Famílias Seridoenses*, o autor propõe um estudo sobre origens e procedências de algumas famílias que povoaram e habitaram o Seridó, são elas: Araújo Pereira, Dantas Correia, Azevedo Maia, Batista, Medeiros, *Lopes Galvão*, Bezerra de Menezes e Fernandes Pimenta (AUGUSTO, 2002 [1940]).

Narrando o modo com que o gado marchou até o sertão do Seridó, o autor afirma que são desta época os fundadores das grandes famílias que ainda encontravam-se ocupando o território banhado pelo Rio Seridó e seus afluentes, sendo eles: Tomaz de Araújo Pereira, Caetano Dantas Correia e *Cipriano Lopes Galvão*, “todos os povoadores iniciais do Seridó, troncos das tradicionais famílias que ainda vivem na região, em que trabalham e a que servem, foram criadores de gado, opulentos fazendeiros, proprietários de grandes rebanhos” (AUGUSTO, 2002 [1940], p.14).

Vale destacar a linhagem familiar dos *Lopes Galvão*, como já mencionado anteriormente, pretensamente únicos responsáveis pelo desbravamento e povoamento do Totoró, posteriormente constituindo o município de Currais Novos/RN. José Augusto (2002) remonta a linhagem familiar dos *Lopes Galvão* a Manoel Lopes Galvão, secretário das mercês no reinado de D. João IV, em Portugal, século XVII.

Outro trabalho que traça diálogos sobre genealogias e os patriarcas do sertão é o de José Adelino Dantas (1910-1983), que foi sacerdote (ordenado em 1934), cônego (1941), monsenhor (1951) e bispo, tendo dirigido as Dioceses de Caicó (1952-1957), Garanhuns/PE (1957-1967) e Ruy



Barbosa/BA (1967-1975). Professor na seção feminina do Atheneu Norte-Rio-Grandense (1940) e docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Campus de Caicó, quando renunciou à Diocese de Ruy Barbosa/BA e passou a residir em Carnaúba dos Dantas/RN até o seu falecimento (MACEDO, 2020).

Em *Homens e Fatos do Seridó Antigo*, obra alicerçada em pesquisa documental, o autor busca explorar determinadas características dos homens e dos fatos que marcaram o processo histórico da região do Seridó. Em algumas das suas crônicas, José Adelino Dantas (2008) trata sobre o papel das famílias tradicionais enquanto detentoras e exemplos das tradições, dando destaque, também, ao papel dos colonos luso-brasílicos, sobretudo aqueles ligados ao setor eclesiástico da região.

O autor faz algumas menções esporádicas a outros indivíduos e grupos sociais que não aqueles com a tez branca, considerados os pais semeadores do Seridó e da missão apostólica católica na região, por trabalhar com assentos paroquiais que registraram sujeitos de diferentes qualidades e condições (livre, escravo e forro) (DANTAS, 2008).

Outro ator que destaca estirpes tradicionais do sertão do Seridó, valorizando seus elementos luso-brasílicos, é Olavo de Medeiros Filho (1934-2005), que foi funcionário do Banco do Brasil (1952-1982), participou de diversas sociedades de pesquisa histórica, como o IHGRN, Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Sociedade Brasileira de Estudos do Século XVIII e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (MACEDO, 2020).

Sua obra, fruto de uma intensa pesquisa documental, assemelha-se com o livro de José Augusto (2002) – do qual já tratamos mais acima – por trabalhar com a constituição genealógica das famílias habitantes na Ribeira do Seridó. Ele afirma que este espaço foi ocupado por pessoas das Capitânicas do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, bem como, de elementos provenientes do Reino, sobretudo do Norte de Portugal e dos Açores, adjetivando-os enquanto fundadores de estirpes, constituindo assim a elite social, econômica e política da região. São os patriarcas



deste solo, segundo Olavo de Medeiros Filho (1981): Pedro Ferreira das Neves, Tomaz de Araújo Pereira, Alexandre Rodrigues da Cruz, Manoel Pereira Monteiro, Antônio Garcia de Sá, Domingo Alves dos Santos, Antônio de Azevedo Maia, *Cipriano Lopes Galvão*, Antônio da Rocha Gama, Antônio Fernandes Pimenta e Manoel Carneiro de Freitas.

A crítica feita a obra de Olavo de Medeiros Filho, segundo Helder Macedo (2020), deve ser cuidadosa, tendo em vista que com o amadurecimento intelectual do autor e acesso a novas e outras fontes foi possível discorrer acerca de uma população mais plural do sertão do Seridó, como os levantamentos estatísticos realizados pelo Padre Francisco de Brito Guerra entre os anos de 1809 a 1811, onde foi possível constatar a presença de elementos pretos, nativos, mulatos, pardos e, certamente, brancos entre os fregueses de Santa Ana (MEDEIROS FILHO, 2002).

## DO TOTORÓ AOS CURRAIS NOVOS

Acreditamos que os autores que tratam especificamente do Totoró, embrião do município de Currais Novos/RN, sofreram influência dos autores acima trabalhados, que dedicaram suas obras ao sertão do Seridó, inclusive por constar, em alguns escritos, referências a estes indivíduos, como é o caso de *Sinopse do Município de Currais Novos*<sup>4</sup>, de José Bezerra Gomes (1911-1982), formado em Direito pela Universidade de Minas Gerais, membro efetivo da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio Grande do Norte/Natal-RN, membro efetivo do Instituto Genealógico Brasileiro e membro fundador da Academia Potiguar de Letras (GOMES, 1975).

A obra, baseada em fontes documentais e diálogos bibliográficos, faz breves pinceladas sobre alguns costumes, práticas e etimologias indígenas, como o próprio topônimo *Seridó*. Segundo o autor, o teste-

---

<sup>4</sup> José Bezerra Gomes cita, por exemplo, produções de José Augusto (1884-1971) e José Adelino Dantas (1910-1983).



munho desta presença é percebida através das inscrições rupestres encontradas na região. De toda forma, seriam o coronel Cipriano Lopes Galvão e Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, “os primitivos povoadores do chão currais-novense” (GOMES, 1975, p.10).

Mesmo traçando duas gerações acerca da família *Lopes Galvão* e reafirmando o seu protagonismo enquanto pioneiros e responsáveis pela fertilização do solo com seus descendentes, devemos considerar que o autor faz referência ao processo de mestiçagem “entre o elemento de origem portuguesa e índios (cariris) [onde] é mais pronunciada no sertão do Seridó [...]” (GOMES, 1975, p.41).

José Bezerra Gomes afirma que existe uma influência étnica do negro, surgido pela emergência do elemento mulato (mestiço), sendo fruto “dos amores ávidos e luxuriosos dos portugueses”, mas que “observa-se a presença ainda hoje viva do elemento branco, de olhos azuis e cabelos brancos, caracterizado o seridoense, enobrecido pela sua origem genealógica, oriundo do antigo marinheiro (dólico-louro), de origem lusa, lembrando loirões e alentajanos, originários de Portugal” (1975, p.42).

Nesta mesma perspectiva encontra-se Celestino Alves (1929-1991), que foi vereador na cidade Currais Novos, dirigiu a Associação de Poetas Populares do Rio Grande do Norte (1988) e foi membro da Sociedade de Vaqueiros e Montadores do Seridó (DANTAS, 2019).

No seu livro, intitulado *Retoques da História de Currais Novos*, fruto de pesquisa documental e relatos orais, reafirmou, na primeira parte, a narrativa acerca dos fundadores do município de Currais Novos/RN e a importância da família *Lopes Galvão* neste processo; a segunda parte se dedicou à história da religião católica no município, enquanto elenca e narra sobre a vida e administração dos párocos que administraram o setor eclesiástico; a parte seguinte se debruçou sobre a história administrativa, construindo uma linha temporal deste espaço desde o status de povoação até a criação do município, bem como, dos administradores, coronéis, intendentes e prefeitos; na quarta seção do livro o autor narrou sobre histórias das famílias em Currais



Novos/RN, e fugindo do que já mencionamos acerca dos *Lopes Galvão*, frisamos a família *Luciano*, segundo consta, constituída por pretos, descendentes de escravos, que por suas qualidades foram livres há cerca de 150 anos. O quinto capítulo contemplou pessoas importantes para a história de Currais Novos/RN, na opinião do autor, que mesmo inserindo indivíduos de diferentes camadas, como comerciantes locais, reservou a composição deste espaço unicamente para o elemento masculino; o restante da obra se desenvolve de maneira mais avulsa, com notas sobre o esporte, radiodifusão, dentre outros elementos, como narrativas criminais e os próprios dados genealógicos do autor (ALVES, 1985).

Dando prosseguimento, Antônio Quintino Filho (1911-?) é mais um autor que se dedicou a perscrutar e narrar a história de Currais Novos/RN, havendo exercido os cargos de escrivão da Coletoria (1933), tipógrafo e proprietário da Tipografia Galvanópolis (1939-1969), técnico em contabilidade (1960-1962), formado em Letras, em Patos/PB (1973-1976), foi professor (1963-1981), e autor de textos em prosa, poemas e pesquisas de cunho histórico e religioso publicados em periódicos de Currais Novos/RN, no qual manteve um programa na Rádio Brejuí por muitos anos (QUINTINO FILHO, 2009 [1987]).

Assim como os outros autores discutidos, o autor de *História de Currais Novos* não tem formação acadêmica em História, entretanto, seu trabalho com fontes documentais, narrativas orais e a criticidade das mesmas destaca-se frente aos outros autores que se dedicaram a trabalhar o sertão do Seridó e, mais especificamente, o município de Currais Novos/RN. Inicia a narrativa a partir da família *Lopes Galvão*, mas ele questiona “o fato do Cel. Cipriano Lopes Galvão ser considerado o primeiro povoador [...] não significa ter sido ele o primeiro homem a criar família na região” (QUINTINO FILHO, 2009 [1987], p.18).

Para sustentar sua hipótese, Antônio Quintino Filho elenca algumas datas de sesmarias que foram requeridas e/ou concedidas anteriormente à chegada da família *Lopes Galvão*. No entanto, o autor re-



conhece que 2º Cipriano Lopes Galvão, filho do primeiro, “foi o tronco fecundo na fase decisiva do nosso povoamento” (2009, p.14).

O escritor faz várias menções a populações de diferentes qualidades e condições ao longo da sua obra, como, por exemplo, em transcrições parciais do inventário *post-mortem* do (2º) Cipriano Lopes Galvão, afim de “transparecer a personalidade” dele, como no caso em que “pede aos seus testamenteiros que concedam a carta de liberdade ao escravo Lázaro, pois lhe havia prometido” (QUINTINO FILHO, 2009, p.31).

Um importante capítulo na obra de Antônio Quintino Filho é *A Escravidão em Currais Novos*, tendo em vista que o autor registra a presença de cativos que habitavam este espaço e algumas formações familiares, mesmo considerando que a escravidão em Currais Novos/RN, assim como no sertão do Seridó, ocorreu “em um clima de paz e de relativa compreensão humana, o que em grande parte se deve ao espírito de religiosidade de senhores e de escravos” (2009, p.53), sendo poucos os casos de crueldade.

Por fim, temos a obra de Joabel Rodrigues de Souza, que cursou Desenho e Pintura na Escola de Belas Artes, em Belo Horizonte/MG (1995), curso pedagógico, no Instituto Vivaldo Pereira, em Currais Novos/RN (1968), Estudos Sociais, na UFRN, Campus de Currais Novos/RN (1984), História, na UFRN, Campus de Currais Novos/RN (1988), e Letras, na mesma instituição e campus (2007). Também atuou no serviço público como diretor escolar, foi superintendente de ensino, secretário de educação, obras e planejamento, diretor de serviços urbanos, chefe de gabinete, diretor de patrimônio e arquivo e presidente da Fundação Cultural José Bezerra Gomes (1994-1996) (SOUZA, 2011).

O autor de *Totoró, Berço de Currais Novos*, divide sua obra em três partes, muito provavelmente inspirada na obra clássica de Euclides da Cunha, *Os Sertões (2012 [1901])*, são elas: I - A Terra, II - O Tempo e os III - Os Homens. Apesar de ser o único com formação acadêmica em História dentre os intelectuais que elencamos, Joabel Rodrigues de Souza produz uma história reforçando os elementos hegemônicos supracita-





dos, afirmando que o indígena só esteve no sertão do Seridó até a chegada do colonizador, pois após a Guerra dos Bárbaros houve o “extermínio da população indígena, com uma matança brutal” (2008, p.77).

O autor também faz poucas referências a populações de diferentes qualidades e condições, ou seja, aquelas não-brancas. Quando trata desta temática, como na formação de pequenos quilombos que ocorreram no que hoje compreendemos enquanto município de Currais Novos/RN, como os negros do Totoró e a Povoação dos Negros do Riacho, o autor afirma que eles:

Desenvolvem técnicas rudimentares na fabricação de panelas, potes, tigelas, alguidares, quartinhas e jarras[...]. Curam as doenças com ervas e raízes. Casam-se entre si; por vezes são incestuosos. Gostam de brigar e sempre encontram as coisas facilmente. Pedem esmola às sextas-feiras [...]. Nas festas e novenas “bebem”, e bebem sempre [...]. Moram em mocambos sem água, sem luz, sem nenhuma condição de higiene nem de habitação humana (SOUZA, 2008, p.119).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas obras que propomos apresentar, é possível perceber, dadas suas particularidades, o reforço e a proeminência de narrativas que elegem e valorizam famílias e indivíduos portugueses e/ou de origem luso-brasílica, em detrimento do silenciamento e/ou subjugação de elementos não-brancos e *mestiços*, de pessoas de diferentes qualidades e condições.

Estes autores, frutos do seu tempo e espaço, herdeiros de uma tradição historiográfica pautada nas premissas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), não estiveram preocupados em analisar as relações sociais ou os diversos indivíduos que compunham a vida no sertão do Seridó, mais especificamente na espacialidade que abarca o Totoró, posteriormente compreendendo o município de Currais Novos/



RN. Em seus estudos houveram disputas em torno do universo simbólico, usando o passado enquanto instrumento político, denotando-se preocupações acerca dos elementos hegemônicos, do homem branco, proveniente ou descendente de Europa, dotado de civilidade, jazigo da fé cristã.

Há uma particularidade importante e comum dentre estes autores trabalhados: a maioria deles descende dos patriarcas de tradicionais famílias do Seridó, encontrando importância e respaldo nas suas respectivas obras. É possível perceber que durante século XX, no Rio Grande do Norte, a maior parte da atividade intelectual fez referência aos acontecimentos históricos da colônia à organização da província no início do século XIX. Estes autores estavam comprometidos em fabricar e reforçar o que entendiam ser a memória norte-rio-grandense, uma escrita comprometida com a verdade, porém sem o exercício crítico acerca destas representações sobre o passado. Foi uma produção que buscava legitimação social, que estava a serviço da tradição (COSTA, 2017).

Ora, se estamos tratando aqui de uma história pautada nos moldes dos grandes feitos e dos grandes homens, estes letrados ainda tinham como condição de reforço o fato de descenderem, segundo eles, dos desbravadores e povoadores do Seridó, logo, toda essa produção é pautada por experiências próprias, mas que também diz respeito ao restante da sociedade. O modo pelo qual eles contam suas e, conseqüentemente, a histórias dos outros, como eles tecem este fio condutor dos primeiros passos e destes troncos genealógicos frondosos que vencem o tempo, faz parte do modo pelo qual adquirimos, reunimos e modificamos nossas experiências. Quando são reforçadas narrativas como estas, a aquisição, a modificação e a experiência se desdobram no tempo, surgindo novas histórias, interpretações e reinterpretações sobre um passado que se pretende comum e homogêneo, frente aos esforços de silenciamentos de outras gentes e outros povos como já mencionados (KOSELLECK, 2014).



A produção destes discursos, destas narrativas, é controlada, delimitada, selecionada, organizada, distribuída e redistribuída por procedimentos mobilizadores de disputas no universo do simbólico, de como se lida com o passado e com o presente, de olhar e observar a realidade enquanto comum, homogênea e aplainada, dominando seus acontecimentos, polindo suas arestas e contornando todo encontro e coalizão por mais tangível que ele seja (CHARTIER, 1990; 2002).

Estes processos de interdição, sabem que não podem dizer tudo, que os espaços são controlados sobre o que se fala e para quem se fala, onde, qualquer um, não pode falar sobre qualquer coisa (FOUCAULT, 1996). Estes escritos são lacunares e amorfos, pois se encontra, na maioria dos lugares, histórias, corpos e vidas de sujeitos que não foram considerados desbravadores e povoadores do sertão do Seridó. Em meio ao quase impossível exercício de silenciar, ignorar e não ver essas outras gentes, estes intelectuais tentaram moldar uma identidade que desde o princípio o plural habita, que vozes inumeráveis disputam, onde sistemas se entrecruzam e dominam-se, no qual o exercício de síntese por si só é frustrante (FOUCAULT, 2004).

A experiência colonial ainda se faz presente no cotidiano que consideramos ordinário, nas nossas relações humanas, nos aparatos administrativos e burocráticos. A colonialidade, discutida por Quijano (2005), se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. Dessa forma, estamos atravessados por essa experiência que molda o ser e estar no mundo, que elege histórias e corpos, que segrega vidas e faces, mesmo que sejam grafadas, ainda, no papel monocolor (BALLESTRIN, 2013). Compreender os indivíduos não-brancos enquanto sujeitos históricos do processo de desbravamento e povoação do sertão do Seridó, é uma das primeiras tentativas para confrontamos e descolonizarmos o saber.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Celestino. **Retoques da História de Currais Novos**. Natal: Fundação José Augusto, PMCN, 1985.

AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses**. Natal: Sebo Vermelho, 2002 [1940].

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 89-117, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por Uma Sociologia Histórica das Práticas Culturais. In: **A História Cultural Entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.13-28. Col. Memória e Sociedade.

CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia: a História Entre Incertezas e Inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. Introdução. In: **A Casa da Memória Norte-Rio-Grandense: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Construção do Lugar do Rio Grande do Norte na Memória Nacional (1902-1927)**. 2017. 587f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, p.14-36.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 2. Ed. São Paulo: Montecristo Editora, 2012.

DANTAS, Fabiana Alves. Entre História e Memória: Celestino Alves e a Escrita da História Local. In: ANPUH-BRASIL, 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, RECIFE/PE. **Anais...** Recife/PE: ANPUH-Brasil, 2019, p.01-16.

DANTAS, José Adelino. **Homens e Fatos do Seridó Antigo**. Natal: Sebo Vermelho, 2008 [1962].

DANTAS, Manoel. **Homens de Outr'ora**. Natal: Sebo Vermelho, 2001 [1941].

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 15-37, p.63.

GOMES, José Bezerra. **Sinopse do Município de Currais Novos**. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: Estudos Sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p. 19-89.



MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, Territórios e Populações Indígenas no Sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 309f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras Famílias do Seridó: Genealogias Mestiças no Sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX)**. Curitiba: CRV, 2020.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos e Cabedais: Patrimônio e Cotidiano Familiar nos Sertões da Pecuária (Seridó – Século XVIII)**. Natal: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas Famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Um Rosado, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.227-78.

QUINTINO FILHO, Antônio. **História de Currais Novos**. 2. Ed. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009 [1987].

SOUZA, Joabel Rodrigues de. **Totoró, Berço de Currais Novos**. Natal/RN: EDUFRN, 2008.



# “O EMBAIXADOR DA MÚSICA SERTANEJA NA CAPITAL DA REPÚBLICA”: LUIZ GONZAGA, O RÁDIO E AS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO NO PROGRAMA “NO MUNDO DO BAIÃO” (1950-1951)

 Paulo Hígor Duarte de Souza<sup>1</sup>

*No Rio tá tudo mudado  
Nas noites de São João  
Em vez de polca e rancheira  
O povo só pede e só dança o baião*  
A Dança da Moda – Luiz Gonzaga (1950)

**E**m meados do ano de 1951, poucos meses após o fim da série de programas intitulados No Mundo do Baião, uma matéria a respeito deste ritmo recém-apresentado por Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira e companhia estrelada no referido programa, foi publicada na revista Rádio Entrevista, periódico carioca especializado nas questões radiofônicas e no ambiente cultural das emissoras. Em tom de denúncia, estampava-se na chamada da matéria:

O BAIÃO NÃO É NOVIDADE

Antes de nós, já nossos avós o cantavam... Alguns compositores estão fazendo fortuna com velhas páginas do nosso folclore - Até quando vai durar essa exploração?<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> *Rádio Entrevista*. Rio de Janeiro: n. 11, 1951. Quinzenal. Disponível em: [memoria.bn.br](http://memoria.bn.br). Acesso em: 24 maio 2021.



O texto, como deixa clara a chamada, expressava o incômodo do autor com a disseminação do baião entre os mais diferentes tipos de compositores pelo fato de que este ritmo, por seu sucesso e repercussão, estava sendo fruto, segundo ele, de “apropriações indébitas e plágios que saltam aos olhos dos sertanistas inteligentes que existem no Brasil...”<sup>2</sup>. Nos resta a questão: quem está sendo vítima de plágio ou de apropriação indébita? Questão que pode ser estendida como: a quem, pois, pertence o baião originalmente? O autor da matéria não identifica, não atrela este ritmo a alguém ou a algum artista específico, não o particulariza, atrelando-o a coletivos como “o povo” ou “os sertanejos”. Vejamos:

Rojão - eis o título autêntico que identifica, nas paragens nordestinas, **esse ritmo sertanejo. Sua cadência, com a transplantação de ambiente para ambiente vai perdendo certos característicos íntimos**, e a nomenclatura também, passa por diversas variações. Enquanto nas cidades do norte e do nordeste do país é conhecido o rojão como ‘baião’, nas cidades do centro e do sul é chamado de ‘toada’, ‘moda’, etc. sendo que muitos o confundem com o calango mineiro, o calango tango, e outros ritmos das regiões centrais. **Para quem, como nós, teve a ocasião de passar a infância em pleno sertão, o tão discutido baião dos dias de hoje é uma agradávelíssima reminiscência que nos devolve momentos felizes do tempo de criança.** Ao mesmo tempo que no aspecto sentimental somos aquinhoados com um imenso prazer íntimo, sentimo-nos no dever de acabar, de uma vez por todas, com as mentirosas reportagens que a imprensa carioca, mal avisada, vem publicando, fazendo crer que dois compositores populares tenham sido os criadores desse ritmo extraordinário que é o rojão, ou baião. Apesar do **grande valor de divulgadores que têm Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga**, no sentido de tornar conhecida das gentes brasileiras a nossa música, mais legítima, uma vez que **grande parte da popu-**

<sup>2</sup> *Idem.*

\* Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal.



**lação das grandes cidades se envenena diariamente aplaudindo as misérias do 'boogie-woogie', do 'fox-trot' e do 'be-bop', ignorando as coisas de nossa terra,** apesar do popular Lua ter posto em evidência inúmeras canções regionais brasileiras com a bela interpretação que todos lhe reconhecem, infelizmente não foi ele, nem Humberto Teixeira, o inventor do baião. Inteligente, Humberto Teixeira soube aproveitar temas velhíssimos como o da 'Asa Branca', o 'Paraíba', o 'Juazeiro' (ou ingazeiro, no original). Luiz Bandeira olhou para o motivo semi-arcaico da cantiga de negros de fazenda 'Torei o pau, eu mesmo, fiz a gamela, eu mesmo...', outros **autores olharam para trechos folclóricos, com intuito de industrializar essa fonte inesgotável que é a inventiva, o espírito musical de nosso grande povo...** O resultado não se fez esperar. Sucessos sobre sucessos, que sempre faz sucesso a música genuinamente popular. Julgamos ser-nos lícito sugerir que doravante os compositores de baião passem a registrar como arranjos e adaptações certos êxitos que não lhe pertençam com exclusividade. Não se pode usar, impunemente, o patrimônio artístico de um povo. A verdade, um dia, há de vir à tona.<sup>3</sup> (grifos nossos)

Esse documento reúne, a seu modo, grande parte das questões e dos discursos sob os quais se conduziu o processo de produção, divulgação e, sobretudo, identificação do baião com uma dada espacialidade, com uma experiência histórica familiar a um coletivo de sujeitos ligados a essa espacialidade. O sertão é reiteradamente mencionado como o lugar de origem deste ritmo, e os sertanejos como aqueles que melhor o conhecem, para além da forma "industrializada", "reaproveitada", na qual, segundo o autor, o baião era dado a ver naquele momento. A questão do folclore, da música regional como música folclórica, também não escapa aos olhos do escritor, bem como a questão da autoria, da atribuição individualizada de um lugar de autor/compositor a quem quer que estivesse executando baiões pelos rádios. Nem o Rei do Baião

---

<sup>3</sup> *Idem.*





é poupado quanto a esse aspecto. É dever adiantar que a questão da autoria, do aproveitamento dos temas folclóricos e os assuntos correlatos a isso devem ser objetos de uma discussão mais complexa do que a que permitem as questões - para as quais não se têm resposta - que levantei no segundo parágrafo, e sobre esses temas não me aprofundarei nesse texto. A questão da associação do baião e, por consequência, da figura de Luiz Gonzaga com a espacialidade nordestina e, mais especificamente, sertaneja, é o que interessa agora.

### **NO MUNDO DO BAIÃO: O SERTÃO NO MUSEU OU NA VITRINE?**

No próprio título dos programas aqui discutido, a relação entre a música e os espaços está posta. O Baião (estilo musical) pertence a um mundo (categoria espacial). Porém, enquanto que do ponto de vista musical o programa não reduz-se ao baião, com a apresentação e execução de diversos outros estilos ditos regionais (xotes, cocos, toadas, aboios, etc.), a abrangência da categoria espacial mundo é reduzida, é focalizada, esquadrihada, limitada ao sertão nordestino. O “mundo” do baião, seria, portanto, este sertão. E sobre esta espacialidade o programa fala mais até mesmo do que propriamente sobre os ritmos musicais a ela ligados. A música regional, o baião e os outros ritmos, são, no programa, instrumentos de composição de um mundo, de um recorte espacial, de uma realidade imagético-discursiva mas também sonora, dada a ver e a ouvir através de várias vozes, falas, cantos, onomatopéias, e outros recursos audíveis. Tanto se fala sobre o sertão através do canto e da sanfona de Luiz Gonzaga, como da voz erudita, especialista em folclore de Humberto Teixeira, como do palavreado, das onomatopéias, do domínio do dialeto sertanejo que Zé Dantas encarna nos personagens os quais apresentam nesta série. Todos eles, a seu modo, vocalizam, verbalizam, “sonorizam” o espaço sertanejo, o materializam no abstrato das ondas do rádio, como se, embarcado nestas frequências, o sertão nordestino visitasse (ou se abrisse à visita) a cada um dos ouvintes quando



solenemente, ao início de cada programa, depois da propaganda dos Pudins Royal, o apresentador Paulo Roberto<sup>4</sup> introduzia: “E dito isso, vamos para o Nordeste do Brasil, ouvintes. Dentro de dois segundos estaremos No Mundo do Baião.”

Como ir ao Nordeste do Brasil sem sair do lugar? Qual a distância física entre a Praça Mauá, nº 07, no Rio de Janeiro<sup>5</sup>, e o Nordeste do Brasil, o “Mundo do baião”? Por óbvio, não se trata da dimensão física do espaço na frase introdutória de Paulo Roberto, mas da ideia de que, a partir desse conjunto de falas e sons articulados, se materializaria uma dada espacialidade, ao menos no plano da escuta, do audível, se configuraria um dado regime de audibilidade atrelado à região Nordeste e, mais especificamente, ao sertão.

A questão em torno da voz e da escuta não tem aqui o sentido mais primário das nossas habilidades humanas, sensoriais, fisiológicas do falar e do ouvir, mas adentra em dimensões mais profundas da compreensão dos sujeitos, das suas formas de organizar, compreender ou mesmo sentir o seu lugar no mundo. De acordo com Roland Barthes,

“*Ouvir* é um fenômeno fisiológico; *escutar* é um ato psicológico. [...] Construída a partir da audição, a escuta, de um ponto de vista antropológico, é o próprio sentido do espaço e do tempo, pela captação dos graus de afastamento e dos regressos regulares da excitação sonora. Para o mamífero o seu território está escalonado em odores e sons; para o homem - coisa muitas vezes subestimada - a apropriação do espaço é ela também sonora.” (BARTHES, 1990. p. 235-236)

<sup>4</sup> Paulo Roberto (1903-1973) foi um radialista nascido em Minas Gerais e que atuou pelas principais rádios do país, como a Rádio Cruzeiro do Sul e Rádio Nacional, de onde foi demitido em 1964 por motivos políticos. Chegou a atuar também em algumas emissoras de televisão após o fim de sua carreira no rádio até o fim da sua vida. Informações disponíveis em: <https://dicionariompb.com.br/paulo-roberto/dados-artisticos>

<sup>5</sup> Segundo consta dos próprios anúncios publicitários veiculados no decorrer do programa, neste endereço funcionava a Rádio Nacional à época. Neste mesmo local também funcionava o famoso jornal “A Noite”.



Embora tenha o autor feito estes apontamentos a respeito da apropriação do espaço mais individual, habitacional, penso que, de forma semelhante, a música - e sobretudo a música de Luiz Gonzaga, que se propõe regional, atrelada a uma categoria espacial - pode ser tomada como elemento da construção imaginária dos espaços coletivos, espaços vivenciados por múltiplos sujeitos, palco de múltiplas experiências, como o sertão nordestino. Articulada à descrição folclórica, e além disso, a uma narrativa dialetal, esse exercício de construção imaginária dos espaços realiza-se de forma ainda mais eficiente, ainda mais profunda, pela variedade dos temas e símbolos possíveis de serem agenciados ao apresentá-los, e também pela variedade que cada tipo de fala, som e discurso (o do cantor, do folclorista, e dos inúmeros personagens sertanejos aos quais o programa dá vida) tem de compor versões do sertão apresentado. Vejamos como isso se opera em “No Mundo do Baião”.

No início do segundo programa da série<sup>6</sup>, o seguinte diálogo se estabelece:

- Paulo Roberto: Humberto, você que é doutor do baião poderá me dizer: onde nasceu o baião, afinal?
- Humberto Teixeira: O baião, Paulo, é tão antigo como o sertão nordestino que lhe deu berço. Ali, o cego pede esmola em ritmo de baião.

Neste momento, entra Luiz Gonzaga entoando uma cantiga de cego:

- Cidadão que vai passando/ peço a vossa senhoria/ de uma esmola ao pobre cego/ ai ai, hum, hum/ que não vê a luz do dia.
- Humberto Teixeira: E o violeiro canta no mesmo ritmo, Paulo.

---

<sup>6</sup> Este programa foi ao ar no dia 17/10/1950 na Rádio Nacional e encontra-se disponível para consulta no acervo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro - Sede Lapa. Consta no CD 0187 do Projeto Rádio Nacional - Petrobras.



- Luiz Gonzaga: Quando pego na viola/ dou na prima e no bordão/ canto tudo que eu sinto no compasso do baião/ e as morena em minha frente/ ficam doidas de paixão (2x)
- Humberto Teixeira: E, ainda, é em ritmo de baião que os sanfoneiros executam suas melodias simples e chorosas. E foi sentindo toda a beleza dessa expressão rítmica admirável, que um dia eu e Luiz Gonzaga apresentamos o nosso baião para o Brasil.

O diálogo se encerra com Luiz Gonzaga executando “Baião”, composição sua e de Humberto Teixeira arranjada nesta versão pelo maestro Guio de Moraes, com acompanhamento da orquestra da Rádio Nacional. Enquanto Humberto Teixeira fala sobre o baião, associa sua origem à longínqua e indefinida origem do sertão nordestino, Luiz Gonzaga, através das músicas preenche com personagens que seriam típicos da espacialidade sertaneja (um cego mendicante, um violeiro e um sanfoneiro), cada um deles fazendo-se presentes a partir de diferentes sons, diferentes cantos. Esse esquema pergunta/introdução - explicação - execução musical domina a construção não só desse como de todos os outros programas (o trecho sobre o baião foi apenas exemplo). Um tema é apresentado, é feita a descrição sobre esse tema, e o elemento sintetizador dos dois é a música. No processo de montagem, a mensagem do programa se completa na execução musical, justamente transmitindo a ideia de que a música é o elemento que melhor confere visibilidade, dizibilidade e - pela natureza de sua produção e recepção - audibilidade, uma compreensão audível do que está sendo apresentado. No mesmo programa, logo em seguida à execução de baião, temos um exemplo de como atua Zé Dantas nesse processo:

- Paulo Roberto: Dr. José Dantas, foi médico dos sertanejos durante muitos e muitos anos. Nasceu naquelas plagas, conhece o sertão como ninguém. Ele conhece a alma do sertanejo, e conhece também como vivem, como sofrem, como cantam



os homens do sertão. OH, Zé Dantas, você pode nos apresentar aqui um quadro da vida do Nordeste?

- Zé Dantas: Bem, Paulo. No sertão do Nordeste, como todos sabem, dada a raridade de médicos, o matuto supre essa deficiência, improvisando sem doutor, daí aparecerem umas parteiras, umas curandeiras e etc. Eu vou contar então, como o sujeito vem ao mundo naquelas paragens.
- Paulo Roberto: Não, não, não Zé Dantas. Nada disso. Eu quero que você nos conte os costumes do sertão como se você fosse um matuto. É isso!
- Zé Dantas: (muda a entonação e jeito de falar) Entonce me dê uma viola que eu vou levar você até a casa do capitão Barbino do fundão.

Após, esse diálogo, Zé Dantas inicia a narrativa da história que Luiz Gonzaga depois gravou em disco sob o título de “Samarica Parteira”<sup>7</sup>. Performance oral com fundo musical, em “Samarica Parteira” é narrada a história de como acontecia, segundo os artistas, um nascimento no sertão àquelas épocas, desde o momento em que um “espoleta”, um “menino de recado” vai buscar a parteira em sua casa até o momento final do anúncio do nascimento aos habitantes da redondeza. Nessa narrativa cada elemento da paisagem sertaneja se faz presente através do seu som específico - a batida “seca” dos cascos do cavalo nos lajedos ou a “batida” fofa quando ele avança sobre a terra, a gemedeira das cancelas abrindo e fechando, o coachar dos sapos (que na história é humanizado, traduzido em “ói ói ói ói, ele agora quai sh cai” quando o narrador precisa frear o cavalo que está indo buscar Samarica na beira do rio), o latido peculiar, “fino”, dos cachorros de pobre nos ranchos pelos quais o cavalo passa em frente em disparada, ou ainda, para ficar

<sup>7</sup> JOSÉ DANTAS; LUIZ GONZAGA. **Samarica Parteira**. Rio de Janeiro: RCA. 1973. LP Sangue de Nordeste.



restrito apenas às remissões sonoras ao espaço sertanejo, o ambiente murmurante, cortado pelo agudo das vozes que se revezam nas preces e rezas para que o nascimento da criança aconteça da melhor forma já quando, buscada a trazida a parteira, esta adentra a casa do Capitão Barbino para realizar o parto. O nascimento, não poderia deixar de ser diferente, é documentado aos habitantes da redondeza através do estampido de um bacamarte, um tiro “tão danado de lasciar o cano... mas que em redor de sete léguas não tem fi d’uma légua que não tenha escutado”.

Exemplo bem acabado e povoado de referências espaciais de um sertão construído no plano da audição, de um regime de audibilidade<sup>8</sup>, de um sertão pelo qual se passeia sem se ver, ou sem estar caminhando sobre ele, mas guiado pelos diferentes sons das patas dos cavalos pelos diferentes tipos de solo, mundo oco, reverberativo, onde o barulho do disparo do bacamarte corria légua, onde - pelos sons, homens e bichos se entendiam<sup>9</sup>. Sociedade onde a voz predomina sobre a letra<sup>10</sup>, onde a oralidade ordena, organiza e estrutura de modo mais eficiente que os códigos escritos, foi este sertão que se buscou ser cantado e contado, transmitido, veiculado através das ondas da Rádio Nacional. Era feito de sons o “Mundo do Baião”.

Nesse sentido, podemos afirmar que o sertão construído no programa “No Mundo do Baião” é resultado da montagem, da junção, do

<sup>8</sup> Para a noção de regime de audibilidade, Ver: LOPES, Henrique Masera. **A Caminho do Planetário**: uma história de paisagens sonoras, poéticas e existenciais das psicodelias nordestinas (Recife, 1972-1976). 2017. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

<sup>9</sup> Em outro dos programas da série, o apresentador do programa, Paulo Roberto, afirma: “Os sertanejos nordestinos sabem falar aos bichos, e os bichos entendem a fala do sertanejo. Cada um deles é chamado pelo homem de determinada maneira. O homem canta, assobia ou fala, de um modo muito especial.”. Programa do dia 31/10/1950. Acervo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro - Sede Lapa. Projeto Rádio Nacional - Petrobrás. CD 0188.

<sup>10</sup> Para esta distinção entre sociedades da letra e sociedades da voz, Ver: ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*.



agenciamento de um conjunto de imagens e símbolos cristalizados a respeito desse espaço em um movimento semelhante ao que aconteceu em produções e discursos de outra natureza<sup>11</sup>, potencializados, ordenados, legitimados pela ação da voz de sujeitos que, ligados pela conterraneidade, tomando o sertão como espécie de gentílico, ocuparam no meio radiofônico o papel de divulgadores, de construtores de uma versão sonora desta espacialidade, versão esta que repercutiu e ganhou audiência entre aqueles que, entre a vida de migrante na capital de República e o contato com memórias do passado, identificavam-se com o que era veiculado no programa, tiveram suas lembranças e desejos mobilizados por aquilo que ouviram, aqueles, como o autor da matéria de revista citada no começo desse texto, para os quais o baião era “[...] uma agradabilíssima reminiscência que nos devolve momentos felizes dos tempos de criança.”. Sobre o papel ativo de Luiz Gonzaga e dos demais sujeitos nessa construção, nesse uso da voz, vale reforçar concordando com Paul Zumthor: “Quando um poeta ou intérprete canta ou recita (seja o texto improvisado, seja memorizado), sua voz, por si só, lhe confere autoridade. O prestígio da tradição, certamente, contribui para valorizá-lo; mas o que o integra nessa tradição é a ação da voz.” (ZUMTHOR, s.d., p. 19)

Girando, pois, em torno de uma série de enunciados e imagens autoreferenciados, repetitivos, localizados sempre em um passado, em um tempo histórico resistente a tudo, inclusive à passagem temporal,

---

<sup>11</sup> Sobre o processo de construção imagético-discursiva do sertão, afirma o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “O sertão aparece como o lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras. O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso; é uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de interiorização como as bandeiras, as entradas, a mineração, a garimpagem, o cangaço, o latifúndio, o messianismo, as pequenas cidades, as secas, os êxodos etc. O sertão surge como a colagem dessas imagens, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea. É uma ideia que remete ao interior, à alma, à essência do país, onde estariam escondidas suas raízes.” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 67)



seria o sertão veiculado em “No Mundo do Baião”, um sertão museificado? Um sertão-passado, sertão residente da memória, de um tempo cuja volta é sonhada ou sobre o qual se olha com saudosismo? Lugar que não tem só cor e cheiro, mas som de nostalgia: o som do “[...] vaqueiro cantando um aboio nostálgico”<sup>12</sup>, da “cantiga nostálgica do carro de boi”<sup>13</sup>, do canto das aves de mau agouro e das que anunciam chuva, do farfalhar das árvores e do chocalho dos rebanhos, sertão do qual - diante da realidade da vida na grande cidade, do possível instituído pela tecnologia do rádio - se podia experimentar uma “paisagem sonora”<sup>14</sup>, um quadro sonoro, desde que a frequência do aparelho estivesse, às terças-feiras, às 21h05, dos últimos meses dos anos de 1950 e o início de 1951, sintonizada na PRE-8, a Rádio Nacional.

Entretanto e, por fim, esse conjunto de personagens, bichos, solos, árvores, histórias, sons, cantos e falas, ordenados, roteirizados, compondo uma narrativa, uma paisagem sonora e um regime de audibilidade sertanejo apresentado no programa, não é ele mesmo resultado de condições históricas de possibilidade que permitiram aos artistas dizerem este espaço através não apenas de sua pretensa pureza estético-formal, de sua pretensa unidade em torno de um conjunto de símbolos e significados cristalizantes, mas pelas múltiplas possibilidades que o ambiente urbano do Rio de Janeiro, o desenvolvimento na década de 50 no Brasil do rádio como um meio de comunicação de massa, o aumento da demanda de consumo por entretenimento e músicas dançantes para animar os salões, clubes e *dancings* da capital da República, a intensa concorrência e disputa por espaço na indústria da música, que vinha se expandindo no Brasil colocaram em evidência o baião - permitiram

<sup>12</sup> Programa apresentado no dia 21/11/1950. Projeto Rádio Nacional - Petrobras. CD 0190.

<sup>13</sup> Programa apresentado no dia 28/11/1950. Projeto Rádio Nacional - Petrobras. CD 0190.

<sup>14</sup> Para o conceito de Paisagem Sonora, Ver: SCHAFER, R. Murray. **A Afinação do Mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. “A imitação consciente da paisagem na música corresponde, historicamente, ao desenvolvimento da paisagem na pintura [...]” (p. 152)





que Luiz Gonzaga ocupasse um lugar no panteão dos artistas do rádio da época através do agenciamento dos temas e ritmos regionais para posicionar-se nesse ambiente cultural? O sertão da obra de Gonzaga é transportado do passado para o presente como objeto de museu para apreciação ou, ao contrário, é dado a ver, é construído e exposto através do agenciamento do passado para gerar efeitos/emoções e desejos do presente, como um objeto de vitrine? Não me vinculo definitivamente nem a uma versão nem a outra, pois acho que são complementares. Mas duas coisas não podemos ignorar: no ano de 1950 o sertão está “oficialmente” representado na Capital da República<sup>15</sup> e, como consta na epígrafe desse texto, datada de 1950: o baião é *A Dança da Moda*.

## FONTES

JOSÉ DANTAS; LUIZ GONZAGA. **Samarica Parteira**. Rio de Janeiro: RCA. 1973. LP Sangue de Nordeste.

**RÁDIO ENTREVISTA**. Rio de Janeiro: ., n. 11, 1951. Quinzenal. Disponível em: [memoria.bn.br](http://memoria.bn.br). Acesso em: 24 maio 2021.

- Para a escrita desse texto, foram consultados aos arquivos do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ) – Sede Lapa, onde estão guardados, em formato de CD, a série de programas “No Mundo do Baião”. Os programas citados foram:

Programa do dia 17/10/1950- CD 0187.

Programa do dia 31/10/1950 - CD 0188.

Programa do dia 21/11/1950 - CD 0190.

Programa do dia 28/11/1950 - CD 0190.

---

<sup>15</sup> Paulo Roberto, em *No Mundo do Baião*, se referia a Luiz Gonzaga como “[...] o embaixador da música sertaneja na capital da República”



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990

LOPES, Henrique Masera. **A Caminho do Planetário**: uma história de paisagens sonoras, poéticas e existenciais das psicodelias nordestinas (Recife, 1972-1976). 2017. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SCHAFFER, R. Murray. **A Afinação do Mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



# AINDA OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA: UMA CARTOGRAFIA LITERÁRIA PARA CANUDOS

 Pedro Borges Pimenta Júnior<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A cartografia dos espaços não é um produto resultante apenas da observação da Terra, feita com o auxílio de instrumentos e de técnicas científicas. Na construção dos mapas, tal como na elaboração do texto poético, também cabem o esmero artístico e a sensibilidade criativa. Nesse sentido, segundo Arlete Aparecida Meneguette (2012), a cartografia e seu objeto – o mapa – podem ser definidos, respectivamente, como:

disciplina que envolve a arte, a ciência e a tecnologia de construção e uso de mapas, favorece a criação e manipulação de representações geoespaciais visuais ou virtuais, permite a exploração, análise, compreensão e comunicação de informações sobre aquele recorte espacial. Por sua vez, mapa é definido como uma representação simbolizada da realidade geográfica, representando feições ou características selecionadas, resultante do esforço criativo da execução de escolhas de seu autor, tendo sido concebido para uso quando as relações espaciais são de relevância primordial (MENEGUETTE, 2012, p. 7).

---

<sup>1</sup> IFNMG – Campus Januária. Mestre em Letras – Estudos Literários.



Assim, guardadas as singularidades de cada ofício, ficcionistas estrangeiros e brasileiros, tal como os primeiros cartógrafos, debruçaram-se sobre o interior do Brasil, na expectativa de representá-lo e interpretá-lo, dada sua dimensão e estranheza. Então, sobre a paisagem natural e humana encontrada, esses escritores passaram a construir uma cartografia palimpséstica, carregada de diferentes signos.

Nesse raciocínio, pode-se pensar em um fazer cartográfico para a Literatura. Diferente da cartografia geográfica, que pretende representar o espaço real a partir de mapas que delimitem e territorializem, a cartografia literária corresponde a um movimento oposto, que espelhe, segundo Evelina Hoisel (2004), o caráter apátrida, desterritorializado e nômade hodiernamente atribuído à Literatura.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende discutir como o escritor fluminense Euclides da Cunha mapeou o semiárido norte-baiano do final do século XIX para construir por meio do ensaio *Os sertões*: a campanha de Canudos (1902) uma cartografia construída na confluência do discurso científico e literário, revelando a impressão que o ritmo telúrico do sertão de Canudos (ou intercadência, para empregar uma expressão recorrente na obra do escritor) provocava no narrador, entidade ficcional multiperspectivada e nômade. Para tanto, realizou-se análise crítico-dedutiva da mencionada obra, apoiada nos estudos de Walnice Nogueira Galvão (2009, 2017), Evelina Hoisel (2004), Sandra Regina Goulart Almeida (2015), Suely Rolnik (2011), entre outros.

## **A CARTOGRAFIA EUCLIDIANA: “ENTRE A REALIDADE TANGÍVEL E A FANTASIA CRIADORA”**

Em *Os sertões*, a força telúrica é elemento condutor da narrativa. O espaço chega mesmo a modificá-la, como explica Celina Leal dos Santos (2006), em sua tese de doutoramento: “O sertão exerce o poder de modificar a narrativa, não significa somente espaço geográfico, mas ganha uma nova dimensão gerada pela construção literária.”



Desse modo, pode-se mesmo falar em uma geopoética do sertão (SANTOS, 2006, p. 13).

Considerando que no vasto território brasileiro é possível designar como sertão várias regiões, cada uma com especificidades naturais e históricos de ocupação humana bastante diferentes, as cartografias literárias feitas desses espaços também destoam de autor para autor, em decorrência da agregação dos afetos desses sujeitos à representação que fizeram da paisagem natural. Tem-se, assim, para cada ponto do sertão, uma cartografia única, que procura delimitar a simbologia de cada lugar.

O sertão é, nesse sentido, espaço de tensão, incompreensível quando visto de longe, intraduzível a partir de leituras superficiais. Tornou-se, a partir do momento em que suas características geográficas e sociais foram carregadas para a ficção, o espaço capaz de promover a desconstrução de imagens estereotipadas sobre si e sobre aqueles que o habitam, capaz também de propiciar (ou mesmo infligir) experiências radicais naqueles que se arriscam a representá-lo.

Embora não se possa deixar de salientar que antes e depois da escrita de seu ensaio, Euclides tenha percorrido os caminhos empoeirados das bibliotecas, mergulhando no mar de papel produzido para explicar e descrever o sertão de Canudos, é importante dizer que a viagem ao coração da Guerra de Canudos (1896 - 1897) foi essencial para a construção da obra: Euclides, engenheiro e militar fluminense, andou pelos sertões no período crítico correspondente ao evento bélico, embora tenha permanecido lá por menos de um mês, como lembra Walnice Nogueira Galvão (2009).

A viagem de Cunha ao sertão funcionou, segundo Ronaldo de Melo e Souza (2009), como substrato para a construção de uma persona narrativa única: um ente ficcional nômade, com olhar itinerante, que introjetou a paisagem sertaneja para produzir um mapa que espelhasse o modo singular com que Euclides enxergava o país. Nessa direção, é possível interpretar *Os sertões* como cartografia literária: uma espécie de construção estético-subjetivo-política capaz de revelar paisagens li-



minares, forjadas pela imaginação poética a partir das impressões que o espaço geográfico foi imprimindo na imaginação do escritor (tomado aqui como cartógrafo) no momento em que o autor realizou sua breve incursão pelo sertão norte baiano.

Para melhor entender como tal deambular pela caatinga resultou na representação literária dessa paisagem, utilizaremos como ponto de partida teórico a abordagem cartográfica proposta por Suely Rolnik (2011). Diferentemente da cartografia realizada para mapear a geografia natural do planeta, o conceito da psicanalista brasileira vislumbra a cartografia da subjetividade humana, retratada por “paisagens psicossociais”, subjetivações coletivas, dadas pela cultura e cristalizadas historicamente:

Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis (ROLNIK, 2011, p. 23).

Nessa linha, passamos a tratar o sertão como uma construção coletiva, um “símbolo imposto” pelo contexto histórico nacional e latino, utilizado para qualificar e valorar determinados territórios cujas características permitiram, segundo Antônio Robert Moraes (2012), a “apropriação simbólica de um dado lugar.” Dessa forma, o símbolo em que se transformou o sertão passa a representar esse território (MORAES, 2012, p. 2).

De tal modo, segundo Rolnik (2011), o cartógrafo percorre o espaço, “mergulhado nas intensidades de seu tempo e (...) atento às linguagens que encontra”, devorando os signos de que precisa para construir sua representação, ou paisagem, numa espécie de antropofagia. Desse encontro, o cartógrafo/escritor passa então a construir o seu mapa, que não traduz a realidade ou, simplesmente, sua imaginação pura, mas o entre-lugar, a fronteira em que essas duas dimensões se chocam (ROLNIK, 2011, p. 23 - 24).



Porém, quando aqui tratamos de cartografia literária, não estamos nos referindo ao mapeamento e periodização que a História da Literatura tem empreendido desde seus primórdios. Considerando a liminaridade da Literatura, as cartografias ficcionais devem consistir – segundo Evelina Hoisel e Sandra Goulart Almeida (2015) – no delineamento de fronteiras, na demarcação de limites entre espaços reais e simbólicos materializados na escrita. Nesse sentido, o espaço na literatura é sempre um entre-lugar, uma fronteira.

O conceito de cartografia, segundo Hoisel, “traduz mais uma apropriação, uma travessia literária por um território disciplinar um tanto incomum no panorama dos discursos sobre a literatura em sua relação com os demais saberes, ou seja, a geografia” (HOISEL, 2004, p. 150).

Portanto, a ideia de cartografia não deve ser confundida, segundo a pesquisadora, com a elaboração de mapas literários. Cartografar é, noutro sentido, delinear fronteiras, demarcar limites entre espaços reais e simbólicos. É na fronteira, portanto, que essa cartografia funciona, uma vez que, citando Hoisel:

Nas cartografias literárias e culturais, todavia, fronteiras indicam geografias que só podem ser estabelecidas por metodologias interdisciplinares que atravessam múltiplos territórios discursivos ou textuais. O estabelecimento de cartografias convoca, assim, um campo conceitual no qual predominam as noções de trânsitos, travessias, migrações, passagens, trocas, diálogos, territorializações, desterritorializações, errâncias, diásporas, fronteiras, limiares, como instrumentos para a compreensão dos bens simbólicos, imaginários, enquanto produções que se realizam em espaços e temporalidades, distintos dos padrões tradicionais através dos quais os estudos literários e culturais operam até então (HOISEL, 2004, p. 150).

Dessa forma, uma cartografia literária deverá mapear os entre-lugares produzidos a partir da intercessão entre imaginação e realidade, que acontece quando o texto literário passa a representar, por exemplo,



a relação entre o homem e a Terra (espaço natural) ou o homem e o Mundo (espaço social). Essa relação é representada, portanto, num espaço de fricção, produzindo informações capazes de revelar uma nova abordagem espacial que a exatidão da ciência geográfica não consegue expressar.

Na contemporaneidade, as narrativas que permitem essa nova cartografia literária privilegiam, segundo Almeida, “os relatos e experiências dos sujeitos híbridos”, marcados pela tentativa de ocupar esses entre-lugares. Tratando da literatura produzida contemporaneamente por escritores em situação diaspórica, Almeida lembra que as narrativas que representam a ação desses sujeitos em espaços fronteiros, acabam por:

abrir uma fissura no fino tecido das produções literárias contemporâneas ao introduzir um elemento antes silenciado ou relegado simplesmente à margem. (...) Essas narrativas desestabilizam os relatos hegemônicos e descentram o centro, demarcando várias possibilidades de construção desse outro hegemônico e multifacetado (ALMEIDA, 2015, p. 17).

Na mesma direção de Hoisel, Almeida lembra que essas novas cartografias mapeiam, atualmente, as obras literárias a partir de noções como “diáspora, cosmopolitismo, globalização, mundialização, multiculturalismo, nomadismo, planetariedade.” Tais noções, segundo ela, “apontam para o espaço como categoria privilegiada, mas como uma entidade discursiva movente e deslizante, que atua por meio do atravessamento de fronteiras, quer físicas ou virtuais” (ALMEIDA, 2015, p. 29).

Embora a abordagem de Hoisel e Almeida estejam mais ao rés da produção literária contemporânea, como já observado, as duas autoras ajudam a compreender a escrita de *Os sertões* como um atravessar de fronteiras.

Foi isso que escritor experimentou ao desempenhar a função de cartógrafo dos sertões brasileiros em duas situações: compôs cartogra-





fias literárias e elaborou mapas. Embora o trabalho de mapear o território brasileiro tenha dado notoriedade a Euclides dentro dos círculos governamentais e no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o escritor logrou maior êxito ao transpor as impressões que lhes despertaram o semiárido de Canudos e a floresta amazônica para as páginas de *Os sertões* (1902), de *Peru versus Bolívia* (1907), *Contrastes e confrontos* (1907), *Um paraíso perdido* e de *À margem da história* (1908).

Essas cartografias (literárias e geofísicas) ajudaram o Brasil a conhecer o insurrecto arraial de Canudos e a dirimir o conflito entre os governos peruano, brasileiro e boliviano quanto à posse de fração do território amazônico. Nesse último caso, a contenda decorria de problemas nas cartas geográficas usadas para descrever as fronteiras políticas e geográficas dessa região. Euclides da Cunha (1907) as considerava, “no geral, suspeitas: as mais das vezes, incompletas; quase sempre, traiçoeiras; sempre disparatadas” (CUNHA, 1907, p. 147).

Observador atento e metódico, bastante influenciado pela leitura dos cronistas que tinham visitado os sertões do Brasil e ainda pelos trabalhos que os cartógrafos antes dele esboçaram sobre aquelas fronteiras desconhecidas, durante sua viagem ao Norte, Euclides escreveu relatórios e ensaios, produzindo mapas para racionalizar a imensidão caótica da selva. Um deles, o *Esboço da Zona Litigiosa e do território brasileiro do Acre*, foi publicado na primeira edição de *Peru versus Bolívia*. É nessa mesma obra que Euclides emite sua opinião sobre o que seria o trabalho cartográfico. Em sua visão:

o cartógrafo profissional, afeito a percorrer, à maravilha, milhas de milhas, e miriâmetros, montando comodamente um lápis bem aparado e destro, velocíssimo e ágil no transpor oceanos e no romper, em décimos de segundo, continentes inteiros, perde, exausto ao fim destas imaginosas viagens, em que não moveu um passo, as próprias noções universais da forma e das distâncias. Há deploráveis desvios de justeza e boa medida em todos estes atlantes homúnculos, que em toda parte aparecem, carregando



cada um o seu pequeno mundo muito bem-feito e quase sempre errado (CUNHA, 1907, p. 147).

Assim, Euclides critica o trabalho daqueles profissionais que preferem montar um “lápis bem apontado e destro” a palmilhar as distâncias que pretendem mapear. Faltava a esses, segundo Cunha, “a intimidade da Terra”, pois:

Nunca sentiram em torno, entre as vicissitudes das explorações longínquas, o império formidável do desconhecido a ressaltar nas perspectivas assombradoras das paragens ermadas e nunca percorridas. E, sobretudo— por lhes inspirar mais respeitoso carinho a face do planeta, que irreverentemente garatujam— não avaliam que, não raro, a zona mais restrita, por onde lhes passa o lápis forro e endiabrado, é o deserto interminável, que o explorador sucumbido, não lhe bastando o norte vacilante da bússola, só pode dominar amarrando-se, cada noite, com os raios refletidos do sextante, às âncoras das estrelas. . . Daí, em grande parte, o arrojo com que pompeiam os seus riscos rebeldes e heresias gráficas. Na sua grande maioria, estes hábeis caricaturistas de rios e de montanhas só se tornam inócuos quando se atêm à cópia, ou ao decalque mecânico das linhas e dos erros de seus antecessores. Se a fantasia se lhes desaperta, a revolver terras e mares, assiste-se á inversão do Gênesis. Restaura-se a imagem perturbadora do caos. . . (CUNHA, 1907, p. 148).

Nesse sentido, os mapas geofísicos construídos sem que o geógrafo vá a campo são apenas “hábeis caricaturas de rios e de montanhas”, “decalque mecânico” da paisagem e, por isso, sem valor. O contato com o espaço cartografado é, em contraposição, um índice de qualidade para os mapas. Euclides sustenta sua conclusão enumerando os acertos e os equívocos no trabalho de bons e maus cartógrafos. Durante a incursão para reconhecimento do rio Purus, Euclides informa ao leitor que, para sua expedição, dera crédito apenas àqueles seus prógonos que estive-



ram in loco na selva: “reportamo-nos apenas aos geógrafos que perlustraram aquelas regiões. Os demais, deixamo-los” (CUNHA, 1907, p. 148).

Para Euclides, os métodos e as terminologias utilizados pelas ciências são essencialmente artísticos porque “consistem em exagerar os caracteres dominantes dos fatos, de modo a facultar-nos uma síntese, mostrando-no-los menos como eles são do que como deveriam ser.” Dessa forma, o cartógrafo (ou o cientista em geral) oscila entre o sonho e a realidade:

Assim nos andamos nós – do realismo para o sonho, e deste para aquele, na oscilação perpétua das dúvidas, sem que se possa diferenciar, na obscura zona neutral alongada à beira do desconhecido, o poeta que espiritualiza a realidade, do naturalista que tateia o mistério (CUNHA, 2009, p. 137 - 138).

Trata-se, pois, de um “recalcitrante idealismo” que nubla o olhar do cartógrafo quando este parte para longínquas fronteiras na intenção de dominar a obtusidade do espaço. Nesse percurso sertão adentro, o cartógrafo surpreende-se ao enxergar-se como poeta e criador, a ouvir estrelas, embora tenha sempre os pés e os olhos na paisagem que perscruta, numa postura narrativa diferente daquela que os viajantes empreenderam:

Porque quando nos vamos pelos sertões em fora, num reconhecimento penoso, verificamos, encantados, que só podemos caminhar na terra como os sonhadores e os iluminados: olhos postos nos céus, contrafazendo a lira, que eles já não usam, com o sextante, que nos transmite a harmonia silenciosa das esferas, e seguindo no deserto, *como os poetas seguem na existência... a ouvir estrelas!* (CUNHA, 2009, p. 139, grifo nosso).

Para Euclides, essa idealização aumenta mecanicamente quando se está em contato com o mundo exterior, longe dos gabinetes, portanto. A “majestade da vida” impregna o olhar. A relação de intimidade do



homem com a Terra permite alargar “novos quadros reveladores das imagens infinitas da natureza.” Assim, essa relação torna-se mais harmônica. (CUNHA, 2009, p. 140) É o que nos revela Euclides da Cunha nessa outra passagem extraída do prefácio do livro *Poemas e canções*, obra do poeta Vicente de Carvalho, publicada em 1908:

à medida que se nos torna mais claro o sentimento das energias criadoras que nos circulam, e vai eliminando-se do nosso espírito o velho espantallo da discórdia dos elementos, de que tanto se apraziam os deuses vagabundos, e nos sentimos mais equilibrados, mais fortes, mais solidários com a harmonia natural – maior se torna a fonte inspiradora do nosso idealismo, fortalecido por impressões mais dignas da majestade da vida (CUNHA, 2009, p. 140).

Em outro texto do ciclo amazônico, *Um paraíso perdido*, Euclides da Cunha (2000) fala de um “idealismo incorrigível” que contribui para que o cartógrafo ou poeta mapeie “no claro – escuro do desconhecido.” Contudo, para o autor, o trabalho do cientista (sábio) diverge do fazer poético. Enquanto aquele precisa subir por “infinitos degraus” para chegar a “análises cautelosas”, este alcança o desconhecido num átimo:

São a realidade, ainda não vista, a despontar com as formas de um incorrigível idealismo, no claro-escuro do desconhecido... Um sábio no-la desvendaria, sem que nos sobressalteássemos, conduzindo-nos pelos infinitos degraus, amortecedores, das análises cautelosas. O artista atinge-a de um salto; adivinha-a; contempla-a, d’alto; tira-lhe, de golpe, os véus, desvendando-no-la na esplêndida nudez da sua virgindade portentosa. Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênese (CUNHA, 2000, p. 346).

Assim, ainda nos referindo ao mencionado prefácio, do contato entre o homem e a Terra surge uma escrita (ou cartografia) liminar, resultado da “aproximação crescente entre a realidade tangível e a fan-



tasia criadora”, segundo Euclides. A cartografia euclidiana seria, nesse sentido, construída na confluência do discurso científico e do literário (CUNHA, 2009, p. 90).

Esse aspecto da escrita euclidiana é utilizado por Luiz Costa Lima (1997) para defender a tese de que, em *Os sertões*, é central a preocupação com a realidade e que o discurso literário é apenas ornato, responsável por potencializar as imagens captadas da Terra. É a partir dessa divisão que Luiz Costa Lima cria a expressão “subcena” para referir-se ao papel secundário e ornamental da expressão literária, utilizada na obra de Euclides, segundo o crítico, como “moldura de uma paisagem que tenha sido de antemão cientificamente modulada. E assume seu direito de existência onde a pura descrição não incorre novos dados a serem elaborados” (LIMA, 1997, p. 160).

Segundo Lima (1997), o consórcio entre arte e ciência é uma postura mais ou menos fixa entre os cartógrafos do século XIX. Um deles, muito significativo para Euclides da Cunha, é Alexander von Humboldt, naturalista alemão que se esforçou para “combinar exatidão descritiva e efeito estético.” (LIMA, 1997, p. 221) Para Humboldt, conforme Lima, “a descrição física do mundo suscita o equilíbrio da imaginação e do entendimento.” Um dos recursos utilizados pelo cartógrafo alemão para demonstrar a harmonia entre Ciência e Arte era estimular a imaginação do leitor por meio de comentários sobre as sensações que a natureza lhe ia imprimindo.

## UMA CARTOGRAFIA PULSANTE: A VIBRAÇÃO DA VIDA UNIVERSAL EM PERSPECTIVA

Indo na perspectiva humboldtiana, cada vez mais imbuído de seus sentimentos pela natureza, o poeta acaba por registrar, segundo Euclides da Cunha (2009), “a vibração da vida universal”. (CUNHA, 2009, p. 140) Essa vibração ou ritmo telúrico tornara-se, então, uma temática constante nos textos de Euclides e constituem-se, entre muitas, uma



particularidade da cartografia euclidiana. Materializada na expressão intercadência, está presente em *Os sertões*, em *Contrastes e confrontos* e em *Um paraíso perdido*. Nessas obras, o autor fluminense se referia à intercadência como o ritmo desordenado com que operam as forças naturais. Nesse sentido, na obra aqui analisada, emprega esse termo para tratar de vários fenômenos, como:

a) do movimento cíclico com que o clima semiárido calcinava o sertão e que, em seguida, o enchia de vida. O estio, segundo Cunha (2016), transformava o sertão num deserto, onde a vida restava latente, imobilizada. Contudo, a chegada das chuvas promovia a ressurreição da flora e fauna sertanejas:

Por fim, não impressionavam. Quem se aventura nos estios quentes à travessia dos sertões do Norte afeiçoa-se a quadros singulares. A terra, despindo-se de toda a umidade — numa *intercadência* de dias adustivos e noites quase frias — ao derivar para o ciclo das secas parece cair em vida latente, imobilizando apenas, sem o decompor, os seres que sobre elas vivem. Realiza, em alta escala, o fato fisiológico de uma existência virtual, imperceptível e surda — energias encadeadas, adormecidas apenas, prestes a rebentarem todas, de chofre, à volta das condições exteriores favoráveis, originando ressurreições improvisas e surpreendedoras. E como as árvores recrestadas e nuas que, à vinda das primeiras chuvas, se cobrem, exuberando seiva, de flores, sem esperar pelas folhas, transmudando em poucos dias aqueles desertos em prados — as aves que tombam mortas dos ares estagnados, a fauna resistente das caatingas que se aniquila, e o homem que sucumbe à insolação fulminante, parecem, jazendo largo tempo intactos, sem que os vermes lhes alterem os tecidos, esperar também pela volta das quadras benfazejas. (...) Os primeiros aguaceiros varrem, de pronto, esses espantalhos sinistros. A decomposição é, então, vertiginosa, como se os devorassem flamas vorazes. É a sucção formidável da terra, arrebatando-lhes, ávida, todos os princípios elementares, para a revivescência triunfal da flora (CUNHA, 2016, p. 433 – 434, grifo nosso).



b) da instabilidade da alma do sertanejo (ora forte e potente, ora inexpressivo e atávico), descrita em duas passagens de *Os sertões*. A primeira descreve a natureza contrastante do sertanejo, variando ao sabor das condicionantes ambientais. A segunda passagem diz respeito ao desenvolvimento do vaqueiro, figura sertaneja “condenada à vida”, ao sofrimento que ela impõe:

Este contraste impõe-se à mais leve observação. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja – caracterizado sempre pela *intercadência* impressionadora entre impulsos extremos e apatias longas (...). Atravessou a mocidade numa *intercadência* de catástrofes. Fez-se homem, quase sem ter sido criança. Salteou-o, logo, intercalando-lhe agruras nas horas festivas da infância, o espantinho das secas no sertão. Cedo encarou a existência pela sua face tormentosa. É um condenado à vida. Compreendeu-se envolvido em combate sem tréguas, exigindo-lhe imperiosamente a convergência de todas as energias (CUNHA, 2016, p. 116 - 117 grifo nosso).

c) do ritmo da Guerra de Canudos, com momentos mais agônicos e mais tranquilos, em que sertanejos e soldados se sucediam vitoriosos ou derrotados nas pelejas. A passagem abaixo, de *Os sertões*, narra os momentos decisivos da quarta expedição liderada pelo general Artur Oscar e permite observar que a *intercadência* também está presente na Guerra:

Aquela pertinácia formidável começou no dia 18 e não fraqueou mais. Terminara o ataque mas a batalha continuou, interminável, monótona, aterradora, com a mesma *intercadência* espelhada na Favela: difundida em tiros que sulcavam o espaço de minuto a minuto, ou tiroteios alastrando-se furiosamente por todas as linhas, em arrancos súbitos, repentinos combates de quartos de hora, prestes travados, prestes desfeitos, antes que terminassem as notas emocionantes dos alarmas. Esses assaltos subitâneos, intermeados de longas horas de repouso relativo, traduziam



sempre uma inversão de papéis. Os assaltantes eram, por via de regra, os assaltados. O inimigo encantado é quem lhes marcava o momento angustioso das refregas, e estas surgiam sempre de chofre (CUNHA, 2016, p. 423 grifo nosso).

A intercadência que se faz presente na cartografia de Canudos, pode ser pensada a partir da análise da biografia de Euclides da Cunha. Nessa direção, Coelho Neto (2009), imbuído das teorias evolucionistas aplicada ao estudo da História e das sociedades, entende *Os sertões* como uma espécie de “definição da alma brasileira”, marcada por intercadências. Para o intelectual, as ondulações da História são o resultado do caráter miscigenado do povo, cuja “policromia se resolve em alvura”, ou seja, os “defeitos” dos elementos afro-indígenas são “diluídos” no elemento europeu:

E não é assim que, por ondulações, temos vindo do passado até hoje, da servidão de colônia à soberania do Império e à democracia da República, ora deprimidos, ora alevantados; humildes até o cativo e sublimes na apoteose, com os pulsos ainda vincados das algemas repelindo usurpadores e pondo abaixo o trono; surgindo da escuridão úmida do ergástulo para correr, em cavalgada heroica, às margens do Ipiranga? (COELHO NETO, 2009, p. 123 - 124).

Descontada a visão racial destorcida, ao que parece, pelos pressupostos da época, Coelho Neto (2009) nos fornece uma pista biográfica relevante para entender a intercadência euclidiana quando associa esse conceito ao ritmo que o escritor impunha à própria vida e, em especial, a sua obra. Desse modo, conforme Coelho Neto (2009):

Euclides falava como escrevia: aos arranques, alternando suas variedades, remansados de voz, quase cochichos, com erupções de eloquência acompanhadas de gestos desabridos. Ora, dava a impressão dormente de brando filete d’água, manando sumido em ervais, ora catadupejava violento, tonitruoso, aos cachões. Falava em recaído abandono, sentado amolengadamente na atitude





lerda em que nos descreveu o seu sertanejo paradoxal, ou caminhando hirto, empertigado, sobreceño, a bater com arrogância, rijamente, os pés (COELHO NETO, 2009, p.124).

O comportamento de filete d'água (brando/violento) corresponde ao caráter nômade do Euclides cartógrafo e fica patente nesta fala, reproduzida por Coelho Neto a partir de um diálogo mantido com o escritor: “Não sou homem de jardins, prefiro a brenha emaranhada. Entre milhões de árvores, o pássaro vai direito àquela em que tem o ninho. Assim eu. Entendo-me nesta barafunda. Estou habituado ao caos.” (COELHO NETO, 2009, p. 149)

A biografia mais recente de Euclides da Cunha – *Euclides da Cunha: uma odisseia nos trópicos* (2009), fruto do trabalho do crítico americano Frederic Amory, coloca em pauta o nomadismo do escritor. Segundo Amory (2009), as “constantes remoções do jovem Euclides de lar adotivo para lar adotivo e de escola para escola”, tanto no Rio de Janeiro como em Salvador, “estabeleceu o padrão do chamado nomadismo de sua vida profissional adulta” (AMORY, 2009, p. 31).

A mesma intercadência, usando a expressão euclidiana, também se observou na fase adulta do escritor, aspecto que desencadeava desarranjos e tensões familiares, culminando com o assassinato do escritor pelo amante de sua esposa Ana de Assis, segundo Amory:

A maior tensão que pesava sobre sua família e sobre o próprio Euclides era o nomadismo de seu modo de vida, pois nunca podia saber quando e para que outro município do estado de São Paulo seria chamado a executar mais um projeto de engenharia. São José do Rio Pardo, Lorena, Guarujá: foram essas as pequenas cidades do estado às quais a família o acompanhou: nunca ficava muito tempo num lugar, com exceção de São José, nunca possuía uma casa, mas acampava nas casas de outros como ciganos, nunca conseguiu guardar coisas de modo adequado, sem lugares para livros e roupas, nunca se estabeleceu – foi muito exaustivo esse modo de vida, sem raízes e sem descanso (AMORY, 2009, p. 312).



O nomadismo euclidiano fazia parte de sua personalidade, embora fosse algo que o extenuasse, segundo Walnice Nogueira Galvão (2017): “Uma constante insatisfação e o impulso ao nomadismo eram traços da personalidade de Euclides. Não conseguia ficar parado em lugar nenhum e era portador de um espírito de aventura que o espicaçava” (GALVÃO, 2017, p. 76).

De fato, Euclides era um intelectual irrequieto, avesso aos gabinetes, que nunca construiu uma biblioteca, embora se possa dizer que sua principal obra tenha pretensões enciclopédicas. Contraditoriamente, por mais que sua fala a Coelho Neto pareça indicar um homem extremamente satisfeito com a vida ao ar livre, em algumas cartas confidenciou a fadiga que sentia em razão de suas jornadas pelo interior.

Sobre isso Galvão destaca que, em algumas missivas dirigidas a amigos e familiares, Euclides descrevia sua vida errante como um obstáculo para seu labor intelectual. Nesses textos, conforme Galvão, Euclides referia-se a si como:

um “peregrino” até munido de cajado, sua vida de trabalhos a uma “peregrinação”. Seu ofício é às vezes “uma engenharia errante”, às vezes “uma engenharia andante”, outras vezes “uma engenharia fatigante”, ou ainda uma “profissão ingrata”. Atribuía esse desgosto ao fato de que o cunho andarilho de sua vida nessa fase o mantivesse afastado dos livros, dos estudos e da escrita (GALVÃO, 2017, p. 78).

Além das aflições que os problemas familiares lhe causavam, Euclides nutria um sentimento de injustiça e desencanto que crescia, segundo Adilson Citelli (1998), em razão de percalços em sua vida pública e profissional: “a candidatura a deputado que não vinga; a comissão para presidir a construção da Madeira-Mamoré que se frustra; a crônica falta de dinheiro titulada brincalhonamente de “anemia algibeiral”; o emprego que não vem.” Some-se a isso o escândalo aparentemente



ingênuo do escritor ao concluir que na República, pela qual sua geração tanto lutou, expondo as mazelas e expedientes moralmente reprováveis do antigo regime, triunfava “o carreirismo, a subserviência e o oportunismo” (CITELLI, 1998, p. 104 - 105).

Com esse quadro, Euclides se junta a um seleto grupo de intelectuais brasileiros que constituíram, segundo Francisco Foot Hardman (1998), uma “linhagem do desencanto ou desilusão do progresso”. Para o estudioso, as raízes desse fenômeno “repousam em matrizes da concepção de mundo do romantismo, associadas de forma intensa a representações simbólicas do sublime (HARDMAN, 1998, p. 277).

Percorrer o interior do país para cartografá-lo não era totalmente uma resposta ao chamado da Terra, embora os primeiros escritos e obras de Euclides assim sugerem. Antes disso, as cartografias euclidianas feitas sobre o interior baiano e a selva amazônica possuem, conforme Êlcio Lucas (2005), um viés personalista. Isso conduz a “poética euclidiana” para “depoimentos pessoais”, perspectiva que justifica a predileção do autor pelo ensaio (LUCAS, 2005, p. 27).

Nesse sentido, a representação que Euclides faz do espaço amazônico, destoante da pintura exótica que os primeiros viajantes fizeram, é percebida como forma de mimetizar o olhar do observador na paisagem observada. A apresentação desse novo olhar faz parte do projeto político-intelectual de Euclides, que transforma os sertões no “cenário épico ideal para as suas ambições de renovada participação política através da literatura.” Eis consolidada, portanto, a plataforma política do autor: desvelar a face sertaneja da nação brasileira, explicar o país com base em suas observações da vida e da natureza do interior, construir uma narrativa para incluir a terra ignota e a terra sem história na cartografia do país que tentou desenhar (LUCAS, 2005, p. 28).

Essa preocupação, para Berthold Zilly (1997), revela o interesse em denunciar, de modo apaixonado, a própria guerra como um crime, assumindo o papel de “professor, advogado, orador fúnebre, num discurso de pesquisa e instrução, de defesa e acusação, de luto e glorificação.”



Euclides, ainda segundo Zilly, não almejava conquistar a glória literária com a tradução de sua obra para o francês. Antes disso, considerando-se as escolhas estéticas, a pretensão enciclopédica e a intenção moral da obra, tencionava divulgar seu libelo contra o crime que foi a Guerra, promovendo uma autocrítica da civilização no início do século XX.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA CARTOGRAFIA ENGAJADA

De fato, apenas uma trajetória tão irregular e intercadente seria capaz de produzir um mapa tão pulsante do sertão de Canudos, resultado da fusão de imaginação, ciência e arte, alicerces para sustentação do ambicioso projeto político e intelectual de revelar as mazelas da “terra ignota”. Embora se fale da importante relação de Euclides com a natureza, evidenciada em vários momentos da obra analisada, não se pode mitificar a relação telúrica do escritor com os sertões brasileiros.

Por mais clara que seja a posição da crítica euclidiana sobre esse aspecto (ajudada sobremaneira pela divulgação do arquivo pessoal do autor e pelas acuradas pesquisas quanto as suas influências e leituras, como brevemente exposto neste artigo), é importante também que se leve em conta, ao analisar a cartografia literária produzida sobre os sertões, o pretensioso projeto do autor de construir um amplo e definitivo mapa dos vários Brasis. No caso de sua obra mais conhecida, *Os sertões*, a denúncia da guerra contra os sertanejos e a responsabilização do governo central pelo abandono e atraso dos sertões constituem-se em um impetuoso posicionamento político, inédito e corajoso, àquele tempo.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. **Cartografias contemporâneas: espaço, coo**, escrita. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. 220 p.

AMORY, Frederic. **Euclides da Cunha: uma odisseia nos trópicos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, 432 p.



CITELLI, Adilson Odair. Correspondência de Euclides da Cunha. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 3, p.103-107, jul. 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/l/article/view/17263/19277>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

COELHO NETO, Henrique Maximiano. Euclides da Cunha: feições do homem. **Revista Brasileira**. n° 61, 2009, Rio de Janeiro.

CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da. **A(s) geografia(s) da literatura**: do nacional ao global. Guimarães: Opera Omnia, 2011. 118 p. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23202/1/As%20geografias%20da%20literatura.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

CUNHA, Euclides da. Antes dos versos (Prefácio a *Poemas e canções*, de Vicente de Carvalho). In: VENANCIO FILHO, Alberto; FRANCO, Affonso Arinos de Melo; Janeiro: ABL, 2009b. (Coleção Afrânio Peixoto).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: a campanha de Canudos. Edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu Editora / Edições Sesc, 2016. 704 p.

CUNHA, Euclides da. **Peru versus Bolívia**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1907, 199 p.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal. 2000, 393 p.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha nas vascas da modernidade. **Svĕt Literary**, S.l., p.71-79, jun. 2017. Disp. em: <[https://svetliterary.ff.cuni.cz/wp-content/uploads/sites/14/2017/06/Walnice\\_Nogueira\\_Galv%C3%A3o\\_71-79.pdf](https://svetliterary.ff.cuni.cz/wp-content/uploads/sites/14/2017/06/Walnice_Nogueira_Galv%C3%A3o_71-79.pdf)> Acesso em: 07 jun. 2021.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 326 p.

HARDMAN, Francisco Foot. Silva Jardim: a República e o vulcão. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 12, n. 34, p.277-286, dez. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141998000300025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300025)>. Acesso em: 07 jun. 2021.

HOISEL, Evelina. Sobre cartografias literárias e culturais. In: BITTENCOURT, Gilda N.; MASINA, Léa; SHIMITD, Rita (Org.). **Geografias literárias e culturais**: espaços/temporalidades. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2004. p. 149-156.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a invenção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, 340 p.

LUCAS, Elcio. **Amazônia – tempo e lugar**: de onde falam Euclides da Cunha e Ferreira de Castro? 2005. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, De-



partamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MENEGUETTE, Arlete Aparecida Correia. Cartografia no século 21: revisitando conceitos e definições. **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 6, n. 1, p.06-32, jun. 2012. Disponível em: <<http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/131/64>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, nº 4 – 5, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina / Editora UFRGS, 2011, 247 p.

SANTOS, Celina Leal dos. **A poetização do espaço nos sertões de Euclides e Rosa**. 2006. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Literatura e Crítica Literária, PUC-SP, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SOUZA, Ronaldo de Melo e. **A Geopoética de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009. 216 p.

ZILLY, Berthold. Um depoimento brasileiro para a História Universal: Traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 9, p.5-15, out. 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/112>>. Acesso em: 07 jun. 2021.



# SERTÃO, SERTÕES DO PIAUÍ: TERRITÓRIOS RETRAÇADOS, QUESTÕES REDEFINIDAS?

 Ana Maria Bezerra do Nascimento<sup>1</sup>

## ALGUMAS PALAVRAS PARA INICIAR

O sertão do Piauí está presente desde os relatos de viajantes<sup>2</sup>, administradores<sup>3</sup> e missionários<sup>4</sup>, como a região que, de forma genérica, também era sertão e se opunha ao litoral. Era também província, ou capitania do Norte, depois estado do Nordeste. Ao mesmo tempo, era a região da seca, do majestoso rio Parnaíba<sup>5</sup>, de índios bravos, do curral,

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do curso de licenciatura em ciências sociais da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

<sup>2</sup> Spix & Martius, *Viagem pelo Brasil* (1818 a 1820) e G. Gardner, *Viagens pelo Brasil Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 a 1841*.

<sup>3</sup> Para Odilon Nunes (2007, p. 289), a narrativa do Padre Miguel Carvalho “Descrição do sertão do Piahy” (1697), seguida do “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”, de autor anônimo, são as mais “antigas páginas da nossa história” e os “únicos vestígios que encontramos duma literatura”. Os demais documentos são “peças burocráticas, de caráter puramente oficial” (NUNES, 2007, p. 289).

<sup>4</sup> Além do relato do Padre Miguel de Carvalho temos o do padre Joaquim José Pereira, “Memória sobre os nitros e inventos na Capitania do Piauí e Maranhão” (1799).

<sup>5</sup> Segundo Taunay (1928, p. 334), o majestoso Parnahyba foi denominado de “Rio Grande dos Tapuias” segundo Gabriel Soares, no *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, “Pará”, segundo Diogo de Campos; “Paraoçu” segundo Bento Maciel Parente, e “Punaré”; segundo frei Vicente do Salvador na sua *Historia da Custodia do Brasil*.



da fazenda, do couro, do boi, e que foi devassada e reocupada por bandeirantes paulistas e sertanistas baianos<sup>6</sup>.

Era dividido e subdividido geograficamente assim: o sertão das Rodelas era uma área que compreendia uma vasta região composta, segundo Afonso de Taunay, em sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, de “rios, terras férteis, clima muito saudável, próprios à criação e sustento de gado” (TAUNAY, 1946, p. 268); já o “sertão mimoso” era, para o viajante naturalista George Gardner, em *Viagens pelo Brasil Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 a 1841*, “a região oriental de Piauí e quase toda a província do Ceará, chamada pelos habitantes em contradistinção as zonas centrais e ocidentais a que dão o nome de agreste” (GARDNER, 1976, p. 196); para Capistrano de Abreu, em *Capítulos da História Colonial* (1982), o sertão estava dividido em *sertões de dentro*<sup>7</sup>, área que abrangia desde o São Francisco até o sudoeste do Maranhão, e *sertões de fora*, que se estendia da Paraíba até o sertão de Acaraú, no Ceará. E concluiu que “as semelhanças entre os moradores de ambos os sertões avultam mais que entre quaisquer outros habitantes do Brasil” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 135); no “Alto sertão” ficava a Serra da Ibiapaba, que englobava uma divisão com a província do Ceará, até o litoral piauiense, e era a principal passagem para o Maranhão; e no

<sup>6</sup> Em conformidade com Alencastre (2015) e Pereira da Costa (1974), a colonização do Piauí ocorreu entre 1660 a 1780. O período corresponde a antes e depois da penetração dos bandeirantes paulistas e sertanistas baianos, pelos seguintes fatos: foi um período conhecido como devassamento, desbravamento ou ocupação das terras dos sertões piauienses; foi um período caracterizado pela caça e extermínio do gentio e expulsão de posseiros e sesmeiros; o período também é marcado pela mudança de jurisdição político-administrativa, quando o Piauí deixa de pertencer a Pernambuco e passa para jurisdição do Maranhão. Por fim, é, principalmente, um período de implantação de uma estrutura centrada na dinâmica do ciclo do gado ou da civilização do couro. No final do século XVIII, é possível dar como implantada essa estrutura em toda a bacia do rio Parnaíba até o rio São Francisco.

<sup>7</sup> A expressão é utilizada no título da obra do escritor piauiense Renato Castelo Branco, *A Conquista dos Sertões de Dentro*, romance histórico (1983). Apoiar-se em estudiosos da história do Piauí (Pereira da Costa, Odilon Nunes, Abdias Neves entre muitos outros) e do Brasil (Câmara Cascudo, Cassiano Ricardo, Alcântara Machado, Afonso de Taunay, Capistrano de Abreu entre outros).





“sertão do mimoso” era, “a região oriental de Piauí e quase toda a província do Ceará, chamada pelos habitantes em contradistinação as zonas centrais e ocidentais a que dão o nome de agreste” (GARDNER, 1976, p. 196).

Sua gente era predominante sertaneja, que trabalhava nas fazendas, em especial, na função de vaqueiro, porque “todo sertanejo é vaqueiro” (CUNHA, 2011, p.154). Morava nas “casas de palha” cedidas pelo dono da fazenda ou curral. Para Euclides da Cunha, o sertanejo era um tipo espacial dentro do caleidoscópio das gentes do Brasil. Formado a partir de um “intricado caldeamento” que “ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos. Está apenas delineado” (CUNHA, 2011, p. 99). Frequentemente recrutados para as lutas, instituíram o “sertão em permanente frenesi” (CUNHA, edição atualizada de 2011).

Se sertão do Piauí significava muitas porções do sertão, que também era uma porção do Brasil, continuou a representar, ainda no século XX, uma porção de antigas e novas realidades, ainda totalmente desconhecidas. O sertão do Piauí era desconhecido porque o sertão também era desconhecido. O desconhecimento ocorreu, segundo Janaína Amado, em “Região, Sertão, Nação” (1995), talvez, desde o século XVI ou desde o XVII, quando os narradores que visitavam a região usaram a palavra “sertão” ou “certão” para designar terras recentemente conquistadas ou fronteiriças às mesmas, ou àquela da qual pouco ou nada se sabia. Assim, “sertão” ou “certão” resultaria de uma corruptela de “desertão”, ou, de acordo com outras sinalizações, proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). Poderia, ainda, compreender grandes espaços interiores em parte ou totalmente desconhecidos.

Ainda segundo Amado (1995), largamente utilizada pelas autoridades administrativas, a palavra “sertão”, no início do século XIX, estava de tal modo integrada à linguagem brasileira que passou a sinalizar uma oposição ou complementação ao litoral tal “como em um *jogo de espelhos*, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a ou-



tra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), ‘sertão’ esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa” (AMADO, 1995, p. 147-148).

Contudo, foi entre o final do século XIX e início do século XX que a palavra sertão e sertão do Piauí, em particular, ganharam novas ideias e temas. Esse período coincidiu, particularmente, com a divulgação de robusta documentação de arquivos brasileiros, regionais, locais e, principalmente, de Espanha e Portugal. Essas informações foram recebidas pelos historiadores como suporte indispensável para preencher as lacunas deixadas pelos primeiros estudiosos sobre a formação brasileira. Ao tempo que esses documentos foram sendo reorganizados, transcritos e publicados, os historiadores paulistas, em especial, se destacaram com a retomada das ideias e temas sobre o bandeirismo e decidiram reconstruir a experiência dos bandeirantes, particularmente dos paulistas pelos sertões do Norte. A ideia era estudar o fenômeno por dentro, no seu drama diário e anônimo, identificando e explicando os pontos obscuros sem, contudo, perder de vista as causas que impulsionaram as gentes do sul a se lançarem sertão adentro para conquistar, desbravar e povoar.

## EXPERIÊNCIAS CONVERGENTES?

Nessa oportunidade, o estudo de J.M. Pereira de Alencastre (1831-1871)<sup>8</sup>, *Memória Cronológica Histórica e Corográfica da Província do Piauí*<sup>9</sup>, e a

---

<sup>8</sup> Historiador baiano, foi em 1851 para o Piauí e ali serviu sucessivamente nos cargos de promotor público interino em Oeiras, depois procurador fiscal da tesouraria geral, e, por último, professor da língua portuguesa no liceu da capital. Em 1857, deixou o Piauí para assumir, no Rio de Janeiro, como oficial da Secretaria da Marinha, mas logo foi despachado para assumir como secretário do governo da província do Paraná. Em seguida, serviu também o cargo de secretário do governo do Rio Grande do Sul, de 1859 a 1861. Presidiu a província de Goiás, deixando registrado “Annaes da Província de Goyaz” (1863). Em seguida presidiu a província de Alagoas. Nesta trajetória, recebeu a medalha de “Comendador da Ordem de Christo” e se tornou sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escreveu poesias, romance, ensaio e biografias.

<sup>9</sup> Publicado pela Revista do IHGB, tomo XX, 1857. Reeditado em 1981;2015.



*Cronologia histórica do Piauí*<sup>10</sup>, de Francisco Augusto Pereira da Costa<sup>11</sup>, se apresentam no cenário nacional e inauguram as linhas mestras dos processos social, histórico e cultural de formação da sociedade piauiense no e para o Brasil.

Os dois estudos lidam com a ideia de sertão piauiense, sustentada pela dinâmica “atraso, isolamento, abandono”, mas foi no reconhecimento da existência do “ciclo do gado ou da civilização do couro”<sup>12</sup> que essas ideias ganharam nova abordagem ao identificar, no boi, na fazenda e na casa, os elementos estruturantes da sociedade e da cultura, pois cada um desses fatores se tornou componente essencial do caso em foco. Desse modo, vaqueiros, sertanejos, cantadores, tropeiros, boiadeiros se apresentam como personagens centrais dos romances do chamado ciclo do gado ou da civilização do couro<sup>13</sup> do qual se destacam

<sup>10</sup> A obra foi publicada em 1909, pela imprensa oficial do Piauí e em Pernambuco (Recife) na tipografia do “Jornal do Recife”. Reeditada em 1974; 2010.

<sup>11</sup> Historiador pernambucano, fundador da Academia Pernambucana de Letras; Membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Exerceu o cargo de Secretário de Governo da Província do Piauí entre 15 de outubro de 1884 e 17 de junho de 1885. No jornalismo colaborou no jornal Diário de Pernambuco, em 1872. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1891. Publicou diversas obras, como biografias, romances e ensaios.

<sup>12</sup> O termo é utilizado por André J. Antonil em *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* e retomado por Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*; pelo escritor piauiense Renato Castelo Branco, em 1942, no ensaio *A civilização do couro*. Segundo o autor, o título preliminar era “Onde termina o Nordeste” que foi substituído pela “A civilização do couro” e depois publicado como *O Piauí: a Terra, o Homem, o Meio*, em 1970.

<sup>13</sup> No artigo de Rogério Santana (2008), “O ciclo do gado na literatura brasileira”, o autor aborda os elementos fundamentais do que ele denomina de “concepção histórico-literária”, de alguns autores e obras do fim do século XIX e início do XX, fortemente marcada pela presença do gado. São narrativas de vaqueiros e tropeiros, ora no sertão, ora nos pampas, no tratamento com o gado de maneira a determinar alguns parâmetros de representação literária vindos de regiões localizadas fora do centro cultural do sertão nordestino. O autor apresenta Capistrano de Abreu, Afonso Arinos, Simões Lopes Neto, Hugo de Carvalho Ramos, Câmara Cascudo como os que marcam a “geografia literária do ciclo do gado” ou “ciclo da boiada e do sertão”.



os romances: *O Sertanejo* (1875), de José de Alencar; *Ataliba o Vaqueiro* (1878), de Francisco Gil Castelo Branco; *Sertão* (1896), de Coelho Neto; *Tropas e Boiadas* (1917), de Hugo Carvalho Ramos; *Os Caboclos* (1920), de Valdomiro Silveira; *Vaqueiros e Cantadores* (1939), de Luís da Câmara Cascudo, entre tantos outros que multiplicaram essa abordagem, conferindo-lhe, posteriormente, novas modulações para o romance brasileiro, para além da escola nordestina. Também foi tema do ensaio de Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Djacir Menezes, Renato Castelo Branco, Odilon Nunes entre outros.

Conforme Nascimento (2020), a ideia era valorizar fenômenos sociais típicos do sertão presentes no denominado ciclo do cangaço, da seca, do açúcar ou do engenho e do cacau. Entretanto, essa valorização do sertão não impediu que escritores não nordestinos também escrevessem sobre essa região, apontando uma visão plurirregional. São os sertões de Alfred D'Escagnolle Taunay (1843-1899); de Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916); de Graciliano Ramos (1892-1953) e Guimarães Rosa (1908-1967).

Com efeito, o conceito de região também foi muito problematizado. E o que seria uma região<sup>14</sup> no Brasil? Controvertido é seu conceito. No *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, de Massuad Moisés, o termo pode ser definido como algo típico ou característico de uma dada área geográfica, uma paisagem, um cenário, cujas condições se refletem no conteúdo, um “pano de fundo” para retratar, redefinir, destacar substancialmente um determinado “quadro, conferindo-lhe uma nota especial” (MASSUAD MOISÉS, 2014, p. 354). No entanto, foi em Euclides da Cunha que o termo ganhou um conceito teórico e metodológico marcante. Para Cunha (2011), *região ou sertão* é um hiato, um rabisco, uma idealização, uma “fantasia de cartógrafo”, um “sonho de geólogo”,

<sup>14</sup> A noção de região se refere a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Ela remete, em última instância, a *regio* (rei). Pode significar território ou fronteira, espaço, lugar afetivo. É uma construção mental, um construto abstrato, uma generalização intelectual composta por uma grande variedade de experiências afetivas no dizer de Albuquerque Júnior (1999, p. 25).



um “jogo de antíteses”, uma divisão ideal, um quadro natural, um ponto singular, um complexo de circunstância, uma apoteose de paisagens. Diz Antonio Candido (2000) que a publicação de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, em 1902, tornou-se um fato tão marcante na vida brasileira, que desencadeou uma radical mudança de perspectiva sobre o sertão na realidade brasileira. O livro que trataria inicialmente da guerra de Canudos<sup>15</sup> interferiu em outros temas, tornando-se pretexto para que outros escritores refletissem sobre a região, a miséria, a seca, a fome, o fanatismo religioso, o eugenismo, raça<sup>16</sup>, meio, cultura<sup>17</sup> e civilização<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> A guerra de Canudos se tornou um tema tão especial para os estudiosos, que extrapolou fronteiras, provocou largas e contundentes opiniões de escritores novatos e veteranos, desaguando em inúmeras publicações com abordagens diversas, elegendo cenários, personagens e paisagens. Os estudiosos utilizaram a imprensa, os livros e revistas especializadas. Ilustra esse momento o escritor pernambucano Manuel Benício, que escrevia regularmente para o Jornal do Comércio de Pernambuco. Ele viu, na guerra de Canudos e em informações publicadas por Euclides da Cunha, uma oportunidade para fazer “uma crônica histórica e de costumes sertanejos”, por isso, editou o livro *O Rei dos Jagunços*, em 1899. Nina Rodrigues, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, também publicou estudos sobre Canudos e o Conselheiro, concentrando-se em aspectos psicológicos e eugênicos. Outro que também se voltou para o mesmo tema foi Afonso Arinos de Melo Franco que, após publicar artigos no jornal *O Comércio*, de São Paulo, do qual era editor, publica, em 1897, fascículos sobre a Guerra. Esses fascículos se tornariam um livro com o título *Os Jagunços: novela sertaneja*, impresso no mesmo jornal. No ano seguinte, Afonso Arinos, embalado pelo tema, lança o livro *Pelo Sertão* (1898), pela editora Garnier, reúne uma coletânea de nove histórias de personagens, costumes e paisagens do sertão. A obra é um marco no regionalismo fora da escola nordestina.

<sup>16</sup> Conforme Schwartz (1993), o tema “raça” conheceu seu momento de maior apogeu no Brasil entre 1870 a 1930. Tema de sucesso na Europa desde meados dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo “entusiástica acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa, que na época congregavam boa parte da reduzida elite pensante nacional” (SCHWARCZ, 1993, p. 33).

<sup>17</sup> Existe uma plêiade de autores e obras de estudiosos da formação brasileira dedicados à compreensão, caracterização, definição e decodificação da cultura brasileira como Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Afonso Arinos de Melo Franco, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Afonso de E. Taunay, Fernando de Azevedo, Antônio Candido e Renato Castelo Branco. A lista é imensa, novos nomes podem ser acrescentados uns ao lado de muitos outros. Os estudos de Renato Ortiz, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, e de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, figuram como balizadores dessas interpretações no pensamento brasileiro.

<sup>18</sup> Uma obra de referência é a de Afonso Arinos de Melo Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*, publicada em 1936. A obra aborda o surgimento do conceito de civiliza-



Antonio Candido, em *Literatura e sociedade* (edição atualizada de 2000), traça um “Panorama para estrangeiros de 1900 a 1945” da literatura e da cultura brasileira, de modo a destacar como, ao longo desse processo, as ideias sobre o sertão fincaram suas raízes na ideia de Brasil. Ele considera que a atuação vigorosa da “geração renovadora” tinha como elemento estruturante dessas ideias, a missão de escrever com “imaginação e talento literário” arrojados estudos sobre o Brasil, para “experimentar formas novas e descobrir sentimentos ocultos” (CANDIDO, 2000, p. 112). Esses estudos abordavam temas “análogos com espírito diferente”, sobretudo, “símbolos e alegorias densamente sugestivos, carregados de obscura irregularidade” ante as particularidades de meio, raça e história. Sob esse ponto de vista, Candido (2000) reconhece que o decênio antes de 1930 foi o momento em que o termo “sertão” mais se emparelhou com os estudos sobre o Brasil, promovendo uma grande arrancada intelectual apoiada pelo ensaio e o romance, em especial.

Para Albuquerque Júnior, em *A Invenção do Nordeste e Outras Falas* (1999), a região, leia-se *sertão*, que inicialmente se inseria na Literatura brasileira, na perspectiva romântica e realista das décadas de cinquenta e sessenta do século XIX, vai dar lugar ao realismo paisagístico e depois ao “paisagismo histórico” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1996, p. 51) do século XX. Essa produção é vista pelo estudioso como uma “literatura fiel à descrição do meio”, ou seja, uma especialidade literária que narra as histórias de suas províncias. Descreve o Brasil como um “conjunto de paisagens atemporais”, dando lugar a uma “visão genealógica do país e de sua população”. Essa perspectiva vincula uma plêiade de intelectuais brasileiros interessados nas particularidades locais e que, em grande “medida, torna a segmentação regionalista um dos aspectos determi-

---

ção para identificar uma civilização propriamente brasileira. Em linhas gerais, ele aponta dois brasis, um civilizado, branco e europeu e o outro mestiço, primitivo e selvagem. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/aceso> 26/02/2018.



nantes da produção artístico-cultural do país”. Assim, o regionalismo se afirma, segundo Albuquerque Júnior, após a Proclamação da República, e passa a se expressar cada vez mais, buscando se “impor como nacionais, e cujo embate é um dado fundamental na história do país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1996, p. 65).

Albertina Vicentini, no artigo “O Sertão e a Literatura” (1998), avalia que as narrativas promovidas pelos escritores nordestinos, nesse período e nos anos seguintes, preparariam o caminho para o reconhecimento de autores e obras que ficariam conhecidos como sertanistas ou sertanejos, herdeiros de uma tendência, corrente ou escola da literatura brasileira ou regionalista, baseadas no lugar dos que escrevem “e não necessariamente da forma com a qual escrevem o fato literário” (VICENTINI, 1998, p. 41), ou seja, o que sentia quando escrevia, para, assim, exercer a função altamente compensatória de resgatar as tradições daquela sociedade, que ele via que estavam se perdendo. Escrevia também para chamar a atenção sobre as mudanças que eram necessárias, e também para os fatores que precisavam ser preservados para o funcionamento da cultura e da sociedade brasileira.

Assim, a ideia de sertão promoveu uma “aluvião” na poesia, prosa, crônica, romance, peça de teatro, ilustrações, desenhos, mapas, textos científicos e estudos de inspiração popular, marcando definitivamente a historiografia, a literatura e as ciências sociais em três grandes temas: a) Terra e paisagem; b) Patriotismo regional c) Literatura brasileira, filha da terra. Então, surpreendentemente, *o ensaio* emplacou sua força como gênero de exposição do conhecimento, tornando-se uma marca desse ambiente intelectual, destacando-se diante da literatura. Candido (2000), ao analisar esse gênero predominante naquele momento da vida brasileira, relaciona sua aparição concomitante ao processo de formação da Literatura que vinha se esboçando desde o século XIX. Inicialmente, apresentava-se mais como “ponto de vista” do que como “pesquisa objetiva da realidade presente” (CANDIDO, 2000, p. 119). Depois, o ensaio, para Candido, fortaleceu-se, ao se tornar um tipo de gê-



nero misto “construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil” (CANDIDO, 2000, p. 119).

Uma combinação sem fronteiras com a “imaginação e a observação, a ciência e a arte”, adquiriu um traço que se tornou o “mais característico e original do nosso pensamento” (CANDIDO, 2000, p. 119). O ensaio, para Candido (2000), ganhou notoriedade ao funcionar como elemento de ligação entre a pesquisa puramente científica e a criação literária, dando, “graças ao seu caráter sincrético, [e] certa unidade ao panorama da nossa cultura” (CANDIDO, 2000, p. 119). Para ele, esse gênero brasileiro de produção e exposição de conhecimento se apresentará na formação do sistema, provavelmente entre meados do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, no seio das academias, entre os intelectuais ilustrados, homens de letras em graus variáveis e empenhados na missão de conduzir a “vocalização patriótico-sentimental”, de elaborar, em novos patamares, um conhecimento do ainda desconhecido Brasil. O ensaio se firmou nesse influxo, demonstrando uma capacidade vigorosa de estreitar as fronteiras entre a literatura e as ciências sociais.

Talvez seja esse o motivo que confere ao gênero suas especificidades de produção, como a ênfase nos conteúdos, as formas de linguagem, editoração e demais recursos textuais importantes para se alcançar, como bem frisou Candido, um equilíbrio entre “arte, imaginação e ciência”. E o pensamento sobre sertão e o sertão do Piauí viverá uma das quadras mais ricas da vida intelectual brasileira, fato que contribuiu para acompanhar ou se contrapor à problemática do sertão do Piauí, em especial na formação da sociedade brasileira. Uma plêiade de autores e obras que, nos limites oferecidos por este estudo, não seria possível estudá-los em sua totalidade.





## ALGUMAS PALAVRAS PARA CONCLUIR

Por muito tempo, o Brasil se dividia entre litoral e sertão, sertão e interior, depois Norte e Sul<sup>19</sup>. No caso do sertão, outras subdivisões vão ser fundamentais para definir o seu recorte regional. Então, o Nordeste foi instituído oficialmente na década de 40, tendo o sertão ou região da seca como principal referência. Esse atributo foi institucionalizado, a partir de 1946, no denominado Polígono da Seca e semiárido nordestino. Isso ocorreu nos marcos da modernidade, para imprimir a identidade, ou impor seu atraso como supostamente natural e resultante da difícil condição geográfica de natureza irreversível. Com efeito, a ideia de Nordeste assim como de sertão continuou alimentada como o lugar do atraso e o Sul, como do progresso. Nessa perspectiva, a expressão “Nordestização”, conforme Albuquerque Júnior (1999), vai operar muitos apelos, formas, nomeações e descrições fundadas na “geografia do nordeste sempre em ruínas entre Norte e Sul”.

Então, alguns estudiosos propuseram fórmulas para resgatá-la dessa condição. Defendiam uma intervenção do Estado para modernização da área e, assim, incorporar a região ao país, “solucionando” o problema do atraso, isolamento e abandono. Essa ideia penetrou na vida brasileira e ainda se faz presente nos vocábulos e suas derivações – sertão, Norte, Nordeste, marginalidade, periferia, etc – todas funcionando como espelho de outras expressões, “região”, “regionalização”, “regionalismo” (igualmente acompanhadas por suas derivações).

---

<sup>19</sup> Segundo dados do IBGE, a divisão regional do Brasil, a partir de 1940, estava ordenada em cinco macrorregiões: NORTE (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Território do Acre); NORDESTE (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará); OESTE (Espírito Santo, Bahia e Sergipe); SUL (Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); CENTRO (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás). Em 1942, o IBGE mostra, ao invés de cinco, sete regiões, onde o Nordeste aparece dividido em dois: um Oriental - Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará - e um Ocidental - Maranhão e Piauí - e o Leste também está dividido entre um Meridional e outro Setentrional. Na década de 50, uma nova divisão separa o Brasil novamente em cinco regiões, mais próximas do que é atualmente. ([https://www.ibge.gov.br/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/acesso 08/05/2019](https://www.ibge.gov.br/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/acesso%2008/05/2019)).



Dessarte, circunstâncias históricas, sociais e culturais concorreram para redefinir e retraçar a ideia de sertão nas academias, institutos, imprensa, sociedades científicas, muitas delas organizadas pelo Estado. Além disso, estudiosos, ao adotarem a expressão, mostravam interesses específicos, vinculados à identidade territorial ou núcleo cultural, entre outras experiências afetivas. Assim, “sertão” redesenhou uma espécie de mapa do Brasil. Das (in) certezas entre a parte e o todo; a unidade e a diversidade; a igualdade e a diferença.

O tema “sertão” serve para os estudiosos relançarem seus olhares em permanente alerta sobre o interior, o norte, o sul. E sempre ressurgem como uma reconfiguração do sertão, sempre visto como distante da civilização. É uma ideia que continua remetendo, questionando a essência do país, onde estariam escondidas as raízes da sociedade de contrastes, de antagonismos, de grandes distâncias socioculturais. Também consiste numa categoria que continua a evocar um esforço de reinterpretações do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Ed. Massagana: São Paulo: Cortez, 1999.

ALENCASTRE, José Martins P. **Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí**. 4. ed. Teresina: APL, 2015 (Coleção Centenário).

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n°15, 1995.

ANTONIL, André João. ANDREONI, João Antônio. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: DF, Ed. do Senado Federal, 2011. Disponível em: [www.www2.senado.leg.br](http://www.www2.senado.leg.br). Acesso em: 09/03/2017.

BRANCO, Renato Pires Castelo. **A Civilização do Couro**. Teresina: Ed. D.E.I. P, 1942.

BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Divisão Regional do Brasil (1940)**. ([https://www.ibge.gov.br/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/acesso 08/05/2019](https://www.ibge.gov.br/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/acesso%2008/05/2019)).



- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos da História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: DF, Ed. UNB, 1982.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. 4. ed. São Paulo: Martim Claret, 2011(Coleção Obra - prima de cada autor).
- MOSEIS, Massuau. **Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira**. 7ªed.-São Paulo: Cultrix, 2014.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da Republica (1535-1799)**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- SCWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1946 (Tomo VIII).
- TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas (1651 – 1683)**. São Paulo: Typ. Ideal, 1928 (Tomo IV).
- VICENTINI, Albertina. **O sertão e a literatura. Sociedade e Cultura**. Goiânia, 1998. (Disponível/ [www.revista.ufg.br/](http://www.revista.ufg.br/) acesso 23/01/2016).



# SERTÃO, MEMÓRIA E SABER HISTÓRICO NA DIALÉTICA PASSADO-PRESENTE

 Ana Paula da Cruz<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A escrita historiográfica acontece a partir de um exercício de contato com indícios de um passado que provocam, no presente, quem pesquisa a história, sobre si mesmo. Assim, quem lida com a escrita historiográfica se envolve em temporalidades múltiplas, como o seu presente, através de suas experiências como ser no mundo, e como as experiências do passado que emergem através de suas pesquisas.

Pode-se dizer então que, no fazer historiográfico, passado e presente se envolvem para promover as hipóteses, as imaginações, as interpretações historiográficas que resultam nas narrativas que fundamentam as memórias históricas. Ademais, atuar como profissional do campo da história, envolve a pesquisa e a docência, de modo que o passado e o presente também incidem sobre esses exercícios.

Este estudo, assim como os sertões são lugares de fronteiras (de intersecções), é um estudo em estado (ou lugar) de fronteiras (de saberes), dado que busca dialogar sobre o campo da história – enquanto lugar de produção de conhecimento historiográfico relacionado aos sertões, envolvendo elementos da problemática da consciência histórica (que

---

<sup>1</sup> Doutorado em História Social (UFC). Professora do IFPB – Campus Cajazeiras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9872-8184>.



está relacionada com questões da formação ética e política dos sujeitos do conhecimento), apontando para a relação entre passado e presente de modo dialético (isto é, numa perspectiva de que o presente é marcado por transformações, entranhado, dentro de si, por múltiplas marcas de tempos anteriores), tomando a categoria sertão como referencial de compreensão da trama histórica. Nessa perspectiva, entende-se que a escrita historiográfica resulta em saberes e conhecimentos que podem causar impactos sobre o fazer e o ser humano numa perspectiva social e individual; e que a categoria sertão encerra uma outridade (alteridade) que é própria dos sujeitos em experiência no mundo que acontece a partir do envolvimento de um eu com um outro (o não eu).

O próprio título *Sertão, memória e saber histórico na dialética passado-presente* indica a sua problemática: propor a reflexão acerca da relação entre a história dos sertões, a memória e o saber historiográfico, a partir de uma perspectiva dialética passado-presente. Portanto, lançar o olhar em torno da relevância de uma consciência histórica e construção de significados sobre o tempo, nos sujeitos do presente, através do contato com evidências e narrativas sobre o passado social dos sertões. Tal problemática nasce da própria atividade profissional da História no qual coexistem a pesquisa acadêmica, a prática docente e a própria experiência no mundo de quem assume o ofício da escrita da História.

Para esse exercício analítico e reflexivo, serão tomados elementos históricos da reterritorialização do espaço nos Sertões do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, na primeira metade do século XVIII, como um ponto referencial para construção da proposta central do texto que trata justamente da relação entre o recorte sertão como uma categoria conceitual que passa, a partir da história, a se realizar no tempo e no espaço, portanto, passa a uma categoria experimental com configurações múltiplas que, no transcorrer do tempo, abarca diferentes práticas sociais e geoespacializadas, conformadas por aspectos econômicos, culturais, políticos, entre outros.



Longe de intentar apresentar uma resposta, o texto finda tocando na questão do porquê da escrita das narrativas e da socialização dos resultados de pesquisas historiográficas, tanto no aspecto acadêmico, como docente. Compreendendo as produções da história social e cultural dos sertões como parte do processo de conhecimento que se debruça sobre as ações humanas no tempo, de modo que recorrer à história dos sertões é um caminho para o interior das tramas humanas e as suas fontes históricas possibilitam uma atividade reflexivo, numa relação com a consciência histórica<sup>2</sup> que pode interagir com uma prática educacional emancipadora que é parte das dinâmicas do devir.

### **SERTÃO (RE)TERRITORIALIZADO**

A categoria sertão aliada às discussões sobre a consciência histórica e ao saber historiográfico remete à própria constituição das pessoas que estão, de mesma forma, conectadas com uma dinâmica de construção de conhecimentos. Pode-se dizer que esse saber sobre o passado está imerso na dinâmica constituinte dos sujeitos históricos (sejam professores/pesquisadores e estudantes), pois traz caminhos de compreensão e críticas a respeito da coletividade da qual fazem parte.

Portanto, pode-se trazer, para este texto, o sertão como outridade (alteridade), como aquilo que era descrito pelos poderes ocidentalizantes instituídos como o que não era (aquilo que não é): o que não era visível, o que não era controlado, o que não era conhecido. Portanto, indômito. Termo bastante utilizado nas escritas dos historiadores dos recortes coloniais para trazer adjetivações que melhor pudessem descrever ou relatar os sertões em foco (para o tempo e espaço estudados).

Nos idos do século XVIII, para os chegantes e para os viventes dos sertões, esses eram bem isso: uma espacialidade a ser controlada, a dis-

---

<sup>2</sup> Sobre uma perspectiva relacional envolvendo consciência história e ensino de história, cf. CERRI, 2011.



putada, tensionada. Daí a importância dos rios, pois findavam assumindo a natureza de veias abertas por meio das quais singravam os poderes emanados pela Coroa.

Para o presente estudo, destaca-se o Rio Piranhas e suas ribeiras que eram compostas pela Ribeira do Rio Piranhas, Ribeira do Rio do Peixe, Ribeira do Piancó, Ribeira do Rio Seridó, Ribeira do Rio Espinhas, Ribeira do Sabugi. Estas não divergiam muito entre si geograficamente, contudo seria essencialista (e simplificador) entender esses espaços como um sertão compacto e homogêneo, dada a diversidade de modos de experimentar e vivenciar esses sertões por parte dos sujeitos e grupos que com eles se envolveram (indígenas, não indígenas, militares, religiosos, brasileiros, escravizados, libertos, mulheres, homens, fidalgos, empobrecidos, ...), por isso, é chamado aqui de Sertões, Sertões do Rio Piranhas<sup>3</sup>.

Mapa 1 - Ribeiras do Rio Piranhas, PB



Fonte: Elaborado pela autora

<sup>3</sup> Acerca da história social e ambiental dos sertões do Rio Piranhas na passagem do século XVII até meados do século XVIII, interessante cf. CRUZ, 2018.



Por volta de 1670, encontram-se os registros dos primeiros pedidos de sesmarias dos Oliveira Ledo (membros da família Oliveira Ledo) nos espaços do Rio Piranhas. Antes, já haviam solicitado terras próximas aos rios Mipibu (1664), Potengi (1664) e Paraíba (1665)<sup>4</sup>. Os rios eram pontos de referência e, também, de preferência para a instalação de dominações de terras por parte dos forasteiros.

Além dos Oliveira Ledo, também estavam presentes os membros da Casa da Torre, isto é, da família D'Ávila. Nos vastos interiores, configuravam-se como uma presença-ausente, já que utilizavam-se do sistema de aforamento para dar conta de um mínimo de ocupação de suas vastas extensões de terras. Inclusive Antonil (1982 [1711]), em *Cultura e Opulência do Brasil*, chegou a mencionar que “[...] nestas terras, parte dos donos delas têm[tinham] currais próprios, e parte são [eram] dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, [...] dez mil réis de foro”.

Contudo, a grande questão é observar a dinâmica de privilégios e a conexão tecida entre a Coroa e essas famílias – intituladas pela historiografia colonial de “conquistadoras” –, com o intuito de articular um sistema de exploração predatório das terras dos interiores que, desde muito antes de suas chegadas, eram habitadas por povos indígenas que possuíam organizações e tensões próprias. Assim, com a chegada dos forasteiros, essas terras passaram por um processo de reconfiguração de forças e poderes, o que implicou em um processo de negação do outro para tornar os vastos sertões reapropriáveis pelas forças recolonizadoras, reterritorializantes<sup>5</sup> incentivadas pela Coroa portuguesa.

---

<sup>4</sup> Cf. Registro de Cartas de Sesmarias contidas na Biblioteca Nacional. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 21, 22 e 23.

<sup>5</sup> Sobre o conceito de território e poder sobre o espaço, cf. Raffestin, 2011.





Mapa 2 - Fragmento do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes de Curt Nimuendajú, 1944. Em destaque, área aproximada das Ribeiras do Piranhas



Fonte: IBGE, 1981

No fragmento do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes de Curt Nimuendajú, de 1944, disponibilizado na biblioteca do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística, estão tracejados os limites atuais do território do estado da Paraíba e, dentro desses, foram destacadas as áreas de presença indígena referentes ao século XVIII nos sertões do Rio Piranhas.

Apesar dos limites entre as capitanias não serem tão bem definidas no período colonial, – até porque tratava-se de um período no qual os sertões eram lugares de fronteiras, isto é, espaços fluidos, de não definições, lugares de coexistências de práticas diversas (indígena e não indígena), quebra das normas e de tensões – tal referência permite uma noção de como se configurava a presença indígena por grupos étnicos que faziam parte dos sertões do Rio Piranhas no período colonial.

Os dados do fragmento apresentado, ainda assim, podem ser aproximados das informações contidas na *Relação de Aldeas [...]*<sup>6</sup> que havia

<sup>6</sup> Cf. Informação Geral da Capitania de Pernambuco. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, v. 28, 1906.



nos distritos das Capitânicas de Pernambuco e da Paraíba no ano de 1749 que apontam para as aldeias encontradas nas ribeiras do Rio Piranhas: na área do Rio Piancó estava a aldeia dos Panati, invocada por São José, que estava sob os domínios dos Missionários de Santa Tereza e a aldeia dos Corema, com invocação de Nossa Senhora do Rosário e que estava sob a intervenção dos Missionários Capuchinhos; no Rio Piranhas encontrava-se a Aldeia dos Pega que estava sem missionários; e no Rio do Peixe, encontrava-se a Aldeia dos Icó Pequeno que também estava sem missionário. Tais entrecruzamentos de fontes históricas permitem construir uma outra imagem dedutiva, a da fundamentação de um controle da Coroa portuguesa sobre os sertões a partir de tentáculos de força advindas do aparato dos grupos religiosos e os aldeamentos por eles administrados.

Quase 20 anos antes, o Capitão-Mor do Sertão do Piancó, João de Miranda, escreveu uma carta à Coroa, reclamando da presença das mesmas aldeias indígenas das nações Pega, Panati, Icó e Corema. Afirmava que vivam de caça, que comiam o gado dos moradores e acrescentava que mulheres de suas aldeias se relacionavam com escravizados das fazendas e que esses chegavam a fugir com elas. De maneira que propunha como solução o desalojamento dessas aldeias para outras ribeiras e que religiosos fossem trazidos para que fossem doutrinados<sup>7</sup>.

Não é de hoje que o aparelho coercitivo e doutrinário do Estado é chamado a articular a desterritorialização dos povos indígenas. Através de seus agentes, religiosos e não religiosos, há uma articulação de forças para desalojar o outro para tornar o espaço reapropriável por aqueles que são autorizados, privilegiados pelo Estado vigente. A instalação de aldeamentos e a prática dos descimentos de povos indígenas para terras distantes de suas origens eram mecanismos de desestabilização que promovia o controle e a subjugação mais efetiva sobre esses povos.

<sup>7</sup> Cf. Projeto Resgate – Arquivo Histórico Ultramarino – Pernambuco, n. 3856; Olinda, 20 de abril de 1732.



Tal ação de desalojar o corpo (a materialidade presente) do outro (a nações indígenas) é carregada de uma simbologia eminentemente imperialista e invasora<sup>8</sup>.

O documento é uma chave de construção de imagens que ajudam a tecer entendimentos sobre as práticas e mecanismos utilizados por agentes e instituições vestidas de poder pela Coroa de poder e como estas utilizavam justificativas para o uso de violência contra os povos originários da terra, dado que não era permitida a presença do indígena (doravante, o outro) como um emanante de poder sobre as terras, pois havia uma intencionalidade de reconfiguração (reprogramação) do poder sobre o lugar, sobre aqueles sertões. E foi a partir dessa negação do outro, que resultava no seu extermínio e no seu deslocamento compulsório, que deu-se a história dos povos originários da terra não só nos sertões do Rio Piranhas, mas na América e no que tornou-se o Brasil contemporâneo.

## MEMÓRIAS ENTRE O (RE)LEMBRAR E O ESQUECER

As memórias emergentes do passado dos sertões são reveladoras da interioridade das experiências humanas. Isto, está refletido em algumas definições clássicas a respeito do sertão, que o representa como as terras pertencentes ao interior, o que encontra-se para além do litoral geográfico. Mas numa perspectiva ideal-material, poderia se entender o sertão como uma categoria de recorte e problematização reveladora de camadas profundas que desvelam a estruturação do poder sobre a terra.

A partir da inclusão dessas experiências sociais dos sertões nas problematizações e pesquisas historiográficas, estas últimas passam a ter a possibilidade de serem compartilhadas com pessoas interessadas na compreensão de si mesmas, enquanto pessoas imersas em uma cole-

<sup>8</sup> Sobre regimes de memórias historiográficas em torno dos povos originários da terra na América Portuguesa com o recorte Nordeste, período colonial, cf. OLIVEIRA, 2010.



tividade – algo que é inerente a ambientes educacionais –, logo, passam a não ser apenas reveladoras de lugares geográficos físicos, mas, principalmente, reveladoras de dinâmicas que são constituintes das próprias relações de dominação, opressão e, sobretudo, de resistência social e étnico-cultural.

Problematizar as fontes documentais que trazem consigo traços (sinais<sup>9</sup>) dos viventes da experiência reterritorializante e eliminadora do outro, que vem a ser o não ocidental, o não súdito da Coroa, o insubmisso, engendrada nos sertões do Rio Piranhas durante o século XVIII, torna possível lembrar não somente daquilo que estava submerso (esquecido) pelo tempo, mas rememorar agentes históricos (indivíduos ou coletivos) e tramas sobre as quais assentou-se a História do Brasil, cuja genealogia fundamenta o presente resultante implicado pelo seu passado. É como se fosse possível olhar-se diante de um espelho retrospectivo de uma formação do presente histórico que se tornou excludente, gerador de desigualdades sociais e violência.

Na pressão exercida por parte do Capitão Mor João de Miranda sobre a Coroa, apontando como solução para o deslocamento das aldeias indígenas, na prática, um expulsão do outro do lugar de suas bases, tem uma implicação direta com o *modus operandi* que buscava se impor ao lugar que era a economia criatória do gado<sup>10</sup>, logo, uma forma concreta e prática de ocupar os mais vastos espaços de terra, diante de seu caráter de extensivo que o fundamenta, permitindo uma ampla ocupação de extensões de terra, sem, necessariamente, demandar uma ocupação demográfica numerosa no lugar.

Pode-se constatar a historicidade da técnica de avançar a criação do gado sobre as terras como um mecanismo de expulsão do outro, de consolidação de forças imperialistas. Ao que não é estranho na realidade da História do Brasil na contemporaneidade. Diante da relação ín-

<sup>9</sup> Sobre o vínculo entre história e evidências históricas, cf. GINZBURG, 1989.

<sup>10</sup> Sobre a formação econômica do Brasil, cf. FURTADO, 2007.



tima entre passado e presente, pode-se trazer o princípio colocado por Paul Ricouer (2007), na sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, que chama a atenção para o dever de lembrar.

O exercício do lembrar leva os sujeitos do conhecimento (professores/pesquisadores e estudantes de história) à uma compreensão da historicidade de práticas de violência, desterritorialização e negação da vida do outro que marca a sociedade histórica na qual estão contidos. Essa intencionalidade de rememorar pode-se entender como um pleito de resistência por parte dos sujeitos cognoscentes, na medida em que se resistem ao esquecimento que, mesmo parte da própria memória, pode causar danos às práticas e relações humanas, patologias sociais e políticas.

## SABERES HISTÓRICOS E A DIALÉTICA PASSADO-PRESENTE

A história de reterritorialização do sertão aponta para as feridas abertas existentes no presente, envolvendo a exclusão do outro dos lugares que originalmente lhes pertencia. Na *Carte du Brésil, Première Partie [...]* de Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, do ano de 1746, os sertões são representados como lugares desconhecidos e esvaziados que, no seu interior, encontravam-se povos errantes chamados de tapuias.

Através da designação tapuia, que significa não-tupi, buscava-se diluir uma multiplicidade étnica de povos/nações presentes nesses interiores. Tal diluição conceitual ainda é uma prática atual quando poderes instituídos buscam desclassificar ou invisibilizar as populações indígenas dentro dos vastos rincões. Não obstante, o mapa deixa entrever uma representação de que os forasteiros, ainda em meados do século XVIII, se deparavam com a forte resistência indígena às frentes de expansão ocidentalizantes da Coroa. E, da maneira possível, ainda hoje, resistem.



Mapa 3 - Carte du Brésil, Première Partie: Depuis la Rivière des Amazones jusqu'à la Baye de Tous lés Saints. Jean Baptiste Bourguignon D'Anville (1746)



Fonte: MICELI, Paulo. O Tesouro dos Mapas. São Paulo: Banco Santos, 2002

Diante de uma intencionalidade da ocupação dos sertões engendrada pela política imperialista da Coroa Portuguesa que mais causou extermínios (logo, despovoamento), constata-se que não é recente a configuração de atitudes de poderes administrativos instituídos marcados por uma ação homogeneizadora, intolerante à pluralidade e que defende arquétipos de poder que negam a possibilidade de realização da diversidade humana que resultam na exclusão de populações oprimidas pelo sistema capitalista imperialista. Destarte, a contemporaneidade, ao manter essas marcas, provoca quem é profissional da história



a refletir em torno da contribuição do conhecimento histórico (amparado em pesquisas embasadas teórica e metodologicamente) para a ampliação da capacidade humana de pensar e transformar o seu tempo.

Ao serem narradas e aprofundadas, as experiências históricas do sertão promovem novos juízos acerca da genealogia do presente e do *status quo* das realidades de tensões, desigualdades e bases econômicas e culturais do hoje, no lugar onde o indivíduo se encontra. Logo, a cultura do movimento permanece também em outra dimensão, agora também na possibilidade de mudanças (típicas de um norte dialético).

Nessa perspectiva, o sentido de transtemporalidade da memória histórica na qual passado, presente e futuro encontram-se entrelaçados nas experiências e expectativas dos sujeitos históricos, sobretudo os sujeitos cognoscentes que, a partir do presente, têm a possibilidade de uma escrita problematizadora que se refere ao passado<sup>11</sup>. Tal princípio de mobilidade também emerge, nessa reflexão, na medida em que, os espaços dos interiores da América Portuguesa, a partir da experiência de transumância<sup>12</sup> dos sujeitos neles existentes, tornavam-se lugares que estruturavam uma cultura do movimento, que vem a ser um estado contínuo de mobilidade, quer fosse em direção a um lugar, um alguém ou a outras práticas culturais. Isto posto, pode-se conceber que, enquanto referência a um lugar de circulação de vetores de atração e repulsão de sujeitos, a categoria sertão ganha, na dinâmica da consciência histórica, a capacidade de mover transtemporalmente os sujeitos cognoscentes, gerando transformações em suas possibilidades de colocar-se diante do seu estar no mundo hoje, resultando aqui, a acepção de dialética na relação passado-presente.

<sup>11</sup> Sobre a relação entre memória história e a sua relação com a presentidade dos sujeitos do conhecimento historiográfico, cf. LE GOFF, 2003.

<sup>12</sup> Sobre o princípio de transumância, cf. LADURIE, 1997.



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E O SENTIDO DE DECOLONIALIDADE

De que adiantaria se o conhecimento resultante das múltiplas pesquisas historiográficas, sobremaneira, as relacionadas à categoria sertão, não despertassem a possibilidade de se deparar com uma consciência histórica que favorecesse, aos sujeitos do conhecimento, uma participação reflexiva (dialógica) no mundo?

Ressalta-se, então, a lógica de decolonialidade intrínseca às teorias e metodologias dos domínios da história social do sertão, por promoverem leituras críticas do passado capazes de interagir, no presente, com sentidos sobre o passado que contrapõem-se às lógicas de poderes colonizantes que negam a alteridade, a multiplicidade étnica e cultural e a justiça social. Ora, os sertões da América Portuguesa do século XVIII foram espaços reocupados pelas forças da Coroa Portuguesa a partir de uma dinâmica imperialista e exterminadora de vidas e culturas. Assim, o estudo da história social dos sertões colabora para um saber decolonial, pois revela a genealogia de práticas de exclusão e extermínio do outro em favor de expansão territorial do sistema colonialista forasteiro que ainda estão enraizadas na contemporaneidade, apenas à espera de oportunidades de se rerepresentar com toda intensidade. Tal exercício crítico reflexivo do passado, composto por engrenagens que entrelaçam entendimento, julgamento, conscientização, vontades-escolhas e atividade no mundo, abre a possibilidade da fundamentação de uma capacidade crítica histórica que motive transformações no *modus operandi* do presente e a quebra das heranças culturais exterminadoras da diversidade.





## REFERÊNCIAS

ANTONIL, Antonil J. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982 [1711].

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CRUZ, Ana Paula da. Territorialidades e conflitos no sertão do Rio Piranhas, 1690-1750. In: REIS JÚNIOR, Darlan Oliveira, et al. **História Social dos Sertões**. Crato: CRV, 2018. p. 13-26.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

LADURIE, Emmanue Le Roy. **Montaillou**: povoado occitânico, 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena no Nordeste**: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Ática, 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife, PE: Cepe, 2010.



# VIOLÊNCIA E SERTÃO: UMA ANÁLISE DAS FACÇÕES CRIMINOSAS EM MONTES CLAROS ENTRE OS ANOS DE 1970 E 2008

 Dante Souza Nascimento<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O problema das facções criminosas tem se intensificado e ultrapassa as fronteiras do Brasil. Esse grupo de indivíduos, com organização paramilitar, possui hierarquia e disciplina voltado à prática de crimes. Assim, o país se vê diante de um problema difícil de ser resolvido e que torna a população cada vez mais refém delas.

Originando-se no interior dos presídios brasileiros, essas facções criminosas possuem uma forte ideologia de proteção de seus interesses carcerários e se estruturam a partir do dinheiro advindo do tráfico de drogas. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender como se constituem as lideranças dessas organizações criminosas, mais precisamente em Montes Claros/MG, que sendo uma cidade interiorana, não possui muitas pesquisas sobre a questão da criminalidade na localidade. Especificamente, objetiva-se ainda descrever teoricamente a origem e a expansão das facções criminosas; pensar a dinâmica de drogas no país; e verificar a existência e atuação das facções criminosas dentro de Montes Claros entre os anos de 1970 e 2008. Como metodologia rea-

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela Faculdade Santo Agostinho (FASA). Montes Claros – MG – Brasil.



lizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental com a utilização de leis, doutrinas, jurisprudência e documentos eletrônicos.

Assim, entender a situação da criminalidade no sertão mineiro é o primeiro passo para se pensar formas de resolvê-la, tendo em vista que, mesmo com o grande arcabouço de medidas para o combate do tráfico de drogas e das organizações criminosas que o Estado detém a criminalidade ainda cresce no norte de Minas Gerais

## **SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS**

A criminalidade é um constante problema enfrentado pelo Estado. Ela se aperfeiçoa cada vez mais com o intuito de garantir com maior efetividade seus interesses e para assegurar a impunidade dos seus autores. Além disso, corrupção, desigualdade social, pobreza e o grande desemprego são alguns dos fatores acentuam a situação no país.

Antes de delinear uma perspectiva histórica, é preciso salientar que a nomenclatura facção criminosa pode variar a depender do país, do momento histórico ou mesmo da atividade a qual a facção é dedicada. Assim, para designar o grupo utilizam-se também termos como cartel, máfia, ou uma expressão que serve para todas as associações de pessoas com fins criminosos, denominada organizações criminosas.

As facções criminosas estão espalhadas por todo o planeta e possuem particularidades. As primeiras associações com objetivo de delinquir remetem há cerca de dois mil e trezentos anos atrás. Apesar de bem distintas das de hoje, seu principal objetivo era atacar o regime tirânico do império (MACHADO, 2018). Sob esse viés, destaca Espíndula (2018, p. 19) que:

Em princípio, é relevante ressaltar a ausência de uma unanimidade em relação às raízes das organizações criminosas, contudo a doutrina dominante tem compreendido que elas surgiram em tempos longínquos e aperfeiçoaram-se juntamente com a evolução da sociedade, até chegar aos dias atuais.



Foi na China que essas alianças ficaram bem definidas e famosas. As tríades chinesas foram um dos primeiros grupos criminosos surgidos aproximadamente no ano de 1644 em decorrência de um movimento popular, que objetivava repelir os invasores do Império Ming. No decorrer dos anos as tríades mudaram seu foco para o comércio de ópio e heroína (CRUZ *et al.*, 2020).

As organizações criminosas mais próximas do modelo atual de crime organizado, foram as máfias italianas. Sem uma data precisa, a “família” como é intitulada, era marcada pelo comércio ilegal de entorpecentes, com forte capacidade de elaborar estruturas de corrupção. (ESPINDULA, 2018). Segundo o autor, na América do Sul, o surgimento das primeiras organizações criminosas- os cartéis colombianos de Medellín e o de Cali- se deram no século XVI, com a produção de coca no Peru, Colômbia e Bolívia, se tornando uma das mais poderosas do mundo. No que tange ao Brasil, o crime organizado teve início no Nordeste com os cangaceiros que se uniam com o intuito de praticarem crimes como saques e sequestro. O cangaceiro com maior destaque foi o icônico Virgulino Ferreira Da Silva, conhecido como “Lampião” (FARIA, 2010).

Com o crescimento das organizações criminosas ao longo do tempo, o Brasil precisou alterar suas formas de lidar com a criminalidade e viu-se na prisão uma forma promissora de controle social. Contudo, o Estado demonstrou extrema fragilidade em controlar as prisões, visto que o país se tornou um lugar com elevadíssimo crescimento da população carcerária e conseqüentemente houve o fortalecimento de gangues prisionais e aumento da violência carcerária. De acordo com Caneparo (2015, p.39):

a história descreve que no final da década de 1970 nos presídios brasileiros, era frequente que presos políticos e demais detentos “comuns” dividissem o mesmo espaço na prisão. Esta forma de convivência forçada fez com que a população carcerária passasse a constatar que apenas de modo organizado poderiam fazer valer bandeiras como o fim da tortura, por exemplo. Durante o período



da ditadura militar, esta convivência integrou a prática de delitos de ordem material, como furtos, roubos e afins, bem como outros delitos definidos pela lei brasileira, com os delitos oriundos à prática política.

Assim, a partir das décadas de 1970 e 1980 o crime organizado ganha força no interior das penitenciárias. Sendo as facções vertentes do conceito de organizações criminosas, inicialmente tinham o objetivo de fortalecer a solidariedade oriunda dos presídios com lema de defesa de interesses da comunidade carcerária (OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

O Comando Vermelho (CV), oriundo da falange vermelha, é a mais antiga gangue prisional do Brasil, tendo sua criação iniciada no ano de 1979. Conforme Teixeira (2018) seu surgimento se deu em decorrência da aliança entre presos comuns e políticos do Instituto Penal Cândido Mendes, conhecido como presídio da Ilha grande, no Rio de Janeiro. Com isso,

O contato com presos políticos, organizados e preparados para o enfrentamento de guerrilhas, foi de extrema utilidade para os presos comuns. É que, por intermédio do conhecimento de táticas de guerrilha e organização, passados pelos presos políticos, os presos comuns perceberam a necessidade de se agrupar com estruturação, planejamento, hierarquia e divisão de funções, uns ajudando aos outros, formando uma espécie de coletivo organizado de criminosos, garantindo-lhes segurança e controle (TEXEIRA, 2018, p.62).

Similarmente, em 1993 em São Paulo outro grupo criminoso começava a se formar na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. O Primeiro Comando da Capital (PCC) nasceu de uma rivalidade de dois grupos nos presídios onde, em um campeonato de futebol, os presos entraram em combate, resultando em várias mortes. Com isso, os líderes do PCC ficaram reconhecidos como “os caras que dominavam a Casa de Custódia e Tratamento”, e formaram um estatuto formalizando o gru-



po com o lema e “Paz, Justiça e Liberdade” (OLIVEIRA; SANTOS, 2020). Diante deste estatuto,

o PCC deixou bem claro que era uma facção, e não uma quadrilha que exploravam aqueles que não tinham organização. As normas deste “Estatuto” saíram principalmente das cabeças de Geleião e Cesinha. A ideia deles era usar a organização para defender os interesses deles sem precisar matar os outros presos, mas o caminho que essa facção tomou posteriormente foi ao contrário da proposta inicial. A facção começou a usar a organização para praticar crimes, e quando encontravam alguma oposição, matavam sem pudor ou hesitação. (CRUZ *et al.*, 2020, p. 188).

Com a localização dessas facções em estados de que exercem grande influência no país, a expansão do PCC e do CV ultrapassou suas localidades e se expandiu para outros estados. A existência e expansão dessas facções não impediu o surgimento de facções menores. Sobre isso, Faria (2010, p.30) esclarece que no Estado de São Paulo além do PCC, existe também o Comando Revolucionário Brasileiro do Crime (CRBC), a Comissão Democrática de Liberdade (CDL), a Seita Satânica (SS), o Serpentes Negras e o Terceiro Comando da Capital (TCC). Já no Rio de Janeiro, as principais facções são o Comando Vermelho (CV), a Amigos Dos Amigos (ADA), o Terceiro Comando (TC) e a as Milícias que não são consideradas como uma facção. Já em Minas Gerais, tem-se o Primeiro Comando Mineiro (PCM) e o Comando Mineiro de Operações Criminosas (COMOC).

As fortes ideologias apresentadas para a população fizeram com que as facções ganhassem cada vez mais adeptos. Com isso, as ações deixaram de ser realizadas apenas em âmbito carcerário para serem realizadas no mundo exterior, através de condutas criminosas fazendo com que os líderes, passassem a comandar e ordenar pessoas de dentro dos presídios com estratégias riquíssimas de práticas delinquentes, onde dentre elas está o tráfico de drogas.



## AS DROGAS E O TRÁFICO

Ao longo da história, o consumo de drogas assume várias formas e desempenha diversos objetivos, que vão desde a sua utilização como fonte de prazer até sua utilização na perspectiva de cura se tornando, com o passar dos séculos um dos grandes problemas da sociedade. A discussão sobre o consumo de drogas é extremamente complexa, embora faça parte diariamente dos debates acadêmicos, políticos e dos meios de comunicação, sendo considerada a grande responsável pelo aumento nos indicadores dos mais diversos crimes no Brasil.

O conceito de drogas, embora se associe a um termo com significado pejorativo e em grande medida se encontre associado à substância de consumo proibido, está relacionado “às configurações e significados socioculturais de um contexto histórico, ou seja, ele é construído socialmente, de acordo com processos sociais e históricos de cada sociedade” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 15). Conforme definição da Organização Mundial de Saúde (2010), droga é qualquer substância capaz de modificar a função de organismos vivos, alterando as funções fisiológicas e comportamentais. A diferença entre os tipos está relacionada aos efeitos dessa substância no corpo.

O formato atualmente conhecido do consumo de drogas sofreu mutações ao longo do tempo e os interesses econômicos, políticos e científicos são associados ao caráter político cultural, contribuindo para as características vivenciadas na atualidade. Nesse sentido, percebe-se que

[...] a proibição de certas substâncias e o seu enquadramento na categoria de “drogas” é igualmente de uma construção social e política. Nota-se, empiricamente, que não houve uma preocupação com a periculosidade ou com a questão da saúde pública no momento de se criminalizarem determinadas substâncias e não outras, esse enquadramento pode ser facilmente alterado a depender dos interesses vigentes. E justamente por isso é que é



preciso que se mantenha a imprecisão que paira sobre o termo “droga”, permitindo que substâncias sejam enquadradas como lícitas ou ilícitas arbitrariamente (SANTOS, 2019, p. 11).

Para Carvalho e Seibel (2009, p. 23), “o estado de guerra contra as drogas não passa de uma manipulação ideológica alicerçada em dados e argumentos frágeis”. É essa ideia que limita em grande medida, debates e intervenções em outros problemas maiores que assolam a sociedade, além do fato de se intensificar a criação de estereótipos e preconceitos sob a justificativa de que existe um mal maior a ser vencido e que a sociedade precisa ser protegida.

Ao longo da história o Brasil apresentou um grande número de textos legais que tratavam sobre as drogas. A mais nova lei de drogas do ordenamento brasileiro é a lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006, a qual revogou expressamente os textos legais anteriores, a Lei 6.368/76 e a Lei 10.409/02. Contudo, percebe-se que a legislação especial não especifica quais as substâncias são consideradas “drogas”, mencionando apenas que são substâncias ou produtos capazes de causar dependência. Nesse sentido, a lei n.º 11.343 é considerada uma norma penal em branco devido à necessidade de complementação para a sua efetiva compreensão. De acordo com o artigo 66 da Lei 11.343/06, encontraremos a definição de “droga” na Portaria da ANVISA de n.º 344/1998, a qual será a responsável por estabelecer quais são as substâncias que estarão abrangidas pela referida lei.

No meio policial é estabelecida uma relação direta entre apreensão de drogas e aumento da criminalidade. A explicação se apoia na hipótese de que a apreensão de drogas ilícitas pelas polícias estimula a prática de outras modalidades de crime com o objetivo de saldar os prejuízos com a perda da mercadoria. Em outras palavras, as drogas apreendidas pelas ações policiais podem ocasionar um endividamento financeiro da pessoa que tem a necessidade de levantar valores para quitação do débito junto aos traficantes.





Para Gomes (2016) a delimitação precisa dos territórios do tráfico coincidem com as áreas de atuação das facções, construída pelo trabalho policial apoiando-se no histórico dos acontecimentos de disputas entre as facções e suas possíveis motivações, nas delações de indivíduos presos e suas interpretações sobre a articulação e atuação dos grupos no espaço urbano. Em Montes Claros, além dos territórios sob o comando das duas maiores facções, existe ainda uma capilaridade intensa de pequenos comerciantes de drogas, que se articulam para conseguir exercer influência compartilhada e/ou “clandestina” em distintos pontos.

Nesse sentido, o tráfico de drogas é visto como um facilitador da incorporação de pessoas e aumento das redes das facções e, por possuir uma alta lucratividade é tida como a principal atividade do crime organizado. Percebe-se ainda que a atividade se encontra pulverizada pelo país, estando presente, inclusive, em cidades interioranas como é o caso de Montes Claros em Minas Gerais.

## **FACÇÕES CRIMINOSAS EM MONTES CLAROS**

As facções criminosas aliaram-se ao tráfico de drogas e se tornaram um dos maiores problemas do século XX. Sendo estruturadas majoritariamente com o dinheiro advindo do tráfico, assim como todo empreendimento, os criminosos também almejam crescer. Com a mudança das lideranças criminosas para outros estados os presos realizavam contatos e formavam novas alianças (TEXEIRA 2018).

Surgidas nas capitais do sudeste brasileiro, as facções cresceram e ampliaram suas redes para as cidades interioranas. Em Montes Claros, cidade localizada ao norte de Minas Gerais percebe-se a atuação das facções criminosas que, contudo, se desenvolveu sem as ideologias originárias das prisões e com facções criminosas independentes. Apesar de o tráfico de drogas acompanhar parte de sua história, os índices de criminalidade eram quase insignificantes, fato que começou a se acentuar entre os anos de 1970 e 1980 com o desenvolvimento industrial



(OLIVEIRA, 2011). Assim, o avanço da criminalidade e a origem desses grupos na cidade,

[...] tem suas raízes na transição demográfica da década de 1970, momento em que o crescimento industrial e econômico experimentado pela cidade atrai migrantes que contribuem para mudança na dinâmica espacial urbana. Se por um lado não se pode fazer uma associação positiva entre a chegada dos migrantes e o aumento dos indicadores de criminalidade, por outro, o despreparo da cidade em termos de infraestrutura e a busca pelo modo de vida urbano como condição ao sucesso individual e o bem-estar familiar produz um crescimento demográfico significativo. Em consequência, a cidade sofre uma ocupação desordenada e irregular do espaço urbano, o que contribui com a formação de favelas, aglomerados e para precarização das condições de vida que acentuaram as situações de conflitos sociais e disputas interpessoais (GOMES, 2016, p.110).

Com a expansão urbana e o desenvolvimento do distrito industrial, atraiu-se para a cidade um grande número de imigrantes que, sem condições financeiras, ocuparam habitações precárias e irregulares, originando cinco favelas, sendo a região de maior concentração de habitações irregulares da cidade. Posteriormente, um processo contínuo de falências e o fechamento de algumas fábricas, ocasionou um aumento nas taxas de desemprego, o que também contribuiu para acentuar as desigualdades sociais, que se tornou um dos principais fatores da criminalidade. Gomes (2016) explica ainda que alguns outros motivos levaram ao aumento dessa criminalidade como o aumento do sentimento de impunidade, a redução da sensação de segurança, o enfraquecimento dos laços de solidariedade, a fragilização das instituições de controle social formal e informal, a mudança nos padrões de consumo, a intensificação da circulação e comercialização de drogas ilícitas, a inserção de drogas mais baratas e com alto poder de dependência e a ligação da região com a BR-116, rodovia Rio/Bahia, impor-



tante ligação entre Sul e o Nordeste do Brasil, que interliga o Norte de Minas através da BR-251.

Foi somente no final da década de 1990 que o tráfico de drogas começou a ter reflexos na segurança pública, tendo como principal responsável o Binha, pessoa que intermediava a droga na região dos Santos Reis e Morrinhos. Contudo, a paz no tráfico encerrou em 1996 com a morte do Binha, passando a liderança para Rena um de seus “braços direitos” (OLIVEIRA, 2011). Essa passagem histórica é relatada no Jornal O Norte (2007):

Segundo investigações da PC, a ascensão do tráfico de drogas em Montes Claros aconteceu no início da década de 90, quando o traficante Cloderbaldo Bonifácio Silva, conhecido por Binha, trouxe a cocaína para a cidade.

Binha criou o tele-pó que coincidiu com a chegada do celular na cidade e conseguiu crescer no tráfico de drogas pela facilidade de comercialização – o usuário ligava e ele mandava entregar a droga em qualquer parte da cidade. Antes de Binha entrar para o tráfico, a droga que circulava na região era a maconha. Com a trágica morte de Binha em um acidente na linha férrea do Bairro Alto São João (...).

Logo, as relações na criminalidade ficaram mais complexas e mais pessoas se associaram ao tráfico de drogas. Assim, em 2003, após o crescimento de pequenos traficantes pela cidade, a liderança de Rena encerrou quando ele foi preso, surgindo dois novos traficantes: Ninha e Malboro. Segundo o Jornal O Norte (2007):

(...). Os chefes das novas quadrilhas do tráfico foram presos e também foram substituídos pelos seus gerentes: Fred Foca por parte de Charlão e Genesinho por parte de Rena. Fred Foca morreu e Genesinho foi preso, a partir daí, nasceu os grupos de Ninha e Malboro, há aproximadamente 8 anos. A ascensão dos traficantes foi rápida, pois há cerca de cinco anos aconteceu o boom do crack na cidade, trazido por eles das grandes capitais do país, e com o advento do



tráfico a disputa pelo tráfico de drogas ficou mais acirrada com as ordens de execuções por parte dos dois grupos. As investigações da PC apontam homens como Tiagão, Marcelim e os finados Breno e Morcegão como matadores do grupo de Ninha, já do grupo de Malboro que atualmente tem como ponto forte a Vila Mauricéia, foram identificados entre outros os matadores Veto e Alemão que estão presos – informou o delegado Saulo Nogueira.

A busca pelo poder através da coalizão foi uma das formas mais eficientes dos grupos criminosos conseguirem força e expandirem seus negócios. Nesse sentido, Ninha com seus “braços direitos” firmaram contatos com o Primeiro comando da Capital (PCC). Já Malboro foi crescendo sua liderança pela cidade, em destaque pela região do bairro Santos Reis, devendo grande parte de suas conquistas às parcerias com grupos de São Paulo.

Motivados pelo aumento do consumo de drogas e a instabilidade no controle desse mercado, as relações de poder começaram a ficar fragilizadas quando, de acordo com Oliveira (2011) o tráfico em Montes Claros chamou a atenção de traficantes de fora (paulistas), que chegaram à cidade e tentaram assumir o controle do Morro do Frade, região do Santos Reis.

Em decorrência do aumento considerável do número de homicídios, instalou-se na cidade o programa “fica vivo” proposto pelo governo do Estado de Minas Gerais. Como a dinâmica do tráfico é sempre constante, principalmente com o surgimento do Crack, a colisão de poderes ficou mais forte:

O crack logo chamou a atenção dos traficantes pela alta rentabilidade, pelo baixo custo de aquisição e grande consumo em relação a maconha e a cocaína. Logo todos os traficantes da cidade migraram para venda de crack como principal negócio, embora o consumo de cocaína também era ascendente. O crack não só foi marcante pela mudança na dinâmica do comércio de drogas na cidade como, também, foi no mesmo período de sua chegada



que se intensificou a divisão do controle de drogas na cidade com a hegemonia de dois grandes grupos: A quadrilha de Malboro e a de Ninha com Zoreba e o Chefe. As duas começam então a disputar “palmo a palmo” o comércio de drogas pela cidade e os territórios, porém sem grandes conflitos (OLIVEIRA, 2011, p. 45).

A partir de 2005 a “guerra ao tráfico” apresenta novos contornos, aumentando consideravelmente o número de homicídios, que era agravada ainda mais pela busca de hegemonia de Ninha, que realizou ações contra concorrentes e até mesmo contra sua própria facção (autofagia do crime). Esses confrontos só diminuíram em 2008 com a prisão dos dois líderes, Malboro e Ninha, que foram colocados em presídios federais de segurança máxima no Estado do Paraná. Assim, o controle do tráfico de drogas na cidade que estava nas mãos das duas principais facções, não impediu que pequenos traficantes surgissem e assumissem pequenas regiões como é o caso do traficante Alemão, Edcarlos, dentre outros. Porém, mesmo sendo de certo modo independentes, esses traficantes para se manterem nas atividades por muito tempo, estabeleceram de algum modo vínculos com uma das duas principais facções, sem subordinação, mas com interesses comuns, a fim de se auto ajudarem ou protegerem. (OLIVEIRA, 2011, p. 46).

Pode-se observar que mesmo em uma cidade de porte médio e do interior de Minas Gerais como é o caso de Montes Claros, os grupos criminosos são bem definidos e com forças muito voláteis a depender do produto, dos adversários e das regiões. Contudo, as facções não demonstram mais o poder que antes apresentavam. Fica evidenciada a existência de duas facções que dominaram as disputas de poder e os pontos de comercialização de drogas, utilizando da violência para demarcação de suas fronteiras, garantindo, assim, as estratégias de apropriação do espaço. Após grandes conflitos, mortes e prisões, as dinâmicas foram se alterando e dando lugar a novos protagonistas. Contudo, ainda se percebe um constante choque de poderes entre o Estado e os grupos criminosos.



## CONCLUSÃO

O tráfico de drogas e as facções criminosas mantêm relações bem estreitas. Mesmo com a instabilidade de suas lideranças, este é um mercado que cresce consideravelmente por todo o país, na medida em que aumenta a aceitação por parte da população ao consumo. No norte de Minas a situação não é diferente.

Em Montes Claros, o aumento dos índices de criminalidade se seu com o seu desenvolvimento industrial. Nesse momento, surgiram novas drogas, as lideranças das organizações criminosas se alteraram e muitos finais foram infelizes com essa situação. Contudo, mesmo com a morte e prisão de importantes líderes de facções, o comércio de drogas continuou com novas personalidades. A situação da cidade piorou muito com a formação das alianças e a participações de grupos criminosos de fora do estado de Minas Gerais, o que criou uma grande sensação de insegurança na população montesclareense.

A representação das formas de violência a partir do tráfico de drogas é muito dinâmica e complexa, portanto, de difícil mensuração e compreensão em grande escala. Por esse motivo, as cidades de porte médio, com menor influência da metrópole minimizam os efeitos de interferências externas, situação que projeta a cidade de Montes Claros como recorte espacial. O poder exercido por uma facção e a recorrência de determinados crimes em alguns espaços da cidade de Montes Claros revelaram a existência de uma disputa violenta pela demarcação de fronteiras territoriais. Além disso, o crescimento repetido e desordenado, problemas ligados às desigualdades sociais e intensificação dos indicadores de violência, com destaque para os homicídios completam os motivos pela escolha dessa cidade.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bernardo Starling. “Idade doida a pedra”: configurações históricas e antropológicas do crack na contemporaneidade. In: Saporì, Luiz Flávio; Medeiros, Regina. (org.) **Crack: um desafio social**. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010, p 13-37.

CANEPARO, Karin Cristina. **Enredos, desenredos e segredos: o jovem e o crime organizado**. orientadora Janice Tirelli Ponte de Sousa – Florianópolis, SC, 2015. 160 p. Dissertação - (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas.

Carvalho, H. B., & Seibel, S. D. (2009). **Crack cocaine use and its relationship with violence and HIV**. *Clinics*, 64(9), 857-866. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-593220090009000006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-593220090009000006&script=sci_arttext). Acesso em: 24 abr. 2021.

CRUZ, Maria Daiana Targino da; SANTOS, Vanessa Érica da Silva; AVELINO, Luiza Fernanda Leal; TARGINO, Giliard Cruz e SOARES, Jardel de Freitas. Crime organizado: uma abordagem sobre as facções dominantes no Brasil. **Rev.Bras. de Direito e Gestão Pública** (Pombal, PB),8(02), 182-192, abr./jun.2020.

ESPÍDULA, Fernando Silva. **Considerações sobre as principais facções criminosas brasileiras**: comando vermelho (cv) e primeiro comando da capital (pcc) e os mecanismos do estado no combate e reatuação ao crime organizado. Araraquã/SC, 2018.

FARIA, Gabriel Correa de. **Facções Criminosas e o Crime Organizado**. Campo Grande – MS. Novembro de 2010. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5202/TCC%20%20Fernando%20Silva%20Esp%20c3%adn-dula.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

GOMES, Pedro Ivo Jorge, 1971 – **Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG** – Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia - Uberlândia-MG 2016.

MACHADO, Caroline Macedo. **Facções Criminosas**: desafios no sistema processual penal brasileiro e no direito comparado. CURSO DE DIREITO – UniE-VANGÉLICA 2018. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/772/1/Monografia%20%20Caroline%20Macedo.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

OLIVEIRA, Giovane Rodrigues. **Tráfico de Drogas na Cidade de Montes Claros**: Dinâmica, Prevenção e Repressão. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: < <http://>



monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/1791/1/Tr%C3%A1fico%20de%20drogas%20na%20cidade%20de%20Montes%20Claros%20%20din%C3%A2mica%20e%20preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20repress%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Alves de; SANTOS, Sérgio dos Santos. O Pacote Anticrime no Tocante às Facções Criminosas, à Luz da Teoria do Direito Penal do Inimigo, Ponderada com o Garantismo Penal. Artigo Científico, v. 7 n. 1 (2020): **Revista Vertentes do Direito**. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/9097/16906>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002.

Quem é quem no tráfico de drogas?. **Jornal O Norte**. Montes Claros. 09 jan 2018. Disponível em: < <https://onorte.net/seguran%C3%A7a/quem-%C3%A9-quem-no-tr%C3%A1fico-de-drogas-1.515406>>. Acesso em: 01 maio 2021.

TEIXEIRA, Sérgio William Domingues. **Muros Altos e Rios de Sangue o Sistema Penitenciário Federal e a Expansão das Facções Criminosas**. Porto Alegre. Dezembro de 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/193205/001088954.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 abr. 2021.





# NATUREZA E PAISAGEM: REGIONALIZAÇÃO DO CARIRI CEARENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

 Maria Vitória Ribeiro de Sousa<sup>1</sup>

 Jane D. Semeão e Silva<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A região abordada nesse artigo é o Cariri cearense<sup>3</sup>, localizada no sul do estado do Ceará e historicamente (re)conhecida por sua “exuberância” e “riqueza natural”. O Cariri é um território fronteiro com limites que se estendem por Pernambuco, Paraíba e Piauí, tendo, nesse aspecto, sua formação econômica, histórica e cultural relacionada aos fluxos migratórios que datam do século XVIII - quando se iniciou sua colonização. A existência da Chapada do Araripe, responsável em grande medida pelo crescimento demográfico e econômico do Cariri ao longo do tempo, é um dos aspectos que constitui um de seus grandes diferenciais.

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Regional do Cariri. Bolsista PIBIC/URCA/FECOP na presente pesquisa.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri e coordenadora da pesquisa.

<sup>3</sup> No Nordeste brasileiro há duas regiões designadas por “Cariri”, a do sul cearense e a que fica ao centro do estado paraibano. Durante algum tempo foi comum a referência à região da Paraíba como “Cariris Velhos” e a do Ceará “Cariris Novos” como forma de diferenciar seus processos de ocupação, já que o Cariri cearense foi conhecido e colonizado após o paraibano.



Cravada nas divisas com os estados de Pernambuco e Piauí, possui superfície tabuliforme e aproximadamente 180 Km de comprimento, no seu eixo leste/oeste, e variação de 30 a 70 Km de largura, no seu eixo norte/sul. Em suas porções mais elevadas, seus níveis de altitude alcançam de 850 a 1000 metros, tendo seu topo uma área de 7.500 Km<sup>2</sup> (MAGALHÃES, 2006, p.21). De suas encostas brotam várias nascentes que irrigam seu sopé e brejos, estendendo sua influência por extensos vales. Caracterizada por clima tropical úmido, proporciona temperaturas relativamente amenas durante boa parte do ano se comparadas ao entorno semiárido. Esse fator se reflete também em sua formação vegetal, que abriga os biomas Caatinga, Mata Úmida, Cerrado e Carrasco.

Ao longo dos séculos XIX e XX, alguns dos elementos naturais diretamente relacionados à existência do referido altiplano foram apropriados e serviram de ingredientes culturais para a instituição de uma paisagem particular ao Cariri enquanto representação de uma identidade regional (SILVA, 2019).

Nosso objetivo nesse texto, fruto de um projeto de Iniciação Científica iniciado no ano de 2020, é analisar a construção de uma regionalização do Cariri cearense a partir da apropriação de elementos da realidade ambiental pela imprensa local na segunda metade do século XIX. Nossas fontes, nesse sentido, são os periódicos “O Araripe” (1855-1864), “A vanguarda” (1887-1888) e “A Voz da Religião no Cariri” (1868-1870). A escolha desses impressos se deveu a três fatores: 1- sua impressão em cidades diferentes (os dois últimos no Crato e o primeiro em Juazeiro do Norte); 2- sua importância política no cenário do Cariri da segunda metade do século XIX; 3- seu tempo de circulação.

Nesses jornais procuramos identificar as formas de apresentação e de enquadramento de aspectos da natureza local e as estratégias de identificação entre região e natureza. A leitura e análise desses periódicos teve por estratégia identificar as formas de apresentação da natureza, ou seja, os tipos e regularidade das matérias em que ela ganhava destaque, bem como os elementos que lhe dão inteligibilidade e coerên-



cia simbólica, ao mesmo tempo em que buscamos identificar possíveis variações em seus sentidos ao longo do recorte temporal selecionado.

Afastando-nos da ideia de região enquanto recorte jurídico e administrativo, assumimos a posição de que sua realidade é resultado de criações históricas que se valem de múltiplos mecanismos políticos e culturais e das representações que seus agentes sociais elaboram na articulação entre materialidade e subjetividade, entre realidade “objetiva” e produção simbólica (BOURDIEU, 2010), buscamos em nossa pesquisa analisar a constituição da “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) Cariri cearense a partir do enquadramento da natureza em uma paisagem identitária que seria peculiar à região. Levamos em consideração, nesse aspecto, que a identidade regional também é resultado da relação entre o ser humano e o espaço habitado, sendo muitos os fatores que podem contribuir para esta construção – como as interações entre humanos e natureza.

Para tal empreitada, nossas principais balizas teóricas são as de “Natureza”, entendida como realidade ambiental “meta-histórica” (KOSELLECK, 2014, p.73-89), “Paisagem”, compreendida como prática e “fato cultural” (CAUQUELIN, 2007; MENESES, 2020, p.29-64), “Regionalidade” e “Regionalismo” (ARRIOLA, 2008, p.181-204).

Nossa análise não se detém nos usos político das características da natureza pelas elites econômicas e políticas do período, vai além ao refletir sobre os processos de construção de significados para a constituição de uma identidade regional a partir da realidade ambiental. Objetivamos, ainda, contribuir para a discussão sobre os processos identitários que constituíram, a partir de experiências de vida e diversas práticas culturais, o Cariri ao longo do tempo.



## NATUREZA E REGIONALIZAÇÃO DO CARIRI

A presença e exaltação da natureza caririense é recorrente em relatos de estudiosos do século XIX, a exemplo de George Gardner (1975), Silva Paulet (1997) e Freire Alemão (2006). Esses relatos discorriam, entre outros aspectos, sobre “belezas” e “riquezas” naturais existentes no Cariri cearense, também observadas por outros viajantes que passassem pelo local e pelos próprios caririenses.

Os aspectos naturais particulares da região também apareceram em produções historiográficas do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – inaugurado em 1887. O empreendimento levado a cabo pelos historiadores dessa instituição, de olhar para dentro do Ceará com o intuito de definir suas particularidades históricas, geográficas e culturais, fazia parte do esforço de construção de uma narrativa histórica que o inserisse nos quadros da história nacional (OLIVEIRA, 2008). No Cariri, quem assumiu o papel de construir e difundir narrativas históricas sobre a região na segunda metade do século XIX foi João Brígido, que inicialmente publicou seus escritos no jornal *O Araripe*.<sup>4</sup>

Mas para além dos escritos de caráter científico, encontramos em periódicos que circularam no Cariri diversas referências a elementos naturais resultantes da presença da Chapada do Araripe no sul cearense, como neste trecho do jornal *O Araripe* (1858, p. 1): “os terrenos regadios agrícolas no município da cidade do Crato se considerão toda falda da serra Araripe”.<sup>5</sup> Ainda nesse jornal uma matéria de 1855 que defendia a criação da “Província do Cariri” ressaltava que “no meio das

<sup>4</sup> Jornalista de profissão, João Brígido fundou em 1850 no Crato o jornal “Araripe”. Os textos difundidos no periódico resultaram no livro “Apontamentos para a História do Cariri”, lançado em 1888. Antes do livro vir à público, a divulgação dos escritos no “Diário de Pernambuco”, no ano de 1861, abriu-lhe as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tornando-se membro dessa instituição em 1862.

<sup>5</sup> Fizemos a opção por manter, nas citações retiradas dos jornais, a grafia original.



maiores calamidades dos climatéricos anos de [18]25 e [18]45 o Cariri formava exceção”. Enquanto “tudo estava abrasado” e a “fome desolava as comarcas vizinhas”, a região “ministrava ao sertão seus frutos, seus cereais e alimentava massas enormes de populações”. Afirmava, então, que em função de sua “topográfica posição”, “espantosa fertilidade” e “mais que tudo, *essas águas nativas e perenes que a providência criou para abrigo dos sertões por ocasião das secas [...]*”, “o Cariri foi sempre o celeiro de seus vizinhos, a única salvação dos sertões [...]” (O Araripe, 1855, p.2, grifos nossos).

Da mesma forma, no periódico A Voz da Religião no Cariri observamos que o Cariri é representado como “terra prometida” e de solo abençoado, possuidor de riquezas naturais e abundância que o tornava um refúgio dos que fugiam da seca “O Cariry, verdadeira terra da promessa, abençoado solo, cuja uberidade e naturaes riquezas o constituem celleiro dos sertões visinhos, respira este anno completa jactância” (A Voz da Religião no Cariri, 1869, p. 2). A presença de chuvas recorrentes e a existência de regatos confirmariam a abundância e fertilidade local, tão acentuado em vários dos textos publicados nos impressos analisados, como no Vanguarda (1887, p. 2): “[...] O Cariry presta-se a uma infinidade de productos. Esta terra fertil e prodigiosa, cortada de innumerous ribeiros abundantes.”

Os elementos destacados, como podemos perceber, articulam água e fertilidade do solo como aspectos caracterizadores do Cariri em distinção às terras semiáridas que circundavam a região, fazendo crer que tudo o que se cultivasse resultaria em uma boa colheita. A pretensão de uma identidade unificadora teve na existência de água, que brotava das centenas de nascentes existentes nas encostas da Chapada do Araripe, e na “uberidade” do solo os principais componentes de identificação e coesão que distinguiria e qualificaria a região como excepcional. Em alguns textos dos jornais consultados existem referências à quantidade, localização, denominação e destaques à importância das fontes de água para a fertilização da terra e, conseqüentemente, para a produção de alimentos,



como pode ser observado no trecho a seguir: “[...] S. Pedro é uma pequena povoação da freguesia de Milagres, interposta do valle dos Milagres, e a serra Araripe, na ponta oriental da serra do (ilegível), em terreno fertilissimo, intercortado de algumas pequenas fontes perennes, e brejos que produzem boa canna” (A Voz da Religião no Cariri, 1870, p. 3).

No centro de algumas disputas entre proprietários, de narrativas ressentidas e barganhas políticas largamente registradas nos jornais locais, esse recurso natural constituiu-se enquanto propriedade distintiva da região gerando representações paisagísticas-identitárias alimentadas pela imagem de “perenidade” das águas que corriam de suas nascentes. Tanto mais evidente quando confrontada a outra combinação, a de escassez de água e aridez do solo semiárido.

A existência de água em todas as estações do ano e as características do solo, combinadas a partir de adjetivações como “fontes perenes” e “solo ubertoso” em oposição ao seu “exterior constitutivo”, ou seja, os “estéreis sertões”, conformou, portanto, a representação do Cariri como “celeiro dos sertões” na paisagem regional que se inventava. Nesse sentido, o contraste entre o Cariri e seu entorno, comumente sujeito a estiagens, foi bastante explorado na definição do Cariri como um “verdadeiro oásis” em meio ao “sertão ressequido”.

Nesse ponto, cabe uma consideração. Todos os impressos selecionados para nosso trabalho foram produzidos e consumidos, como aconteceu nos mais diversos pontos do Brasil daquele período em relação a outros jornais, por representantes da elite local – detentora, em sua maioria, de capital político, econômico e religioso. Sua produção e circulação, portanto, restringia-se, basicamente, aos que ocupavam espaços de poder na localidade e eram letrados. Nesse aspecto, inferimos que os jornais analisados, portanto, foram extremamente responsáveis pela constituição, difusão e consolidação de representações paisagísticas que definiram, ao longo da segunda metade do XIX, o que seria a região caririense do ponto de vista de suas elites. Mais ainda, e nessa perspectiva de construção de fronteiras culturais para a região, alimen-



taram por todo o século XX atualizações em torno de uma identidade regional caririense (SILVA, 2019).

Além das imagens mobilizadas que traduziriam o que seria o Cariri cearense, “oásis”, “celeiro dos sertões”, “terreno pródigo” e “terra prometida”, por exemplo, sua fixação enquanto representações identitárias da região se deu também a partir de sua repetição nos mais diversos textos e seções que compunham os periódicos analisados. Dessa maneira, fosse de forma direta ou indireta, aspectos da natureza eram inseridos em escritos que tratavam de temáticas históricas, de assuntos relacionados à agricultura, de embates entre agricultores e criadores de gado, de anúncios de venda de propriedade, em perfis de cidades caririenses, nas previsões de chuva etc. Ver os exemplos abaixo:

[...] A conveniencia da introdução do algodão nesta comarca e sua plantação nos terrenos, que abundão aos misteres da agricultura, temos tido a satisfação de ver nascer no Cariry uma indústria tão cheia de esperanças para o paiz. (O ARARIPE, 1857, p. 1).

[...] O beneficiado, que recorrendo as agoas prodigiosas do Caldas, sentio logo o seu curativo, chama-se José Raymundo Sampaio, morador em S. Pedro, e filho de Raymundo Manuel Sampaio. As úlceras que assolavão seu corpo erão grandes e de mau character, porem cicatrisaram e desapareceram logo com os banhos da quella fonte, e o padecente por tanto ficou completamente bom (A VOZ DA RELIGIÃO NO CARIRI, 1869, p. 4).

[...] Tem continuado as chuvas frequentes e copiosas, prometendo-nos bom inverno (VANGUARDA, 1888, p. 2).

Não importando a natureza do texto e tendo sempre por orientação a marca da particularidade, as referências a “objetos” do mundo natural, fosse sob a forma de parágrafos rápidos ou em pequenas frases e expressões - em algumas situações, inclusive, sem integração direta com o conteúdo em questão, certamente compuseram as for-



mas de fixação e perpetuação de imagens que contrastavam Cariri e Sertão.

O presente estudo, ainda em andamento, tem nos ajudado a pensar o processo de construção da regionalização do espaço Cariri cearense no século XIX a partir da apropriação de elementos do mundo natural pelos periódicos selecionados. O Cariri, nesse sentido, era sempre apresentado como um “refrigério” com “verdes pastagens” e “eterna verdura” em função de uma natureza “pródiga” que oferecia fontes de “água cristalina”, clima ameno e fruteiras variadas. Elementos que, ao serem repetidamente ressaltados nos jornais, recortavam regionalmente o Cariri cearense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que dos três periódicos estudados, O Araripe foi o que teve maior tempo de circulação e por isso foi o periódico com mais matérias e citações com referências à natureza da região. Através da classificação das matérias dos jornais O Araripe, A Voz da Religião no Cariri e Vanguarda, foi possível apurar que a natureza era referenciada, quase sempre de forma elogiosa, a partir dos mais variados conteúdos e diversidade de assuntos em que se inseriam, direta ou indiretamente, os elementos do ambiente natural. Dentre eles destacam-se escritos sobre economia, práticas religiosas locais, política, conflitos entre agricultores e criadores, História do Cariri, informações sobre o tempo (o que incluía expectativas em torno do inverno), anúncios de venda de propriedades rurais etc.

Isso demonstra que o destaque a algum aspecto da natureza não obedecia, necessariamente, a esse ou aquele tipo de assunto específico, mas que se encontrava disperso nos mais diversos textos (literários, de opinião, correspondências etc.). As matérias mobilizavam constantemente imagens de um Cariri “oásis”, “celeiro dos sertões”, “terreno pródigo”, “fértil” e “terra prometida” (“Canãan”), enfatizando quase sempre a existência da Chapada do Araripe, que relacionavam a região às ideias





de “paraíso terreal” e “providência divina”. Os aspectos da natureza de maior incidência nas matérias analisadas foram o solo, a água, vegetação e clima.

A partir dessa análise, apontamos que os jornais locais encontravam maneiras de enaltecer a natureza nos mais diversos tipos de matérias contribuindo, dessa maneira, para a construção de uma paisagem que comporia uma identidade regional. Tendo em vista os aspectos observados, o processo de criação de identidade na região do Cariri aconteceu de forma coletiva e afetiva, contou também com o poder difusor dos jornais locais que escancaravam as imagens enaltecidas e particulares da região, apresentando constantemente as diferenças naturais entre o Cariri e as regiões semiáridas circunvizinhas.

Ao apontarmos e analisarmos, nos jornais pesquisados, os tipos de matérias e as formas de apresentação e representação de aspectos da natureza local relacionadas à existência da Chapada do Araripe, esperamos colaborar para compreendermos historicamente as apropriações da natureza pela elite carirense e seus usos simbólicos nas demarcações de fronteiras culturais para o Cariri cearense, como para pensarmos elementos de continuidade e mudanças nos processos de construção da região ao longo dos séculos posteriores.

## FONTES

- A festa da padroeira. In: *A Voz da Religião no Cariri*, 07/11/1869, p.2.
- A fonte miraculosa. In: *A Voz da Religião no Cariri*, (ilegível)/05/1869, p.4.
- A Província do Cariri. In: *Jornal O Araripe*, 14/07/1855, p.2.
- Governo da Província. In: *Jornal O Araripe*, 13/11/1858, p.1.
- História das Missões no Cariri-Novo. In: *A Voz da Religião no Cariri*, 14/08/1870, p.3.
- Jornal do agricultor. In: *Vanguarda*, 30/06/1887, p.2.
- Noticiário. In: *Vanguarda*, 05/02/1888, p.2.
- O algodão. In: *Jornal O Araripe*, 08/08/1857, p.1



## REFERÊNCIAS

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Fortaleza-Crato (1859)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRIOLA, Arturo Taracena. Propuesta de definición histórica para región. In: *Estudios de História Moderna y Contemporânea de México*, n.35, enero-junio, 2008, p.181-204.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRÍGIDO, João. Apontamentos para a história do Cariri. Typografia da Gazeta do Norte, 1888.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

MAGALHÃES, Alexsandra de Oliveira. *Análise ambiental do alto curso da microbacia do Rio da Batateira no município do Crato/Ce: subsídios ao zoneamento ecológico-econômico*. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado em Geografia, 2006.

MENESES, Ulpiano. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2020, p.29-64.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O cariri na cultura histórica do XIX. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia et al. *História da educação – vitrais da memória. Lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Ed. UFC, 2008, p.418-431.

PAULET, Antônio Jozé da Silva Paulet. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará. In: *Documentação primordial sobre a Capitania do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, edição fac-similar.

SILVA, Jane D S e. *Um “oásis” chamado Cariri: Instituto Cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970)*. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado em História, 2019.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.15, 2001/2002, p.7-23.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço e história. In: *Estratos do tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p.73-89.



## Índice Remissivo

### B

Bahia 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 30, 166, 195, 198, 291, 293, 297, 322  
Baixo Amazonas 10, 14, 209, 211, 212, 213

### C

Cangaço 10, 168, 169, 171, 176, 180, 181, 182, 263, 292  
Ceará 5, 14, 43, 107, 125, 126, 130, 131, 133, 136, 149, 167, 168, 171, 172, 174,  
176, 178, 179, 182, 190, 288, 289, 291, 297, 329, 332, 338  
Corpo de Baile 13, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 98, 100, 102, 103, 104

### D

Dinarte Mariz 9, 13, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87

### E

Eleições 11, 14, 74, 76, 135, 137, 138, 139, 141, 143, 146, 147, 148, 226, 230, 232  
Espaço 6, 9, 13, 24, 25, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 55, 58, 59, 64, 66, 69, 89, 90,  
92, 94, 96, 98, 102, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 123, 124, 125,  
126, 127, 129, 130, 131, 132, 14, 136, 140, 141, 142, 145, 146, 154, 160, 161, 169,  
175, 176, 179, 180, 197, 198, 199, 200, 203, 208, 210, 213, 218, 226, 227, 238,  
239, 240, 244, 246, 247, 248, 249, 257, 258, 259, 262, 263, 264, 268, 269, 270,  
271, 272, 274, 275, 279, 283, 284, 286, 292, 301, 302, 304, 306, 316, 321, 322,  
325, 331, 336, 338  
Euclides da Cunha 9, 10, 14, 198, 199, 202, 208, 248, 268, 273, 276, 277,  
280, 281, 284, 285, 286, 289, 292, 293  
Eurico Alves Boaventura 9, 13, 17, 24, 27, 28, 29, 30

### F

Frei Martinho 10, 13, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40  
Fronteira 14, 34, 103, 181, 210, 212, 213, 215, 221, 224, 226, 270, 266, 271, 292



**G**

Guimarães Rosa 11, 63, 88, 89, 90, 92, 94, 101, 102, 103, 292

**H**

História 6, 7, 9, 10, 11, 17, 20, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 60, 67, 70, 71, 77, 78, 80, 81, 86, 87, 88, 103, 105, 106, 107, 111, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 132, 133, 134, 135, 140, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 177, 181, 182, 183, 185, 186, 194, 195, 200, 207, 208, 209, 223, 224, 225, 231, 236, 237, 240, 242, 246, 247, 248, 250, 252, 253, 255, 261, 262, 266, 271, 273, 280, 283, 286, 287, 288, 291, 294, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 316, 319, 320, 321, 329, 336, 337, 338

Historiografia 10, 11, 13, 14, 15, 32, 33, 41, 42, 44, 46, 48, 49, 52, 56, 108, 121, 123, 124, 130, 13, 151, 152, 154, 155, 158, 159, 160, 163, 166, 171, 183, 192, 295, 304

**I**

Intelectual 6, 11, 19, 22, 23, 28, 50, 85, 121, 123, 163, 245, 250, 280, 282, 283, 284, 292, 294, 295, 296

**J**

judaísmo 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196

**L**

Literatura 10, 21, 25, 29, 41, 46, 94, 103, 105, 106, 108, 111, 119, 120, 150, 151, 164, 188, 198, 199, 200, 201, 202, 207, 208, 268, 271, 272, 283, 285, 287, 291, 292, 294, 295, 296, 299

Luiz Gonzaga 15, 254, 255, 257, 259, 260, 261, 263, 265

**M**

Manoel Ferreira Nobre 11, 13, 42, 49, 50, 52

Medo 10, 14, 168, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

Memória 11, 15, 39, 40, 86, 123, 133, 156, 158, 166, 171, 178, 181, 195, 242, 250, 252, 264, 287, 290, 298, 301, 309, 311, 313, 338

Mestiçagem 33, 203, 206, 239, 246

Minas Gerais 62, 63, 65, 88, 89, 245, 258, 297, 315, 318, 321, 324, 325, 326

Mossoró 14, 49, 82, 126, 144, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 179, 180, 181, 194, 253

Mulheres 6, 7, 11, 13, 37, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 68, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 99, 173, 191, 303, 306

## **N**

New York Times 10, 225, 226, 230, 236

Nordeste 4, 10, 14, 39, 42, 45, 52, 71, 82, 107, 111, 113, 118, 119, 126, 133, 136, 158, 167, 168, 169, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 183, 184, 188, 190, 193, 199, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 255, 258, 261, 266, 287, 291, 294, 297, 298, 307, 313, 316, 323, 329

## **O**

O Quinze 9, 14, 106, 107, 111, 118, 119, 120

Os Sertões 9, 14, 15, 198, 199, 203, 205, 206, 207, 208, 248, 252, 293, 299

## **P**

Paraíba 10, 33, 34, 72, 87, 119, 170, 178, 190, 238, 244, 256, 288, 291, 297, 301, 304, 305, 306, 329

Piauí 10, 15, 120, 287, 288, 289, 290, 291, 296, 297, 298, 299, 329, 330

Política 10, 13, 21, 46, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 84, 86, 87, 92, 103, 122, 133, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 148, 155, 156, 157, 158, 165, 168, 189, 201, 208, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 236, 244, 252, 269, 283, 301, 310, 317, 319, 327, 330, 336

## **R**

Rachel de Queiroz 9, 14, 106, 107, 114, 117, 118

Representações 9, 10, 15, 36, 77, 78, 87, 106, 110, 111, 113, 114, 120, 192, 198, 201, 240, 250, 252, 267, 283, 331, 334, 335



Rio Grande do Norte 5, 10, 11, 14, 31, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 52, 53, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 85, 86, 87, 105, 121, 122, 123, 124, 126, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 158, 161, 165, 166, 169, 170, 171, 183, 184, 190, 194, 197, 242, 243, 244, 245, 246, 250, 252, 253, 255, 262, 266, 297

## S

Seridó 5, 13, 14, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 70, 71, 73, 76, 86, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 184, 185, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 303

Sertanejo 10, 14, 32, 90, 106, 107, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 140, 154, 160, 203, 204, 206, 207, 255, 257, 260, 262, 264, 279, 281, 289, 292

Sertão 4, 6, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 45, 52, 53, 63, 69, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 138, 140, 141, 142, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 180, 181, 190, 191, 194, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270, 275, 278, 279, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 306, 307, 309, 311, 312, 313, 315, 333, 334, 336

## T

Território 7, 10, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 62, 64, 65, 66, 69, 75, 90, 109, 135, 143, 146, 148, 167, 171, 177, 180, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 238, 243, 258, 269, 270, 271, 273, 292, 297, 304, 305, 327, 329

## V

Vicente de Lemos 14, 44, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132



Realização



**UFERN**

**MHIST**



**UNICEBES**



**SISTEMA FEDERAL**  
DE Ensino Superior

Apoio

**PROGRAD**  
PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

**PPG**

**PROEX**  
CENTRO DE ESTUDOS

**PROEX**  
CENTRO DE ESTUDOS

**PROEX**  
CENTRO DE ESTUDOS

**PROEX**  
CENTRO DE ESTUDOS

**PROEX**  
CENTRO DE ESTUDOS